

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2008/2010

Ana Maria Sigal Rosemberg (Grupos de Formação Contínua), Heidi Tabacof (Relações Internas e Representante do Departamento no Núcleo de Departamentos), Leonor Rufino (Eventos), Maria Antonieta Whately (Administração e Tesouraria), Maria Aparecida Kfoury Aidar (Relações Externas), Maria Elisa Pessoa Labaki (Publicações), Maria de Fátima Milnitzky (Transmissão e Pesquisa), Maria Marta Assolini (Clínica), Marli Ciriaco Vianna (Cursos), Rita Cassia Cardeal (Representante da Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXIII - DEZEMBRO DE 2010

Conselho Editorial

Eliana Borges Pereira Leite, Leda Maria Codeço Barone, Lilian Quintão, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria Elisa Pessoa Labaki

Grupo Administrativo

Zulmira M. Montiel e Eva Wongtschowski

Grupo de Entrevistas

Andréa Carvalho Mendes de Almeida, Bela M. Sister, Danielle Breyton, Deborah Jean de Cardoso, Silvio Hotimsky, Susan Markuszower

Grupo de Debates

Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Darcy Haddad Daccache, Mania Deweik, Maria de Lourdes Caleiro Costa (coordenadora), Renata Udler Cromberg, Sergio Telles

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena Stahl (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luís Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificacion Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, "a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir".

Digitação de originais

Angela Maria Vitorio • Tel.: (11) 9705-2916 • angela.vitorio@uol.com.br

Revisão

Simone Zaccarias • Tel.: (11) 9897-1362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Jessica Janete da Silva, Regiane Montiel • Tel./Fax: (11) 3816-3780

Capa

Fernanda Mendes Luiz. *Cathédrale ou tout simplement robe*. Papel rasgado, escrita à caneta e linha, 300x50x50 cm, 2009. • Tel.: (11) 9455-0736 • fernandamendesl@uol.com.br

Coordenação editorial / Recepção de originais para publicação

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: www.uol.com.br/percurso • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada em *Psychoanalytic Abstracts*, Washington, D.C., USA.



Instituto Sedes Sapientiae
R. Ministro de Godoy, 1484
05015-900 São Paulo SP
Tel.: (11) 3866-2730
Secretário dos Departamentos:
Juliano Pedrosa Chrisostomo
deptodepsicanalise@sedes.org.br



Gráfica e Editora Santuário
Rua Pe. Claro Monteiro, 342
12570-000 Aparecida SP
Tel.: (12) 3104-2000
Fax: (12) 3104-2036
0800-16-00-04

Psicanálise:
formação e instituições

Percursos 45

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXIII : DEZEMBRO DE 2010

Sumário

Table of contents

- 3 Sumário
Table of contents
- 9 Editorial
Letter from the editors
- II Algumas palavras da Comissão de Admissão
Some words from the Admission Comittee
- TEXTOS
PAPERS
- 13 Trinta maneiras de destruir a criatividade dos
candidatos à psicanálise
*Thirty ways to destroy the creativity of psychoanalytic
candidates*
Otto Kernberg
- 25 Balint e a formação psicanalítica
Balint and the psychoanalytical formation
Decio Gurfinkel
- 35 Primeiras psicanalistas
First women psychoanalysts
Renata Udler Cromberg

- 57 Psicanálise, política e regulamentação
Psychoanalysis, politics and regulation
Ana Maria Sigal
- 69 Autoria e autorização
Authorship and authorization
Noemi Moritz Kon + Rita Cardeal
- 81 Uma experiência instituinte, nosso depoimento
A path-breaking experiment: our testimony
Miriam Chnaiderman + Silvia Leonor Alonso
- 89 Para que escrever? (algumas possibilidades)
Writing – what for? (some possibilities)
Rosie Mehoudar
- 95 O homem das feras
The wild beasts man
Vilma Florêncio da Silva
- 107 Espelho, espelho meu...
Mirror, mirror on the wall...
Tatiana Inglez-Mazzarella
- 121 Desabrigo
Unsheltering
Maria Helena Alves Dias
- 129 A análise: um lugar entre o *gourmet* e o *gourmand*
Analysis: a place between gourmet and gourmand
Luciana G. Kopelman Thalenberg
- ENTREVISTA
INTERVIEW
- I37 Radmila Zygouris
Por uma psicanálise laica
Towards a secular Psychoanalysis

DEBATE

DEBATE

- 161 Transmissão via inconsciente
Transmission via the unconscious
Carlos Henrique Kessler + Flávio Carvalho Ferraz +
Luis Meyer + Urania Tourinho Peres

LEITURAS

BOOK REVIEWS

- 171 Sobre totens e tabus [*Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*]
On totems and tabus
Noemi Moritz Kon
- 177 Cantando com Calderoni: sua poética da escuta clínica [*O silêncio à luz – ensaio para uma ciência do singular*]
Singing with Calderoni: on his psychoanalytic poetics of clinical work
Aline Camargo Gurfinkel
- 181 Perdão pelo tempo que passa [*A causa das crianças*]
An apology for transience
Lia Fernandes
- 184 A escrita da clínica, a clínica da escrita [*Clinicando. Escrita da clínica psicanalítica*]
Writing about practice, the practice of writing
Eva Wongtschowski
- 187 Destinos do sexual na teoria e nos sujeitos [*Escritos metapsicológicos e clínicos*]
Destinies of the sexual on theory and on subjects
Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)
- 194 O agente do oblíquo [*O Coletivo*]
The oblique agent
Rodrigo Godoy Fonseca

- 198 Brincar, fantasiar, olhar, ser olhado, o que essas expressões nos dizem a respeito da constituição de um sujeito? [Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa]
To play, to fantasize, to look, to be looked, what these expressions tell us about the constitution of a subject?
Cláudia Monti Schönberger
- 202 Contribuições freudianas às ciências cognitivas [O pioneiro esquecido: Freud e as ciências cognitivas]
Freudian contributions on Cognitive Sciences
Alcimar Alves de Souza Lima
- 205 Educadores em gestação [Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês]
Educators in pregnancy
Anna Mehoudar
- 208 Por um fio de esperança [Asas presas no sótão: psicanálise dos casos intratáveis]
For a thin thread of hope
Maria Angélica Braga de Oliveira e Alves + Rosemary de Fátima Bulgarão + Tereza Elizete Gonçalves
- 211 Enfrentando paradoxos na construção freudiana [Complexo de Édipo, Freud e a multiplicidade edípica]
Facing paradoxes on freudian construction
Miriam Chnaiderman
- 215 O ofício do psicanalista [Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação]
The psychoanalyst workmanshift
Richard Couto
- 219 Autismo e psicanálise: uma contradição? [Do silêncio ao eco. Autismo e clínica psicanalítica]
Autism and Psychoanalysis: a contradiction?
Izelinda Garcia de Barros

- 223 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 225 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 227 Onde encontrar *Percurso*
Where to find Percurso
- 231 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

Inventar uma instituição onde se evite a cristalização e o dogmatismo foi a marca inaugural do Curso de Orientação Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae, depois Curso de Psicanálise. Atualizá-la tem sido o princípio norteador dos movimentos que se lhe advieram.

Nove anos do Curso, várias assembleias, toma corpo o desejo de um lugar de formação continuada em que a produção teórico-clínica fosse o eixo em torno do qual psicanalistas – não mais vinculados à condição de professores e ex-alunos – pudessem se reunir e desenvolver trabalhos em diversas frentes.

Assim, em 1985, cria-se o Departamento de Psicanálise, sendo o Curso uma das suas áreas. Com o tempo, outras vão se desdobrando: Clínica, Formação Contínua, Eventos, Publicações, entre outras, diversificam os canais de uma pertinência que se legitima em torno de cada proposta de trabalho.

O compromisso renovado com a não cristalização de lugares põe em andamento outra série de discussões acerca de o Curso ser a única entrada para o Departamento, que àquela altura já tinha ganhado mundo por suas inúmeras realizações. Em uma assembleia de 1995, vota-se por sua abertura. Constituem-se novas fronteiras e outras questões. Elege-se a primeira Comissão de Admissão para o aprofundamento do debate e a seleção de novos membros.

Outras Comissões vieram e, no final de 2009, *Percurso* recebeu do atual grupo a proposta de realizar um número temático que, sob vários prismas, bem como nos diversos campos de articulação da revista – artigos, resenhas, entrevistas, debates e

traduções –, levasse adiante reflexões a partir do que vinham discutindo. Proposta aceita, apresentaram-se aqui os seus desdobramentos.

Um trabalho instigante, de Otto Kernberg, particularmente crítico quanto aos modelos de formação em vigor nas instituições psicanalíticas, foi traduzido especialmente para este número de *Percurso*. Texto que convida à reflexão e ao debate, por trazer à tona concepções sobre o método psicanalítico e sua transmissão.

Depois da tradução se seguem artigos de diferentes enfoques. Temas como o difícil percurso das primeiras mulheres analistas, suas contribuições e seus destinos, considerações sobre algumas consequências para a psicanálise da política de regulamentação, a questão da autorização do analista, o lugar da escrita na análise e na formação, o depoimento de colegas que participaram da primeira Comissão de Admissão do nosso Departamento, em 1995, bem como artigos escritos com base na exposição clínico-teórica que os candidatos realizam no tempo de sua passagem para a situação de pertencimento institucional ao Departamento, compõem o conteúdo deste número temático de *Percurso*. A eles se acrescentam, na seção Debates, as considerações de colegas ligados a diferentes instituições a respeito dos modos di-

versos de propor a análise do analista, um dos pilares da formação e, por certo, aquele que suscita maiores divergências.

Novamente convidada, Radmila Zygoris nos concede uma entrevista na qual, com a lucidez e a vitalidade de pensamento que já conhecemos, manifesta-se a favor de uma psicanálise laica, politicamente ativa contra o esmagamento do sujeito em uma cultura que supervaloriza a padronização, a normalização e o controle. Para isso, a formação dos jovens analistas precisa valorizar a multiplicidade de referências e estar atenta aos aspectos transferenciais de tutela e de endogamia presentes nas instituições.

Entre as resenhas, a que apresenta o livro de Jean Oury, *O Coletivo*, também chama a atenção para a necessidade de reflexão e formação permanentes no âmbito institucional, como instrumento da vigência e do vigor do discurso psicanalítico.

Há mais de um século, desde as discussões de quarta-feira em Viena, tais questões inquietam espíritos e mobilizam as paixões mais diversas.

É, nessa medida, e buscando ampliar o debate, que esperamos poder ser do interesse de outros analistas, de outras instituições, compartilhar aquilo que de certa maneira nos recorta.

Nota: Neste número de *Percurso* prestamos também uma homenagem a nossa colega Luciana Koppelman, falecida em 2009, publicando um dos seus últimos trabalhos. Com sua vivacidade e generosidade, Luciana contribuiu ativamente para o avanço de importantes questões em nossa instituição. O texto aqui apresentado é uma comunicação feita em Simpósio deste Departamento.

Algumas palavras da Comissão de Admissão

Em 1985, surge, como desdobramento e sucessor do Curso de Especialização em Psicanálise – compreendido, a partir de então, como um dos segmentos possíveis para a formação de psicanalistas –, o Departamento de Psicanálise. Um Departamento que se viabiliza, por um lado, pelo crescimento e fortalecimento do curso dentro do Instituto Sedes Sapientiae e por seus efeitos no campo psicanalítico mais amplo, e, por outro, pelo desejo de construir uma instituição de formação contínua de psicanalistas, alternativa à IPA (*International Psychoanalytical Association*).

Sua construção nos trará os benefícios e, ao mesmo tempo, as dificuldades que resultam dos complexos movimentos instituintes. Podemos fazer mais e, com sorte, melhor, mas a instituição então construída cobrará, de cada um de seus membros, posicionamentos que, na interface entre o político e o psicanalítico, surgem, por vezes, como um conflito entre a submissão ao coletivo e a apropriação da singularidade.

O Departamento de Psicanálise se torna lugar de referência, proposta de formação; suas posições éticas e políticas se fazem sentir na clínica desenvolvida e aceita por esta associação, trazendo a marca do plural e do diverso que pode despontar em suas produções.

A procura por inserção em seus grupos de estudo e trabalho cresce e faz surgir um dispositivo destinado a cuidar da admissão dos interessados neste pertencimento, vindos ou não do curso *Psicanálise*. Em 1995, é instituída a Comissão de Admissão.

Ao longo do tempo, a Comissão de Admissão se consolida como importante analisador dos movimentos constitui-

vos de nosso Departamento. As especificidades e dissensões que se entrelaçam na formação teórica, as riquezas e propostas inovadoras da clínica em sua diversidade, as produções escritas e seus efeitos no campo psicanalítico chegam à Comissão e nos informam sobre o que compõe nossa associação.

Conceito fundamental da psicanálise, e seu operador clínico por excelência, a transferência vivida na instituição deixa rastros. Nos processos de admissão, é a leitura dos movimentos formativos de cada candidato que nos dá o fio de cada percurso. Seguir este fio até o momento da admissão nos permite vislumbrar o trajeto do candidato em seus pontos de passagem e ultrapassagem, quando, pela força do desejo e dos amores transferenciais, ele pode manifestar sua intenção de se inserir como psicanalista nesta associação. O fio também nos dá mostras dos momentos de criação e dos nós em que se amarra mais fortemente o estilo de cada um no seu fazer clínico.

A forma como o candidato se apresenta e apresenta sua clínica manifesta o latente dos conflitos vivenciados nos diferentes lugares do Departamento. Os impasses criados quando a Comissão se pergunta por critérios mais explícitos de ingresso ou inserção também constituem vias de acesso às tessituras institucionais. Esses são alguns dos motivos pelos quais a aceitação e o veto a candidatos tornam-se, por vezes, trabalho de difícil consenso.

Sabemos que a formação de um psicanalista, ainda que se apoie no tripé análise pessoal, supervisão e estudos teóricos, não traz garantias de um fazer psicanalítico ético, e nem isenta o ofício das marcas próprias aos embates fratricidas

e parricidas. Embates geracionais são uma constante e, não raramente, um porto de ancoragem sintomática para todos. A instituição Psicanálise está, tanto como outras, à mercê das complexidades que advêm das disputas pela instauração de poderes, lugares, funções e novos espaços de formação e transmissão. Mas a história da psicanálise nos ensina que o principal trabalho em suas instituições é, justamente, a assunção e a elaboração do que falha nos vínculos estabelecidos entre os vários elementos e grupos, na comunidade que somos capazes de formar e na inserção de cada um de nós. O desafio maior é conjugar a singularidade e o psicanalítico institucionalizado.

À Psicanálise cabe sempre, e ainda mais quando tornada instituição, o ônus de um incessante trabalho ético, isto é, analisar e criticar os riscos do uso indevido de nosso operador clínico, a transferência. Freud nos legou esse saber: é com a transferência que caminhamos, mas é também por ela que toda a resistência à mudança vem à tona.

O cotidiano do trabalho na Comissão de Admissão nos colocou frente ao desejo de escrever sobre essas inquietações e, quem sabe, suscitar outras. Nosso ofício como psicanalistas nos é caro e nossa marca ao exercê-lo é o cuidado, a reflexão e a seriedade no trato com as singularidades, apareçam elas na clínica ou em um processo de admissão ao Departamento de Psicanálise.

Queremos, com este número temático, colaborar para que o fazer e a ética psicanalíticos não se tornem burocráticos e anacrônicos, ainda que institucionalizados.

A parceria com a revista *Percurso* mostrou-se valiosa para a realização dessa jornada.

COMISSÃO DE ADMISSÃO, BIÊNIO 2009-2011

Anna Maria Alcântara do Amaral,
Anna Mehoudar, Célia Klouri,
Claudia Justi Monti Schönberger,
Cleide Monteiro, Decio Gurfinkel,
Eva Wongtschowski, Noemi Moritz Kon,
Oswaldo De Vitto, Rita Cardeal.

Trinta maneiras de destruir a criatividade dos candidatos à psicanálise

Otto Kernberg

Otto Kernberg é psicanalista e professor no Weill Cornell Medical College, conhecido pelas suas teorias sobre a organização da personalidade *borderline* e as patologias narcísicas. Foi presidente da International Psychoanalytical Association (IPA). Recebeu os prêmios Heinz Hartmann da New York Psychoanalytic Society and Institute (1972), Edward A. Strecker do Institute of Pennsylvania Hospital (1975) e George E. Daniels da Association for Psychoanalytic Medicine. (1982).

Tradução Sérgio Telles.

Resumo O autor examina aspectos formais da formação psicanalítica que fomentam ou inibem a criatividade no trabalho dos candidatos. Cita trinta características dos institutos psicanalíticos que inibem a criatividade dos candidatos em seu trabalho e que, indiretamente, lançam luz sobre problemas da formação psicanalítica que requerem nossa atenção. Tais características incluem o fazer, sistematicamente, mais lento o progresso institucional dos candidatos; o ensino repetitivo e inquestionável dos artigos mais importantes de Freud; tendências monolíticas quanto aos enfoques teóricos; isolamento dos candidatos em relação às atividades profissionais e científicas da Sociedade Psicanalítica; incremento das relações hieráticas entre os docentes de psicanálise; rituais de graduação; desestímulo de contribuições originais por parte dos candidatos; isolamento intelectual dos institutos; falta de apresentação de trabalhos clínicos pelos membros docentes de mais experiência; descuido do estudo das controvérsias relativas à técnica psicanalítica; características “paranoiagénicas” da relação entre docentes em relação aos requisitos exigidos aos candidatos; o sistema “convoy” (de super-proteção); descuido do estudo dos limites científicos e culturais e das aplicações da psicanálise e efeitos dos conflitos institucionais sobre a admissão de analistas em formação.

Palavras-chave transmissão da psicanálise; formação do psicanalista; crítica institucional; criatividade.

Otto Kernberg escreveu este artigo pouco antes de assumir a presidência da International Psychoanalytical Association (IPA). O texto apareceu inicialmente no número 77 do *International Journal of Psycho-analysis*, em 1996, e logo foi traduzido para o português por Suzana Muszkat para o “Livro Anual de Psicanálise”, que o publicou no volume XII daquele mesmo ano.

Por ser uma corajosa abordagem de problemas ligados à formação do analista, pareceu-nos pertinente sua inclusão neste número da *Percursos*. Através de Elias da Rocha Barros, a quem agradecemos, entramos em contato com o *International Journal of Psycho-analysis* e com a editora inglesa Wiley, que prontamente nos autorizaram a realizar uma nova tradução e a publicá-la em nossa revista.

Quando se fala da formação analítica, são citados sempre os três elementos indispensáveis – a análise pessoal do candidato, a supervisão e os cursos teóricos. Nunca se mencionam as contingências da instituição analítica onde se desenrolará tal processo. Kernberg rompe com a repressão e desnuda as manobras do poder institucional que se escondem atrás de supostos cuidados necessários com a formação do candidato.

Em clave irônica, Kernberg mostra como a própria organização do ensino parece ter como objetivo primordial abafar qualquer entusiasmo com o texto freudiano e a psicanálise, matando no nascedouro qualquer desejo que os candidatos possam abrigar no sentido de ajudar no progresso e desenvolvimento desse conhecimento.

O ensino se confunde de tal forma com as engrenagens da política institucional, que logo os alunos entendem que, para garantir o progresso em seu trajeto de formação, as lealdades aos grupos de



a forma deste modelo de formação faz os estudantes idealizarem intensamente os professores, supervisores, analistas mais velhos e a própria instituição

poder são mais importantes do que a posse do conhecimento em si.

É verdade que Kernberg mostra os erros das sociedades organizadas dentro dos padrões estabelecidos pela IPA e poder-se-ia rápida e aliviadamente dizer que as outras instituições não padecem dessas distorções.

Seria um equívoco pensar assim. O que Kernberg mostra pode ser reconhecido com facilidade em outras instituições psicanalíticas fora da IPA e mesmo em instituições não analíticas. Afinal, tais patologias florescem em todas as instituições. Elas giram em torno das manipulações pelo poder, do empenho na manutenção inquestionada do status quo e da ideologia prevalente, o que impõe a eliminação dos dissidentes e contestadores. As lutas pelo prestígio respondem à esfera do narcisismo, comum a todo ser humano.

Era de supor que nós, analistas, pudéssemos organizar nossas instituições de forma diferente, como diz Derrida, ou seja, usando os instrumentos que a psicanálise nos fornece. No caso em pauta, isso poderia significar o dispor-se a empreender uma permanente “autoanálise institucional” – se é que podemos falar assim, se é que isso é factível. Tarefa fácil seguramente não seria, mas a dificuldade em conceber medidas que impeçam distorções tão graves não deveria ser um obstáculo e sim um estímulo a executar um trabalho que se impõe e que nos convoca a todos.

Como mostra Kernberg, a forma como este modelo de formação está estruturado faz com que os estudantes idealizem intensamente os professores, supervisores, analistas mais velhos e a própria instituição.

O que aconteceria se os alunos estudassem textos como este já no início do curso e fossem alertados contra os possíveis desmandos decorrentes da patologia institucional? Isso inviabilizaria o estabelecimento das transferências necessárias à análise e ao aprendizado teórico? Penso que não, a fantasia dos

candidatos logo acharia suportes diversos para se apoiar. Mas possivelmente se conseguiria evitar que a instituição manipulasse em seu próprio proveito os aspectos mais frágeis e regressivos dos candidatos. Com isso talvez se evitasse a cristalização dos desvios mais grosseiros, das seduções mais enganadoras.

Não deveria ser feita uma experiência nesse sentido em nossa própria instituição?

Até agora falamos das distorções que surgem dentro do processo de formação que tem como modelo os protocolos estabelecidos há longo tempo pela IPA e reproduzidos, com maiores ou menores modificações, por muitas outras instituições.

A partir do momento em que a IPA perdeu o monopólio do ensino da psicanálise aqui no Brasil, assistimos a uma proliferação de instituições as mais variadas que se propõem a transmitir o legado freudiano. É de perguntar como lidam com as questões próprias da formação analítica.

Enquanto há três décadas candidatos que estavam em análise didática por longos anos não podiam se apresentar como “psicanalistas” e se diziam “psicoterapeutas de linha analítica”, hoje em dia ouve-se, a torto e a direito, pessoas que se intitulam “psicanalistas”.

Será que trocamos um tipo de exagero por seu oposto?

Para concluir, lembramos o conhecido aforismo de Freud, de que há três profissões impossíveis – governar, psicanalisar e educar.

O ensino da psicanálise conjuga dois destes ir-reconciliáveis impossíveis.

Embora em determinados momentos, como em “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico” (1916), o próprio Freud diga que a psicanálise é um “processo educativo”, há uma antinomia entre o lugar do pedagogo (professor, mestre, educador, o que ensina) e aquele ocupado pelo psicanalista, tal como especifica Catherine Millot. Ainda assim, diz ela, “pode-se deduzir uma ética da experiência analítica na qual a pedagogia poderia se inspirar: ética fundada na desmistificação da função do ideal, fundamentalmente enganador e contrário a uma lúcida apreensão da realidade”¹.

SÉRGIO TELLES

Alguns anos atrás, ao discutir com uma colega sobre as formas de incrementar o desempenho dos candidatos em formação psicanalítica, ela me disse sorrindo: “Nosso problema não é tanto incrementar a criatividade e sim tentar não inibir a criatividade naturalmente estimulada pela natureza de nosso trabalho”². Seu comentário desencadeou em mim lembranças e observações feitas ao longo de meus estudos, de minha atividade como professor e de minha participação no ensino psicanalítico em diferentes sociedades e institutos. Decidi juntar estas observações, discuti-las com colegas e finalmente agrupar sob um formato negativo aquilo que, em última instância, é um apelo em defesa da criatividade psicanalítica. Para um formato positivo deste estudo, recomendo ao leitor o texto de 1986, no qual apresento, por um lado, uma análise sistemática da relação entre a estrutura organizacional e o funcionamento dos institutos psicanalíticos e, por outro, seus efeitos na formação psicanalítica. Como uma excelente revisão dos problemas atuais na formação psicanalítica, o resumo da *Quinta Conferência de Analistas Didatas da International Psychoanalytical Association (IPA)* em Buenos Aires, feito por Wallerstein (1993), pode servir como um importante pano de fundo para o que segue.

A lista das formas de inibir a criatividade de um candidato a psicanalista que segue não pretende ser exaustiva, apesar de, espero, cobrir os problemas mais importantes. Então, aqui estão minhas recomendações de como inibir com eficácia a criatividade no processo de aprendizagem em nossos institutos:

1. Retarde o processamento dos pedidos de inscrição; adie a aceitação dos candidatos; torne mais lenta a divulgação de informações para eles: isso ajudará, por sua vez, a lhes diminuir o ímpeto. Se o encaminhamento dos candidatos é sistematicamente vagaroso e pouco ágil, se seus relatos clínicos são submetidos a numerosas revisões e,

1 C. Millot, *Freud antipedagogo*.

2 L. Schacht, comunicação pessoal.

»
*qualquer análise crítica das
conclusões de Freud tem que ser
adiada até que os alunos tenham lido
Freud por inteiro*

particularmente, se longos períodos de espera na incerteza se tornam parte integrante de sua experiência no processo de formação, eles tenderão, por sua vez, a se tornar lentos para responder e tomar iniciativas. Mais lento o processo de aceitação e encaminhamento, mais os próprios candidatos evitarão os passos finais para concluir a formação, ter autonomia e buscar a posição de membros da sociedade; e, é claro, mais adiarão suas contribuições na produção científica, se é que o farão algum dia.

2. Os escritos de Freud serão de boa utilidade para desencorajar o interesse dos candidatos em pensar por conta própria. Os instrutores devem insistir para que os candidatos leiam Freud cuidadosamente, em ordem cronológica, de forma completa e exaustiva, assegurando-se de que eles aprendam exatamente em que consistia sua teoria em qualquer ponto de seus desdobramentos. Os professores devem deixar clara a mensagem de que qualquer análise crítica das conclusões de Freud tem que ser adiada até que os alunos tenham lido Freud por inteiro e tenham mais experiência e conhecimento no campo psicanalítico. Antes de tudo, eles precisam saber, tanto quanto possível, o que Freud pensava: conseqüentemente, é útil dissociar o ensino dos textos de Freud de qualquer crítica externa ou contemporânea de seu trabalho, de temas controversos atuais ou ainda de problemas clínicos de candente atualidade. A proteção dos textos freudianos contra a contaminação por outras teorias ou críticas fará maravilhas no sentido de diminuir gradualmente o interesse dos candidatos pelos desenvolvimentos posteriores do pensamento psicanalítico. É importante que o instrutor mantenha em mente que são as *conclusões* às quais Freud chegou o que tem



*o pensamento crítico é bem-vindo,
desde que confirme as opiniões de seus
líderes dominantes mais importantes*

de ser ensinado e memorizado, e não o processo de pensamento de Freud. De fato, se os estudantes se apercebem da metodologia do pensamento de Freud, que era indiscutivelmente revolucionário, isso poderia levá-los a fazer perigosas identificações com sua originalidade, pondo assim a perder o objetivo de manter o foco isolado e exaustivo em suas conclusões³.

3. Um útil reforço na destruição de qualquer possível entusiasmo a respeito da escrita freudiana pode ser conseguido ao designar, no começo de cada novo seminário, alguns dos textos mais criativos e importantes de Freud, descer a grandes detalhes quanto a tudo que ele disse nesses artigos já então familiares e sublinhar suas conclusões. Essa tranquilizadora repetição de aspectos plenamente estabelecidos dos trabalhos de Freud, combinada com a ênfase toda especial que lhe é dada no currículo, dessensibiliza os estudantes à contribuição de Freud, processo entorpecedor que fica ainda mais intensificado ao fazer os estudantes escreverem extensivos sumários destes trabalhos ou fazê-los apresentar nas aulas resumos daquilo que todos já leram. Pode-se incrementar ainda mais o processo ao se exigir exames específicos sobre o conteúdo do trabalho completo de Freud como pré-condição para avançar nos seminários.

4. Esteja bem atento a candidatos que tendem a questionar as opiniões de qualquer um dos autores preferidos e prestigiados em sua instituição psicanalítica. Deixe clara a mensagem de que o pensamento crítico é bem-vindo, desde que confirme as opiniões de seus líderes dominantes mais importantes. Não deixe de premiar os estudantes que estejam entusiasmados e inteiramente convencidos com aquilo que você lhes ensina (exceto, é claro, as

contribuições das “escolas divergentes” – espera-se que estas provoquem apropriadas reações de incredulidade e indignação entre os estudantes). Se, com tato e firmeza, você mostra apreço pelos estudantes que concordam com a visão oficial de sua instituição, as tentações para desenvolver visões novas, diferentes, questionadoras ou divergentes poderão gradualmente desaparecer⁴.

5. Procure evitar que seus alunos participem prematuramente dos encontros científicos de sua sociedade psicanalítica ou sejam convidados para reuniões onde colegas respeitados possam discordar entre si de forma áspera. Isso pode ser justificado alegando-se o cuidado necessário para que a análise didática pessoal não seja perturbada por influências externas prematuras, particularmente aquelas que poderiam perturbar o anonimato do analista didata. Numa sociedade psicanalítica pequena, é sempre possível justificar a proibição de candidatos frequentarem seus encontros científicos alegando que, num grupo tão pequeno, seria difícil evitar o contato entre os candidatos e seus analistas fora da sessão, e isso, por sua vez, justifica perfeitamente a não comunicação entre o ensino do instituto e as atividades científicas da sociedade e do pensamento psicanalítico.

6. Controle cuidadosamente os cursos opcionais: esses cursos são habitualmente usados pelos membros mais jovens da instituição para apresentar ideias novas e desafiadoras. Vigie com atenção os seminários opcionais e mantenha-se alerta às possibilidades de que eles possam perturbar a visão harmoniosa e integrada da psicanálise mantida por seu instituto ou por sua sociedade.

7. Mantenha uma rígida separação entre os seminários dos alunos em formação e o dos analistas já formados. Por sorte, a maioria das instituições psicanalíticas tem uma compreensão intuitiva da importância de evitar a mistura prematura de candidatos e analistas formados nos mesmos seminários: os candidatos com facilidade descobririam nos analistas já formados as mesmas in-

certezas, inseguranças e atitudes questionadoras que são forçados a reprimir. Isso pode perturbar uma saudável idealização da eficácia dos processos de formação analítica e acabar com a ilusão de que existe uma enorme diferença entre candidatos e analistas formados.

8. A preservação nos alunos de um saudável respeito pelos mais velhos pode ser conseguida ao se constituírem grupos formados por antigos analistas didatas e jovens analistas recém-formados que almejam ser didatas no futuro, como o objetivo de ensinar em alguns cursos e/ou seminários. Mantenha uma clara hierarquia entre os velhos e os jovens no curso. Se o analista jovem respeitosamente se curva frente às opiniões do analista mais velho e transmite, com seu próprio comportamento, a indubitável aceitação de sua autoridade; se, de fato, ele mostra incertezas e inseguranças a quanto de iniciativas ele pode se dar no ensino de qualquer seminário, a mensagem da necessidade de aceitar e não questionar a autoridade estabelecida será reforçada. Você pode acentuar a hierarquia por meios simples: por exemplo, nas reuniões profissionais, reserve os melhores assentos da frente para os membros mais velhos.

9. Reforce os rituais da formação por quaisquer meios inteligentes que lhe possam ocorrer: este é um campo com grandes potencialidades. Por exemplo: você pode pedir ao candidato para escrever um caso para a apresentação final e então submeter este manuscrito a numerosas revisões e correções. Com isso, os candidatos adquirem um saudável respeito pelas enormes dificuldades inerentes à escrita de um trabalho aceitável para publicação. Ou ainda, peça ao candidato para apresentar um trabalho à sociedade analítica. Os debatedores deste trabalho deverão ser os mem-

»
*nas reuniões profissionais, reserve os
melhores assentos da frente para
os membros mais velhos*

bro mais antigos e graduados daquela sociedade, que não terão, eles mesmos, escrito qualquer coisa há muito tempo. As exigentes expectativas quanto ao que deveria ser incluído num trabalho científico devem ser comunicadas através de uma crítica exaustiva da apresentação do candidato. Uma variante disso é fazer com que um comitê constituído por aqueles analistas mais velhos transmita ao candidato esta mesma avaliação. Em alguns países, efeito semelhante tem sido alcançado através de voto secreto por parte de todos os membros da sociedade, decidindo se o trabalho do candidato é aceitável e preenche os critérios para a admissão para a própria sociedade. Quando divisões políticas significativas dentro da sociedade fazem com que os jovens candidatos automaticamente se inclinem para o grupo de poder do seu próprio analista didata, o trabalho científico com o qual pleiteia admissão pode se transformar numa excelente fonte de ansiedade sobre os perigos ligados ao trabalho científico⁵.

10. Enfatize a ideia de que são necessários muitos anos de experiência clínica para que o entendimento da teoria e da técnica psicanalíticas, sem falar nas aplicações da psicanálise em outros campos, esteja profundo e sólido o bastante para justificar a tentativa de alguém querer contribuir com a ciência da psicanálise. Levante delicadamente, mas sem delongas, a questão de até que ponto as tentativas do candidato de não só apresentar trabalhos, como desejar publicá-los (!), podem refletir uma competitividade edipiana ou conflitos narcísicos mal resolvidos. Se jovens analistas publicam raramente e se precisam que os analistas mais velhos aprovem seus manuscritos antes de enviá-los para publicação, este costume pode vir a ser um consenso estabelecido entre os candidatos

3 A. Green (1991), "Preliminaries to a discussion of the function of theory in psychoanalytic training".
4 M. F. Giovannetti (1991), "The couch and the Medusa: brief considerations on the nature of the boundaries in the psychoanalytic institution". A. Lussier A. (1991), "Our training ideology".
5 M. Bruzzone et al. (1985), "Regression and persecution in analytic training. Reflections on experience", p. 411-415.



evite estimular os candidatos a colocarem alguma ideia própria nova ou original em seu próprio trabalho

e pode reforçar seu medo de publicar. Naturalmente, evite estimular os candidatos a colocarem alguma ideia própria nova ou original em seu próprio trabalho; a escrita deve ser uma obrigação desagradável, nunca um prazer ou uma fonte primária de orgulho em contribuir para a ciência da psicanálise enquanto ainda estudante⁶.

11. Pode ser de muita utilidade mostrar que a psicanálise é entendida e desenvolvida adequadamente apenas em lugares muito distantes de sua própria instituição e, de preferência, numa língua não conhecida pela maioria dos estudantes. Se as exigências da formação fazem com que os estudantes não tenham condições de passar uma longa temporada naquele distante lugar ideal, eles poderão ficar convencidos de que é inútil tentar desenvolver a ciência psicanalítica num lugar tão distante de onde são ensinados as verdadeiras e únicas teoria e técnica. E esta convicção será duradoura.

12. Os candidatos deveriam ser desencorajados a fazer visitas precoces a outras sociedades ou institutos, a participar de congressos e encontros ou a fazer trabalho analítico em outras instituições. Isso vale particularmente para aqueles encontros em sua própria cidade, região ou país, e complementa a idealização dos lugares distantes e de língua estrangeira, inacessíveis a seus candidatos. Por sorte, algumas sociedades e institutos psicanalíticos ergueram poderosas muralhas contra a intrusão de visitantes estrangeiros, exceto aqueles recebidos ocasionalmente, a serem abatidos em reuniões cuidadosamente preparadas. Em vários lugares do mundo seria muito difícil para um candidato transferir-se de um instituto a outro, de um país para outro e até mesmo de uma cidade para outra, sem ter de enfrentar múltiplos obstáculos.

Isso ajuda a evitar comparações potencialmente prejudiciais, mantém o zelo com os experimentos com novas metodologias educacionais feitas pelos institutos e sociedades psicanalíticas e afasta a contaminação por um questionável espírito de mudança e inovação.

13. Indique sempre o dobro de publicações que seria razoável esperar que os alunos absorvam entre um seminário e outro. Peça-lhes para apresentar resumos a seus colegas, teste em detalhe a extensão do que leram e, como já foi dito antes, não se esqueça de acrescentar aqueles trabalhos de Freud que eles já leram em muitos seminários. Outra medida útil pode ser a não indicação de qualquer texto publicado há menos de vinte anos. Isso leva a crer que as contribuições verdadeiramente importantes já foram feitas e que pouco deve ser esperado dos novos desenvolvimentos na teoria e na técnica feitos recentemente, inclusive, é claro, qualquer ideia que pudesse estar germinando na mente dos estudantes.

14. Ao contrário de alguns institutos que deixam as decisões a respeito de se os candidatos podem assistir aos seminários dados por seus próprios analistas didatas abertos à exploração conjunta desta questão pelo próprio analista e seu analisando, faça disso um rígido princípio de que os candidatos jamais deveriam participar de um seminário dado por seu analista didata. De fato, assegure-se de que os candidatos não apareçam em reuniões, painéis ou em quaisquer outras reuniões profissionais onde a transferência poderia ser perturbada por informações objetivas sobre o trabalho profissional de seus analistas, para que o desejável anonimato para a análise didática não seja perturbado. O anonimato alimenta idealizações inanalizáveis e uma saudável insegurança⁷.

15. Pode ser muito útil dar proeminência, nas leituras indicadas, aos trabalhos dos membros mais importantes de sua própria instituição, que devem ser ensinados, de preferência, não por eles mesmos e sim por seus alunos atuais ou ex-alunos.

Assegure-se de indicar trabalhos de outros autores que reforcem as opiniões dos líderes locais e inclua apenas uma ou duas opiniões discordantes, com o único objetivo de expor suas debilidades. Este foco nas leituras indicadas pode ser complementado pela indicação de um texto científico ou um estudo de caso a ser apresentado pelo estudante como parte do processo de formação, com uma cuidadosa ênfase na necessidade de que ele cite os autores teóricos preferidos localmente em apoio às observações de seu trabalho.

16. De forma ideal, a exposição dos alunos às escolas alternativas de psicanálise deveria ser evitada tanto quanto possível. Nos seminários para alunos mais avançados, trabalhos específicos representando abordagens dissidentes ou desviantes deveriam ser brevemente comentados, no intuito de equilibrar visões opostas, mas devidamente rejeitadas. É muito útil convidar os líderes de diferentes enfoques teóricos para rápidos seminários que poderiam, excepcionalmente, incluir estudantes, analistas já formados e instrutores do curso. Estes últimos podem participar para assegurar que os estudantes podem testemunhar o impiedoso desmantelamento do representante da opinião contrária. Seminários de um dia com um líder dissidente, cujas opiniões são atacadas de forma respeitosa mas inabalável, podem contribuir para reassegurar que a escola local sabe mais, que a mente do estudante fique em paz e que as novas ideias, apesar de perigosas, podem ser destituídas de seu potencial subversivo.

17. Sempre faça com que o menos experiente dos candidatos apresente casos frente aos mais experientes do grupo. Os analistas mais experientes jamais deveriam apresentar casos num grupo de candidatos: as incertezas do trabalho e os inevitáveis erros dos analistas mais velhos podem apagar o sentimento de autocrítica, o medo das

- 6 R. Britton (1994), "Publication anxiety: conflict between communication and affiliation", p. 1213-1224.
- 7 O. F. Kernberg (1986), "Institutional problems of psychoanalytic education, p. 799-834".

»
a exposição dos alunos às escolas alternativas de psicanálise deve ser evitada tanto quanto possível

repreensões e a natural modéstia dos candidatos que estão começando seu trabalho profissional. A convicção de que os já formados trabalham melhor do que os candidatos, de que os analistas didatas trabalham melhor do que os analistas comuns e que os analistas didatas mais velhos trabalham melhor do que os mais novos garante as inseguranças do candidato.

18. Tome providências para que sejam preteridos ou estimulados a desistir da formação os candidatos excessivamente críticos ou rebeldes que ameçam a atmosfera harmoniosa nos seminários, desafiam seus instrutores mais velhos ou ousam falar publicamente contra os analistas didatas na frente de seus pacientes (que irão possivelmente, é claro, relatar tais conversas em suas sessões). Não é tão difícil fazer isso, por exemplo, através da morosidade na aprovação de seus casos supervisionados. Pode-se ainda agendar encontros com líderes de seminário nos quais os candidatos problemáticos são discutidos criticamente. As informações sobre essas discussões só devem chegar indiretamente aos candidatos em questão através de seus supervisores ou tutores, os quais, de forma amistosa, comunicam-lhes a avaliação negativa feita pela instituição a respeito deles. Se um candidato recebe suficiente informação através de um terceiro ou quarto intermediário daquilo que é dito sobre ele, isso eventualmente o fará mudar de atitude na direção desejada pela instituição ou o levará a desistir. Uma vez que o candidato tenha desistido ou que se lhe tenha solicitado para se afastar, nunca mais mencione seu nome e mantenha um silêncio discreto sobre todo o episódio: a ideia de que algo assustador e perigoso teria ocorrido, sobre o que misericordiosamente ninguém quer falar, terá um poderoso impacto no grupo de estudantes.



*os supervisores poderão desenvolver
uma função crucial na inibição
da confiança dos candidatos*

19 – Nos anos recentes, um novo e maravilhoso método para restringir o entusiasmo com a formação analítica foi encontrado sob a forma de um ano de aulas informal e preparatório: nele a teoria e a técnica psicanalíticas inteiras podem ser brevemente sumarizadas em nível colegial simples e introdutório, onde já são expostos os temas centrais do pensamento freudiano que serão discutidos com mais detalhes posteriormente, bem como se fornece aos alunos uma breve história introdutória da psicanálise, desde seus primórdios até o presente. Ao mesmo tempo, é enfatizado que tudo isso são áreas nas quais o conhecimento deles será aprofundado posteriormente. Como muitos candidatos já terão estudado a teoria psicanalítica em diferentes níveis, o processo de embotamento pela repetição já terá começado nesse nível introdutório. A sensação de não conhecer realmente de forma completa o que será ensinado e desejos impacientes por explorações mais profundas podem ser induzidos desta maneira, junto com a simplificação rotineira dos conceitos básicos que os privará de seu entusiasmo quando estes temas forem explorados em detalhe mais tarde. E, naturalmente, você pode usar esse método para provocar a perda de interesse em qualquer curso de nível “introdutório”, insinuando que o material “pra valer” será apresentado em outro lugar.

20 – Não estabeleça um curso atualizado de técnica psicanalítica. Concentre o ensino da técnica nos textos introdutórios de Freud sobre o método psicanalítico e em seus casos clínicos. O Homem dos Ratos, o Homem dos Lobos, Dora, Joãozinho já terão sido lidos, é claro, no estudo mais amplo da obra freudiana, mas agora esses textos podem ser vistos novamente com o objetivo de ensinar os princípios gerais da técnica psicanalítica. Se o candidato

adquire conhecimento em algum outro lugar sobre os novos desenvolvimentos e abordagens alternativas do processo psicanalítico, como infelizmente é quase inevitável hoje em dia, sua ansiedade sobre sua própria falta de familiaridade com as diferentes abordagens da, digamos, *ego-psychology*, das escolas francesas, das escolas britânicas, etc., causará um aumento da insegurança sobre seu trabalho. Isso diminuirá sua confiança em contribuir para os desafios que a população dos pacientes de hoje nos apresentam. Se, ao mesmo tempo, é insinuada sutilmente a ideia de que o trabalho psicanalítico é, na verdade, uma arte que será dominada intuitivamente e que o crescimento e a intuição dependerão do progresso em suas análises pessoais e nas supervisões, esta ansiedade pode manter seus úteis efeitos inibitórios por um longo período de tempo⁸.

21 – Os supervisores poderão desenvolver uma função crucial na inibição da confiança dos candidatos em seu próprio trabalho e na possibilidade de aprender com a própria experiência. É importante que os supervisores falem o menos possível. De fato, pode ser útil o candidato sentir uma continuidade natural entre sua condição de paciente de análise e sua posição de supervisando. A escuta cuidadosa e silenciosa do supervisor à apresentação do trabalho do candidato com seus pacientes, com um ocasional comentário ilustrando o que o candidato fez de errado, pode manter o candidato numa saudável incerteza e humildade em relação a seu próprio trabalho. Seu esforço para construir, para si mesmo, a moldura mental que determina as opiniões de seu supervisor ocupará sua mente, a ponto de influenciar significativamente o trabalho com seus pacientes. O candidato deve sentir que é absolvido dos graves erros de seu trabalho caso siga os conselhos de seu supervisor sem questioná-los e demonstre ao supervisor que fez o tipo de interpretação que ele entendeu que o supervisor teria feito naquelas circunstâncias. Este desenvolvimento prevenirá o perigoso processo pelo qual o candidato poderia integrar para si mesmo uma teoria ou um enfoque pessoal da técnica por ele mesmo desenvolvido e modificado criativamente

ao testá-lo na situação do tratamento, tendo em conta o desenvolvimento autônomo de seu paciente. Se os supervisores nunca se reúnem para discutir seus enfoques pedagógicos educacionais quanto à supervisão, e se uma cisão completa é mantida entre a instituição que ensina técnica psicanalítica e os supervisores dos casos de controle, um caos e uma confusão produtivos podem fazer o candidato concluir que demorará muitos anos antes que ele possa dominar suficientemente bem as técnicas analíticas para ousar contribuir criativamente com elas.

22 – Um certo grau de medo paranoide, que é a contraparte dos processos de idealização desencadeados pela análise didática, permeia a maioria das instituições psicanalíticas, mas é importante lembrar que, de fato, toda organização social luta com tais desenvolvimentos. Esse medo paranoide pode contribuir para desencorajar os candidatos no que diz respeito a qualquer trabalho independente, a iniciativas corajosas ou pesquisas desafiadoras. Felizmente, não é difícil estimular os medos paranoides através de variadas medidas. A mais eficaz tem sido o depoimento do analista didata sobre o desenvolvimento dos candidatos em análise com ele. A tradição dos analistas didatas relatores, ou seja, de que analistas didatas informem ao comitê educacional sobre a habilitação de seus analisandos para começar os cursos teóricos ou assumir seu primeiro caso de supervisão, etc., tem sido o instrumento inventado dentro da formação psicanalítica que mais gera paranoia. É lamentável que esse instrumento tenha sido eliminado e até mesmo considerado antiético pela maioria dos institutos psicanalíticos. Afortunadamente, a incontrolável tendência de alguns analistas didatas de indicar com sutis gestos e sem dizer uma palavra o que efetivamente sen-

- 8 J. A. Arlow (1991), "Address to the graduating class of the San Francisco Psychoanalytic Institute, 16 June 1990", p. 15-16, 21.
9 J. Dulchin & A. J. Segal (1982a), "The ambiguity of confidentiality in a psychoanalytic institute", p. 13-25. J. Dulchin & A. J. Segal (1982b), "Third party confidences: the uses of information in a psychoanalytic institute", p. 27-37. J. E. Lifschutz (1976), A critique of reporting and assessment in the training analysis, p. 43-59.

»
*o medo das consequências de um
comentário descuidado
é um saudável suporte para
desenvolvimentos paranoides*

tem sobre seus candidatos ainda continua viva. Essa atitude pode ser alimentada pela utilização do sistema do "telefone sem fio", ou seja, a utilização do que os candidatos dizem para seus analistas didatas sobre o que outros candidatos dizem a respeito deles, como um modelo para movimentos de retaliação por parte desses analistas didatas. Pelo menos, o medo das consequências de um comentário descuidado é um saudável suporte para desenvolvimentos paranoides⁹.

23 – Outro método perfeitamente legítimo para aumentar o temor paranoide nos candidatos é simplesmente deixar de informá-los plena e adequadamente sobre requerimentos, expectativas, leis, regulamentos e canais para queixas e pedidos de reparação. Para começar, não informe regularmente os candidatos sobre como eles estão progredindo, nem como são vistos pelos professores e pela instituição. Apenas os informe sobre seus erros ou falhas, usando as formas indiretas já mencionadas. Que os supervisores não sejam francos e explícitos com seus supervisandos, de modo que eles tomem conhecimento indireto de como estão sendo avaliados – através de seu tutor, do diretor do instituto ou através dos rumores e mexericos – pode contribuir poderosamente para reforçar reações paranoides. É perfeitamente legítimo remeter todas as perguntas dos candidatos ao manual oficial de instruções e evitar reuniões periódicas para troca de informações. Em alguns institutos, o diretor se reúne com o grupo inteiro de candidatos, o que tende a produzir uma atmosfera de descontração, autonomia e potenciais desafios à autoridade, todas elas muito perigosas!

24 – O exemplo dado pelos líderes mais velhos da comunidade psicanalítica local é extremamente



*evite aceitar e treinar o dissidente
que deseja aprender psicanálise para
aplicá-la em outros campos profissionais*

importante. Francas e manifestas indicações de grande insegurança e temor quanto a escrever por parte da maioria dos analistas didatas mais poderosos e antigos podem alimentar uma saudável identificação com eles. Um exemplo ainda mais eficaz pode ser representado pelo antiquado, mas felizmente ainda existente sistema de “comboio”: um pequeno número de analistas didatas muito antigos são os analistas mais procurados no seu grupo local e têm um número tal de candidatos em análise que não lhes sobra energia para ir às reuniões científicas, muito menos para participar ativamente no trabalho científico da sociedade. Para proteger a pureza da transferência, eles nunca abrem a boca em público, e as mútuas amizades e alianças, bem como as rivalidades entre aqueles candidatos que tiveram a sorte de estar em análise com um destes grandes mestres alimentam uma idealização e uma passividade estabilizadoras. Este modelo é altamente efetivo para inibir o pensamento crítico independente dos candidatos.

25 – Tente manter a corporação de estudantes relativamente uniforme em termos de suas aspirações profissionais. O verdadeiro analista deveria desejar praticar exclusivamente a psicanálise, usufruir da liberdade de trabalhar em seu consultório com pacientes em análise e deveria ter aversão em diluir o verdadeiro trabalho analítico aplicando-o em outros ramos de suas atividades profissionais, tais como o desenvolvimento de trabalho psicoterapêutico com pacientes gravemente regredidos, crianças, psicóticos ou participantes de estudos acadêmicos fora do enquadre analítico, bem como desenvolver pesquisas, assumir liderança institucional ou participar das artes. Os maiores desafios à teoria e à técnica psicanalíticas ocorrem nas fronteiras de nosso campo profissional e a evitação de

investimento em tais lugares fronteiriços protege não apenas a pureza do trabalho psicanalítico, mas também o aparecimento de questões desafiadoras e potencialmente subversivas ligadas aos limites e às aplicações da psicanálise. Evite aceitar e treinar o dissidente que deseja aprender psicanálise para aplicá-la em outros campos profissionais, o filósofo interessado nas fronteiras entre a compreensão filosófica e a psicanalítica, o pesquisador empírico desejoso de complementar seu *background* neuropsicológico. Se a seleção cuidadosa de candidatos for levada a cabo adequadamente, você pode então tolerar uns poucos alunos “especiais” interessados nos aspectos intelectuais da psicanálise. Mas você deve mantê-los claramente separados do grupo dos “verdadeiros” estudantes, deve limitar suas presenças nos seminários clínicos e, para resumir, deixe-lhes claro que existe um fosso entre a “verdadeira” formação analítica e os empreendimentos “secundários”. Não dê “treinamento clínico parcial” para acadêmicos de outros campos, que deverão sempre sentir sua desaprovação contra o trabalho clínico não autorizado e compreender a impossibilidade de, em algum momento, ter pleno conhecimento da psicanálise desde que não participam do programa de treinamento clínico integral.

26 – Da mesma maneira, toda pesquisa científica interdisciplinar deveria ser relegada aos estágios mais avançados da formação, inserida no meio dos seminários opcionais no último ano do curso, quando a identidade básica do candidato já está assegurada o bastante para que tolere os efeitos diluidores e potencialmente corrosivos da abordagem psicanalítica da arte, dos problemas sociais, da filosofia e da pesquisa em neurociências. A abordagem oposta seria introduzir estudos de ciências periféricas no momento em que a teoria psicanalítica estiver começando a ser explorada, por exemplo, quando a teoria psicanalítica das pulsões precisar ser assimilada sem contaminação ou questionamentos advindos de modelos alternativos ou de escolas de motivação humana. Ou, ainda, ao relacionar a técnica psicanalítica com métodos psicoterapêuticos alternativos. Ou,

por exemplo, quando ensinar a teoria psicanalítica da depressão – a prematura introdução da relação entre a psicodinâmica e os determinantes biológicos da depressão poderia ameaçar uma autêntica convicção psicanalítica.

27 – Remeta “para o divã” todos os problemas envolvendo professores e estudantes, seminários e supervisões, conflitos entre os candidatos e a instituição. Não esqueça que as atuações da/na transferência são a maior complicação na formação analítica e que há sempre elementos transferenciais em todas as insatisfações dos estudantes. A inarticulada pressão do candidato no que diz respeito a questões desafiadoras, a pensamento imaginativo ou a desenvolvimento de formulações alternativas usualmente tem profundas raízes transferenciais e deveriam ser resolvidas na situação analítica pessoal. Isso significa também que a instituição deve manter-se coesa; os professores devem manter-se unidos ao serem confrontados com desafios individuais ou grupais de estudantes. Um corpo unido de professores proporciona uma estrutura firme e estável contra a qual as regressões transferenciais do grupo de estudantes podem ser diagnosticadas e enviadas de volta à sua experiência psicanalítica individual.

28 – Todos os princípios e recomendações mencionados não serão suficientes se o corpo de professores estiver, ele mesmo, imbuído com o espírito de criatividade. É uma tarefa difícil, mas não impossível, a de inibir a criatividade dos professores. Professores cuja criatividade está inibida serão a melhor garantia para reproduzir tal processo inconscientemente na relação com os alunos. Este é seu maior desafio: o que você pode fazer na sociedade de psicanálise para inibir a criatividade de seus membros? Por sorte, uma longa experiência nos tem ensinado que a hierarquia presente no processo de formação pode ser facilmente estendida para a estrutura social da instituição psicanalítica e pode ser muito eficaz. Aqui, o que é particularmente útil é o desenvolvimento de poderosas barreiras em cada passo da evolução do

»
*professores cuja criatividade está inibida
serão a melhor garantia para reproduzir
tal processo inconscientemente na
relação com os alunos*

candidato – de aluno do instituto a membro associado, membro efetivo, analista didata, participação no comitê de ensino e coordenação dos seminários regulares. Deixe claro que é evidente que a lealdade aos poderosos grupos políticos é mais importante para conseguir tais desenvolvimentos do que as reais conquistas profissionais e científicas. Deixe patente que as maneiras de progredir de um estágio para outro são incertas e indefinidas o suficiente para manter um constante clima de insegurança e paranoia na sociedade. Tenha frequentes votações secretas para determinar o progresso dos candidatos em todos os níveis, deixando evidente para todos que tais votos são influenciados pelos processos políticos em seu grupo.

29 – Acima de tudo, mantenha a discrição, sigilo e incerteza sobre o que é exigido para que se chegue ao posto de analista didata; como, onde e por quem essas decisões são feitas, que espécie de devolutiva ou mecanismos de recursos e apelos pode esperar aquele que esteja temeroso das implicações traumáticas de ser avaliado e rejeitado como analista didata. Quanto mais o grupo de analistas didatas se mantém à parte e coeso como detentores da autoridade e do prestígio, mais os efeitos inibidores do processo de seleção influenciarão todo o empreendimento da formação. Este é seu instrumento mais confiável e eficaz para manter na linha não só os candidatos, mas o inteiro grupo de professores e a própria sociedade.

30 – Não esqueça, quando na dúvida acerca de desenvolvimentos perigosos que podem desafiar comprovados métodos para inibir a criatividade dos candidatos, que o objetivo maior da formação psicanalítica não é ajudar os alunos a adquirir o que já é conhecido com o objetivo de desenvolver

novos conhecimentos, mas adquirir conhecimento bem estabelecido, objetivando com isso que a psicanálise evite sua diluição, distorção, deterioração e mau uso.

Referências bibliográficas

- Arlow J.A. (1991). Address to the graduating class of the San Francisco Psychoanalytic Institute, 16 June 1990. *Amer. Psychoanalyst*, 25: 15-16, 21.
- Britton R. (1994). Publication anxiety: conflict between communication and affiliation. *Int. J. Psychoanal.*, 75: 1213-1224.
- Bruzzo M. et al. (1985). Regression and persecution in analytic training. Reflections on experience. *Int. Rev. Psychoanal.*, 12: 411-415.
- Cremerius J. (1986). Alla ricerca di tracce perdute. Il "Movimento psicoanalitico" e la miseria della istituzione psicoanalitica. *Psyche*, 40: 1036-1091 (Ital. transl.: *Psicoterapia e Scienze Umane*, 1987, XXI, 3: 3-34).
- _____. (1987). Wenn wir also Psychoanalytiker die psychoanalytische Ausbildung organisieren, müssen wir sie psychoanalytisch organisieren! *Psyche*, 41, 12: 1067-1096 (Ital. transl.: Quando noi, psicoanalisti, organizziamo il training psicoanalitico, dobbiamo farlo in maniera psicoanalitica! *Quaderni. Associazione di Studi Psicoanalitici*, 1991, II, 3: 5-23 [part I and II], 4: 24-35 [part III]).
- _____. (1989). Analisi didattica e potere. La trasformazione di un metodo di insegnamento-apprendimento in strumento di potere della psicoanalisi istituzionalizzata. *Psicoterapia e Scienze Umane*, XXIII, 3: 4-27.
- _____. (1996). I limiti dell'autorischiarimento analitico e la gerarchia della formazione istituzionalizzata. *Luzifer-Amor*, 9, 17, 18: 68-83 (Ital. transl.: *Psicoterapia e Scienze Umane*, 1999, XXXIII, 3: 5-22).
- Dulchin J.; Segal A. J. (1982a). The ambiguity of confidentiality in a psychoanalytic institute. *Psychiat.*, 45: 13-25.
- _____. (1982b). Third party confidences: the uses of information in a psychoanalytic institute. *Psychiat.*, 45: 27-37.
- Giovannetti M. de F. (1991). The couch and the Medusa: brief considerations on the nature of the boundaries in the psychoanalytic Institution. *Fifth IPA Conference of Training Analysts*, Buenos Aires (unpublished).
- Green A. (1991). Preliminaries to a discussion of the function of theory in psychoanalytic training. *Fifth IPA Conference of Training Analysts*, Buenos Aires (unpublished).
- Infante J. A. (1991). The teaching of psychoanalysis: common ground. *Fifth IPA Conference of Training Analysts*, Buenos Aires (unpublished).
- Kernberg O. F. (1986). Institutional problems of psychoanalytic education. *J. Am. Psychoanal. Ass.*, 4: 799-834. Also in: Kernberg, 1998, ch. 14, p. 238-249 (Ital. transl.: Problemi istituzionali del training psicoanalitico. *Psicoterapia e Scienze Umane*, 1987, XXI, 4: 3-32).
- _____. (1992). Authoritarianism, culture, and personality in psychoanalytic education. *Journal of the International Association for the History of Psychoanalysis*, 1992: 341-354. Also in: Kernberg, 1998, ch. 13, p. 230-237.
- _____. (1998). *Ideology, conflict, and leadership in groups and organizations*. New Haven, CT: Yale University Press (Ital. transl.: *Le relazioni nei gruppi. Ideologia, conflitto, leadership*. Milano: Cortina, 1999).

Nunca esqueça: onde há uma fagulha pode se desenvolver um incêndio, particularmente quando esta fagulha aparece no meio de madeira seca e morta: apague-a antes que seja demasiado tarde!

- _____. (2001). "Some thoughts regarding innovations in psychoanalytic education". Presentation at the *International Psychoanalytical Association (IPA) Executive Council Meeting* in Puerto Vallarta, Mexico, January 7, 2001 (Final Draft: January 30, 2001). Trad. it.: Alcuni pensieri sulle innovazioni nella formazione psicoanalitica. *Psicoterapia e Scienze Umane*, 2003, XXXVII, 2: 35-49.
- Kirsner D. (2000). *Unfree Associations: Inside Psychoanalytic Institute*. London: Process Press.
- _____. (2001). The future of psychoanalytic institutes. *Psychoanalytic Psychology*, 18, 2: 195-212 (Italian transl.: *Psicoterapia e Scienze Umane*, 2003, XXXVII, 2: 51-71).
- Lifschutz J. E. (1976). A critique of reporting and assessment in the training analysis. *J. Amer. Psychoanal. Ass.*, 24: 43-59.
- Lussier A. (1991). Our training ideology. *Fifth IPA Conference of Training Analysts*, Buenos Aires (unpublished).
- Wallerstein R. S. (1993). Between chaos and petrification: a summary of the fifth IPA conference of training analysts. *Int. J. Psychoanal.*, 74: 165-178.

Thirty ways to destroy the creativity of psychoanalytic candidates

Abstract The author refers to thirty characteristics of psychoanalytic institutes that inhibit candidates' creativity and, by implication, illustrate problems in psychoanalytic education that require our attention. These features include systematic slowing down of institutional progression of candidates, repetitive and unquestioning teaching of Freud's papers, monolithic approaches of theory, discouragement of original contributions by candidates, intellectual isolation of institutes, lack of full presentation of their clinical work by senior members of the faculty, absence of interest in exploring the scientific and cultural boundaries and applications of psychoanalysis, and so on.

Keywords psychoanalysis; criticism of psychoanalytic institutions; psychoanalytic training; misuse of transference.

Texto recebido: 06/2010

Aprovado: 08/2010

Balint e a formação psicanalítica

Decio Gurfinkel

O objetivo deste texto é apresentar a posição de Balint sobre a questão da formação, especialmente como ela nos é trazida em seu artigo *On the psycho-analytic training system*, de 1948. A revisitação deste trabalho pouco conhecido oferece a oportunidade de nos reconhecemos nas antigas e tão atuais dificuldades que comportam a formação e a institucionalização da psicanálise. Para preparar o terreno, traçarei um breve panorama da vida e da obra do autor, a fim de contextualizar histórica e criticamente seu artigo.

Decio Gurfinkel é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor dos cursos *Psicanálise* e *Psicossomática* no mesmo Instituto. Pós-doutor pela PUC-SP e doutor pelo IPUSP. Autor de *Sonhar, dormir e psicanalisar: viagens ao informe*, e outros livros.

Resumo O artigo apresenta a posição de Balint sobre a questão da formação psicanalítica, especialmente como ela nos é trazida em um artigo de 1948. Preliminarmente, é oferecido um breve panorama da vida e da obra de Balint, a fim de situar histórica e criticamente seu estudo sobre o sistema psicanalítico de treinamento.

Palavras-chave Balint; história da psicanálise; formação; análise didática; supervisão; escola húngara.

¹ Conforme seu próprio depoimento, em carta a Jones de 1954 (*apud* A. Haynal, *A técnica em questão: controvérsias em psicanálise de Freud e Ferenczi a Michael Balint*, p. 85-86).

O percurso singular de um psicanalista

A vida pessoal e o percurso psicanalítico de Balint merecem nossa atenção por sua singularidade, ainda que reflitam o espírito da época e se assemelhem, em alguns aspectos, à saga de diversos analistas de sua geração.

Nascido em Budapeste em 1896, sob o nome de Mihaldy Bergsmann, era filho de um médico judeu, clínico geral muito bom, mas com consultório em subúrbio da cidade, de pouca ambição científica e desapontado com a profissão. No final dos anos 1920, Mihaldy decidiu, para a tristeza do pai, alterar seu nome, acompanhando um movimento corrente: se no final do século XVIII os judeus foram obrigados a alterar seus sobrenomes e escolheram nomes alemães, durante o despertar nacionalista do final do século XIX, muitos judeus trocaram seus nomes alemães por nomes húngaros¹; o pai de Ferenczi (*né* Fraenkel)



ainda estudante, Balint frequentou cursos de psicanálise dados por Ferenczi e, pouco depois de se tornar médico e se casar, iniciou sua formação psicanalítica em Berlim

havia feito o mesmo. Leitor voraz desde o curso secundário, formou-se em medicina e, como um estudante brilhante, diplomou-se também em filosofia, química, física e biologia, além de neuro-psiquiatria. Durante esse período conheceu Alice, sua primeira esposa, filha de Vilma Kovács, psicanalista pioneira e aluna de Ferenczi. Ainda estudante, Balint frequentou cursos de psicanálise dados por Ferenczi e, pouco depois de se tornar médico e se casar, iniciou sua formação psicanalítica em Berlim, no Instituto de Psicanálise (BPI), quando se analisou com H. Sachs e supervisionou-se com M. Eitingon. Depois de tomarmos conhecimento do que Balint nos diz em seu texto sobre o treinamento psicanalítico de 1948, podemos imaginar o papel que teve sua experiência neste centro de formação pioneiro e prototípico para a visão crítica posteriormente desenvolvida. Já na época havia problemas: após dois anos, Balint estava insatisfeito com sua análise pessoal, que lhe parecia mais “uma experiência de ensino, até mesmo uma doutrinação”². Decidiu, então, voltar para Budapeste em 1924 e continuá-la com Ferenczi, em um período de mais dois anos. Tornou-se membro atuante e de destaque na Sociedade Húngara de Psicanálise nos anos seguintes, com importante papel na criação da Policlínica Psicanalítica, a maior da Europa na época. Esta se situava no mesmo edifício onde moravam os Balint, que havia sido projetado e construído por Frederick Kovacs, arquiteto, padrasto e pai adotivo de Alice; os Kovacs eram importantes mecenas da psicanálise húngara. A convivência dos Balint com o meio artístico e intelectual húngaro, bastante vivo e efervescente, era considerável. Alice,

por sua vez, também se analisara com Sachs, e o desenvolvimento dela e de Balint foram marcadamente entrelaçados: a convivência, as ideias e o trabalho eram muito compartilhados.

Também neste caso, e mais uma vez, sobreveio a diáspora. Balint era considerado parte da esquerda freudiana, que integrava junto com seu amigo Fenichel; interessava-se pela importância do contexto social da psicanálise, apesar de não ter pertencido a nenhum grupo político atuante. Quando emigrara para Berlim, já havia sido em parte por razões políticas, já que em 1919 terminara a República Comunista. O seu novo período em Budapeste se encerrou em 1939, quando, a exemplo de Freud, refugiou-se na Inglaterra. A partir de 1932, o governo húngaro tornara-se um estado racista pró-hitlerista, e a situação política tornou-se sombria; as reuniões de trabalho precisavam ser notificadas, e havia policiais à paisana acompanhando os trabalhos dos psicanalistas. Balint se instalou em Manchester, com a esposa e o filho, e mudou-se finalmente para Londres em 1945, onde permaneceu até morrer, em 1970. Os primeiros anos em solo inglês foram difíceis: Balint teve que refazer seus estudos médicos e, após seis meses, perdeu subitamente Alice, que faleceu devido à ruptura de um aneurisma, com quarenta anos de idade. Na mesma época morreu sua sogra, Vilma Kovács, a quem era muito apegado, e, em 1945, recebeu a notícia trágica de que seus pais se suicidaram quando estavam para ser presos pelos nazistas húngaros. Entre 1944 e 1947, teve um segundo casamento com Edna Oakeshott, ex-paciente que se tornou psicanalista e, em 1953, casou-se com Enid Flora Albu-Eicholtz, que adotou seu sobrenome; analisada por Winnicott, ela se tornou também uma grande companheira de trabalho até o final da vida.

Os anos de maturidade foram muito produtivos; pode-se dizer que o trabalho de Balint é fruto de uma construção longa, contínua e consistente, que resultou em uma obra escrita de extensão considerável. Incluí-lo no chamado *middle group* britânico – a tradição independente – e identificá-lo como integrando o pensamento das

relações de objeto é a tendência natural dos historiadores da psicanálise. Mas Balint guarda uma singularidade diferenciadora, já que chegou a Londres com uma experiência acumulada e com uma identidade analítica bastante estabelecida, trazendo na bagagem a força da tradição húngara fundada por Ferenczi³. Após terminar sua análise com Ferenczi, Balint se tornou seu discípulo, seu amigo e continuador de seu legado. Quando Ferenczi morreu, em 1933, Balint o substituiu como diretor da Policlínica Psicanalítica de Budapeste e, como uma testemunha viva, nos brindou posteriormente com suas observações críticas a respeito do trabalho do mestre nos últimos anos, incluindo aí os efeitos perturbadores do último grupo de pacientes de Ferenczi. Balint foi seu testamentário literário, e empenhou-se na preservação e promoção de sua obra. Em 1968, as obras de Ferenczi começaram a ser publicadas em francês em quatro volumes, com prefácios de Balint⁴; devido à sua morte, o terceiro e quarto volumes foram prefaciados por Judith Dupond e Pierre Sabourin – a primeira, neta de Vilma Kovács e sobrinha de Alice Balint, traduziu Balint para o francês e também se tornou executora testamentária da obra de Ferenczi, contribuindo para a afirmação da escola húngara na França, e o segundo escreveu uma conhecida biografia de Ferenczi. Balint transcreveu os manuscritos do *Diário Clínico* de Ferenczi, escreveu uma introdução a ele e traduziu-o para o inglês, assim como o fez com a correspondência com Freud; em 1969, supôs que o material já poderia vir a público – o que, devido a seu teor polêmico, demorou mais 16 anos! Com a morte de Balint, André Haynal abriu, em Genebra, os *Arquivos Balint*, com os manuscritos e correspondências recebidas de Enid Balint.

2 A. Haynal, *op. cit.*, p. 87.

3 Winnicott, em contraste, se formou no ambiente kleiniano e em meio às controvérsias crescentes, permanecendo por toda sua vida “inteiramente inglês”.

4 A tradução brasileira das obras de Ferenczi, publicada entre 1991-93, baseia-se nesta versão francesa de suas obras completas.

»
em *A falha básica*, Balint fez uma análise da técnica freudiana que, por se ater ao nível edípico e por não aceitar mudanças no setting, conduz a uma seleção mais estrita de pacientes

Balint na Inglaterra: independente entre os independentes

Balint mantinha relações de amizade com Melanie Klein e Anna Freud, mas pôde desenvolver uma visão crítica tanto da clínica freudiana de então quanto da clínica kleiniana e, ainda assim, manter-se a uma boa distância dos colegas independentes. Essa posição se evidencia em sua pesquisa sobre a chamada *questão da técnica*, que é tomada como um eixo em torno do qual se pode apreender a psicanálise de um modo mais amplo. Em *A falha básica*, seu último livro, em que conflui um percurso de trabalho de várias décadas, Balint fez uma análise lúcida e crítica da técnica freudiana que, por se ater ao nível edípico e por não aceitar mudanças no *setting*, conduz a uma seleção mais estrita de pacientes, assim como da técnica kleiniana, que força uma “linguagem louca” para dentro do paciente e alimenta uma relação de assimetria entre um indivíduo oprimido e um outro todo-poderoso, estimulando reações de agressividade, inveja e ódio na transferência.

Mas também uma *terceira via*, emergente na época, é avaliada com olhos críticos: o uso da regressão como meio terapêutico. Aqui observamos, por um lado, a retomada da tradição ferencziana e, por outro, sua re colocação em diálogo com a realidade contemporânea britânica. Para Balint, houve um mal-entendido trágico sobre a questão entre Freud e Ferenczi, o que gerou um trauma e uma paralisia na pesquisa psicanalítica por décadas. Devido aos temores de Freud pelos experimentos de Ferenczi dos seus últimos anos, a regressão na análise foi expurgada. Os



temos aqui um tipo de posicionamento cujas ressonâncias podemos reconhecer em sua análise do sistema de treinamento e do processo de institucionalização da psicanálise

riscos da regressão foram reconhecidos por Balint: o estabelecimento de uma relação de sedução na qual o analista aceita a responsabilidade de criar as condições nas quais não seriam mais infligidos ao paciente sofrimentos desnecessários, o que pode alimentar uma “regressão maligna”, insaciável e voraz, que realimenta demandas sem fim de gratificação. Mas, por outro lado, o estabelecimento de uma “regressão benigna” – cujo eixo é o reconhecimento e não a gratificação, e na qual o mundo externo é buscado para proporcionar melhores condições para uma mudança subjetiva – é uma ferramenta fundamental do trabalho analítico, proposição hoje muito mais aceita pelos analistas. No entanto, nem Freud e nem Ferenczi perceberam a necessidade dessa distinção e, talvez, nem Winnicott⁵. Mais recentemente, e dentro da tradição das relações de objeto, Bollas (2000) retomou a questão, ao destacar o risco de uma regressão maligna na análise de certas formas graves de histeria – que denominou “malignas”, inspirando-se em Balint –, e tem se dedicado a advertir a comunidade analítica de influência anglo-saxônica sobre a importância crucial de não tratar esses casos como se fossem pacientes *borderline*⁶.

Também em relação a Fairbairn – outro companheiro ilustre de *middle group* – Balint⁷ manteve uma distância crítica, tendo adotado um dos posicionamentos mais equilibrados sobre a polêmica a respeito da fórmula “a libido não busca prazer, e sim o objeto”; para ele, trata-se de uma oposição problemática, que precisa ser revista: “apesar de considerar as relações de objeto como de fundamental importância, eu não con-

cordo que a busca de prazer deva ser excluída”⁸. Greenberg e Mitchell⁹, em seu estudo sobre as relações de objeto, consideravam que a distinção de Balint dos dois tipos de regressão atendia mais a uma finalidade política do que teórico-clínica, já que ele buscava com isso sanar a cisão entre Ferenczi e Freud¹⁰; segundo eles nos dão a entender, Balint teria adotado uma posição um pouco em cima do muro. Com essa leitura pejorativa, creio que não fizeram jus ao trabalho cuidadoso de pensamento que encontramos em Balint, que de fato foi um dos primeiros analistas a elaborar, de forma consistente, um *modelo misto* que integra pressupostos dos modelos pulsional e relacional da teoria psicanalítica. Ainda que tenha sido movido por razões pessoais ou subjetivas – sua necessidade de reabilitar Ferenczi e de conciliá-lo com o pai Freud – isso não invalida a contribuição; ao contrário, trata-se justamente de um caso bem-sucedido de instrumentalização do próprio lugar na família psicanalítica a serviço de uma reflexão, à maneira da análise da contratransferência, no melhor estilo da tradição húngara.

Assim, independente também em relação aos independentes, temos aqui um tipo de *posicionamento* cujas ressonâncias podemos reconhecer em sua análise do sistema de treinamento e do processo de institucionalização da psicanálise que em seguida adentraremos. Em outro lugar, denominei a posição de Balint na história de psicanálise como uma “posição bilíngue”: “duplamente identificado e estrangeiro à psicanálise ferencziana e à inglesa – e estando em posição de colocar em questão a tradição e a tradução freudiana –, pôde estar menos aderido à nacionalidade e ao narcisismo das pequenas diferenças que assola o continente psicanalítico, assim como propor o interessante problema da confusão de línguas no campo psicanalítico. [...] A ‘posição bilíngue’ talvez propicie também certa reserva em relação à linguagem verbal adulta por aquilo que ela comporta de onipotente e autorreferente: é assim que ganham destaque os temas dos limites da palavra, do risco de ela tornar-se ineficaz e morta e do valor do silêncio e da linguagem

gestual como modos de comunicação”¹¹. A rigor, deveríamos falar em “posição trilingue”, incluindo aqui também sua relação com a língua alemã e sua experiência de formação no Instituto de Berlim. Trata-se, sem dúvida, de uma combinação bastante profícua de influências e experiências, entrelaçadas e assimiladas por Balint de modo bastante singular.

Outra dimensão do trabalho de Balint que não pode deixar de ser aqui mencionada é fruto de um engajamento profundo seu na formação de médicos clínicos e nos problemas da instituição médica, como parte da preocupação que sempre o acompanhou com a psicanálise extramuros. Retraçar esse caminho também nos ajuda a preparar o terreno para apreciar seu trabalho sobre o *training* psicanalítico. Haynal chegou a sugerir que o engajamento de Balint nesse campo tinha também uma motivação pessoal, tendo sido um trabalho reparatório em relação a seu pai, a quem declaradamente negligenciara¹²; se for assim, podemos considerar este mais um caso bem-sucedido de uso da própria dimensão subjetiva e contratransferencial a serviço do trabalho construtivo, à moda húngara. Os chamados

»
os seminários eram grupos de discussão de caso com médicos que buscavam maior compreensão das questões emocionais que enfrentavam na sua prática cotidiana

“Grupos Balint” nasceram de uma parceria entre Michael e Enid, a partir de 1949, antes ainda do casamento. Ela dirigia um serviço na Clínica Tavistock para o auxílio de problemas conjugais, e Balint foi convidado a participar do projeto; começaram a trabalhar com grupos de discussão de caso com os assistentes sociais, e este programa de treinamento foi posteriormente adaptado para o trabalho com médicos (clínicos gerais). Balint já tratara, no período de Berlim, de casos psicossomáticos em hospital – “o primeiro a analisar tais casos”¹³–, e tentara retomar esse trabalho em Budapeste, onde chegou a ter uma experiência positiva com grupos de treinamento de médicos clínicos; foi em Londres, no entanto, que o projeto ganhou maior envergadura. Os seminários eram grupos de discussão de caso com médicos que buscavam maior compreensão das questões emocionais que enfrentavam na sua prática cotidiana, e tinham como objetivo sensibilizá-los para a transferência e a contratransferência e, com isso, incrementar a dimensão psicoterápica de seu trabalho; a inspiração na supervisão analítica húngara centrada na contratransferência, discutida a seguir, é explícita. O método, elaborado e aprimorado ao longo de anos, foi adotado pelo Serviço Nacional de Saúde britânico e, a partir da década de 1960, institucionalizou-se como prática por meio de associações criadas na França, Inglaterra, Itália e muitos outros países, formando a ONG internacional “Federação Balint”. *O médico, seu paciente e a doença* é seu livro mais conhecido sobre o assunto, mas houve outros em parceria com Enid. Ora, se Balint foi capaz de promover um tal movimento de revisão e quebra

- 5 Reciprocamente, Winnicott manteve uma “distância boa” de seu colega “independente”, o que fica claro pela capacidade de reconhecer méritos e tecer críticas. Em carta a Balint, Winnicott (1960) assinalou o grande parentesco entre seus pensamentos e o interesse comum que tinham por bebês e por uma teoria dos mecanismos iniciais, e ainda reconheceu que “sua formulação dessas questões é anterior à minha, em muitos anos” (p. 81); mas, por outro lado, criticou o uso, por Balint, das expressões “amor primário” e “mistura harmoniosa” para descrever a relação inicial indiferenciada mãe-bebê.
- 6 O assunto já vinha sendo fartamente discutido na psicanálise francesa, e Bollas dá mais um passo significativo, com seu estudo sobre a histeria, em termos da fertilização recíproca entre as diferentes vertentes da psicanálise.
- 7 M. Balint, “Criticism of Fairbairn’s generalisation about object-relations” (incluído em “Replies to ‘reevaluating concepts’”).
- 8 M. Balint, *op. cit.*, p. 140.
- 9 J. Greenberg & S. Mitchell (1983), *Relações objetais na teoria psicanalítica*.
- 10 M. Balint, *op. cit.*, p. 133-135.
- 11 D. Gurfinkel D. (2001), “Balint e sua posição bilíngue”, p. 86.
- 12 Ao receber a notícia da morte do pai, Balint escreveu para a irmã de Alice: “é verdade que há tempo negligenciava meu pai. Nós nunca nos demos bem. Na verdade, nunca tivemos um bom relacionamento, mas herdei sua inteligência, sua mente lógica e sua capacidade de trabalho” (*apud* Haynal, *op. cit.*, p. 91).
- 13 A. Haynal, *op. cit.*, p.87.



Balint aponta a tendência ao dogmatismo que se reflete no estabelecimento de regras que não podem ser mais objeto de reflexão

de estereotípias na formação médica, o que ele nos diz sobre a formação psicanalítica?

Os impasses da formação psicanalítica: rompendo o silêncio

O texto de Balint sobre o *training* suscita muitas indagações, das quais faço um levantamento preliminar. Ele veicula, antes de tudo, um chamado ético à responsabilidade, já que, como sugere, o treinamento de analistas pode influenciar o futuro da psicanálise e, até, da sociedade de modo geral. Ora, se Balint se dirigiu à comunidade analítica de sua época (1947), não podemos deixar de nos indagar sobre como essas questões nos atingem hoje.

Balint parte da constatação do grande silêncio que havia na psicanálise escrita sobre o assunto, com exceção de três trabalhos: um artigo de ninguém menos do que Vilma Kovács, de 1935, um texto de 1947, de Sachs, seu antigo analista, e algumas recomendações de Freud em *Análise terminável e análise interminável*. Kovács se formou na década de 1920 e foi uma das mais próximas colaboradoras de Ferenczi; fez parte do comitê húngaro de formação, foi analista didata de destaque e referência para todos os candidatos da época. Ela elaborou, juntamente com Ferenczi, o método húngaro de formação: é o analista do candidato que supervisiona o seu primeiro caso, no divã. Seu artigo de 1935 é um baluarte em defesa deste modelo, foi traduzido em várias línguas e é citado por Dupont como um clássico da literatura. Se, por um lado, o trabalho de Ko-

vács é um pano de fundo da reflexão de Balint, o de Sachs é mencionado e logo deixado de lado; o ex-analista é tratado como um “velho sábio” que “proferiu uma encantadora palestra”. Freud, por sua vez, é invocado para reforçar o triste diagnóstico de que os analistas estavam aquém do que se podia esperar em termos de saúde psíquica; mas, para Balint, Freud propôs uma solução insatisfatória e não se aprofundou nas causas desse estado de coisas. Afora esses trabalhos, só havia relatórios de congressos publicados sobre o assunto *training*. Para Balint, trata-se de um sintoma, o sintoma gritante de uma severa *inibição*. Começam então a surgir as questões: será que o sistema de treinamento é falho? Ou será que a eficiência e validade de *toda* terapia analítica está em cheque? Será que alguns dos *training analysts* não foram – eles mesmos – tão “bem formados”? Estamos diante de uma “atmosfera inquietá”...

O segundo sintoma assinalado é o *dogmatismo*. Balint aponta a tendência ao dogmatismo que se reflete no estabelecimento de regras que não podem ser mais objeto de reflexão, e exemplifica com o problema da duração da análise e do papel da supervisão. Alguns desses problemas não se colocam hoje para nós necessariamente da mesma maneira ou com a mesma importância, mas certamente o problema do dogmatismo continua vigente. Se o modelo húngaro da supervisão com o próprio analista parece um pouco distante de nós – ainda que não de todo alheio às práticas atuais –, a maneira como é apresentado e o argumento quanto à posição privilegiada do analista para proporcionar o trabalho com a contratransferência do seu paciente / analista iniciante merece discussão; é importante distinguirmos duas tarefas diferentes na supervisão, a análise da contratransferência e “o ensino sobre como analisar um paciente”. Quanto à duração da análise – que, como Balint retoma das recomendações técnicas de Freud, não pode em absoluto ser prevista ou regulada –, talvez seja hoje um problema menos crítico do que a frequência das sessões, que para Balint é mencionada, de passagem, como um ponto não polêmico. Os problemas técnicos na

análise do analista podem variar, mas o risco do dogmatismo permanece. Outra observação que merece ser retomada: na década de 1920, surgiu a ideia de que a formação que fosse iniciada em um Instituto poderia ser continuada em qualquer outro – medida que foi, aliás, adotada pelo próprio Balint; ora, mesmo que a proposta estivesse ligada à era de uma IPA única e hegemônica, não seria esta uma boa medida para minorar os efeitos deletérios do dogmatismo? Quem, hoje, se preocupa em circular em instituições psicanalíticas diferentes, especialmente nos anos de formação? Este poderia ser um bom antídoto contra as identificações alienantes que tão bem Balint soube denunciar.

Para tentar compreender estes sintomas – a inibição e o dogmatismo – Balint lança, então, sua hipótese interpretativa: as análises de treinamento – hoje chamadas didáticas – tendem a forçar o candidato a se identificar com seu iniciador, introjetando seus ideais e construindo um forte superego que irá dirigir o seu futuro. Isto é o oposto do que se deveria esperar da análise, a saber: desenvolver um “ego crítico forte, capaz de suportar pressões consideráveis, livre de qualquer identificação desnecessária, de qualquer transferência automática ou de modelos de pensamento”. Ora, eis um dos maiores paradoxos da análise do analista, e com o qual até hoje nos debatemos. O chamado ético de Balint é dirigido tanto aos candidatos quanto aos analistas responsáveis pela formação; pois, no processo inconsciente de introjeção de ideais, ambos os lados têm sua participação. Se Balint invoca o termo *intropressão*, criado por Ferenczi¹⁴, para designar este processo, é justamente porque ele pressupõe uma participação *ativa* dos analistas no mesmo, assim como Ferenczi havia denunciado nos casos da violência traumática de adultos, que resulta em uma identificação com o agressor. Mas os candidatos – a quem pela primeira vez Balint

¹⁴ O termo se encontra nas “Notas e fragmentos” (1932[308]), no volume IV das *Obras completas* de Ferenczi (1992, p. 284).

¹⁵ Lembremos o engajamento de Balint na policlínica de Budapeste, nos anos 1920 e 1930.

»
*o viés adotado por Balint é
o da história da formação
psicanalítica. Ele propõe
três períodos nesta história*

incluiu como público-alvo do debate –, por sua vez, ficam “respeitosos demais” em relação a seus formadores, sujeitando-se a um tratamento dogmático e autoritário.

Um historiador da psicanálise

A partir daqui, vemos Balint se tornar um exímio historiador da psicanálise. Enquanto tal, ele sabe que existem várias histórias possíveis, e ele nos apresenta uma que é “exotérica” – a oficial, que conta “os sucessos gloriosos do sistema” – e a “esotérica”, que traz à tona a “maldição dos conflitos”, até então apenas reconhecidos por Freud. O viés adotado por Balint é o da *história da formação psicanalítica*. Ele propõe três períodos nesta história: o primeiro, no qual não havia sistematização no treinamento; o segundo, a partir da criação do Instituto de Berlim (após uma tentativa abortada de um Instituto em Budapeste) e da formação de um modelo de treinamento; e o terceiro, a partir da morte de Freud, quando termina – supostamente – um controle internacional centralizado da formação. Em sua origem, um Instituto Psicanalítico deveria ter um triplo objetivo: “a psicoterapia de massa”, o treinamento e a pesquisa psicanalítica. Mas, lamentavelmente, eles se tornaram exclusivamente um *locus* de reprodução do sistema de treinamento – uma “estrutura ativa e imutável”; o projeto de uma clínica psicanalítica se perdeu¹⁵, e os resultados da pesquisa foram extremamente pobres. Conforme assinou Balint, assim os psicanalistas facilitavam que estas funções passassem cada vez mais para outras



a “história esotérica”
nos leva ao problema fundamental
do papel do superego
na formação psicanalítica

32

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

mãos – o que realmente aconteceu, como verificamos hoje, seja no caso do papel cumprido pelas universidades na pesquisa psicanalítica, seja quanto às iniciativas de desenvolver modelos de atendimento psicoterápico na rede pública e, mais recentemente, com subsídio dos convênios, em clínicas privadas de massa. Ao mesmo tempo, a instância de instauração e discussão da política de formação – a Comissão Internacional de Treinamento – teve um destino melancólico: assolada por discórdias, paralisia geral e incapacidade de trabalhar com conflitos, praticamente se desintegrou, e foi incapaz de produzir qualquer pensamento consistente.

Isso tudo pede por interpretações que vão além da denúncia e da triste constatação e, se possível, por sugestões de encaminhamento a partir delas. Balint vê aqui um conflito de ambivalência com a figura paterna. Os pontos maiores de discordância eram a questão da análise leiga e o controle central, questionado duramente pelos norte-americanos na época; o Instituto central tentou manter os jovens americanos por demais infantilizados, e a reação foi uma rebelião desnecessariamente impetuosa e uma declaração de independência. Paradoxalmente, anos depois os novos Institutos americanos adotaram os mesmos padrões da matriz europeia – “como nossos pais”... Ora, a transformação de jovens revolucionários em conservadores empedernidos na maturidade é compreensível à luz das características do modelo de treinamento, no qual predomina uma *intropressão* de padrões impostos de fora: oriundos de figuras paternas exigentes, estes precisam ser rejeitados; mas, ao

fim e ao cabo, sobrevém a identificação com o agressor.

Chegamos, assim, à “história esotérica”, que nos leva ao problema fundamental do papel do superego na formação psicanalítica. A partir das cisões traumáticas de Adler, Jung e Stekel, Freud passou a se preocupar com a formação de candidatos para evitar a recorrência desses episódios traumáticos. Reconhecendo as grandes dificuldades dessa tarefa e os riscos de uma independência precoce em relação ao “professor”, ele estabeleceu a exigência de uma “extensa e severa” disciplina de treinamento. As novas gerações deveriam aprender a renunciar à afirmação de sua independência, e a aceitar serem educadas. Para Balint, isso só funcionou enquanto Freud estava à frente, já que era sempre possível recorrer a ele e seus conselhos eram sempre sábios e aceitáveis; conforme muitos historiadores da psicanálise vieram a corroborar posteriormente, a morte de Freud é o marco fundamental de uma nova etapa da história. Assim, na terceira geração de analistas, os antigos elos de verdadeira amizade e forte lealdade foram cedendo a disputas e inquietações, e o sistema foi perdendo sua força. Neste terceiro tempo – o tempo “atual” do artigo de Balint –, sobrevieram o caos e o colapso de qualquer autoridade central: a intropressão do superego mostrou sua face sombria. Passou a imperar a supervalorização narcisista das pequenas diferenças, a falta de cooperação, a competição entre grupos e o proselitismo das facções. Como observou Balint, a missão de criar “escolas” ou “times” de treinamento não havia sido até então empreendida nem por Freud, nem por Ferenczi ou Jones.

A partir desse estado de coisas, o que fazer? Para Balint, é necessário “uma nova orientação no nosso sistema de treinamento, que precisa ser direcionado menos pelo estabelecimento do superego e mais a capacitar o candidato a se libertar e construir um forte ego, que deve ser tanto crítico como liberal”¹⁶. Bem, podemos tomar essa plataforma como um referencial possível para pensar nossas práticas formativas de hoje? Até

que ponto pudemos avançar nas questões que se apresentavam em 1948, e até onde os vícios se repetem? Quais são os novos problemas que emergiram desde então?

Não estamos mais neste terceiro período descrito por Balint; e, antes de tudo, é precioso considerar que o efeito Lacan ainda não era internacionalmente visível neste momento. Mas a era das escolas já mostrava a sua cara. Segundo Mezan¹⁷, esta se caracterizou pela formação de quatro grandes grupos bem delimitados: a psicologia do ego, o kleinismo, a escola das relações de objeto e o movimento lacaniano. A partir da década de 1970, com a psicologia do *self* de Kohut nos EUA, os últimos trabalhos de Bion e *O brincar e a realidade* de Winnicott na Inglaterra, assim como os trabalhos da geração formada em contato com Lacan na França, surgiu uma nova mentalidade: “a psicanálise ‘oficial’ se vê questionada por dentro, e com grande vigor”. O classicismo freudiano da psicologia do ego foi posto em questão por Kohut, a psicanálise britânica avançou em direção ao campo do “não neurótico” e, na França, diversos analistas de enorme talento inventivo reiteram o “retorno a Freud” proposto por Lacan, mas o fazem de modo mais ou menos independente e crítico em relação a ele. Do ponto de vista institucional, surgiu nesse ínterim um

16 Em 1954, Balint publicou um segundo trabalho sobre o assunto – *Analytic training and training analysis* –, no qual retomou o fio do pensamento do artigo de 1948. Neste segundo artigo, ele discute o problema da formação no ambiente de rivalidade entre grupos que imperava então, o papel da reanálise nestas circunstâncias, os riscos da interpretação prematura da hostilidade e os destinos do componente agressivo da transferência nas análises didáticas, a “confusão de línguas” que se estabeleceu, entre outros aspectos.

17 R. Mezan (1998), “Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico”.

18 Em *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*, Daniel Kupermann discute as questões da formação e da institucionalização da psicanálise de maneira ampla e profunda, e destaca a pertinência das análises propostas por Balint; a expressão “transferências cruzadas”, escolhida para o título do livro, é retirada do artigo de Balint de 1954. Um dos interesses maiores deste trabalho é abordar “o que veio depois” – a partir do “corte transferencial” operado por Lacan – e estudar um desdobramento trágico, em nosso próprio território, das distorções e perversões na formação analítica: o caso Amílcar Lobo. Para mais detalhes, consultar, neste volume da revista *Percurso*, a resenha de Noemi Moritz Kon sobre o livro de Kupermann, “Sobre totens e tabus”.

»
Balint tratou de fazer uma história psicanalítica da psicanálise, seja em relação ao problema da regressão e da técnica, seja em relação à questão da formação

fato inédito, desencadeado pelo fenômeno Lacan: a perda de hegemonia da IPA e a possibilidade da organização institucional da psicanálise fora desse organismo idealizado pelos fundadores da disciplina, e regulado pela figura de Freud. O *tornar-se analista* e o *ser analista* ganharam novos contornos possíveis, o que ampliou e muito o leque das problemáticas envolvidas.¹⁸

É nessa nova era que surgiu, dentre vários agrupamentos e instituições, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, que hoje procura interrogar-se sobre tais problemáticas. Este número da revista *Percurso* busca contribuir com a discussão dessas problemáticas.

Em seu trabalho, Balint esteve frequentemente empenhado em fazer história da psicanálise, seja em relação ao problema da regressão e da técnica, seja em relação à questão da formação. Mas tratou de fazê-lo *psicanaliticamente*: pensar criticamente as configurações, teorias e posicionamentos da psicanálise a partir das determinações que as precederam, levando em conta os movimentos transferenciais e inconscientes, as heranças, identificações alienantes, rebeldias reativas e resistências para, a partir dessa análise, abrir um campo de maior liberdade para a pesquisa presente e futura. Isso sem nunca negar o próprio lugar, mas trabalhando a partir dele. “Tive que fazer sérias acusações contra nós mesmos, os analistas de treinamento e nossos candidatos”, disse e escreveu Balint, dirigindo-se corajosamente à sua comunidade psicanalítica; será que somos capazes de fazer o mesmo? Oxalá possamos dar alguns passos à frente e, dentro do possível, construir uma história mais digna...

Referências bibliográficas

- Balint M. (1948). On the psycho-analytic training system. *Int. J. Psycho-Anal.*, 29/3, 163-173.
- _____. (1954). Analytic training and training analysis. *Int. J. Psycho-Anal.*, 35/2:157-162.
- _____. (1957/1994). Criticism of Fairbairn's generalisation about object-relations (incluído em "Replies to 'reevaluating concepts'"). In: D. E. Scharff; E. F. Birtles, (ed.) *From instinct to self: selected papers of W. R. D. Fairbairn – vol.1: Clinical and theoretical papers*. New Jersey/London: Jason Aronson.
- _____. (1968/1993). *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bollas C. (2000). *Hysteria*. São Paulo: Escuta, 2000.
- Dupont J. (2005). Balint, Michael; Balint-Székely-Kováks, Alice; Kováks-Prosznitz, Vilma. In: A. Mijolla, A. (dir.) *Dicionário internacional de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferenczi S. (1992). *Obras completas – Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Greenberg J. & Mitchell S. (1983/1994). *Relações objetais na teoria psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gurfinkel D. (2001). Balint e sua posição bilíngue. In: *Do sonho ao trauma: psicossoma e adições*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Haynal A. (1988/1995). *A técnica em questão: controvérsias em psicanálise de Freud e Ferenczi a Michael Balint*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kupermann D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- Mezan R. (1998). Figura e fundo: notas sobre o campo psicanalítico. *Percurso*, n.20.
- Roudinesco E. & Plon M. (1998). Balint, Michael. In: *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Winnicott, D. W. (1960/1990). Carta a Balint de 05.02.1960. In: *O gesto espontâneo*. São Paulo: Martins Fontes, p.111-112

Balint and the psychoanalytical formation

Abstract This paper presents Balint's position on the question of psychoanalytic training, especially as it is brought in an article from 1948. Preliminarily, it is offered a brief overview of the Balint's life and work, in order to contextualize historic and critically his study on psychoanalytic training system.

Keywords Balint; history of psychoanalysis; training; training analysis; supervision; Hungarian school.

Texto recebido: 09/2010

Aprovado: 10/2010

Primeiras psicanalistas

Renata Udler Cromberg

Renata Udler Cromberg é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Social pelo IPUSP, formada em Psicologia e Filosofia, professora convidada do Curso de especialização da Teoria Psicanalítica da PUC-SP e do Curso de Especialização Psicopatologia e Saúde Mental da Faculdade de Saúde Pública da USP, autora de artigos e ensaios e dos livros *Paranoia e cena incestuosa*, da Coleção Clínica Psicanalítica (Ed. Casa do Psicólogo).

Resumo A maioria das psicanalistas que pertenceram à primeira geração de psicanalistas – aquela que é anterior à institucionalização centralizada da IPA, em 1925, portanto, num momento instituinte do movimento psicanalítico – foram esquecidas e re-encontradas em seu pioneirismo e importância de sua obra ou prática apenas cinquenta anos depois, a partir dos anos 70 do século XX.

Palavras-chave psicanalistas pioneiras; movimento psicanalítico; psicanálise de crianças; pulsão de morte; esquizofrenia; maternidade.

Primeiras psicanalistas...

Ser primeira alude a uma referência, a um marco temporal. Aqui certamente é o início do movimento psicanalítico, aquele momento em que Freud sai do esplêndido isolamento de sua fase de criação e explicitação teórica da compreensão psicanalítica da constituição do psiquismo e de sua amizade conceitual e analítica com William Fliess e cria a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, em 1902, frequentada inicialmente por Stekel, Federn, Graff e Reitler. Em 1908, durante o Congresso de Salzburgo, que viria a ser considerado retroativamente o Primeiro Congresso Internacional de Psicanálise, esta primeira sociedade reunida em torno deste primeiro criador – onde todos tinham que falar, onde os temas de discussão eram sorteados na hora, onde não se podia levar nenhum escrito – tornou-se Sociedade Psicanalítica de Viena, sujeita à institucionalização de normas, regularidades e hierarquias. Vinte e dois membros pertenciam a ela. Nenhuma mulher. Entre 1902 e 1906, Freud analisou aqueles que foram os primeiros psicanalistas depois dele, Paul Federn e Isidor Sadger.

Não nos esqueçamos de que muito pouco a respeito da técnica psicanalítica estava publicado. Freud hesitava publicar textos técnicos porque pensava que dificilmente alguém poderia realizar um tratamento sem tê-lo experimentado com ele. Mas não foi assim que as coisas se passaram. Em Zurique, entusiasmado com a potência do método psicanalítico para o tratamento



em 1904, iniciou-se a primeira análise conduzida por Jung em Burghölzli, a primeira fora de Viena. A paciente era Sabina Spielrein

da histeria e para a investigação das psicoses, Eugene Bleuler, diretor da Clínica do Hospital Burghölzli, ligada à Universidade de Zurique, autorizou a realização do primeiro tratamento psicanalítico conduzido fora de Viena, pelo Dr. Carl Gustav Jung. Ambos estavam entusiasmados com os achados de Freud que coincidiam com algumas conclusões sobre o funcionamento do psiquismo a que eles próprios haviam chegado, na realização e aprimoramento dos chamados testes de associação psíquica. Ambos, também, sentiam-se suficientemente preparados pela leitura de “O método psicanalítico de Freud”¹, excelente artigo publicado numa coletânea de Loewenfeld, de maneira apócrifa, mas que seguramente foi escrito por Freud. Em 1904, iniciou-se a primeira análise conduzida por Jung em Burghölzli, a primeira fora de Viena. A paciente era Sabina Spielrein. Em 1904, Freud, inquieto com o que soubera dos rumos da primeira parte desta análise, publicou seu segundo artigo sobre o método e a técnica psicanalíticas, “Sobre psicoterapia”². Em 1905, com a publicação do “Caso Dora”³, novas diretrizes técnicas e o conceito de transferência vêm a público. Em 1906, este tratamento, já terminado, mas não assumido assim por Jung, viria a ser a razão do início da correspondência tão rica, de 357 cartas, entre Freud e Jung.

Em 1910, esta primeira associação de psicanalistas até então tornou-se a International Psychoanalytical Vereinigung, primeiro órgão mundial da psicanálise, que em 1936 iria se tornar a International Psychoanalytical Association, cuja formalização centralizadora e reguladora se daria em 1925. A Sociedade Psicanalítica de Viena foi recomposta e, junto com núcleos de outros países, passou a pertencer à IPA, embora com destaque pela presença e importância de Freud que, entre

1910 e 1913, passaria a não mais delegar os cargos diretores das instituições e de suas publicações e a ocupar o lugar de mestre timoneiro e pai da psicanálise, criando um Comitê Secreto para apoiá-lo na preservação da ortodoxia da psicanálise após a era das rupturas com Adler, Stekel e Jung⁴.

Entre 1910 e 1925, a IPA foi um organismo de coordenação de sociedades locais que exerciam plena autonomia quanto à formação de seus membros. Mas houve um apelo crescente à formalização das regras para a formação de psicanalistas, que foram instituídas em 1925, em especial a obrigatoriedade de análise do analista e do acompanhamento deste em supervisão por um colega. A proibição de analisar familiares, parentes, amigos e pessoas próximas foi também determinação que veio em consequência das análises com consequências às vezes desastrosas de filhos, sobrinhos, amantes, amigos, que aconteceram nesses ousados tempos do início, em que tudo estava sendo experimentado e descoberto e apenas os resultados poderiam guiar as limitações. Outras regras, como a proibição de homossexuais tornarem-se analistas e a quase proibição da entrada da Sociedade de Psicanálise de Moscou para a IPA por motivos ideológicos, devem-se à influência política excessiva e nefasta de Ernst Jones, em 1921, já que tiveram a discordância de Freud. Neste período instituinte da psicanálise enquanto campo de saber, estava em jogo a criação de critérios próprios de formação do psicanalista de forma a distingui-lo do religioso e também do médico e do psiquiatra. Ainda que Freud tenha se apoiado na psiquiatria para fazer alçar voo a compreensão psicanalítica do sofrimento humano, quando ela quis fazer-se condição do exercício da psicanálise, ele se opôs veementemente e tratou de enfatizar os critérios específicos da formação do psicanalista como os únicos que dariam legitimidade ao exercício de seu ofício. “A questão da análise leiga”⁵, de 1926, é o ensaio manifesto de Freud, nesse sentido, como “O futuro de uma ilusão”⁶ o é em relação à diferenciação entre psicanálise e religião.

É indubitável que a ideia de psicanalistas pioneiras remete a reconhecimento e pertencimento

institucional. É por isso que apresento as psicanalistas pioneiras na ordem em que passaram a pertencer ao movimento psicanalítico institucionalizado. E aí temos uma primeira curiosidade. *A maioria das psicanalistas que pertenceram à primeira geração de psicanalistas* – aquela que é anterior à institucionalização centralizada em 1925 da Associação Psicanalítica Internacional, portanto, num momento instituinte do movimento psicanalítico – *foram esquecidas e reencontradas em seu pioneirismo e importância de sua obra ou prática apenas cinquenta anos depois*, a partir dos anos 70 do século xx. Esse reencontro foi não apenas obra do acaso, mas também de um novo espírito trazido por uma nova historiografia psicanalítica que pode surgir desligada da versão oficial da IPA, baseada sempre no trabalho biográfico pioneiro de Ernst Jones⁷. Por sua vez, esta nova historiografia pôde surgir pelo rearranjo do movimento psicanalítico que, com o passar dos anos, fez emergir outras visões que foram aos poucos pulverizando a exclusividade da IPA como porta-voz do movimento psicanalítico. O passado revisitado pode trazer à tona a originalidade e riqueza de obras dos contemporâneos de Freud, homens e mulheres.

Essas primeiras psicanalistas são Margarethe Hilferding, Sabina Spielrein, Hermine Hug-Hellmuth, Eugenia Sokolnicka, Tatiana Rosenthal, Vera Schmidt e Sophie Morgenstern. Apenas Lou Andreas-Salomé não foi esquecida,

- 1 S. Freud (1904), El método psicoanalítico de Freud.
- 2 S. Freud (1904), Sobre psicoterapia.
- 3 S. Freud (1905), Analisis fragmentario de una histeria (“Caso Dora”).
- 4 Os membros dele receberam um anel de Freud e a única mulher que foi convidada por ele a participar foi Lou Andréas-Salomé, em 1922, tendo recebido um anel de Freud, como os demais participantes já o haviam recebido. Ver M. Chinali, “O comitê secreto e a política da psicanálise no início do século xx”.
- 5 S. Freud, Analisis profano (Psicanálisis y medicina).
- 6 S. Freud, El porvenir de una ilusión.
- 7 E. Jones, *Vida e obra de Sigmund Freud*.
- 8 Esta concepção se fez a partir do pensamento de Michel Foucault (arqueologia do saber), Walter Benjamin (ruína), Nelson da Silva Júnior (a *posteriori*, a partir de Freud), Renato Mezan (história da psicanálise) e Freud (a verdade surge na abertura permanente, em construções narrativas).

»

a maioria das psicanalistas que pertenceram à primeira geração foram esquecidas e reencontradas apenas cinquenta anos depois

por razões singulares, mas sua entrada formal no movimento psicanalítico deu-se apenas em 1922, o que a coloca no campo das psicanalistas que nunca desapareceram da história da psicanálise. Essas *outras* psicanalistas passaram a pertencer ao movimento psicanalítico já instituído, a partir dos anos 20 do século xx, e não apenas tiveram sua importância reconhecida como assumiram papel protagonista na sua história. São elas Melanie Klein, Anna Freud, Karen Horney, Helen Deutsch, Joan Rivière, Jeanne Lampl-de Groot e Ruth Mackbrunsvik.

Uma concepção de história

Evidentemente a lista de primeiras psicanalistas pode ser aumentada a qualquer momento pela investigação histórica psicanalítica. Novos nomes esquecidos podem surgir. Na concepção geológica da história que tenho, passado e presente se ligam. Um interesse ou configuração do presente pode se unir a algum documento que, como ruína, se constitui num achado arqueológico que, por sua vez, constitui um campo de escavação onde surgem novas camadas de épocas passadas que transtornam as relações históricas habitualmente estabelecidas em compreensões únicas e hegemônicas, criando novas ligações. Esta concepção pensa na pulsação do magma pulsional singular e coletivo que faz irromper novas configurações de desejo, por sua vez ressignificando, *a posteriori*, fragmentos, novos documentos ou materiais teóricos e conceituais já existentes, em novas relações de compreensão cada vez mais múltiplas, complexas, inclusivas e abertas, propiciando vários eixos organizadores⁸.



*enquanto personagens conceituais,
elas se juntam aos psicanalistas
homens no trabalho sempre em
processo da criação psicanalítica*

O próprio eixo deste trabalho, a apresentação das primeiras psicanalistas na história da psicanálise, só suscita interesse pela presença crescente de mulheres psicanalistas no mundo psicanalítico de hoje, bem como em todos os ofícios humanos, ao menos no mundo dito ocidental e em parte do mundo oriental.

Não será nossa preocupação e nosso foco apresentar as pioneiras no detalhe de sua produção conceitual escrita ou institucional. Apenas aspectos gerais e essenciais desta serão abordados. Isso não apenas por uma questão de espaço na publicação, mas porque outros eixos de análise teriam que ser considerados para análise da obra e não apenas o eixo deste artigo, o agrupamento dessas psicanalistas pelo fato de serem mulheres. Enquanto personagens conceituais da história da psicanálise, elas se juntam aos psicanalistas homens no trabalho sempre em processo da criação psicanalítica a partir da sua clínica e dos conceitos que gera para dar conta das mutações do sofrimento humano que esta vem trazendo há mais de um século.

Situação da cidadania feminina na Europa no início do séc. XX

Por incrível que pareça a nós hoje, foi apenas no século XIX que as mulheres deixaram de ser consideradas seres inferiores iguais aos animais, às crianças e aos índios e passaram a ser consideradas seres portadores de alma. No início do século XX, o voto político feminino não existia em quase toda a Europa. Na Áustria, a causa feminista em prol do sufrágio universal era ainda incipiente. Lei de 1867 proibia “pessoas de sexo

feminino, bem como estrangeiros e menores de participar de qualquer atividade política”⁹. A primeira República austríaca concede o direito de voto às mulheres só em 1919.

Do ponto de vista da educação, a presença feminina nas universidades só podia se dar em cursos específicos, na maioria delas em filosofia e medicina. Na década de 1880, não havia nenhuma mulher médica no império austro-húngaro; em 1890 o número de médicas na França era 95, proporção desprezível em relação ao total do país. Na mesma época, havia 258 médicas na Inglaterra e elas eram 5% do total de médicos dos EUA. A Universidade de Zurique foi uma das primeiras da Europa a legalizar o estudo para mulheres. Essa universidade foi criada em 1830, pelo movimento dos camponeses suíços que aspiravam à igualdade de direitos legais e políticos aos homens de cidade, os cidadãos. O princípio dos estudos universitários para mulheres na Suíça foi determinado em grande extensão pelas mulheres russas, iniciado pela aceitação, em 1865, de Nadesha Suslova, que se graduou em medicina, evento que causou sensação na imprensa russa. Em 1897, um ano antes de Margarethe Hilferding iniciar o curso de medicina, Gabriele Possaner-Ehrental, com 37 anos, torna-se “senhorita doutor” da Faculdade de Medicina de Viena, a primeira mulher médica da Áustria¹⁰.

Pioneiras esquecidas e reencontradas

O ano de trabalho entre 1910 e 1911 na nova Sociedade Psicanalítica de Viena foi monopolizado pelas divergências entre Freud e Adler e pelo início da consolidação da liderança política de Freud para que suas ideias sobre o que era ou não psicanálise prevalecessem. Discutiu-se, já com Adler, a questão do feminino e da castração, num clima ambivalente e, ao mesmo tempo, de intensa, rica e democrática troca intelectual, mas de excesso de medo de Freud das discordâncias, que não eram entendidas como ruptura, mas acabavam sendo colocadas por Freud assim.

As divergências de Freud com Stekel começaram a recrudescer ainda nesse ano de 1911. As suas divergências com Jung, com cuja cumplicidade ele contou no embate com Adler, também começaram a se manifestar durante a discussão da conferência de Sabina Spielrein *Da transformação*, quando Freud teria ocasião de manifestar suas reticências em relação à publicação da primeira parte do ensaio junguiano *Transformações e símbolos da libido*.

Foi nesse cenário de “guerra” que aconteceram as conferências na Sociedade Psicanalítica de Viena das duas primeiras e únicas psicanalistas mulheres até 1911: a de Margarethe Hilferding, *As bases do amor materno*, em 11 de janeiro de 1911 – entre as duas conferências de Adler que levariam à explicitação de discordâncias com Freud e à sua saída da Sociedade – e a de Sabina Spielrein, *Da transformação*, em 29 de novembro de 1911. Na verdade, Spielrein, por ser a segunda mulher, beneficiou-se de uma aceitação pacífica de seu nome, após a verdadeira batalha e as dificuldades encontradas pela Dra. Hilferding para ser aceita como membro na Sociedade Psicanalítica de Viena, proposta feita por Paul Federn, em 6 de abril de 1910, o que testemunhou o menosprezo e os preconceitos com que a sociedade da época estigmatizava a mulher.

A reunião em que o nome de Margarethe Hilferding foi proposto para ser membro da Sociedade Psicanalítica de Viena também foi a primeira a ser realizada logo após o Congresso de Nuremberg. Este formalizou a Sociedade Psicanalítica de Viena, criada em 1908. Ela constituiu-se para os pesquisadores voltados para a história do movimento psicanalítico em “um pilar dos mais importantes para compreender as dissensões, rupturas, e disputas de poder, nada originais, que desde então se registram com periodicidade muitas vezes previsível em quase todas as instituições psicanalíticas”¹¹. No dia da

9 H. Viana, “Sobre as bases do amor materno. Vida e obra de Margarethe Hilferding”, p. 72.

10 H. Viana, *op. cit.*, p. 32-33.

11 H. Viana, *op. cit.*, p. 60.

»
quando se passou para a discussão da aceitação de Hilferding, Isidor Sadger declarou que, em princípio, era contra a admissão de mulheres

proposta do nome de Hilferding, Freud propôs também o nome de Adler para a presidência da Sociedade, a despeito das divergências teóricas que já se manifestavam entre eles, conforme a resolução de institucionalização da sociedade tomada no Congresso, onde deveriam ser estabelecidas normas de funcionamento e de admissão de novos membros. Na reunião seguinte, há a reiteração por Federn de que fosse votada a admissão da dra. Margarethe Hilferding. Viana chama a atenção para a coincidência de ter sido justamente no dia em que foi proposto pela primeira vez o nome de uma mulher para se integrar a esse grupo até então só de homens dedicados ao estudo da psicanálise, que se iniciou a discussão sobre regras e padrões para organizar a nova sociedade e estabelecer mudança de local das reuniões, até então realizadas sempre na casa de Freud, e ter se desencadeado importante controvérsia quanto à aceitação ou não da presença feminina entre eles. Dois sérios problemas a enfrentar: abandonar a casa de Freud, o que significava perder o convívio íntimo que até então mantinham com a sacralidade de sua residência (e *Apfelstrudel* e café providenciados por Marta para depois da reunião) e superar os preconceitos e discriminações em relação à mulher.

Quando se passou para a discussão da aceitação de Hilferding para a sociedade, Isidor Sadger declarou que, em princípio, era contra a admissão de mulheres naquela sociedade. Não fica claro se havia uma recusa formal a admitir que mulheres pudessem ser psicanalistas ou apenas as mulheres de militância socialista reconhecida, como era o caso de Margarethe. Em todo caso, ele compartilhava com Wittels, outro participante das reuniões, arraigadas ideias antife-



em *Mulheres médicas*, Fritz Wittels considera que a verdadeira profissão das mulheres é atrair os homens

ministas. Logo após, Adler declarou-se a favor da admissão de mulheres médicas, bem como de mulheres seriamente interessadas no assunto e que desejassem colaborar com o grupo. Freud toma a palavra e afirma que tomaria como grosseira inconsistência, se, por princípio, as mulheres não tivessem nem mesmo a possibilidade de pertencerem ao grupo. Realiza-se então um escrutínio para saber se as mulheres seriam ou não aceitas entre eles. De quatorze votos, três votaram contra e onze a favor¹².

Na reunião seguinte, em 20 de abril de 1910, foi mais uma vez postergada a votação de Hilferding para a Sociedade. Adler, ao mesmo tempo que propõe o adiamento da votação, esclarece que os votos devem ser anônimos e que os ausentes podem votar, desde que declinem seu nome. Viana acha instigante que, ao mesmo tempo que o discurso de posse de Adler incitava a confiabilidade mútua entre os membros, ele solicitava que as opiniões na votação permanecessem no anonimato. Ela pergunta se isso se deu pelo medo de que o pronunciamento manifesto desencadeasse rupturas imediatas, por não se saber se as resistências seriam por Hilferding ser mulher, médica ou militante socialista, como o era o próprio Adler¹³.

Finalmente a reunião de 27 de abril de 1910 teve como primeiro item a votação para a qualidade de membros da Sociedade da Dra. Margarethe Hilferding e de Ludwig Jekels, médico polonês, amigo de Freud e introdutor da psicanálise na Polônia. Nessa reunião estavam presentes quatorze homens (Adler, Federn, Friedjung, Furtmuller, Hitschmann, Oppenheim, Rank, Reitler, Rie, Sadger, Steiner, Stekel, Tausk e Freud). Sadger pede como questão de ordem a leitura de uma carta assinada por Wittels da qual era portador,

pois ele, não podendo comparecer, desejava expressar por escrito sua opinião sobre a votação. Adler opõe-se à leitura da carta, mas é derrotado. Wittels, cujo voto foi computado no escrutínio final, era sobrinho de Sadger, médico e escritor de talento, colaborador de vários jornais vienenses da época. Suas opiniões sobre as mulheres traduziam de certa forma sua aversão aos movimentos feministas pela emancipação da mulher. Em 1907, publicou o livro *A necessidade sexual*, que suscitou muitas controvérsias. No mesmo ano, publicou, sob pseudônimo de Avicena, dois artigos, em uma famosa revista satírica da época, dirigida por Karl Krauss, o qual havia sido seu paciente: *Mulheres médicas* e *A grande cortesã*. Os dois ensaios foram amplamente discutidos entre os homens que se reuniam na casa de Freud.

Em *Mulheres médicas*, Wittels considera que a verdadeira profissão das mulheres é atrair os homens. Quando muito, por injunções sociais, a mulher pode ser professora. Entretanto, quando decide ser médica, o faz para seguir seu desejo de sobrepujar outras mulheres e disfarçadamente obter a oportunidade de visualizar os órgãos genitais masculinos. Ele escreve que a mulher que estuda medicina, quanto mais histérica for, melhor estudante será, pois a histérica desvia seu impulso sexual com relação a seu objetivo sexual. Ela pode ser tão imoral quanto gosta, sem precisar ficar envergonhada. Entre outras considerações, afirma que a mulher médica não pode se casar e ter vida familiar normal. Quando enunciou esses julgamentos, Hilferding já era médica, casada e mãe, e Spielrein, Rosenthal e Morgens-tern já faziam o curso de medicina em Zurique.

Para Wittels, enquanto a mulher é ainda estudante de medicina, ela não prejudica ninguém, salvo a ela mesma. Ao tornar-se médica, passa a representar perigo para as outras mulheres, pois as pacientes não confiam nela, as enfermeiras não gostam dela, e um homem doente jamais permitiria ser examinado por uma mulher, pois isso implicaria provocar seus pensamentos sexuais. Para demonstrar o absurdo de se permitir que as mulheres pudessem exercer medicina, Wittels dá dois

exemplos: a mulher médica especializada em psiquiatria e a mulher médica que trabalha nos serviços de saúde pública. Quanto à primeira, considera que, sendo ela mulher, não poderá jamais entender os segredos psicológicos do homem; quanto ao serviço de saúde pública, talvez viesse a ter alguma participação no futuro. A mulher médica não deve nunca se tornar superior hierárquica entre seus colegas homens, pois irá sempre abusar do poder. Muito frequentemente se utilizará da galanteria para obter favores especiais e injustificáveis, inclinando-se a tratar de suas pacientes como se fossem rivais. Os homens que se autodenominam feministas, mas que em realidade são mesmo, em geral, masoquistas, são os que aplaudem as mulheres que estudam medicina. A média dos estudantes normais considera que suas colegas estudantes de medicina nada mais são do que prostitutas. Wittels conclui suas ideias dizendo que a histeria se constitui no alicerce do desejo da mulher em estudar medicina, da mesma forma que é a histeria a base de suas lutas por obterem direitos iguais aos dos homens¹⁴.

Após a apresentação, as Minutas¹⁵ relatam uma exaltada discussão entre os presentes, deixando Wittels chocado e sentindo-se mal compreendido, pois desejara apenas apresentar uma visão do mundo que fizesse justiça às diferenças básicas existentes entre homens e mulheres, diferenças essas que ainda não eram suficientemente entendidas. Freud dirige-se a Wittels manifestando apreço por ele e considerando seu ensaio original, corajoso e engenhoso. Ele pondera, entretanto, que as mulheres, já tão sobrecarregadas com problemas culturais e especialmente com a reprodução, devem ser julgadas com tolerância e con-

»

*Freud pondera que as mulheres
devem ser julgadas com tolerância e
condescendência por terem se atrasado
em relação aos homens*

descendência por terem se atrasado em relação aos homens. Depois de acentuar a importância de entender os diversos aspectos da sublimação, Freud acrescenta que o desprezo e o ódio pelas mulheres passam inconscientemente pelo ódio e desprezo arcaicos pela própria mãe. E acrescenta, esclarecendo seu ponto de vista, que “a mulher nada ganha em estudar, pois, no conjunto, não melhorará por esse caminho, pois as mulheres não podem igualar-se aos homens na obtenção da sublimação da sexualidade”¹⁶. Federn considera um equívoco de Wittels considerar a sexualidade como único móvel do humano, já que a necessidade de trabalhar é uma das pulsões do ser humano que vem se desenvolvendo ao lado de transformações sociais. Ele tinha militância socialista reconhecida e sua mãe era militante ativa dos movimentos de emancipação feminina. Entretanto, concorda com ele de que não deveria ser permitido às mulheres manusear publicamente os órgãos genitais masculinos. Ainda assim, resume seu parecer dizendo que os argumentos e hipóteses de Wittels eram absolutamente distorcidos¹⁷.

Max Graf, o pai do “Pequeno Hans”, enfatiza que a desproporcionada emoção que tomou conta de Wittels durante a leitura de seu ensaio dever-se-ia, talvez, ao seu desgosto por verificar que há mulheres que desejam estudar em lugar de se manterem unicamente interessadas em relações sexuais. Ainda assim, pensa que, no que se refere em especial ao estudo da medicina, a mulher “nunca fará contribuições de importância igual à do homem, pois lhe falta influência pessoal, e poder de sugestão, que, juntamente com o conhecimento, são indispensáveis ao médico competente”¹⁸.

Hitschmann, sagaz e irônico, começa por dizer que as mulheres que estavam estudando medicina

12 H. Viana, *op. cit.*, p. 63.

13 H. Viana, *op. cit.*, p. 63-64.

14 H. Viana, *op. cit.*, p. 67-69.

15 Apud Viana, *op. cit.*, p. 67-69. As minutas são registros pormenorizados das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena, realizados por Otto Rank, de 1906 a 1918. Foram preservadas por Freud e entregues a Federn, que por sua vez as entregou a Nurnberg, que as publicou a partir de 1962.

16 H. Viana, *op. cit.*, p. 67.

17 H. Viana, *op. cit.*, p. 68.

18 H. Viana, *op. cit.*, p. 68.



a Dra. Hilferding questiona a ideia firmemente arraigada na cultura ocidental patriarcal de um amor materno natural

eram pioneiras no setor e exatamente por isso mereciam consideração especial. Em relação à opinião de Wittels, segundo a qual as mulheres que fazem medicina rejeitam o sexo, mas objetivam seduzir os homens, Hitschmann replica considerar essa hipótese uma asneira em matéria de lógica, pois a repressão sexual, que parece tanto desgostar Wittels, é muito mais uma característica das moças bem-criadas (o que na época significava os três Ks: Kinder, Küche, Kirche – ou os três Cs: crianças, cozinha, capela; fora disso, as mulheres eram consideradas loucas, degeneradas, homossexuais). Ele diz preferir a liberdade das estudantes de medicina à hipocrisia das virgens intocáveis.

Rank e Adler também criticaram as posições de Wittels. Apenas Rudolf Reitler fica inteiramente do lado de Wittels. Provavelmente foi dele a abstenção na votação de Margarethe Hilferding para a Sociedade. Os dois votos contrários à entrada dela provavelmente foram de Wittels e Sadger, mas doze votos dos quinze possíveis foram favoráveis à sua admissão.

A partir de 4 de maio, quando recebe as boas-vindas de Adler, ela passa a frequentar com assiduidade as reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Participou de vinte e nove delas, opinando, debatendo e exercendo seu direito de voto nas decisões e regulamentações internas. Isso foi uma oportunidade especial, dada a situação do voto feminino na Europa na época, como foi dito anteriormente.

Margarethe Hilferding (1871-1942)

Esta médica, originária de uma família judia viense, já em novembro de 1910 intervém vigorosamente, por ocasião da conferência “Escolha

de uma profissão e neurose”, em que o autor, Wilhelm Stekel, aplicava a psicanálise de maneira selvagem e falava que os jornalistas adotavam esta profissão por paixão às prostitutas e os médicos por sadismo, voyerismo e exibicionismo. Sendo ao mesmo tempo médica e mulher de um brilhante jornalista e economista, refutou polidamente essas bobagens¹⁹.

Na reunião de 11 de janeiro de 1911, perante 17 homens psicanalistas, a Dra. Hilferding inicia sua conferência: *Sobre as bases do amor materno*. Nela, questiona a ideia firmemente arraigada na cultura ocidental patriarcal de um amor materno natural. A ausência de amor materno frequentemente se exprime pela recusa em amamentar a criança ou pela intenção de não ficar com ela. Mas ao se conseguir, por algum truque, colocar a criança no seio da mãe, muito frequentemente ela não quer mais se separar dela. Do ponto de vista da psicanálise, diz ela, é a interação física entre a mãe e o bebê que suscita o amor materno. Ela fala, então, de atos violentos e hostis das mães em relação aos filhos, o que demonstraria que não existe amor materno inato. Analisa o lugar de objeto sexual natural para a mãe durante o período que se segue ao parto, o que é o correlato das sensações sexuais do bebê em relação à mãe, bem como a mudança que a criança efetua na vida sexual da mãe. “Se nós supomos a existência do complexo de Édipo na criança, ele tem sua origem na excitação sexual provocada pela mãe, que supõe uma sensação igualmente erótica por parte da mãe. O período em que a criança representa um objeto erótico para a mãe coincide com a necessidade de cuidados por parte da criança. Após esse período, a criança deve ceder lugar ao marido ou eventualmente a outro filho”²⁰. Ela diz ser interessante examinar o papel do pai, em que condições ele se constitui como objeto sexual da criança (atitude homossexual), em que modalidades se produz o desligamento da criança do seu primeiro objeto sexual e de que maneira o período dessexualizado anterior à puberdade (certamente ela se refere ao período de latência) está vinculado ao desligamento da criança em relação à mãe.

Para Pinheiro²¹ há aí a tentativa de construção de uma metapsicologia da sexualidade da grávida do primeiro filho por meio não só da transformação real nesse corpo, mas também da sensação corporal ou excitação sexual, novas, desconhecidas até então, como fontes de prazer, sendo que essa sexualidade determinará o amor materno, que tem como suporte a relação sexual mãe-bebê. Sobre a questão da agressividade surgida pela separação, ela propõe que o impensável no sexo castrado da mulher é que ele implica a separação, contra a qual e pela qual o humano se funda. Mas será certamente na vivência da primeira gravidez que a mulher terá que se defrontar com o impensável da separação, através do próprio sexo. O que está em jogo é a própria estrutura psíquica da mulher que se torna mãe. Poderíamos dizer, o fato de a mulher ser desdobrável.

A maioria dos psicanalistas homens presentes não contestou a oradora e várias ideias complementares ao que ela disse surgiram, numa rica discussão, não apenas psicanalítica, mas antropológica, sobre o lugar do pai na amamentação, o erotismo do seio, a relação entre o amor de mãe e a relação desta como filha com seus pais, a permissão ou não do coito na época da amamentação. Apenas Sadger insiste em uma visão abertamente moralista do papel do erotismo do mamilo e do recalcamento deste. Para ele, o caráter erógeno específico do mamilo, a sensação diretamente sexual durante a amamentação é provavelmente o fundamento mais profundo do amor materno. No recalamento, o caráter erógeno dessa zona pode provocar repulsa e nojo e, por isso, certas mulheres estão impossibilitadas de superar a sensação de aversão à ideia de amamentação dos filhos. Muitas mulheres, durante toda a vida, têm sensações erógenas nestas zonas e “fazem seus maridos chuparem os seus mamilos”²² (como se o prazer fosse só delas). A amamentação dá à mãe uma sensação de prazer

19 E. Roudinesco e M. Plon., *Dicionário de psicanálise*, p. 334.

20 M. Hilferding, *As bases do amor materno*, p. 120.

21 T. Pinheiro, Comentário sobre *As bases do amor materno*, in *As bases do amor materno*.

22 M. Hilferding, *op. cit.*, p. 90.

»
*o que está em jogo é a própria
estrutura psíquica da mulher que se
torna mãe. Poderíamos dizer, o fato
de a mulher ser desdobrável*

até então desconhecida e perversa. Outras moções perversas não só são permitidas com o bebê, diz ele, como se revestem de uma espécie de auréola, desempenhando aí o erotismo anal um papel particular, o que induz a pensar num segundo grupo de mães, que amam com paixão o filho sem nunca o terem amamentado.

Freud faz, então, um longo comentário. Começa ressaltando o mérito da oradora de ter compreendido o estudo psicanalítico de um tema que está sustado de ser investigado pela nossa convenção e pelo fato de os esclarecimentos a que chegou serem os mais válidos, porque são originais e independentes, obtidos antes de ela se ocupar com a psicanálise. A sobredeterminação de vários aspectos é evidente na análise do fenômeno. Fala de um certo sentimento de decepção nas mães devido ao contraste entre a imaginação e a realidade e que se produz frequentemente quando um desejo por muito tempo alimentado é, enfim, realizado. Um grande número de sevícias praticadas em crianças pode ser explicado psicanaliticamente pelo fato impressionante de que os pais apresentam, em geral, como razão de elas acontecerem, os maus hábitos sexuais das crianças (masturbação, incontinência urinária noturna). Parece que a condição mais geral que determina o comportamento da mãe é o efeito principal que produz a visão da criança: o renascimento da sexualidade infantil da mãe, produzindo o conflito entre o desejo sexual despertado e o recalamento sexual que se produz novamente, imposto e mantido com grande esforço. Os fatores sociais acrescentam fermento para que o impulso infanticida seja colocado em execução.

Alguns psicanalistas mostram-se extremamente ambivalentes com as descobertas feitas por



Sabina Spielrein havia conquistado um endereço no mundo intelectual e de trabalho maciçamente masculino e Freud pedia a ela que assumisse isso

Hilferding, reafirmando o amor materno inato e instintivo e que características fisiológicas em relação ao corpo (tamanho dos quadris e da vagina) interferem na quantidade de amor materno. O amor paterno, para eles, seria mais aparente nos homens que têm traços femininos e que se identificam facilmente com as mulheres. O ódio materno apareceria nas mulheres que têm características masculinas. E a tese que diz que o amor materno só aparece depois da amamentação seria válida para os animais e para as mulheres que têm um dom materno inferior. Os fenômenos do ódio materno estariam intrinsecamente ligados ao problema dos filhos desejados e indesejados. Tanto o ódio, como o amor materno, são de utilidade para a conservação da espécie. O amor materno é uma tendência de proteção tanto da situação da mãe, quanto da sobrevivência do filho, uma proteção contra as moções de hostilidade constantemente presentes.

A Dra. Hilferding observa em sua conclusão que foi mal compreendida, em certo sentido, pois a discussão ressaltou o componente psíquico do amor materno, que ela apenas esboçara, e não o componente fisiológico, que era o seu verdadeiro assunto.

Margarethe Hilferding acompanha Adler quando ele se retira do movimento psicanalítico. Cogita-se que por ser como seu marido, militante social-democrata, da mesma forma que Adler. Foi deportada para o campo de concentração Theresienstadt e exterminada em Maly Trostinec. Seu marido morre em Auschwitz.

Sabina Spielrein (1885-1942)²³

Em 9 de fevereiro de 1923, Freud escreve sua última carta a Sabina Spielrein:

Querida senhora: Eu recebi sua carta e acho que a senhora tem razão. Sua intenção de ir à Rússia me parece melhor do que meu conselho de que vá a Berlim²⁴. Em Moscou a senhora poderá fazer um bom trabalho com Wulff e Ermakov²⁵. E finalmente a senhora estará em sua pátria. A época é dura para todos nós. Espero ter notícias suas, rapidamente, e lhe peço, insistentemente, que coloque seu endereço no topo de sua carta, o que muito poucas mulheres fazem. Cordialmente, seu Freud.²⁶

Poucas mulheres põem seu nome no cabeçalho de uma carta. Há aí uma mensagem de Freud do reconhecimento de que Sabina Spielrein, como mulher, havia conquistado um endereço no mundo intelectual e de trabalho maciçamente masculino e ele pedia a ela que assumisse isso. De fato, todos os textos de Spielrein foram muito bem recebidos por Freud e publicados nas pioneiras revistas de psicanálise quase imediatamente após sua escritura. No entanto, ao emigrar de volta à Rússia, no outono de 1923, Sabina Spielrein desaparece como personagem da história da psicanálise, apesar da importância de sua ajuda para a entrada da psicologia russa no século xx. Uma das forças que contribuiu para o esquecimento dela foi, sem dúvida, a política preconizada por Ernest Jones para a psicanálise na Rússia e sua filiação à IPA, os ecos do caso amoroso com Jung, numa época em que estava se instituindo a proibição de relações sexuais entre paciente e analista, e o fato de que, segundo alguns de seus estudos, Ernest Jones, que viria a ter papel central no movimento político psicanalítico, não gostava dela, pelo seu excesso de independência.

Esta carta de Freud foi uma das inúmeras cartas da correspondência de Sabina Spielrein, encontradas juntamente com seus diários em uma caixa nos porões da Faculdade de Psicologia da Universidade de Genebra, que foram publicadas por Aldo Carotenutto e se tornaram marco inicial, verdadeiro achado arqueológico, que permitiu a redescoberta da importância da vida e da obra de Sabina Spielrein para a história da psicanálise.

Sabina Spielrein nasceu em Rostov sobre o Don na Rússia. Aos dezoito anos, tratou-se

psicanaliticamente com Jung por dez meses, de agosto de 1904 a junho de 1905, no Instituto Burghölzli dirigido por Eugene Bleuler. Ela foi internada com o diagnóstico de histeria, vinda da Rússia, para estudar. Depois de se tratar, assume seu desejo inicial de entrar na faculdade de Medicina, o que fez em 1905, por indicação de Bleuler. Em 1906, tornou-se um misto de paciente e amiga de Jung e, em 1908, sua amante até 1909/10, quando escreveu a Freud pedindo que interferisse em todo o *imbróglío* com Jung. Este informou Freud sobre esse caso, de 1906 a 1909, sem revelar o nome de Sabina Spielrein. Escreveu sobre sua paciente também, como exemplo da etiologia sexual das neuroses, na primeira vez que a psicanálise foi apresentada num congresso de psiquiatria e neurologia.

Spielrein finalizou a faculdade com a dissertação *O conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia (dementia praecox)*, em 1911 – um dos primeiros usos públicos do termo cunhado por Bleuler, esquizofrenia – com a ajuda e incentivo deste e de Jung, e certamente a primeira tese universitária de psicanálise defendida por uma mulher. A tese teve proeminência suficiente para ser publicada na principal revista de psicanálise entre 1910 e 1913, o *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen* (Anuário de investigações psicanalíticas e psicopatológicas). Bleuler a convidou para trabalhar como sua assistente em Burghölzli, embora ela já atendesse pacientes na instituição. Viajou nesse mesmo ano para Viena, após a abrupta interrupção de sua relação com

»
a tese de Sabina Spielrein
teve proeminência suficiente
para ser publicada na principal
revista de psicanálise

Jung, encontrou-se com Freud e participou das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Em outubro, foi aceita como membro da Sociedade e, em novembro de 1911, como segunda psicanalista a ser admitida no círculo freudiano, apresentou parcialmente em uma reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena o seu texto *A destruição como causa do devir*²⁷, que publicou em 1912.

Suas duas primeiras publicações se relacionam em seu pioneirismo e visionarismo. A primeira traz o relato detalhado da fala de uma paciente esquizofrênica tratada psicanaliticamente por ela, em Burghölzli, e da interpretação minuciosa de cada parte de seu discurso, na tentativa de traçar sua origem na repressão de ideias de conteúdo sexual de origem atual e infantil. Até então, a demência precoce só havia sido abordada num viés que levava em conta a psicanálise em três escritos, dois de Jung e um de Abraham. O próprio Bleuler só publicaria seu famoso livro *Manual das esquizofrenias* após o artigo de Spielrein. *O conteúdo psicológico de um caso de esquizofrenia* é publicado no terceiro volume do *Jahrbuch*, juntamente com o *Caso Schreber* e os *Dois princípios do suceder psíquico* de Freud e com a primeira parte de *Transformações e símbolos da libido*, de Jung, onde ele também faz considerações teóricas a partir do estudo detalhado de um caso de esquizofrenia, bem como de um artigo de Bleuler. O que estava materializado nesta reunião de ensaios abordando as agora chamadas psicoses²⁸, esquizofrenia e paranoia, era a consolidação da progressiva implantação da psicanálise no coração da psiquiatria, que se deveu a Abraham, Bleuler, Jung e Spielrein. Esta implantação tirou a psiquiatria do niilismo terapêutico em que esta se encontrava, confinada às descrições

23 *O amor que ousa dizer seu nome – Sabina Spielrein, pioneira da psicanálise*, tese de doutorado de Renata Udler Cromberg, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, abril de 2008.

24 Freud encorajou-a a tentar Berlim, onde havia sido fundada uma nova clínica de psicanálise para crianças sob a direção de Karl Abraham.

25 Pioneiros do movimento psicanalítico russo.

26 M. Guibault; J. Nobécourt, *Sabina Spielrein entre Freud et Jung*, p. 325.

27 A reunião contou com a presença dos membros Dattner, Federn, Freud, Friedjung, Hirschmann, Nepalek, Rank, Reinhold, Reitler, Reik, Rosenstein, Sachs, Sadger, Spielrein, Steiner, Stekel, Tausk e mais dois convidados. Há um resumo da exposição e da discussão que se seguiu a ela. In *Les premiers psychanalystes*, p. 319-325.

28 Embora Freud, influenciado pela nosografia de Kraepelin, continue chamando as psicoses de parafrenias e só vá substituir a demência precoce por esquizofrenia em 1915, em seu texto *O inconsciente*.



a primeira contribuição sobre a psique de crianças na história psicanalítica, após o pequeno Hans de Freud e a pequena Anna de Jung, foi de Spielrein, em Contribuições ao conhecimento da psique infantil

classificatórias dos quadros clínicos que foram um passo decisivo, mas não suficiente para a abordagem clínica e terapêutica da loucura. Foi a partir da incorporação entusiasmada da psicanálise feita por Bleuler na primeira década do século xx, como diretor da clínica Burghölzli, que a psicanálise acrescentou à psiquiatria a compreensão dinâmica do paciente que, com o nome de bleulerismo, imperou até os anos 70 do século xx no campo da psiquiatria, quando então veio a perder progressivamente a hegemonia para a visão farmacológica, biológica e organicista, que surgiu com a descoberta dos primeiros medicamentos antipsicóticos nos anos 1950.

A segunda publicação, *A destruição como causa do devir*, de 1912, vem trazer um novo conceito, o de pulsão de destruição ou pulsão de morte. São as observações clínicas do sofrimento esquizofrênico e os problemas teóricos decorrentes da insuficiência da dualidade pulsional freudiana da época (pulsões de autoconservação versus pulsões sexuais) para dar conta deles que levam Spielrein a formular o conceito de pulsão de destruição. Tomando o paradigma da esquizofrenia e da neurose, ela vai examinar os fenômenos da arte e do amor e da criação narcisista que renuncia à sexualidade. Para ela o artista e o amante têm sucesso onde o esquizofrênico e o neurótico fracassam pelo excesso de fragmentação ou por excesso de rigidez do eu. A ousadia fundamental de Spielrein foi tornar a entrega amorosa sexual, especialmente a feminina, um problema teórico, de pensamento. No texto de 1912, *A destruição como causa do devir*, a tirania do Eu é ameaçada pelo amor, o que traz angústia sexual para

ambos os sexos. Spielrein considera a transformação como efeito de uma pulsão sexual ou da preservação da espécie às voltas com a destruição do antigo e com a construção do novo. Pulsão de destruição ou pulsão sexual de morte fundida à pulsão sexual de vida causando o movimento de devir. O efeito psíquico de aniquilamento das representações do Eu que a realização do ato sexual amoroso e desejado traz é tematizado por ela. O retorno fusional arcaico aparece como gerador de angústia, gerando sintomas como destino dela. Ela se remete ao feminino e ao gozo sexual.

Em 1912, retornou à sua cidade natal e se casou com Pawl Naumowitsch Scheftel. O casal foi morar em Berlim, em 1913, quando ela deu à luz sua filha Irma Renata. Ao deixar Viena, em direção a Munique, Freud pediu a ela que seus escritos fossem publicados com exclusividade nas revistas da Associação Psicanalítica. Na visão oficial da psicanálise, a filha de Freud, Anna Freud, ainda figura como a fundadora da psicanálise de crianças, Melanie Klein vem em seguida. Mas a primeira contribuição sobre a psique de crianças na história psicanalítica, após o pequeno Hans de Freud e a pequena Anna de Jung, foi de Spielrein, em *Contribuições ao conhecimento da psique infantil*, onde aparecem análises de seu próprio mundo fantasmático infantil, publicado no quarto número do *Zentralblatt*, em 1912. Apenas dez anos depois apareceu a primeira comunicação de Anna Freud, que se tornou membro da Sociedade Psicanalítica de Viena em 13 de junho de 1922, apenas uma semana antes de Lou Andreas-Salomé. E sete anos depois do texto de Spielrein houve a primeira comunicação de Klein. Nesse intervalo de tempo, foram publicados vinte e cinco artigos de Spielrein, dez deles sobre temas relacionados à análise de criança: sentimento de vergonha nas crianças, o Complexo de Édipo na infância, o tempo na vida psíquica subliminar, a simbologia animal e as fobias das crianças etc.

Em 1913, Freud queria que Sabina Spielrein fizesse análise com ele, em Viena, para pôr para fora seu ódio em relação a Jung, coisa que, segundo ele, ela não havia feito ainda. Mas, entre

1913 e 1918, ela decide se afastar da psicanálise, praticar cirurgia médica para sobreviver e estudar composição musical e dar aulas de música. Seu marido fora convocado como médico na frente de guerra da Rússia. Entre 1917 e 1919, retoma a correspondência com Jung, desenvolvendo longas discussões teóricas com este, pretendendo que Jung aceitasse o lugar primeiro de Freud para que suas novas ideias também pudessem ser aceitas no meio psicanalítico. Nesta correspondência vai se delineando a diferença entre as duas teorias e o pensamento singular de Spielrein entre elas. Ela encerra também ao que parece a sua transferência com Jung, ao obter dele uma reflexão sobre a importância do amor entre eles na vida e obra dele.

Depois, convocada por Freud, em 1919, fundou em Lausane o grupo de estudos psicanalíticos “Círculo Interno” e praticou psicanálise. Juntou-se a Piaget e Claparède em Genebra, por volta de 1920. Eduard Claparède, que havia fundado em 1912 o Instituto de Psicologia Experimental e de Investigação do Desenvolvimento Infantil Jean Jacques Rousseau, convidou-a a dar um curso e ser sua assistente. Também Jean Piaget em 1920, aos 23 anos, havia sido convidado por esse a participar do Instituto Rousseau e havia sido aceito pela Sociedade Suíça de Psicanálise. E em 1921, todos os dias durante oito meses, com exceção dos domingos, às oito horas da manhã ele tinha sua sessão de análise com Sabina Spielrein. Em 1920, ela compareceu ao VI Congresso Internacional de Psicanálise de Haia, onde apresentou um texto sobre a emergência e o desenvolvimento da linguagem nas crianças, que publicou em 1922 como *A gênese das palavras*

29 S. Spielrein (1922), “La genèse des mots enfantins Papa et Mama” (A origem das palavras infantis Papai e Mamã – algumas observações dos diferentes estágios do desenvolvimento da linguagem). In M. Guibault e J. Nobécourt, *Entre Freud et Jung*. S. Spielrein (1922), “O tempo na vida subliminar da alma”. In: *Sämtliche Schriften*. S. Spielrein (1923), “Quelques analogies entre la pensée de l’enfant celle de l’aphasique et la pensée subconsciente” (Algumas analogias entre o pensamento da criança, com o dos afásicos e com o pensamento subconsciente). In: *Sämtliche Schriften*.

30 J. Kerr, *Um método muito perigoso*, p. 525.

31 Administrado pelo Comitê Secreto.

»
*a importância e o pioneirismo
dos três artigos de Spielrein entre
1922 e 1923 se traduzem pela
colaboração que ela traz da linguística
nascente para a psicanálise*

infantis Mamã e Papai. Em 1922, Piaget apresentou seu trabalho *O pensamento simbólico e o pensamento da criança* no VII Congresso Psicanalítico Internacional de Berlim, baseado em observações da filha de Sabina Spielrein. Nesse congresso, o segundo e último que ela frequentou, apresentou um trabalho sobre a gênese da noção de tempo na criança. Jean Piaget e Sabina Spielrein desenvolveram um trabalho conjunto sobre as origens do pensamento e da linguagem com muitas convergências, embora tenham seguido mais tarde objetivos diferentes. A importância e o pioneirismo dos três artigos de Spielrein entre 1922 e 1923²⁹ se traduzem pela colaboração que ela traz da linguística nascente para a psicanálise, fazendo surgir uma teoria sobre a origem psíquica da linguagem e da constituição do primeiro objeto.

A sociedade psicanalítica local chamava-se Grupo Psicanalítico de Genebra. Estava aberta a todos que a procurassem e nunca se fez qualquer tentativa de vê-la aceita pela Associação Internacional de Psicanálise³⁰. Mas, dentro dessa sociedade informal, havia um grupo que desejava se tornar parte da IPA enquanto grupo de Genebra. Spielrein agregou-se a esse grupo. Parece que a estada de Spielrein contava com o financiamento de um fundo secreto³¹ que visava mesmo a que o grupo local pertencesse à Sociedade Suíça. Fosse pelo clima político da época, fosse pelo fato de ela não ter o temperamento apropriado para a função, o fato é que, durante a sua permanência, o grupo se dividiu após uma derradeira reunião e ela escreveu a Freud para pedir sua imediata intervenção. Freud respondeu-lhe escrevendo que ela tomara a coisa muito a peito e que considerava



há três interpretações errôneas da vida e obra de Sabina Spielrein entre os que escreveram sobre ela que não contribuem para reabilitá-la do esquecimento

muito espinhosa uma intervenção dele, proposta que ela sustentou vigorosamente. Podemos conjecturar como seria possível, psiquicamente, a Sabina Spielrein desempenhar a missão política que lhe fora confiada, unificar a Sociedade Suíça de Psicanálise em sua filiação à IPA³², num momento em que ela havia recém-terminado sua transferência a Jung? Certamente, nesse ponto a intensa ambivalência de Sabina somou-se ao desejo freudiano de que ela finalmente pusesse para fora o ódio a Jung para resolver essa ambivalência, numa infrutífera tentativa de transformá-la numa profetisa política dogmática da psicanálise, coisa que parece que não era compatível com o seu temperamento, nem com sua possibilidade psíquica naquele momento.

Em 1923, aos trinta e nove anos, Sabina partiu de Berlim para a recém-criada União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Sendo russa, judia e com enorme prestígio intelectual, recebeu tratamento de eminência pelo Partido através de Trotski. Foi convidada a dirigir o jardim de infância psicanalítico, ou Casa Branca, oficialmente denominada de Lar Experimental para Crianças. Foi-lhe assegurada uma cátedra na Universidade de Moscou, no Departamento de Psicologia da Criança. Desde o primeiro momento, Sabina se incorpora à vida cultural de Moscou. Ela fundou, juntamente com Dimitrievitch Ermakov e Moshe Wulff, a primeira Sociedade Psicanalítica na Rússia, a associação psicanalítica mais numerosa de sua época. Influenciou definitivamente Vygotsky e Alexander Luria. Por algum tempo, Luria atuou como secretário do Instituto e seus relatórios periódicos no *International Journal of Psychoanalysis* dão conta da participação de Spielrein numa ampla gama de atividades como

ensino, por meio de conferências e seminários; seu seminário de análise infantil é o curso mais concorrido, com trinta participantes. Atua como psicanalista didática num plano de treinamento que elaborou em conjunto com Ermakov e Wulff no Instituto Psicanalítico de Moscou, e trabalha na clínica para crianças. Papéis recentemente descobertos indicam que ela ocupava três postos: como colaboradora científica no instituto psicanalítico estatal, como consultora médica pedagógica da Terceira Internacional (numa vila de crianças) e como diretora do Departamento de Psicologia Infantil (pedologia) da Primeira Universidade de Moscou.

Com a morte de Lênin e o endurecimento do regime, que levaria ao exílio de Trotski, o grande apoiador da psicanálise, e que trouxe a supressão da liberdade de associação e a stalinização do sistema soviético, o movimento psicanalítico russo se extinguiu progressivamente, embora um punhado de clandestinos a tenham praticado ainda até 1936. Sabina Spielrein voltou para sua cidade natal, Rostov sobre o Don, em 1924, reencontrando seu marido e dando à luz sua filha Eva. Oficialmente exercia funções de clínica geral, mas, na verdade, sob a capa da pedologia, tratava de crianças delinquentes e problemáticas pela psicanálise, o que fez, enquanto ainda exercia a medicina, até meados dos anos 1930, quando se tornou professora de música em um Jardim de Infância, como outras dezenas de psicanalistas que tiveram que achar outra ocupação para sobreviver. Em 1929, já não pôde mais sair da URSS. Seu nome apareceu pela última vez na lista de membros da Sociedade Russa, em 1936. Os dois irmãos de Sabina e outros familiares seus sucumbiram em 1937 ao Gulag³³. Em 27 de julho de 1942, as tropas de Hitler ocuparam Rostov sobre o Don. Há várias versões para o fim trágico de Sabina Spielrein. O fato é que ela e suas duas filhas foram assassinadas pelos soldados nazistas.

Há três interpretações errôneas da vida e obra de Sabina Spielrein entre os que escreveram sobre ela que não contribuem para reabilitá-la do esquecimento: os seus diagnósticos como psicótica e masoquista incurável e a ênfase no período em que foi amante de Jung como se fosse a única

notoriedade que teve. Uma mulher que no início do século xx concordou em ser o caso padrão de psicanálise na Clínica Burghölzli, frequentou a Universidade de Medicina, defendeu uma tese pioneira, interpretou de maneira inédita os fenômenos de amor, destruição e sublimação e origem da linguagem de forma a influenciar o pensamento teórico de Freud, Jung, Luria, Vygotsky e Piaget, homens com quem conviveu, foi pioneira em análise de crianças, foi pioneira em unir a psicanálise à linguística, escreveu cerca de 30 artigos, casou, teve duas filhas, foi psicanalista, conferencista, cirurgiã, médica e, além de tudo, compositora e música, não pode ser considerada nem louca e nem masoquista. Pois ela viveu intensamente tudo o que tinha que viver e dedicou-se inteiramente à psicanálise e a todos aqueles que amou.

Hermine von Hug-Hellmuth (1871-1924)³⁴

A vida e a obra desta pioneira da psicanálise de crianças passaram despercebidas por mais de cinquenta anos. Ela nasceu de uma família nobre e católica, antisemita e que se arruinou financeiramente. Sua infância foi marcada por intensa e violenta rivalidade com a meia-irmã mais velha, filha de uma relação ilegítima. Foi admitida na Universidade de Viena, em 1904. Neste ano sua irmã tem um filho também ilegítimamente, repetindo a história de seu pai, o que muito a alarmou e iria mudar sua vida. O outro evento que governou sua vida foi o encontro com Isidor Sadger, seu médico de família, em 1907. Rapidamente ela começou uma análise com ele, que durou três anos. Interessou-se de tal forma pelos textos de Freud

entre 1910 e 1912, Hermine von Hug-Hellmuth foi aos poucos se retirando do ensino secundário no qual estava trabalhando havia vinte anos

que decidiu ser psicanalista. Em 1909, apresenta uma tese sobre radioatividade “Pesquisas sobre as propriedades físicas e químicas dos depósitos radioativos nos polos positivo e negativo”, só que na faculdade de filosofia, fascinada pela personalidade de Marie Curie com seu feminismo simbólico. Seu gosto pela pesquisa levou-a a um novo campo, a psicanálise. Entre 1910 e 1912, ela foi aos poucos se retirando do ensino secundário no qual estava trabalhando havia 20 anos. Ela se tornaria depois muito ligada a Sadger, seu único amigo por ocasião de sua morte. Com este analista tão conservador e pejorativo em relação às mulheres, como vimos na sua posição contra a entrada de mulheres nas sociedades de psicanálise, entende-se quando os pesquisadores de sua vida apontem que ela teve a sua patologia acentuada com a análise: dogmatismo, rigidez e sentimento de perseguição. Tornou-se membro da Sociedade Psicanalítica de Viena em 1913, após a ruptura com Jung, e foi-lhe confiada por Freud a seção dedicada à psicanálise de crianças, campo no qual decidiu começar a clinicar, na revista *Imago*. Fascinados por essa doutora que era de uma ortodoxia sem falhas, Freud e seus fiéis não viram que seus artigos provinham de uma análise de seu sobrinho, na qual aplicava as teses do mestre. No entanto, outros pesquisadores dizem não haver nenhum vínculo afetivo entre ela e este sobrinho, cuja mãe morreu quando ele tinha nove anos. Aos onze anos seu guardião também morre e ele é confiado a Tausk, que também morre, e depois a Sadger. Todos os seus tutores notam uma tendência para delinquência e uma resistência a todos os tratamentos e medidas educativas. Sobrinho que acabou matando-a por estrangulamento, não pre-

32 O relatório da Sociedade Suíça de Psicanálise sobre o ano de 1923 ao *Int. J. of Psychoanalysis* de 1924 aponta que não houve nenhum encontro naquele ano.

33 Gulag (“Direção Principal dos Campos de Trabalho Corretivo”) era um sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos e presos políticos da U.R.S.S., à semelhança dos campos nazistas. Esse sistema funcionou de 1918 a 1956. Foram aprisionadas milhões de pessoas, muitas delas vítimas das perseguições de Stálin. O gulag tornou-se um símbolo da repressão da ditadura de Stálin.

34 E. Roudinesco, M. Plon, *op. cit.*, p. 357-358 e C. Geissmann, *A history of child psychoanalysis*.





foi no campo da psicanálise e da educação que Tatiana Rosenthal se sobressaiu, de início, em 1910, como diretora da Clínica de Tratamento das psiconeuroses

meditadamente, mas para silenciá-la, após tentar roubá-la, talvez numa reação ao sufocamento de que fora vítima por ter sido cobaia psicanalítica. A comunidade psicanalítica foi atingida por esse escândalo. Como Hug-Hellmuth havia dito que seu sobrinho não era uma criança normal, mas havia nascido criminoso, com tendências sádicas e manifestações sexuais precoces, Adler e Stern aproveitaram a ocasião para condenar a psicanálise por não levar em conta os fatores sociais e determinar tão fatalisticamente o destino das crianças nos cinco primeiros anos. Parece que logo depois, em 1925 ainda, um artigo foi publicado por encomenda de Freud, destacando a obra da psicanalista morta sem entrar em sua vida pessoal.

Seu livro mais famoso, o *Diário de uma adolescente de onze a catorze anos*, apresentado em 1919 e foi construído a partir de efetivas lembranças infantis de Hermine. Revelou-se uma fraude, apesar de seu sucesso e de um prefácio elogioso de Freud, que, após 1923, depois de uma denúncia de um membro da Sociedade Psicanalítica Britânica, retirou-o de circulação.

Ao sair da prisão, em 1930, o sobrinho Rolf pediu dinheiro a psicanalistas vienenses em seu desejo de ser indenizado por ter servido de material humano para as experiências psicanalíticas. Foi indicado para análise com Helene Deutsch, que recusou.

Por todas essas situações embaraçosas, Hermine Hug-Hellmuth também foi banida por muito tempo da história da psicanálise. O caso do assassinato e o do falso diário foram apagados dos anais do movimento freudiano, de tal forma que até recentemente acreditava-se que o diário falso e o assassinato eram mentiras inventadas pelos ini-

migos de Freud. No entanto, ela mesma pediu a Anna Freud, pouco antes de morrer, que nenhuma notícia sobre sua vida ou sua obra aparecesse em qualquer lugar, nem mesmo nos periódicos de psicanálise. Bernfeld escreveu esse desejo no obituário que fez no *International Journal of Psychoanalysis* após sua morte. Friedjung escreveu um obituário no *Zentralblatt für Psychoanalyse* apontando o pioneirismo de Hug-Hellmuth em ser a primeira a comprovar as teorias de Freud sobre o caráter da criança e suas qualidades, lamentando a morte precoce. A filha de Freud recomendou que respeitassem seu desejo antes de morrer a alguns biógrafos, os quais não seguiram seu conselho.

Tatiana Rosenthal (1884-1921)³⁵

Nascida em São Petersburgo de uma família judia, engajou-se em 1905 pelo combate pelo movimento operário, como presidente das Associações dos estudantes de Moscou. Foi a Zurique em 1906, onde descobriu as teorias freudianas e obteve o título de doutora em psiquiatria, em 1911. Ela provavelmente era amiga de Sabina Spielrein, pois frequentaram a faculdade ao mesmo tempo e tinham a mesma idade. No diário de Spielrein há uma referência a uma amiga judia que estava cansada da vida. Ao voltar a São Petersburgo, dedicou-se à implantação da psicanálise na Rússia. Em 1911/12, seu nome foi incluído como membro da Sociedade Psicanalítica de Viena e sua curta estadia em Viena deixou registro nas Minutas. Foi no campo da psicanálise e da educação que se sobressaiu, inicialmente, em 1919, como diretora da Clínica de Tratamento das psiconeuroses, no Instituto de Pesquisas sobre Patologia Cerebral dirigido pelo psiquiatra Vladimir Bekterev, que se destacava naqueles dias no campo da neurologia e psicologia russas. Mesmo tendo muitas reservas em relação à psicanálise, isso não o impediu de confiar em Rosenthal e apreciar seu trabalho com crianças neuróticas. Em 1919, ela deu uma série de conferências sobre psicanálise nesse instituto. Em 1920, ela dirigiu o Centro para crianças psíquica-

mente debilitadas, ligado ao Ministério da Educação, o que representou um esforço bem-sucedido dela em acordar a opinião da classe médica para a importância da psicanálise para a compreensão das desordens mentais das crianças. Teve a ideia do Lar Experimental para Crianças, que seria fundado por Vera Schmidt e foi a primeira, em 1920, sete anos antes de Freud, que não a citaria em seu trabalho sobre o tema, a estudar a obra de Dostoiévski do ponto de vista psicanalítico. Depois de seu suicídio em 1921, aos trinta e seis anos, envolto em mistério e explicado por questões históricas e políticas por seus biógrafos, já que atingiu tudo o que desejou, inclusive um filho, houve estranhas omissões ao trabalho de Rosenthal tanto no plano das associações educacionais como nos relatórios de Luria da Sociedade Psicanalítica de Moscou de 1925. Somente dois artigos seus foram publicados, um na *Zentralblatt für Psychoanalyse*, em 1911, “Karin Michaelis: ‘Das gefährliche Alter’ im Lichte der Psychoanalyse” e “Sofrimento e criação em Dostoiévski, análise psicogenética”, numa revista russa quase desconhecida.

Vera Schmidt (1889-1937)³⁶

Vera Schmidt foi uma pioneira da psicanálise na Rússia e uma das grandes figuras do freudomarxismo. Por iniciativa de Tatiana Rosenthal e com o apoio de seu marido Oskar Schmidt e de Ivan Ermakov, criou em Moscou, em agosto de 1921, o Lar Experimental para Crianças. Nesse projeto educativo de ótica psicanalítica, levava-se em conta o fenômeno transferencial no relacionamento entre as crianças e os educadores e tentava se instaurar uma relação mais baseada na confiança e na afetividade do que na autoridade. Cerca de 30 crianças, filhas de dirigentes e funcionários do Partido Comunista, foram acolhidas aí, a fim de serem educadas segundo métodos que combinavam os princípios do marxismo e da psicanálise. Acre-

35 S. Neidisch, “Dr. Tatiana Rosenthal”, p. 384-385. <<http://web.tiscali.it/tatianarosenthal/>>

36 E. Roudinesco, M. Plon, *op. cit.*, p. 689-690.

»
Vera Schmidt foi uma pioneira da psicanálise na Rússia e uma das grandes figuras do freudomarxismo

ditava-se que o filho de Stálin aí tenha estudado. A experiência do lar tinha como quadro de treinamento um Instituto de Psicanálise, que assumiu o nome de Solidariedade Internacional, fundado junto com a Associação Psicanalítica de Pesquisas sobre Criação Psicanalítica. O sistema de educação tradicional fundado nos maus-tratos e nas punições corporais foi abolido e o ideal da família patriarcal severamente criticado, em proveito de valores educativos que privilegiavam o coletivo. As demonstrações afetivas, beijos e carícias, foram substituídas por relações ditas “racionais”, as crianças tinham uma educação leiga e eram autorizadas a satisfazer a sua curiosidade sexual. Os educadores eram convidados a não reprimir a masturbação e a instaurar com as crianças relações iguais. O programa previa que todos deviam ser analisados. O ideal pedagógico preconizado era a manifestação viva do espírito novo dos anos 1920, em que se concretizava, depois da Revolução de Outubro, o sonho de uma fusão possível entre a liberdade individual e a liberação social: uma verdadeira utopia pedagógica ou pedologia, como passou a ser chamada, que combinava paixão freudiana e ideal marxista. A experiência chegou ao fim em condições complexas, que serão apontadas na terceira parte deste trabalho. Em novembro de 1924, o casal Schmidt encerra as atividades do Lar e, em 1925, o Instituto Solidariedade Internacional foi oficialmente liquidado.

Vera Schmidt foi psicanalista de adultos e crianças em Moscou, até depois de 1930, quando a situação do movimento psicanalítico ficou difícil na U.R.S.S. Em 1927 representou sua associação no Congresso da IPA em Innsbruck. Ela morreu de pneumonia.



Eugénie Sokolnicka foi pioneira da psicanálise de crianças, tendo publicado, em 1920, o artigo “A análise de um caso de neurose obsessiva infantil”

Eugénie Sokolnicka (1884-1934)³⁷

Nasceu em Varsóvia de uma família abastada e liberal. Foi para Paris na idade de 20 anos, onde obteve uma licenciatura em Ciências, na Sorbonne, e assistiu a aulas de Pierre Janet no Collège de France. Em 1911 orientou-se para a psiquiatria dinâmica e foi para a Clínica Burghölzli, onde seguiu os cursos de Jung. Em 1913, no momento da ruptura entre Freud e Jung, escolheu a via freudiana e analisou-se com Freud por um ano, participando das reuniões da Sociedade Psicanalítica de Viena. Em 1914, a conselho dele, instalou-se em Munique, onde não havia círculo freudiano. Com a guerra, regressou à Polônia e depois, em 1916, foi a Zurique. Ela se tornou membro da Sociedade Psicanalítica de Zurique e foi também eleita para a Sociedade Psicanalítica de Viena, em 1916. Estabeleceu-se em Varsóvia, em 1918, com a firme intenção de formar ali uma sociedade psicanalítica, o que não conseguiu. Em Budapeste, retomou seu tratamento com Ferenczi, o qual mostrou um talento clínico excepcional para lidar com seus distúrbios paranoídes e erotomaníacos. Ela sofria de depressão e de tendência ao suicídio, como se capta da correspondência entre Ferenczi e Freud. Em setembro de 1920, tomou parte do Sexto Congresso Internacional, em Haia, apresentando a conferência “Diagnóstico e sintomas das neuroses à luz das doutrinas psicanalíticas”. Apoiada por Freud e Ferenczi, realizou o desejo de voltar a Paris. Freud não a apreciava, mas apoiou-a até encontrar Marie Bonaparte. Foi pioneira da psicanálise de crianças, tendo publicado o artigo “A análise de um caso de neurose obsessiva infantil” na *Inter-*

nationale ärztliche Zeitschrift für Psychoanalyse, em 1920, um dos primeiros exemplos de uma análise de crianças sendo conduzida em condições similares à dos adultos. A história desse caso seria comentada tanto pela escola inglesa como na França, onde seria traduzida pela primeira vez em 1968. Foi membro fundador da Sociedade Psicanalítica de Paris, mas foi principalmente nos meios literários que propiciou a implantação das teses freudianas na França, tendo sido analista de Gide e acolhida com entusiasmo pelos escritores da *Nouvelle Revue Française*, desde sua chegada em 1921. Ela encontrou jovens psiquiatras como René Laforgue ou seu amigo Édouard Pichon, que fizeram análise didática com ela; o primeiro, por poucos meses, e o segundo, por três anos. Trabalhou no Hospital Saint Anne, mas foi logo marginalizada por não ser médica. Falhou em se tornar líder do movimento psicanalítico francês, abandonando esta posição para Laforgue e Marie Bonaparte, apesar do apoio de Freud, que a deixou de lado a favor de Laforgue, a quem escreveu, em 1924, que apesar de conhecer Sokolnicka havia muito tempo, não a via como sua representante legítima. Foi eleita vice-presidente na fundação da Sociedade Psicanalítica de Paris, em 1926. Em 1929, na IV Conferência de Psicanalistas de língua francesa, apresenta o trabalho “Alguns problemas da técnica psicanalítica”. Marginalizada pela SPP e tendo poucos clientes, ela havia sido convidada e anunciada para falar nesta associação em maio de 1934, sobre psicanálise do caráter. Mas, antes disso, suicidou-se, abrindo o gás na casa emprestada por Édouard Pichon, onde morava.

Sophie Morgenstern (1875-1940)³⁸

Nascida na Polônia, ela foi, ao lado de Sokolnicka, a primeira psicanalista de crianças na França, tendo sido analisada por esta. Ela começou seus estudos em medicina em Zurique, em 1906. Médica voluntária na Clínica Burghölzli, junto a Bleuler, conheceu Eugène Minkowski, em

1915, que reencontrou em Paris, em 1924. Este foi introdutor da fenomenologia no saber psiquiátrico francês e fundador do grupo Evolução Psiquiátrica, do qual ela foi membro, bem como da Sociedade Psicanalítica de Paris. Em 1925, Morgenstern tornou-se trabalhadora voluntária na clínica infantil e neuropsiquiátrica dirigida por Georges Heuyer, por quinze anos. Ela desenvolveu teses sobre o desenho, o brinquedo e a relação das crianças com os pais na linhagem do ensino de Anna Freud. Em 1937, publicou *Psicanálise infantil, simbolismo e o valor clínico das criações imaginativas da criança*, que dedicou à sua filha, morta depois de uma cirurgia. Nunca tendo se recuperado dessa perda, como outros judeus imigrantes, decidiu suicidar-se no dia da chegada dos nazistas em Paris. Publicou quinze artigos. Suas contribuições para a *Revue française de psychanalyse* e *L'Évolution psychiatrique* refletem o fato de que seus pares reconhecem a importância de seu trabalho. Françoise Dolto foi sua mais ilustre aluna e amiga e a considerava sua inspiradora. Caiu num esquecimento injustificado. Seus artigos “Um caso de mutismo psicogênico”, de 1927, e “Alguns insights na expressão da culpa nos sonhos infantis”, de 1933, estão sendo relidos sob a luz da pesquisa recente inspirada nos trabalhos originais em psicanálise da criança.

Para concluir

A morte trágica da maioria das pioneiras da psicanálise aponta para a reflexão das forças históricas que atuaram no esquecimento de suas pessoas e obras. Elas se relacionam àquilo que é marca simbólica da sua corporeidade como mulheres, russas, vienenses e judias e aos seus fantasmas pessoais. Também se relacionam às forças instituintes coletivas do movimento psicanalítico em seus primórdios que iam determinando os

37 E. Roudinesco, M. Plon, *op. cit.*, p. 721 e <www.answers.com/topic/sokolnicka-kutner-eug-nie>

38 E. Roudinesco, M. Plon, *op. cit.*, p. 524 e <www.answers.com/topic/morgenstern-kabatschnik-sophie>

»
a morte trágica da maioria das pioneiras da psicanálise aponta para a reflexão das forças históricas que atuaram no esquecimento de suas pessoas e obras

rumos dos ideais do novo campo de saber, o que também era perpassado não só pelas práticas psicanalíticas nascentes, mas pela política institucional e pela política da teoria nascente, junto com elas. Assim, as forças históricas que atuaram no esquecimento da pessoa e obra dessas psicanalistas são forças políticas gerais, que fizeram intersecção com forças políticas institucionais específicas e com forças políticas culturais. As problemáticas da política da teoria, da política institucional nos vinte e cinco primeiros anos do movimento psicanalítico, a constituição do imaginário misógino no final do séc. XIX e início do XX e a problemática da bissexualidade em psicanálise, a política das Grandes Guerras, o stalinismo, o nazismo, constituíram algumas forças políticas, históricas e culturais que atravessaram a corporeidade dessas psicanalistas e que compõem camadas de compreensão da repressão ou supressão que está na base do processo de sua marginalização histórica.

No plano institucional, constata-se que as mortes trágicas por excesso psicanalítico com familiares ou marginalização no interior das sociedades psicanalíticas, as relações amorosas entre analista e paciente, as resistências e polêmicas em torno da psicanálise da criança entravam em conflito com as novas regras e proibições instituídas oficialmente para a realização de um tratamento psicanalítico, a partir de 1925. Talvez isso fez com que houvesse um processo silencioso de não registro e apagamento dessas histórias dentre outras dos primórdios da psicanálise.

No plano conceitual, podemos apontar uma relação entre a denegação do feminino no início da história da psicanálise e a construção da cen-



*a função da centralidade
do pai em psicanálise, decorre,
segundo Le Guen,
do próprio complexo paterno
de Freud*

tralidade do complexo de castração, com o plano cultural da misoginia do final do século XIX. Após as rupturas sucessivas com Adler, Stekel e Jung, e durante o processo de elaboração dessas rupturas, Freud escreve quase simultaneamente os artigos que se tornarão seu legado sobre a técnica da psicanálise (1912-1914), *Tótem e tabu* (1913) e, logo após, *A história do movimento psicanalítico* (1914). Essas três etapas quase simultâneas re-fundam propriamente o movimento institucional psicanalítico centralizado em Freud como a figura de pai fundador da psicanálise. O fato de a mulher ser apenas a justificativa inicial da elaboração do mito do assassinato do pai primitivo e a centralidade que esse mito ocupa no corpo conceitual psicanalítico apontam para as ressonâncias fantasmáticas das angústias masculinas, num tempo em que as mulheres apenas começavam a ter um estatuto de humanidade e cidadania para além de seus lugares de esposas, mães e frequentadoras de igreja.

A função da centralidade do pai em psicanálise, em relação a Freud centralizador que mantém um corpus teórico-clínico-metodológico, decorre, segundo Le Guen³⁹, do próprio complexo paterno de Freud. O autor se debruça sobre a convicção inquebrantável de Freud na realidade da morte do pai original e a imutabilidade do tema que, elaborado em *Tótem e tabu*, foi retomado em vários escritos (*Psicologia das massas e análise do eu*, 1921; *O futuro de uma ilusão*, 1927, *Mal-estar na civilização*, 1930 e *Moisés e o monoteísmo*, 1937) e vai se tornando progressivamente uma certeza. A morte do pai original vai se organizar em espetáculo. Tragédia pré-histórica de-

composta em atos: a posse das mulheres pelo pai, a rejeição dos primogênitos e a escolha do caçula, o complô e a revolta dos irmãos, o assassinato do pai e sua devoração, a rivalidade fraterna, a elaboração das regras sociais e morais, a deificação do pai e a apoteose da comida totêmica. *Não há verdadeiro papel feminino e a mulher só aparece como justificativa inicial da ação.*

Também nos artigos sobre técnica, a transferência foi inicialmente entendida como apaixonamento da paciente mulher pelo analista homem, uma vez que, nos dias pioneiros da psicanálise, Breuer, Freud e outros viviam a experiência de súbitas declarações de amor de suas pacientes. Os casos relatados por Freud até 1905 eram de mulheres vítimas da estrita moralidade sexual que expressavam nos seus sintomas histéricos uma vida sexual desejada, mas reprimida. Na maioria das vezes, Freud levava isso em conta, mas em outras, compartilhava das angústias e fantasias de desejo dos homens de sua época em relação à sexualidade feminina e que eram expressas nos trabalhos literários de sua época, como os de Maupassant, autor favorito de Freud, Schnitzler, Strindberg, entre outros. As mulheres eram retratadas como perigosas criaturas da pulsão que destroem o mundo masculino da ordem e do intelecto. Podemos lembrar o que Jung escreve a Freud para falar de Sabina Spielrein: “Ela estava, é claro, sistematicamente planejando minha sedução”⁴⁰. Nessa visão das mulheres, os dois homens estão de acordo: Freud identifica o amor sexual da paciente como um lado animal do qual o médico precisa fazê-la desistir pelo trabalho de análise. Na concepção inicial da transferência, o médico é apenas uma vítima da paciente e a contratransferência⁴¹, o amor que também surge no analista, ocorre por influência apenas da paciente nos seus desejos inconscientes. Jung também coloca seu afeto, inicialmente, como mera reação ao apaixonamento de Sabina Spielrein por ele. Podemos lembrar também a frase de Freud a Jung: “a maneira que essas mulheres arranjam para nos atrair com toda a perfeição psíquica, até que atinjam o alvo, é um dos grandes espetáculos da natureza. Uma vez que isso seja feito,

ou o contrário se torne uma certeza, a constelação muda espantosamente”⁴².

Se, no final do século XIX e início do XX, houve o reconhecimento da sexualidade da mulher, ele veio acompanhado de todas as ressonâncias fantasmáticas das angústias masculinas. Há, neste tempo, uma confusão na cultura entre misoginia e ginolatria. Além disso, a eficácia da invenção freudiana em *Totem e tabu* suprime todo o longo e tortuoso percurso de inclusão da bissexualidade no corpo teórico psicanalítico⁴³. A partir de *Totem e tabu*, a formulação genial da centralidade do complexo de castração por Freud dá a resposta sobre como é possível o acesso à ação específica de um corpo no mundo. O complexo de castração é uma questão de percepção do mundo, de estabelecimento de um fora e de um dentro, do acesso à ação intencional do corpo no mundo, por meio do pensamento e da organização de relações abstratas e simbólicas e da percepção do tempo e da sua finitude. Sem ele, ficamos presos na fantasia labiríntica da imortalidade ilimitada, de nossos desejos oniscientes e onipotentes, que, no entanto, têm seu importante papel na constituição da vida psíquica e de seus produtos na cultura humana. Mas essa centralidade veio sendo progressivamente construída, primeiramente pela formulação do conceito de narcisismo e depois pela reviravolta da última teoria pulsional. Nela, que inaugura a década de 20 do século XX, Freud acolhe de várias fontes, onde se destaca, levando em conta este artigo, o ensaio de Spielrein de 1912, aquilo que o leva a formular a sua pulsão de morte e a colocar, na fusão e defusão das pulsões de vida e de morte, o movimento pulsional que origina a possibilidade ou não da vida psíquica. Mas é somente

39 C. Le Guen (Quando o pai tem medo – ou como Freud, resistindo a seu fantasma, instituiu as sociedades psicanalíticas), *Quand le père a peur*, p. 41-50.

40 W. Macguire, *A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl Jung*, p. 252 (carta de 4/6/1909).

41 Conceito citado por Freud pela primeira vez em carta a Jung, para ajudá-lo a entender a razão de sua relação amorosa com Spielrein.

42 W. Macguire, *op. cit.*, p. 254 (carta de 7/6/1909).

43 J. Kerr, *op. cit.*, p. 80-106.

»
*as psicanalistas
admitidas no movimento
após 1920 encontraram
uma atmosfera de menos
denegação do feminino*

a partir daí que ele pode formular a organização genital infantil e as consequências psíquicas da diferença sexual anatômica, trazendo a angústia de castração em primeiro plano e podendo então pensar a especificidade da sexualidade feminina e da feminilidade. O feminino traz uma realidade além da castração – encoberta pela centralidade desta e pela ênfase na falta percebida do pênis na mulher, transformado no falo abstrato – que é o movimento contínuo do nascer-morrer, a destruição como causa do devir, a transitoriedade como efeito do movimento imanente de transformação perene e afirmativa da vida e a maternidade como criação. É isso que Hilferding e Spielrein trouxeram de novo com suas contribuições, mas que teve que esperar muitos anos para ser incorporado pela teoria freudiana, o que se fez à custa do soterramento histórico da novidade que elas trouxeram, mesmo que sempre houvessem sido valorizadas e reconhecidas por Freud em vida, sobretudo Spielrein.

Podemos cogitar que as psicanalistas admitidas no seio do movimento institucional psicanalítico após os anos 1920, e que nunca foram esquecidas em suas pessoas, obras e atuação no movimento psicanalítico, encontraram um clima propício para se posicionarem diferentemente das ideias de Freud, quando já não havia mais uma atmosfera conceitual e institucional de denegação do feminino, no tempo da assunção da diferença sexual como problemática teórica, o que coincidiu com o tempo da aquisição da igualdade política e social das mulheres aos homens como cidadãos no mundo europeu. Mas esta é uma outra história, que fica para uma próxima vez.

Referências bibliográficas

- Cromberg R. (2008). *O amor que ousa dizer seu nome – Sabina Spielrein, pioneira da Psicanálise*. Tese (doutorado), Ipusp.
- Chinalli M. (2004). O comitê secreto e a política da psicanálise no início do século xx. *Percurso*, Ano XVII, n. 33, São Paulo.
- Freud S. (1973). Analisis profano (Psicanálisis y medicina). In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. III.
- _____. (1973). El porvenir de uma ilusion. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. III.
- _____. (1904/1973). El método psicoanalítico de Freud. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. I.
- _____. (1904/1973). Sobre psicoterapia. In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. I.
- _____. (1905/1973). Analisis fragmentario de una histeria (“Caso Dora”). In: *Obras completas*. Madrid: Biblioteca Nueva, vol. I.
- Geissmann C. (1998). *A history of child psychoanalysis*. Londres: Houtledge.
- Guibault M.; Nobécourt J. (org.) (1981). *Sabina Spielrein entre Freud et Jung*. Paris: Aubier Montaigne.
- Hilferding M. (1991). *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Jones E. (1979). *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kerr J. (1997). *Um método muito perigoso – Jung, Freud e Sabina Spielrein, a história ignorada dos primeiros anos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago.
- Le Guen C. (1972). *Quand le père a peur*. Etudes Freudiennes n. 5/6. Paris: Denoel.
- Macguire W. (1993). *A correspondência completa de Sigmund Freud e Carl Jung*. Rio de Janeiro: Imago.
- Les Premiers psychanalystes (1979). *Minutes de la Societé Psychanalytique de Vienne, v.III 1910-1911*. Paris: Gallimard.
- Neidisch S. (1921) Dr. Tatiana Rosenthal. Petersburg, *Internationale Zeitschrift für Psychoanalyse*, VII, p. 384-385.
- Dotrin-Orsini, M. (1996). *A mulher que eles chamavam fatal*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Pinheiro T. (1991). Comentário sobre *As bases do amor materno*. In: *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Roudinesco E.; Plon. M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Spielrein S. (1981) La destruction comme forme du devir. In: M. Guibault e J. Nobécourt. *Entre Freud et Jung*. Paris: Aubier Montaigne.
- _____. (1981) La genèse dès mots enfantins Papa et Mama. In: M. Guibault e J. Nobécourt. *Entre Freud et Jung*. Paris: Aubier Montaigne.
- _____. (2002). Quelques analogies entre la pensée de l'enfant celle del'aphasique et la ensée subconsciente. In: *Sämtliche Schriften*, Psychosozial-Verlag (Edition Kore), Giessen.
- _____. (2003). Love, death and transformation. In: C. Covington e B. Wharton, (org.). *Sabina Spielrein, forgotten pioneer of psychoanalysis*. Nova York: Brunner-Routledge.
- Viana H. (1991). Sobre as bases do amor materno. *Vida e obra de Margarethe Hilferding*. In: *As bases do amor materno*. São Paulo: Escuta.
- Vidal F. (2003). Sabina Spielrein, Jean Piaget – going their own ways. In: C. Covington e B. Wharton, (org.). *Sabina Spielrein, forgotten pioneer of psychoanalysis*. Nova York: Brunner-Routledge.

Sites

- <www.answers.com/topic/morgenstern-kabatschnik-sophie>
- <www.answers.com/topic/sokolnicka-kutner-eug-nie>
- <web.tiscali.it/tatianarosenthal>

First women psychoanalysts

Abstract Many women psychoanalysts of the first generation share a similar fate: their contributions were forgotten and kept aside from the mainstream of psychoanalysis for several decades, and rediscovered only in recent years. The paper gives information on their lives and works, suggests some reasons for the silence that covered them until the mid-seventies, and for the growing interest of present-time researchers on what they have to say.

Keywords Sabina Spielrein; Sophie Morgenstern; Hermine von Hug-Hellmuth; Eugénie Sokolnicka; Tatiana Rosenthal; Vera Schmidt; Vienna Psychoanalytic Society; psychoanalysis of children.

Recebido em: 09/2010

Aprovado: 10/2010

Psicanálise, política e regulamentação

seus efeitos na clínica e na formação¹

Ana Maria Sigal

Ana Maria Sigal é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

O sentido da política é a liberdade.
[Hannah Arendt]

Resumo Ao contrário do que muitos pensam, a política atravessa a psicanálise, assim como todas as ações do sujeito. A política institucional e a política de formação determinaram importantes fraturas nas sociedades e grupos psicanalíticos; a política científica, por sua vez, promoveu diferenças de escolas e lutas ferrenhas pelo poder desde a época de Freud. As diferentes circunstâncias políticas da sociedade determinaram destinos históricos para a psicanálise. Hoje, a regulamentação é um tema eminentemente político e põe em risco o futuro da psicanálise. O projeto de regular o exercício da profissão é resultado de interesses econômicos de corporações e de disputas por dinheiro e poder.

Palavras-chave política; regulamentação da psicanálise; psicoterapia e psicanálise; formação do psicanalista.

Entendo que, antes de entrar especificamente no tema da regulamentação e suas consequências na clínica e na formação, é necessário abordar a importância da temática política no pensamento psicanalítico.

Para muitos, e durante muitos anos, a psicanálise era alheia à política. Quanto maior o afastamento, maior a garantia de uma aparente pureza do pensamento psicanalítico. Dizia-se que o analista deveria ser apolítico e que, se por alguma razão não o era, deveria manter-se em silêncio. O psicanalista, para ser neutro, não poderia e nem deveria manifestar suas ideias, sendo aconselhado a não participar de movimentos, manifestações ou expressões públicas ou populares. O fato de ter assumido publicamente posições políticas comprometidas custou a Hélio Pellegrino sua expulsão da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro em 1980².

Vale a pena recordar fatos marcantes da história da psicanálise, pois parece que o tempo apaga a história e a memória, e muitos jovens desconhecem as vicissitudes vividas por analistas cujas carreiras foram truncadas pela forma pela qual a política atravessou as sociedades de psicanálise e as escolas de formação.

Sem dúvida, pedir a um sujeito que se exima de sua posição ideológica significa esperar que ele se apresente à sociedade como alguém que está além do bem e do mal, já que a condição natural do homem é a de ser social e político, cujas ações

¹ Agradeço a Cristina Ribeiro Barczinski o carinho e a paciência com que revisou este texto.

² Hélio Pellegrino escreveu o artigo antológico "Pacto edípico e pacto social", publicado na revista *Folhetim* da Folha de São Paulo em 11 de setembro de 1983.



*nossas ações são políticas
e motivadas por decisões ideológicas,
mas, lembrando Fernando Ulloa,
a ética do desejo deve ser balanceada
com a ética do compromisso*

nesse sentido se assentam em uma ideologia. O homem é um ser de linguagem, em quem inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados na ordem significante da língua. Não há coincidência entre a legalidade do inconsciente e a ideologia, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente e, por sua vez, a política do desejo não exime o sujeito de suas responsabilidades históricas. É possível trabalhar a rede que articula ideologia e desejo a partir da dialética entre o discurso althusseriano e o discurso freudiano.

Nossas ações são políticas e motivadas por decisões ideológicas, mas, lembrando Fernando Ulloa³, a ética do desejo deve ser balanceada com a ética do compromisso. Tudo o que fazemos na vida tem consequências e somos responsáveis por nossos atos. A omissão, em qualquer aspecto da vida, significa deixar que os outros escolham por nós; lembremos que tanto atitudes quanto omissões fazem parte de nossa ação política perante a vida. Entendemos a ideologia como um efeito superestrutural de conhecimento – desconhecimento, produto polimorfo de estruturas inconscientes e de classe. Entendemos a política como representada pelos diversos movimentos de luta para conquistar o poder e governar. A psicanálise é perpassada por elementos científicos, ideológicos e políticos. Política, história, formação e transmissão se enredam permanentemente, produzindo efeitos na teoria e na clínica.

Houve uma época em que se pretendia atribuir ao psicanalista uma imagem mítica, que apenas emergia na penumbra do consultório, afastada da realidade e do contato com o paciente. Reivindicava-se uma posição dita freudiana, mas

Freud sempre deixou explícito um grande projeto político-institucional: disseminar as instituições psicanalíticas pelo mundo. Com esse intuito, criou, em 1912, o chamado comitê secreto ou comitê dos anéis, do qual faziam parte Ernest Jones, Otto Rank, Karl Abraham, Hans Sach, Max Eitington e Sandor Ferenczi, homens comprometidos com o fundador; este grupo tinha a missão de manter a lealdade e a pureza da doutrina. A reunião das quartas-feiras, na qual se encontravam os notáveis daquela época, e que depois daria origem à Sociedade de Psicanálise, era um caldeirão de rixas, ciúmes e disputas pelo poder. Dessa forma, criava-se um movimento que controlava a transmissão em nome de resguardar o saber, dando origem a um tipo de sociedade secreta que retorna frequentemente do reprimido nas diferentes congregações psicanalíticas.

Algumas novas correntes caem na tentação de mitificar e refundar sociedades secretas, transformando seus fundadores em figuras sacralizadas. Assim se fundam os “ismos” que determinam correntes políticas dentro das instituições.

O apolitismo confunde-se com uma compreensão equivocada da ideia de neutralidade e abstinência, partindo de uma radicalização que distorce o texto “Conselhos ao médico”. Nesse texto, Freud adverte o jovem profissional contra a tentação de pôr em jogo a própria individualidade, pois isso significaria seduzir o paciente, ao mostrar-se como modelo idealizado que “promova o desejo de elevar-se sobre os limites da sua personalidade estreita”⁴. Na verdade, abstinência significa abster-se de *desejar* pelo outro.

Na história da psicanálise, nos defrontamos com atitudes bem diversas: Freud atendia em sua casa; o homem dos ratos cruzou mais de uma vez com a filha de seu analista, o que acabou servindo como um excelente material de interpretação⁵. Analisava seus próprios discípulos, com os quais *a posteriori* mantinha encontros científicos e discussões técnicas. O caso do Pequeno Hans mostra que não é o *setting* o que determina a forma em que se conduz uma cura, já que Max Graf, pai do menino e discípulo de Freud, foi quem ocupou o

lugar de analista. Se a psicanálise tem uma marca, é a singularidade de trabalhar em transferência a neurose clínica, abordando o inconsciente.

Com a ampliação do campo clínico e as pesquisas para o tratamento da psicose, a psicanálise sai dos consultórios e penetra nas instituições de saúde, o que incomoda aqueles que defendem a ortodoxia do método. Isto cria disputas internas de grande porte, provocando, por exemplo, na Argentina, em 1959, o afastamento de Pichon-Rivière da Sociedade de Psicanálise, que ele mesmo havia fundado e presidido.

As políticas atravessaram e continuam atravessando das mais diversas formas a psicanálise; podemos falar de políticas científicas, políticas institucionais e políticas de formação. Também a clínica e a política são solidárias, porque se faz indispensável nas análises uma investigação sobre os modos de exercício do poder na contemporaneidade, para entender a subjetividade de quem nos consulta e o papel desses elementos na produção de patologia. Não adotamos somente uma teoria a partir da qual escutamos, mas trabalhamos a partir de uma posição clínica-ética-política. O momento histórico-político que vive uma sociedade marca um número considerável de ideias e produções psicanalíticas.

O histórico-político atravessando o seio das instituições e da produção teórica

Qual poderia ter sido o destino da psicanálise, se as duas guerras não tivessem imprimido suas marcas na produção da época? A Primeira Guerra Mundial impregna o pensamento freudiano da necessidade de explicar certos atos dos quais a teoria até então não dava conta. Na correspondência com Einstein⁶ entre as duas guerras, Freud atribui a presença inevitável desses conflitos a Tântatos,

3 Fernando Ulloa, psicanalista, ex-membro da Associação Psicanalítica Argentina, foi fundador do grupo dissidente Documento.

4 S. Freud, "Consejos al médico sobre el tratamiento psicoanalítico" (1912), p. 117.

5 S. Freud, "A proposito de un caso de neurosis obsesiva" (1909), p. 157.

6 S. Freud, "Porque la guerra", Cartas a A. Einstein (1932), p. 195.

»
*qual poderia ter sido o destino
da psicanálise, se as duas guerras não
tivessem imprimido suas marcas
na produção da época?*

ao afirmar: "[...] partindo de nossa mitologia, da teoria dos instintos, encontramos facilmente uma fórmula que contenha meios indiretos para combater a guerra. Se a disposição à guerra é produto do instinto de destruição, mais fácil seria apelar para o antagonista desse instinto: Eros". Na verdade, Freud tenta uma explicação baseada na questão do instinto, fazendo da psicanálise uma *Weltanschauung*, já que Tântatos não é suficiente para explicar as causas da guerra.

A condição de judeu, em Freud, determinou em grande parte esses destinos, e a numerosa adesão de estudiosos judeus e praticantes à psicanálise aumentou a suspeita de que essa produção teórica fosse contrariar o pensamento ariano. Para o nacional-socialismo, era uma prática que não se afinava com as condições que aquele governo impunha à sua produção científica, artística e estética, além do fato de que em sua maioria eram judeus. Esta crença ajudou a banir a psicanálise do território austríaco e vienense – seu berço de criação.

A preocupação de Freud em relação ao fato de que a psicanálise pudesse ser vista como uma teoria e clínica judaicas o marcou desde os primeiros tempos. Tentou, em nome da psicanálise, fazer certas alianças com personagens que, por serem de origem alemã "pura", pudessem ser socialmente aceitos e ter mais acesso aos estamentos do poder. Este foi o caso de Jung – a quem Freud se refere como "camarada ariano" – cuja presença era considerada pelo pai da psicanálise como absolutamente indispensável para que a mesma não caísse vítima do antissemitismo. Jung presidiu até 1913 a *International Psychoanalytical Association*. O único não judeu da primeira geração freudiana, depois da partida de Jung, era Ernest



para Marie Langer, os conceitos psicanalíticos não têm uma relação fixa e imutável, mas interagem dialeticamente no curso de seu desenvolvimento histórico

Jones. Elisabeth Roudinesco⁷ nos diz que quase todos os psicanalistas judeus que não emigraram pereceram nos campos de concentração de extermínio nazista. As quatro irmãs de Freud morreram nessas circunstâncias. O antissemitismo não era na Alemanha nazista uma questão eminentemente religiosa, e sim uma questão política e ideológica ligada ao poder e à economia.

A questão judaica atravessa toda a história da psicanálise. Freud era hostil às práticas religiosas e rejeitava os ritos e as tradições no seio de sua própria família; no entanto, nunca renegou sua identidade judaica e sempre se confrontou com o antissemitismo. Seu conflito com as origens culmina na escrita de *Moisés e o monoteísmo*, publicado em 1939, um livro do exílio, no qual Freud não só se pergunta por que o judeu teria atraído sobre si um ódio tão eterno, quanto investiga sua própria relação com a judeidade.

O êxodo judaico na Segunda Guerra teve uma grande importância para a difusão da psicanálise pelo mundo. A migração para Londres de Freud e de muitos psicanalistas renomados, perseguidos pelo nazismo, favoreceu a criação nesta cidade de um centro mundial da produção psicanalítica, centro este que determinou os destinos da psicanálise durante longos anos. Melanie Klein já tinha emigrado para lá em 1926 e começara uma produção que, embora conflitante com a obra freudiana, atraiu muitos adeptos entre os psicanalistas. Abraham, Anna Freud e Bion, durante muitos anos, marcaram o rumo da história da psicanálise. Peter Gay⁸ nos diz que, “inclusive antes de sua migração a Londres, Freud se deprimia mais pelos destinos de sua doutrina, que pelos riscos de sua vida pessoal”.

Tempo depois, com a reconstrução do continente europeu, floresce na França a psicanálise, e para lá se desloca o epicentro da produção psicanalítica, marcando caminhos que até hoje conduzem aos centros de poder científico. Muitos psicanalistas emigraram para os Estados Unidos e América do Sul, abrindo novas fronteiras à disciplina nascida em Viena.

Não podemos deixar de mencionar os grandes conflitos que o marxismo coloca para a psicanálise e suas instituições. Desde Wilhem Reich⁹, o maior dissidente da segunda geração, até os movimentos que culminaram na cisão da Sociedade Argentina com a criação dos grupos Plataforma e Documento, vemos o desejo de muitos membros de integrar à psicanálise os aspectos ideológicos do marxismo.

Marie Langer, uma das líderes dissidentes do grupo que rompe com a APA (Sociedade Psicanalítica Argentina) em 1971, declara que os conceitos psicanalíticos não têm uma relação fixa e imutável, mas que interagem dialeticamente no curso de seu desenvolvimento histórico; dessa forma, a teoria tem possibilitado um maior rigor na investigação e melhor resultado na ampliação das possibilidades terapêuticas da clínica psicanalítica, e estas tiveram igual influência na reconsideração, ampliação e retificação da teoria.

Jose Bleger, destacado psicanalista argentino, era um marxista militante que se dedicou a trabalhar as relações entre psicanálise e materialismo dialético. Viveu a contradição entre sair da Sociedade ou nela permanecer, lutando por suas ideias dissidentes. Optando por ficar, sofreu intensamente com esta decisão.

O grupo Plataforma surge no congresso organizado pela Sociedade Psicanalítica Internacional em Roma em 1969, fazendo um congresso paralelo. O tema do congresso oficial era “Protesto e Revolução”, tema que demonstrava a necessidade do pensamento oficial de acompanhar a história. Lembremos que acabavam de surgir os movimentos de maio de 1968. Esses grupos, por sua vez, questionavam as estruturas verticalizadas das sociedades de formação, bem como a psicanálise

didática, atribuindo-lhe um caráter perturbador frente à análise pessoal. Estavam também em discussão o papel social da psicanálise e dos psicanalistas, as estruturas hierárquicas que favorecem relações regressivas entre seus membros e a dificuldade dos psicanalistas de discutirem seu próprio papel na sociedade contemporânea.

Temos histórias mais atuais, como as ocorridas na América Latina na época das ditaduras militares em vários países, período que abrange da queda de Allende no Chile até o governo militar na Argentina, ditadura na qual se preserva a Doutrina da Segurança Nacional, que privilegiava a segurança do Estado em detrimento do bem-estar dos cidadãos. Nessa época, os psicanalistas sofreram duros embates e perseguições que acabaram levando numerosos profissionais ao exílio, produzindo novos movimentos migratórios. Estes por sua vez permitiram novas produções que renovaram tanto a criação científica como a prática clínica. O espírito libertário da psicanálise, seu questionamento sobre o desejo e a verdade, suas raízes democráticas, que convidam ao homem a se libertar da opressão e ir em busca de seu desejo, despertaram mais uma vez suspeitas nos regimes ditatoriais.

Naqueles anos sombrios, muitos psicanalistas se engajaram no sofrimento das vítimas da repressão, desenvolvendo novos métodos de atendimento que não se submetiam à ortodoxia do consultório. A partir dos efeitos das mudanças sociopolíticas, foram necessárias novas formas de entender a subjetividade dos pacientes em tratamento, o que levou à reelaboração de critérios teóricos e técnicos para a conceitualização e manejo da situação analítica. A tortura, o trauma e o exílio ganharam um amplo espaço na produção teórica. Foram perdendo destaque dentro da psicanálise as teorias

»
os fenômenos socioeconômicos do mundo produziram na Europa sofrimento psíquico decorrente do desenraizamento dos imigrantes

mais intuitivistas e ganhando maior importância as teorias que incluíam a alteridade como elemento fundante da subjetividade. Esse movimento, em termos teóricos, vai de Melanie Klein a Lacan.

Os fenômenos socioeconômicos do mundo produziram e produzem na Europa um grande deslocamento migratório, pondo em relevo o sofrimento psíquico decorrente do desenraizamento dos imigrantes vindos dos países árabes e da África. Frente ao surgimento de dificuldades de inserção e de graves patologias, um grande número de analistas retomaram as teorias dos conflitos identitários, passando a estudar novas formas de abordagem das patologias contemporâneas.

Há também uma imigração de analistas que, vindos da Índia e de países árabes, vão completar sua formação em Londres e Paris, trazendo os reflexos de suas culturas para o pensamento psicanalítico. Vemos assim como os movimentos políticos regionais e históricos vão produzindo efeitos no campo da criação teórica e na atuação clínica.

No Brasil, tristes histórias políticas mostram encruzilhadas trágicas da psicanálise e suas instituições, como é o caso de Helena Besserman Viana¹⁰, perseguida implacavelmente pela Sociedade à qual pertencia por querer desvendar a verdade sobre membros que colaboraram com a tortura. Não era conveniente na época fazer oposição ao regime, denunciando membros coniventes com a ditadura militar, pois que isso poderia trazer problemas, tanto para a instituição, quanto para os membros que dela formavam parte. Era mais operativo, como defesa, recusar a realidade, assim como a criança desmente a castração: vejo, mas não acredito no que minha visão me mostra. Este era o lema: não há mortos nem desaparecidos,

7 E. Roudinesco; M. Plon, *Dicionário de psicanálise*, p. 420.

8 P. Gay, *Freud, uma vida para nosso tempo*, p. 555.

9 Desde 1924, Reich se interessa pelas obras de Marx e Engels, pois pretende comprovar a origem social das doenças nervosas. Transforma-se num veemente militante comunista e Freud interdita a publicação da sua obra "Análise do Caráter" pelo *International Psychoanalytischer Verlag*, em razão do engajamento político do autor.

10 H. B. Vianna, *Não conte a ninguém*.



é impossível desvincular a política e a ideologia dos avatares de um pensamento, assim como vemos os efeitos deste laço nas instituições, na clínica e no seu corpo teórico

não há tortura, não é disto que nós, psicanalistas, devemos nos ocupar.

No prólogo ao livro de Besserman Viana, Ricardo Horacio Etchegoyen, presidente da Associação Psicanalítica Argentina em 1993, faz referência ao entrecruzamento da política das sociedades psicanalíticas e da política da ditadura. A Dra. Besserman denuncia Amílcar Lobo, um candidato da SPRJ, como membro da equipe de tortura do 1º Batalhão do Exército durante a época mais feroz da ditadura (de 1974 a 1979, no governo de Garrastazu Médici), assim como denuncia seu analista didático, Leão Cabernite, na época presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro. Este último, para supostamente proteger a psicanálise, defende Lobo contra todas as evidências. Amílcar Lobo, enquanto analista, utilizava seu saber a favor da violência, presenciando as sessões de tortura e regulando os processos que podiam manter a vítima com vida. Leão Cabernite, seu analista didata, sabia sem dúvida sobre os horrores cometidos, mas, em nome de um falso sigilo terapêutico, foi conivente com essa situação. Cabe dizer que o analista de Cabernite tinha sido analisado por Werner Kemper, que chegou ao Rio de Janeiro em 1948, como membro aderente da Sociedade Britânica, depois de ter sido diretor da clínica do Instituto Goering de Berlim, comprometido com o regime nazista¹¹ – temos aqui uma evidência de como opera a repetição.

Desta vez, a história fez justiça a Helena Vianna que, ainda em vida, pôde assistir à retratação de seu nome, enquanto seus dois perseguidores coniventes com a ditadura militar eram denunciados e expulsos da SPRJ.

Para lembrar outro ato político que desmascara a relação entre posição política e atuação no

campo psicanalítico e sua implicação institucional, temos que recordar a expulsão – também da SPRJ – de dois destacados psicanalistas, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas, que foram banidos da instituição por aderir publicamente a posições políticas. Regina Chnaiderman, psicanalista compromissada com sua época, de espírito democrático e engajamento político, também sofreu perseguições por assumir uma ideologia, sendo psicanalista. Fundadora, junto a outros psicanalistas, primeiramente do Curso de Psicanálise do Sedes e, em seguida, do Departamento de Psicanálise, inaugurou um novo espaço de formação fora dos moldes oficiais. O Instituto Sedes Sapientiae desempenhou igualmente um papel fundamental contra a repressão política, liderado por Madre Cristina, que, engajada politicamente contra a ditadura militar, acolheu perseguidos e monitorou a saúde de presos políticos. Além disso, recebeu numerosos analistas que tiveram que sair da Argentina, vítimas da perseguição do Estado por defenderem publicamente a democracia e por terem uma notória participação social, levando a psicanálise às instituições públicas de saúde mental. Este fato nos leva mais uma vez a pensar que a psicanálise é sempre vista como uma ameaça nos Estados em que são suspensos os direitos constitucionais e as liberdades, e onde se implanta a intolerância.

Podemos inferir dos fatos expostos anteriormente que é impossível desvincular a política e a ideologia dos avatares de um pensamento, assim como vemos os efeitos deste laço nas instituições, na clínica e no seu corpo teórico. As instituições psicanalíticas devem evitar a reprodução de sistemas verticalizados de atribuição do poder, pois as estruturas fechadas empobrecem a transmissão, já que dentro delas os mestres ou didatas se erigem no lugar da lei, e distribuem títulos e cargos decidindo quem é ou não analista. Para manter a ética da psicanálise na transmissão e na formação, é necessário lutarmos e estarmos atentos a essas deformações.

Temos que pensar de que modo a psicanálise pode satisfazer às necessidades do campo

social em sua inserção clínica e o que significa atender a população dentro das exigências de seu método, sem se submeter a uma lei de Estado que a regulamente. A intervenção do Estado se opõe à essência e ética da psicanálise, uma vez que a lei que regula o processo de formação psicanalítica é interna ao próprio saber e não encontra equivalência na lei jurídica¹².

Os dilemas que enfrentamos como analistas estão determinados pela relação que estabelecemos com nosso desejo inconsciente, estando imersos numa realidade e num contexto social – e isso é impossível de se regulamentar.

É necessário estarmos vigilantes e lutar contra a tentação de sobrepor o poder à criatividade, a normopatía à liberdade.

Desejo lembrar antigas palavras – mas que não perderam a atualidade – ditas por Gilou Garcia Reynoso no livro *Questionamos*¹³: “Parto do paradoxo: como profissional, como intelectual, como indivíduo, como psicanalista, desenvolvo minha atividade aparentemente sem nenhuma perturbação, num mundo em que, por outro lado, tudo está perturbado. Então que classe de liberdade é a minha? É liberdade ou isolamento?”

Políticas de formação e regulamentação

O início desta questão remonta a 1926, ano em que Freud escreve *A questão da análise leiga*¹⁴.

11 Para maiores detalhes, o leitor pode consultar o site <www.tortura.nuncamais-rj.org.br>.

12 Muitas respostas a estas questões poderão ser encontradas no artigo de minha autoria, “Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas”, publicado no livro *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*, S. Alberti [et al.]. O conjunto de artigos deste livro, publicado pelo movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas, esclarece várias dúvidas, possibilitando um maior aprofundamento do tema.

13 G. G. Reynoso, *Questionamos a psicanálise e as instituições*, p. 47.

14 S. Freud, *A questão da análise leiga*.

15 O projeto do ato médico tramita no Congresso Nacional desde 2002; foi aprovado no Senado em 2006 e na Câmara dos Deputados no final de 2009. Agora retornou ao Senado, onde tramita em caráter definitivo. Se aprovado, o projeto tornará privativo dos médicos toda a chamada atividade terapêutica, exercida hoje por outras categorias. Isso deixa claro o interesse corporativo da classe médica, por tratar-se da implantação de uma reserva de mercado.

há também interesses econômicos em jogo, relacionados a quem é autorizado a exercer a psicanálise

Theodor Reik, membro não médico da Sociedade Psicanalítica de Viena, foi acusado de violação de uma lei austríaca que tornava ilegal o tratamento de pacientes por quem não fosse médico. Esse episódio provoca a intervenção de Freud a favor de Reik; ele discute o caso com um alto funcionário do governo, sem convencê-lo, o que o leva a escrever e publicar o artigo. Nesse artigo, Freud mostra que a pergunta “quem deve praticar a psicanálise?” foi respondida, pelo governo, com uma “medida legal”. Freud considera esta medida uma simplificação, pois não oferece uma reflexão sobre quais seriam realmente as condições necessárias e intrínsecas à psicanálise para praticar este ofício: o Estado responde com uma norma jurídica a algo que diz respeito à legalidade interna a um saber.

Introduz-se, assim, a questão: quem exerce a psicanálise e quais são suas condições de formação e habilitação? Sem dúvida, do ponto de vista de sua vertente de formação, essa reflexão implica conceitos teóricos, mas, no momento em que o Estado quer assumir esta função, a questão se transforma em um tema eminentemente político, que dependerá da sanção de uma lei, tramitada na Câmara dos Deputados e no Senado, onde os diferentes blocos políticos e partidários têm seus interesses representados. Há também interesses econômicos em jogo, relacionados a quem é autorizado a exercer a psicanálise. Os planos de saúde têm participação nisso, conselhos médicos e de psicologia – o ato médico¹⁵ é um exemplo disto – estão medindo forças nos bastidores. Numerosas propostas de regulamentar a psicanálise vêm sendo feitas desde 1975, mas a tentativa mais agressiva aconteceu em 2000, com o projeto de lei de Eber Silva do PDT de Rio de





motivo principal de muitas cisões, a discussão sobre a formação responde a questões de poder que se disfarçam em questões teóricas

Janeiro, representando um grupo religioso evangélico. Essa lei propõe uma regulamentação para o exercício da clínica psicanalítica e cria normas para a formação. A SPOB – Sociedade Psicanalítica Ortodoxa Brasileira – oferece formação em psicanálise presencial e por internet e lança no mercado um número absurdo de 1600 analistas por semestre. Hoje o sindicato de psicanalistas¹⁶ também oferece formação sem as mínimas condições do rigor necessário.

Pensamos que, a partir de uma instituição ou de um corpo teórico, não se pode julgar *quem* ou *como* se forma um analista, porque cada escola tem suas normas e toma suas decisões, baseadas também em conceitos teóricos. Quando o grupo Articulação trabalhou no Congresso Nacional para suspender o projeto de lei apresentado pelos evangélicos, os deputados não compreendiam por que *não* regulamentar. Foi feito junto a eles um trabalho de esclarecimento, explicando que o movimento Articulação¹⁷ se opunha a todo tipo de regulamentação, porque, ao elaborar regras ou normas que dizem o que é ou como se forma um psicanalista, está se abrindo, ao mesmo tempo, a possibilidade de distorção dessas regras. Isso permite àqueles que querem ludibriar a população que se passem por legítimos formadores, distorcendo o tripé no qual se baseia a formação: análise pessoal, supervisão e estudo teórico. As escolas que se reconhecem como formadoras de psicanalistas não têm condições de agir com objetividade e nem respondem a uma unidade, pois cada uma estabelece seus parâmetros. A psicanálise tem suas bases na subjetividade e na singularidade.

Assim a SPOB, com o propósito de se legitimar, criou um verdadeiro regimento (teoricamente

respeitando o tripé) no qual a análise pessoal se baseia em poucas sessões, que podem ser feitas de modo virtual. Em relação à teoria, outra perna do tripé, poderíamos nos perguntar quais seriam os autores obrigatórios, quantos semestres seriam necessários, o que se consideraria o mínimo desejável, o que se deveria estudar. Desde a *época de Freud*, sabemos da importância da formação intelectual e cultural do psicanalista, já que a escuta depende de fatores que não são objetivos e nem têm regras fixas para serem transmitidos. Como avaliar, então, o que é fundamental numa formação? Os textos incluídos na formação teórica da SPOB, por exemplo, tinham conteúdo religioso e, entre outros dispartes, misturavam o diabo e o supereu.

Frente à impossibilidade de definir a partir de dentro o que é ser um psicanalista e o que é a psicanálise, preferimos seguir a indicação freudiana de 1926¹⁸, a partir da qual o verdadeiro desenvolvimento que a psicanálise traz em si não pode ser justificado por leis ou regulamentos. E é dessa forma que a psicanálise vem existindo há mais de 100 anos. A regulamentação pode estimular apenas aqueles que querem o reconhecimento social enquanto analistas, em lugar de abrir caminhos para aqueles que estão em busca de um saber. Cria-se deste modo uma situação paradoxal, na qual uma norma serve para perverter uma ordem¹⁹.

A questão da formação tem se convertido em um dos parâmetros mais conflitantes na história da psicanálise. Motivo principal de muitas cisões, essa discussão responde a questões de poder que se disfarçam em questões teóricas. Em alguns casos, as diferenças teóricas respondem a verdadeiras diferenças quanto ao pilar conceitual dos enunciados fundamentais; em outros casos, as discordâncias remetem mais ao que define a psicanálise e ao que está fora de seu campo. Nessa disputa, há um sentido de apropriação de algo que, para ser possuído, precisa de rituais e regras instituindo hierarquias que autorizem o psicanalista, que lhe concedam o direito a se denominar enquanto tal. O essencial desses movimentos pode ser percorrido através das cisões e da formação de novas escolas que se instituem como feu-

dos e que, para sua sobrevivência, dependem de ferozes ataques a tudo o que não é espelho.

Assim temos visto, ao longo da história da psicanálise, diferentes grupos tentando se instituir como os verdadeiros detentores da formação reconhecida. Depois de muitos anos de cisões e do surgimento de diversos grupos, a IPA não pode mais se atribuir o lugar hegemônico.

Como é impossível dizer ou ter a palavra final que denote uma verdade sobre *quem* é um psicanalista ou sobre *o que* é a psicanálise, toda tentativa de regulamentá-la vai contra seus verdadeiros princípios.

Difícil dizer quem é mais psicanalista, se um freudiano, um lacaniano, um kleiniano ou um bioniano. Alguns pontos são comuns a todos: trabalhar com o inconsciente, a transferência, considerando a sexualidade infantil como estruturante na formação subjetiva. Isso parece ser um solo comum, mas o que cada um entende por estes conceitos é muito variável e, na maioria das vezes, não há acordos. O que podemos dizer é que aqueles que se atribuem com maior certeza a posse da verdade desse saber são justamente os que estão mais longe de possuí-lo.

Estar a favor da não regulamentação da profissão, ou seja, tentar que esta não se converta numa profissão é o que mantém viva a psicanálise em sua essência²⁰. Como sabemos, não existe uma faculdade que outorgue o título de *psicanalista*, porque a essência da formação – baseada no tripé estudo teórico, supervisão e análise pessoal – não pode ser controlada pela universidade²¹.

Pensamos que nenhuma instituição pode controlar esses parâmetros, mas oferecer um es-

»
*embora a regulamentação seja
uma função do Estado, cada instituição
tenta criar algumas diretrizes
para seu funcionamento*

paço de excelência e rigor no qual circulem os conhecimentos teóricos, e exigir que o analista em formação esteja em análise, porém sem nenhum tipo de controle institucionalizado, sem listas de analistas reconhecidos em função didática, nem exigência de que o analista pertença à instituição na qual o candidato percorre sua formação. A escolha do analista é estritamente transferencial e deve ser feita respeitando a total autonomia do analisante. O valor da instituição consiste em oferecer conhecimentos e espaços de apresentação clínica e supervisões para discutir e trabalhar, de forma individual ou grupal, a escuta analítica; providenciar ao analista a circulação e confrontação de um conhecimento onde a falta esteja presente, a fim de criar permanentemente o questionamento e o desejo de desdobrar e multiplicar seu saber.

Embora a regulamentação seja uma função do Estado, cada instituição tenta criar algumas diretrizes para seu funcionamento. O primeiro grupo das quartas-feiras reunido em torno de Freud em 1902, depois a fundação da Sociedade Psicanalítica de Viena em 1908 e, finalmente, a Associação Psicanalítica Internacional em 1910 foram as instituições pioneiras, constituídas com o propósito de salvaguardar os princípios básicos da formação. Como todas as instituições, não escaparam de se converter ao longo do tempo em aparelhos burocráticos que, em nome da defesa do espírito e da negação do espúrio, regularam e regulamentaram a formação, criando normas e regras com padrões rígidos e hierarquizados que acabaram engessando a circulação dos aspirantes a membros.

As novas instituições que rompem com a IPA – International Psychoanalytical Association – criam, por sua vez, novos espaços que gradativamente

16 Ver <www.sindicatodospsicanalistas.com> (Sinpesp)

17 O movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas foi criado em 2000 no Rio de Janeiro com o objetivo de combater a regulamentação da psicanálise.

18 S. Freud, “A questão da análise leiga”.

19 A. M. Sigal, “A ordem que desordena”, p. 347.

20 Talvez aqui fosse interessante lembrar o termo “professar” e sua relação antípoda com a psicanálise: ser convicto, adepto ou seguidor de algo; executar as funções inerentes a uma profissão – Houaiss, p. 2305.

21 S. Alberti [et al.] *Ofício do psicanalista: regulamentação versus formação*, 4ª parte : Psicanálise na Universidade.



a tentativa de regulamentação da psicanálise, no Brasil, quase um século depois do episódio com Reik, convoca os psicanalistas a exporem seus argumentos contra essa medida

passam a reproduzir os defeitos das sociedades originárias.

A primeira cisão francesa, em 1953, desenvolveu-se em torno da criação de um novo instituto e da questão da psicanálise leiga, que está intimamente ligada ao ato médico. Depois da guerra, Sacha Nacht, membro da SPP (Sociedade Psicanalítica de Paris), declarou-se inimigo da análise leiga, defendendo a posição de que a psicanálise só fosse exercida por médicos. A ele se opunham os universitários liberais encabeçados por Daniel Lagache, que defendia os alunos do instituto revoltados com o autoritarismo de Nacht. Isso provocou em 1953 uma cisão e Lagache separou-se da sociedade oficial, fundando a SFP (Sociedade Francesa de Psicanálise) acompanhado por Lacan, Dolto, Favez, Leclair, Laplanche e muitos outros. Em 1963 ocorreu a segunda cisão, chamada por Lacan de *excomunhão*. A dissolução da SFP, em 1964, fez com que muitos de seus membros se reunissem na APF (Associação Psicanalítica da França), reconhecida pela IPA. Nesta sociedade, destituiu-se a análise didática de seu lugar formador e imprescindível para devir membro, concentrando-se o poder nas supervisões obrigatórias a serem feitas com membros qualificados pela instituição. Numa visita de Jean Laplanche ao Departamento de Psicanálise do Sedes, no ano de 1993, tivemos a oportunidade de discutir com ele esta opção, diferente da que tínhamos adotado para nossa instituição. Entendíamos que na APF tinha-se deslocado o lugar da análise didática para a supervisão avalizada e controlada pela instituição. E, desse modo, mantinha-se o controle sobre a clínica praticada pelo candidato. Portanto, o poder era exercido pelos supervisores – aqueles que concentrassem o maior

número de discípulos teriam mais prestígio e encarnariam o poder dos mestres.

Nesse mesmo ano, Lacan funda a EFP (*École Freudienne de Paris*). Àquela altura, já estavam completamente fundidas as razões relativas à política científica e aquelas voltadas à política institucional. Lacan, na verdade, faz um retorno a Freud e nessa releitura cria um corpo teórico que fará escola, mudando conceitos básicos da teoria e da técnica. Questiona o número de sessões necessárias para a análise didática e muda o ritual de duração obrigatória da sessão de 50 minutos, imposto pelos padrões oficiais, para sessões curtas ou marcadas pelo tempo lógico. Isso acabou motivando sua expulsão. Na sua nova escola instituiu o *passé*²² como modalidade imposta para o devir analista. Entendemos que, nessa proposta de Lacan, não só não se resolvem os problemas de poder, como ainda se corre o risco de exercer uma maior concentração dele. Por sua vez, a Sociedade Britânica de Psicanálise nunca sofreu uma cisão porque seus membros fizeram um grande esforço no sentido da convivência. As controvérsias acirradas pela discussão entre Anna Freud e Melanie Klein, que sustentavam doutrinas diferentes, mantiveram-se fechadas dentro daquela sociedade para evitar o que teria sido insuportável: a expulsão de Anna Freud. Foi o surgimento de uma terceira tendência, da qual fariam parte Donald Winnicott e Marion Milner, que obrigou os adversários a criar um pacto de coexistência.

Como se pode ver neste breve relato, a regulamentação sempre foi uma questão interna em diversas instituições. A política perpassa as instituições e nela se destacam as correntes de pensadores originais e os líderes que formam escola.

A tentativa de regulamentação da psicanálise, no Brasil, quase um século depois do episódio com Reik, convoca os psicanalistas a exporem seus argumentos contra essa medida. O apoio em um aparato legal que regule a prática da psicanálise a desvia da legitimidade que lhe é intrínseca.

No que se refere aos problemas da regulamentação e seus efeitos na clínica, é fundamental denunciar que já se tentou regulamentar a psica-

nálise através da regulamentação das psicoterapias. Isso aconteceu na França, quando começou a se discutir a Lei sobre a Saúde Mental, e se repete no nosso país, quando a Abrap (Associação Brasileira de Psicoterapias) se propõe a regulamentar as psicoterapias, incluindo a psicanálise entre elas, como se não houvesse uma diferença fundamental entre elas. Não se trata de manter a psicanálise como o “ouro puro”, como dizia Freud, mas de conservar o que é mais original em seu espírito. Como diz Maria Idália de Góes, na psicanálise “Freud tomou posições, muito singulares, de ir abrindo mão de uma maestria sobre o paciente. Isso resultou no abandono da utilização da hipnose e da sugestão na condução do tratamento, o que teve como consequência a possibilidade de dar lugar ao sujeito e à sua responsabilidade”²³. A psicanálise trabalha na singularidade, e o saber está do lado do inconsciente; o psicanalista trabalha no sentido de possibilitar que um saber se constitua.

Nas psicoterapias, o terapeuta ocupa um lugar de saber em relação ao paciente, a direção do tratamento se orienta na direção de superar um conflito, entendido enquanto desordem e não como fala; pressupõe-se um saber referido ao modo de funcionamento do sujeito: o que dele se espera, o que deve ser corrigido e o trajeto para alcançar o bem-estar. O sintoma aparece como distúrbio, como disfunção que deve ser apagada e não como emergente do conflito.

Na regulamentação das psicoterapias, são englobadas todas as modalidades de trabalho que, de posse de um saber articulado sobre o outro, ofereçam uma clínica que promete saúde.

Pensamos que não é possível criar uma superabordagem na qual se apagam todas as diferenças entre as mais variadas correntes, desprezando as especificidades científicas, éticas e históricas de

22 Termo empregado por Lacan em 1967 para designar um processo de travessia que consiste em o analisado (passante) expor a analistas (passadores), que prestarão contas disso a um júri dito de credenciamento, aqueles dentre os elementos de sua história que sua análise o levou a considerar como suscetíveis de dar conta de seu desejo de ser analista (consultar o verbete *passé* do *Dicionário de psicanálise* de E. Roudinesco e M. Plon, p. 575).

23 M. I. de Góes e colaboradores, “A regulamentação, a psicanálise e as psicoterapias”, p. 90.

»
os processos coletivos e abertos a todos os membros da instituição impedem a instauração de poderes abusivos ou a concentração de poder na mão de poucos indivíduos

cada corrente. As psicoterapias não constituem um campo único, cujo objeto possa ser formalizado, e não será por meio deste tipo de organização que se poderá zelar pela seriedade e eficácia dos métodos terapêuticos. Queremos que a psicanálise se mantenha fora desta superestrutura que se outorga o poder de regimentar o exercício da profissão.

Pensando sobre as instituições

É sempre complexo determinar um processo que, dentro de um espírito democrático, conserve a possibilidade de manter o essencial daquilo que se pode pedir ao membro de uma associação de psicanalistas para que venha a fazer parte dela e exercer sua função. Mas entendemos que os processos coletivos e abertos a todos os membros da instituição impedem a instauração de poderes abusivos ou a concentração de poder na mão de poucos indivíduos. Seria ilusório pensar que podemos escapar totalmente das dificuldades que uma institucionalização propõe, mas temos que batalhar por aqueles processos que tenham como projeto desalienar o sujeito, respeitando sua singularidade e admitindo as diferenças. As normas que promovem traços identitários indiferenciados negam a liberdade e a possibilidade do sujeito de ser; toda tentativa de seleção que tem suas bases apoiadas em critérios pretensamente objetivos e científicos falha em seu princípio, porque acaba promovendo a expulsão dos espíritos mais inquietos e originais. Anna Freud frequentemente se queixava da mudança dos tempos e se perguntava onde estariam os pensadores pioneiros, criativos e dissidentes. Ela dizia que a normopatía

acabou com o espírito disruptivo da psicanálise e com isto a psicanálise freou seu progresso.

As instituições precisam estar vigilantes frente aos pensamentos coagulados e estratificantes; quanto mais se democratizem os espaços em assembleias e apresentações públicas, quanto menos hierarquias existam entre os membros, menor risco de o poder se concentrar na mão de poucos.

Os rituais de passagem devem ser transparentes e públicos, a fim de evitar o caráter de sociedade secreta, e as análises precisam estar desvinculadas de qualquer tipo de controle da sociedade formativa.

Por entender que a formação de um psicanalista deve manter viva a proposta freudiana de que a psicanálise é leiga²⁴, a formação não pode estar atrelada a nenhum Conselho Regional ou Federal, seja este de psicologia ou medicina.

O essencial da formação passa pela análise pessoal, e, conseqüentemente, não há formação clínica vinculada à universidade²⁵. Esta tem um papel fundamental na possibilidade de entrecruzar a psicanálise com as diversas disciplinas que a enriquecem, no entanto um doutorado ou mestrado em psicanálise nada nos dizem das qualidades clínicas de quem os possui.

As modalidades de transmissão, reconhecimento, os programas e as formas de circulação dos membros dentro do espaço institucional, as prioridades dos temas de pesquisa, o compromisso com os problemas que a sociedade atual coloca a nosso saber, assim como as publicações, estarão sem dúvida determinados pela política científica, pela política de formação e pelos princípios ético-políticos da instituição que escolhemos para desenvolver nossa formação contínua.

Referências bibliográficas

- Alberti S. [et al.] (2009). *Ofício do psicanalista: formação versus regulamentação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Besserman Vianna H. (1994). *Não conte a ninguém*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud S. (1909/1988). A proposito de um caso de neurosis obsessiva. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. x.
- _____. (1912/1988). Consejos al médico sobre el tratamiento psicanalítico. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. x.
- _____. (1926/1980). A questão da análise leiga. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xx.
- _____. (1932/1988) "Porque la guerra", Cartas a A.Einstein. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. xx.
- Gay P. (1988). *Freud, uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reynoso G.G. (1973). *Questionamos a psicanálise e as instituições*. Petrópolis: Vozes.
- Roudinesco E.; Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sigal A. M. (2009). *Escritos metapsicológicos e clínicos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

24 "Pós-escrito de 'A psicanálise leiga'(Sigmund Freud, 1927)", tradução de Eduardo Vidal, in S. Alberti [et al.], *op. cit.*, p. 167.

25 A. M. Sigal, "Entre ensinar psicanálise e formar psicanalistas" in *Escritos metapsicológicos e clínicos*.

Psychoanalysis, politics and regulation

Abstract In opposition to a widely-shared opinion, the author believes that politics is an essential part of psychoanalysis. A proof of this is that divergence over institutional and training policies have led to breakups in many psychoanalytical groups and societies and to bitter struggles about theoretical issues that ultimately serve as weapons in the quest for power. Beyond these aspects, which could be deemed internal to our area, politics in a broader sense also affect the position of psychoanalysis and their practitioners in the wider society. In Brazil, today, the future of psychoanalysis is currently at stake risk due to regulatory measures currently being under discussion in Congress. The project to regulate exercise of the profession is not only intrinsically political: it is also an expression of corporate economic interests and of financial concerns.

Keywords politics; regulation of psychoanalysis; psychotherapy and psychoanalysis; training of psychoanalysts.

Texto recebido: 08/2010

Aprovado: 09/2010

Autoria e autorização

formação do psicanalista e institucionalização da psicanálise

Noemi Moritz Kon
Rita Cardeal

Noemi Moritz Kon é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso “Conflito e Sintoma: Clínica Psicanalítica” do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre e doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP. Autora de *Freud e seu duplo. Reflexões entre psicanálise e arte* (Edusp/Fapesp, 1996), *A viagem: da literatura à psicanálise* (Companhia das Letras, 2003) e organizadora/apresentadora de *125 contos de Guy de Maupassant* (Companhia das Letras, 2009).

Rita Cardeal é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Resumo Este artigo procura discutir os conceitos de autoria e autorização no interior do campo da psicanálise, partindo da experiência da Comissão de Admissão do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e tendo como eixo os conceitos de transferência e ética psicanalítica. Avalia a competência do dispositivo “Comissão de Admissão” como analisador crítico da qualidade formativa de nossa instituição, bem como em sua capacidade para acompanhar o momento de passagem e afirmação daqueles que se propõem como psicanalistas de nossa associação, ato que supõe autoria no fazer psicanalítico.

Palavras-chave institucionalização da psicanálise; formação; transferência; ética; autoria e autorização.

Quando o grupo da Comissão de Admissão propôs à revista *Percurso* um número temático que se debruçasse sobre o processo que autoriza o pertencimento ao Departamento de Psicanálise, pensava, de início, na importância de compartilhar com o coletivo as questões que surgem em seu trabalho cotidiano e tornar públicas as produções teóricas e clínicas que advêm desse dispositivo.

Ao longo do tempo, nossa proposta se mostrou mais complexa e mais interessante. Daí decorre esse nosso artigo, que pretende apresentar uma reflexão sobre a prática que temos realizado. Buscamos depurar as premissas que nos sustentam e explicitar os processos e os resultados que temos alcançado a partir de nossa ideia de formação e de nossa concepção de psicanálise. Pensamos, então, num texto que caminhasse das questões próprias à Comissão e que pudesse chegar à psicanálise-instituição. É uma aposta: a de que as interrogações delicadas e complexas, de caráter clínico, político e epistemológico, que nascem de nossa experiência junto à Comissão de Admissão, ao serem teorizadas e tornadas públicas possam ensejar a vivência das mesmas inquietações e intensidades que experimentamos em seus tempos de emergência.

A proposição deste artigo surgiu como efeito do trabalho de um grupo, e, embora fosse inicialmente destinado para um autor, ocorreu-nos que escrevê-lo conjuntamente poderia trazer reflexos da potência e do desafio do dispositivo “Comissão de Admissão”. Esta comissão, como os outros lugares de trabalho e inserção do Departamento, também carrega a marca do plural



*a experiência com a psicanálise
implica paixões de alta intensidade;
implica relações cuja moeda de troca
é a intimidade*

e do diverso e é representativa da constituição de nossa associação. Somos um grupo com formações diversas e somos, também, diversos em nossos interesses. Trabalhar na Comissão requereria, portanto, a possibilidade de convivência e criação a partir destas características. Nossa outra aposta era esta: escrever, em conjunto, nos daria a medida da viabilidade, da coerência e da força desse dispositivo.

A psicanálise instituída e instituinte

O advento da Psicanálise alterou radicalmente a concepção sobre o homem e sua vida mental ao estabelecer um novo campo do humano, o inconsciente. Freud pôde avaliar, desde o início, a magnitude e a abrangência de sua construção; soube de sua potência como teoria e terapêutica da subjetividade humana, mas, também, de sua potência como geradora de resistência ao novo que anunciava, um saber mediado pelo inconsciente, que dele decorre e por meio dele se constrói.

As controvérsias, dissensões e rompimentos que a história da psicanálise apresenta testemunham a especificidade e as intensidades vivenciadas por seus protagonistas. A experiência com a psicanálise implica paixões de alta intensidade. Implica relações cuja moeda de troca é a intimidade e nas quais ocupamos simultaneamente os lugares de sujeito e de objeto. A experiência psicanalítica pede, ainda, que nos coloquemos junto a um outro que vive também sob esta dupla condição. Uma relação que traz, portanto, a rubrica da alteridade radical, alteridade de nós para conosco e alteridade de nós para com o outro. Ora,

quando vínculos humanos são construídos sobre tais bases, eles, certamente, ganham em complexidade e vigor e adquirem a marca e o colorido dos encontros, mas também dos desencontros entre as singularidades. E, ainda, quando este mesmo homem, ao qual é apostado a outra cena, a do inconsciente – que, como tal, não permite literalidade ou transcrição –, procura assumir o encargo da transmissão da psicanálise, como pode fazê-lo sem que esta sua ação formadora se torne formatadora, ou seja, se configure num contrassenso à liberdade e à ética¹ próprias à psicanálise? Podemos nos perguntar como estabelecer um processo de formação para o psicanalista, que leve em conta a necessidade da autoria, mas, também, a da autorização; que busque condições para a autonomia e a independência, responsabilidade para com o outro, que evite, ao mesmo tempo, a tentação das montagens perversas que levam ao submetimento transferencial ou à auto-proclamação da posse da legalidade e das verdades totalizantes por qualquer um que se apregoe como o real detentor do poder-saber instituído da psicanálise e do legado freudiano. Nosso desafio torna-se ainda maior, uma vez que o fazer psicanalítico – na clínica e na transmissão – é menos uma questão de certos e errados universais, e mais aquilo que costumamos chamar da verdade do desejo, portanto, uma verdade singular, particular. Vemos, assim, quão tênue é a linha divisória entre o que seriam distorções supostamente inovadoras e a transmissão engenhosa da letra originária.

A Psicanálise, desde sua metapsicologia, e também por ela, procura manter uma estrutura de elaboração teórica e uma proposta de pesquisa e terapêutica que devem estar, necessariamente, em diálogo com a singularidade do sujeito em sua condição de alteridade.

Então, o que é que fazemos quando instituímos uma escola, uma associação, quando nos juntamos em grupos e departamentos que se colocam a cargo da transmissão da Psicanálise, de seu ensino, ou, ainda, da tarefa de admitir e reconhecer aqueles que podem, ou que pelo

menos se supõe que podem, exercer esta prática? Se a cada um seu inconsciente, e só por ele a possibilidade única de ficcionalizar o mundo, a que nos propomos quando nos dizemos psicanalistas junto a outros que reconhecemos também como psicanalistas? Quando isso se dá e por qual mediação?

Em *A história do movimento psicanalítico*, Freud nos apresenta inquietantes afirmações: “[...] acho justo continuar afirmando que ainda hoje ninguém pode saber melhor do que eu o que é a psicanálise”². Podemos justificar tal assertiva lembrando que esses eram os primórdios (marcados fortemente pelas primeiras tentativas – não muito bem sucedidas – de estabelecer instituições capazes de lidar com as questões da transmissão, do poder e da transferência, nodais ao campo psicanalítico); mas, quase 100 anos depois, se reconhecemos a autoria de Freud, crescemos em número e pretensões: somos muitos, desejamos participar, queremos contribuir e acrescentar à Psicanálise, ainda que (ou, talvez, por isso mesmo), por vezes, continuemos às voltas com as dúvidas relativas a quem são os que se autorizam ou que estão autorizados a dizer o que é a psicanálise e que podem praticá-la e transmiti-la.

Quando Freud pesquisou diferentes meios de acesso ao homem psicanalítico³, que ele mesmo criou com sua teoria, passando da hipnose à dinâmica transferencial, o fez em função de elaborações teóricas que hoje, talvez, poderiam ser compreendidas como mudanças de rumo. De certa forma isso é mesmo assim, embora também seja possível pensar que a questão do sujeito implicado com sua sobredeterminação estaria colocada desde o início e que, portanto, a experiência psicanalítica, tal qual a conhecemos, já estava num horizonte muito próximo. A hipnose fazia o sujeito falar, mas na condição de total alienação, numa concessão ao outro do suposto

»
*não bastam palavras acolhedoras
para que possamos romper as
limitações que os sintomas geram
em nós e atravessar as barreiras que
a compulsão à repetição nos impõe*

saber do adoecimento e, conseqüentemente, da cura. O terapeuta contava, então, com sua habilidade para a sugestão e sedução, e o paciente com seu desejo de ser seduzido e garantido. A passagem à livre associação, como um dos fios que tece a clínica, questiona o arranjo da dupla analista-analisando no trabalho junto ao inconsciente e apresenta desafios inéditos, próprios à experiência psicanalítica. Exige que o analisando se torne, em parceria com o analista, sujeito de seu trabalho analítico.

Retornemos a Freud de 1914: “Mas a prática de investigar pacientes em estado hipnótico, com o qual me familiarizou Breuer – prática que combinava um modo de agir automático com a satisfação da curiosidade científica – era, sem dúvida, incomparavelmente mais atraente do que as proibições monótonas e forçadas usadas no tratamento pela sugestão, proibições que criavam um obstáculo a qualquer pesquisa”⁴. A sugestão e a alienação não se tornaram elementos necessariamente descartáveis; ainda hoje vemos, e com certa frequência, práticas que utilizam esses recursos e psicanalistas para quem a atração maior está no poder permitido pela identificação, que estrutura as entranhas da transferência. É possível, também, pensar num Freud seduzido pelo poder de curar e traçar destinos. Mas, se podemos encontrar motivos para suas elaborações tardias sobre a transferência e seus poderes, é seguro que em sua história e em seus atos Freud também nos legou a evidência de que não bastam palavras acolhedoras para que possamos romper as limitações que os sintomas geram em nós e atravessar as barreiras que a compulsão à repetição nos impõe.

1 J. Lacan (1959-60), *O seminário, livro 7 – A ética da psicanálise*.

2 S. Freud, “A história do movimento psicanalítico”, p. 16.

3 Para o desenvolvimento da ideia de “homem psicanalítico” ver N. Moritz Kon, *A viagem: da literatura à psicanálise*.

4 S. Freud, *op. cit.*, p. 19.



*assumimos a necessidade
da institucionalização da
psicanálise para dar continuidade
e longevidade para a experiência
psicanalítica*

Lacan, em seus estudos sobre a transferência⁵, colocou o amor no início da experiência psicanalítica, não apenas para retomar a relação entre Joseph Breuer e Anna O., mas, e principalmente, para nos lembrar da insistente demanda amorosa, e que inclui todos, no movimento de desejo pelo reconhecimento e completude. Nada que nosso narcisismo desconheça. Por isto mesmo Lacan considerou indispensável a companhia da ética psicanalítica: para não cairmos no erro de supor uma essência própria ao ser humano e sair à procura do bem que avalizaria uma prática alienante que tem a felicidade como promessa. O amor estaria não apenas no início de toda e qualquer experiência analítica, mas, igualmente, em seu fim. Segundo Lacan, Freud reconhecia e contava com esta condição. É o que teria lhe permitido formar um grupo tão coeso e tão fortemente ligado transferencialmente a ele. Aos que não assumissem este vínculo, a negativa do amor, a negativa de seu nome, a pecha de não freudianos, o degredo.

Outro contrassenso? Fazer história e nela se inserir singularmente, autorizar-se a produzir, fazê-lo com autoria, deixar marcas nessa passagem são parte daquilo que a psicanálise e os psicanalistas têm como proposta para se constituir como tais. Mas, se o poder resistencial da transferência (por vezes instigado, negado ou assumido de maneira burocrática e perversa) foi e é central para a institucionalização da psicanálise e para a formação de novos analistas, como seria possível um processo suficientemente livre e plástico capaz de gerar psicanalistas autônomos e ancorados na verdade do desejo? Poderíamos pensar que seria suficiente que cada qual se autorreconhecesse como psicanalista ou seria necessário, também, o

seu reconhecimento pelos pares? Mas quem são os pares e qual é a qualidade da presença deste outro (alienação e submetimento e/ou apropriação e autonomia) para esta autorização?

Tomar a transferência e a ética psicanalítica como recursos para pensar as possibilidades e idiosincrasias dos movimentos formativos e suas instituições nos parece um caminho profícuo. Tomar a psicanálise em seu aspecto instituinte é outro fio a ser percorrido.

Retornemos a Freud: “A autoconfiança de trabalhadores intelectuais, sua independência prematura do mestre, é sempre gratificante de um ponto de vista psicológico, mas só traz vantagens para a ciência se esses trabalhadores preencherem certas condições pessoais que não são, de maneira nenhuma, comuns”⁶. Se Freud, por um lado, ansiava ampliar os horizontes da psicanálise, seu campo de atuação, seu grupo de interlocutores, por outro sabia das dificuldades desta empreitada e das condições necessárias para tal. Freud, premido pela ambição de crescimento e ao mesmo tempo acossado pelos fantasmas da divisão do poder, da má formação, dos desvios quanto à teoria e à prática que ele estabelecia, afirmava a importância e, talvez, a necessidade de conferir características especiais à pessoa e ao ofício do psicanalista. Será por isso que nos imaginamos um grupo de privilegiados, com saber e poder capazes de produzir agrupamentos e instituições sem vícios e sem disputas, embasados em laços sociais humanitários e democráticos? Alguns acreditariam que sim e que, portanto, seria suficiente para a garantia de uma boa organização formativa assegurar-se do cumprimento do tripé análise pessoal, estudos teóricos e controle de prática. Sabemos da ingenuidade de tal postulado, mas guardamos a lembrança do que Freud afirmou e, assim, assumimos a necessidade da institucionalização da psicanálise para dar continuidade e longevidade para a experiência psicanalítica, apesar dos possíveis efeitos destrutivos resultantes do processo de sua organização.

A psicanálise instituída é consequência e também condição de permanência dos laços sociais

entre os psicanalistas: ao compor e pressupor totalidades, cria, organiza, fixa, lega e nega lugares, distribui, assegura ou recusa poder, usa de elementos que determinam, atribuem, contestam ou rejeitam identidades. A psicanálise instituinte, diversamente, quando se propõe ao encontro do sujeito, do trabalho com a subjetividade, busca o sentido oposto: preocupa-se com o singular, com a diferença, com a experiência, com o incabamento, com a ação e com o desejo que a sustenta, com a independência, com a autoria, com o tempo e com a história.

E, assim, a Psicanálise precisou se institucionalizar. Alguns consideram que o processo de institucionalização da psicanálise conduz, irremediavelmente, à perda da especificidade e da novidade de seu saber; tal afirmação, esperamos, diz respeito, talvez, mais às idiosincrasias de alguns dos diferentes e inúmeros grupos psicanalíticos. De toda forma, para sobreviver como campo, a psicanálise-instituição necessita fazer o saber psicanalítico circular, e o faz por meio das identificações e do uso do poder transferencial. E, no final das contas, se algo pode ser afirmado é que a psicanálise e os psicanalistas não têm qualquer prerrogativa quando se trata de movimentos instituintes.

Freud já nos alertara para a condição de existência e permanência dos grupos: por um lado sustentadas pelas modalidades pulsionais que promovem a união. Também nos alertou quanto às modalidades pulsionais que levam ao persistente movimento humano de desligar e destruir. Assim, os membros de um grupo psicanalítico, que, individualmente e em sua prática, trabalham com os efeitos das moções pulsionais, deparam com essas mesmas forças quando se agrupam. Nada tão diferente do que ocorre com qualquer sujeito humano: necessita do outro para nele se alienar, dele se diferenciar e, assim, se constituir.

Na retomada de nossos primórdios, foi o final, século XIX que viu nascer este campo de saber que hoje permeia nosso cotidiano, nossas

»

*nosso século XXI pouco
conseguiu inovar: as questões
para o homem permanecem
as mesmas*

concepções de como viver bem, nossa cultura, nosso mundo em sua modernidade. A psicanálise surgiu como uma proposta de leitura e formulação do humano, daquilo que caracteriza seu sofrimento, e apontou para possibilidades de “cura”. Cura do desejo humano de curar-se de sua humanidade.

Nosso século XXI pouco conseguiu inovar: as questões para o homem permanecem as mesmas e o cerne dos conflitos que vivemos e ouvimos continua sendo veiculado pela angústia, nossa velha companheira de guerra. A psicanálise mantém sua proposta inovadora para sustentar esta “humanidade” inquieta: um caminho que leva ao saber de si, à possibilidade de ver o mundo com seus olhos, de ler os textos com pontuação singular, de se incluir na história com marcas inéditas, de se fazer sujeito em seu próprio estilo. Longo caminho, difíceis trilhas: começo e recomeço de quem chega ao mundo inevitavelmente alienado em suas redondilhas amorosas.

Em meados do século XX, surgem novas modalidades para tratar o sofrimento de que o humano, em sua condição de desnaturalização, padece. Por todos os lados aparecem terapêuticas que visam à uniformidade e à medida, ainda que à custa da subjetividade. Nenhum lugar para a angústia, para o conflito. Vimos se expandir uma sociedade pautada pelo imaginário e pelo instantâneo, que toma o tempo não mais como vertente psíquica dos atos de inscrição do inconsciente. O tempo, nesse sentido, é tempo de viver mais e mais intensamente, na mesma direção das práticas aditivas, em busca de soluções de bem-estar alheias ao sujeito. Assim, quando deparamos com as ideias de especialidade, normatividade, de

5 J. Lacan (1960-61), *O seminário, livro 8 – A transferência*.

6 S. Freud, *op. cit.*, p. 37.



*nosso Departamento de Psicanálise
vem construindo um caminho
instigante em sua história.
Convivemos e nos relacionamos,
estudamos e ensinamos*

controle ou mesmo de regulamentação desta que resultou ser a prática psicanalítica, poderíamos pensar que estamos construindo movimentos correlatos ao nosso contemporâneo, que supõem, entre outras consequências, simplificações para o ofício do psicanalista.

No entanto, ao longo do tempo, temos testemunhos de que o campo psicanalítico, ainda que institucionalizado, é rebelde em relação às atuais proposições aplainadoras e conservadoras em relação ao que queremos como terapêutica e como abordagem do subjetivo. É que um campo institucional necessariamente tão aberto – não regulamentado – pode franquear, também aos grupos psicanalíticos, facilidades para o uso de um poder verticalizado e hierarquizado em seus projetos de formar, reconhecer e autorizar aqueles que se tornariam, então, os “rebeldes” privilegiados. É no tempo do instantâneo e do imaginário que se abre a possibilidade de nomeação e reconhecimento de supostos psicanalistas com a prevalência das marcas desse contemporâneo. Pela potência do imaginário surge um psicanalista que apenas frequentou alguns anos de estudos teóricos, ou aquele que justifica abrir mão do trabalho com a singularidade em função da força das demandas sociais, ou, ainda, aquele que na busca de regras e normas se esquece da ética psicanalítica.

O exercício de uma pretensa psicanálise sempre pode nos surpreender com discursos consoladores, propostas de uniformização e tentativas de agrupamentos que dão guarida àqueles que buscam alívio para a dor de carregar as próprias marcas e seus consequentes rastros. Não há facilidades na formação de um psicanalista; não há atalhos no trabalho com nossa humanidade.

Não podemos reproduzir um inconsciente em laboratório, assim como não podemos habilitar para o fazer analítico. Tal aprendizado se dá pela própria experiência com a psicanálise. O que é da ordem da construção e do reconhecimento passa, então, necessariamente pelo próprio sujeito e é por ele criado. O homem psicanalítico necessita ser, portanto, criatura, mas, também, criador nesta empreitada, propondo-se à busca do traço ainda por ser feito e dos desenhos que poderá conceber. Assim, chegamos, aos poucos, a conhecer e reconhecer o que é de nossa autoria.

Precisamos, também, de autorização para assumirmos nossa autoria?

Mais e mais pessoas se aproximam da psicanálise para se apropriar deste saber e dele fazer uso: como analisantes, como analistas ou, mesmo, como curiosos. Por vezes, se aproximam dela irrefletidamente, quase que de maneira ingênua, considerando-a uma técnica a ser aplicada e replicada numa prática propedêutica, no máximo, de bom senso. Mas tornar-se psicanalista é outra coisa: não é o resultado natural do acúmulo de conhecimento especializado; é um processo que se dá na experiência de atravessamento do próprio inconsciente e das forças pulsionais. Fazer-se psicanalista é um trabalho, e um trabalho rigoroso, que requer a presença das bordas instituintes da alteridade.

Nosso Departamento de Psicanálise vem construindo um caminho instigante em sua história. Convivemos e nos relacionamos, estudamos e ensinamos. Somos, ao final e ao cabo, instituídos, mas, de alguma forma, também permanecemos rebeldes. Somos e fazemos uma associação de analistas, ou seja, nos tornamos instituição e instituímos. Contrassenso com relação à ética instituinte da psicanálise, dirão alguns; inevitabilidade, dirão outros. Talvez, emersos de uma ruptura inicial, tenhamos seguido em busca de caminhos próprios, ainda que guardemos a marca daquilo que permitiu o advento da psicanálise: as rupturas entre Freud e Breuer, entre Freud e Fliess, entre Freud e seguidores, e, seguidamente, os rompimentos entre e intra os

inúmeros grupos fundados e formados em nome da Psicanálise. Se, por um lado, esses movimentos trouxeram o sinal do inconciliável, por outro, incitaram a Psicanálise a caminhar. Para nós, naquilo que mais tarde passou a ser o nosso Departamento, foi uma ruptura com “a” instituição, a IPA, e o desejo de construir “uma” instituição; procura-se romper com as ideias do oficial e do oficioso, dos aceites e dos renegados.

A história nos estimula a que chamemos pela ética, este campo de primor e freio, que precisa estar lado a lado com nossos feitos. A ética psicanalítica nos diz: a cada um seu inconsciente, sua ação e o desejo que a sustenta. A ética psicanalítica nos lembra que no horizonte está sempre a singularidade: o que é o bem para um, seguramente não o é para o outro. Pela ética podemos discriminar voluntarismos e suas justificativas. Se a ética psicanalítica concerne ao desejo que implica uma ação, o sujeito sempre será convocado a responder por suas escolhas. Se a ação responde simplesmente às demandas amorosas e à perpetuação dos lugares de privilégio – promessa amorosa por excelência – nos aproximaremos rapidamente das práticas baseadas em regalias rançosas. Da ética e seu exercício não excluimos a experiência do amor; e, nem poderíamos, pois é ele que sustenta a relação psicanalítica. Ao analista concerne o trabalho de discernimento frente a tais investimentos. Nossos colegas e interlocutores nos ajudam nesse reconhecimento.

A instituição: uma rede, uma teia. Nosso departamento cresceu, criou rede: está inserido no campo psicanalítico mais amplo, estabelece diálogos com os diferentes grupos e escolas de psicanálise. Os riscos da conformação de uma teia vêm sendo cuidados, entre outros meios, pela criação da Comissão de Admissão, um lugar instituído para proporcionar movimentos e descolar as relações professor-aluno, analista-analisando, supervisor-supervisionando de seus rescaldos transferenciais. Uma função que só pode ser tomada como possível, se considerar-

7 V. G. Cardoso, “Os im-passes na instituição psicanalítica”, p. 133-135.

»
*a Comissão de Admissão,
resultado desse processo
instituinte de movimentação e
descolamento, é também um lugar
instituído para receber*

mos a possibilidade de cada psicanalista deslocar seus investimentos transferenciais para a psicanálise-instituição, campo de saber e ofício, e fazer aí a ancoragem.

A Comissão de Admissão, resultado desse processo instituinte de movimentação e descolamento, é também um lugar instituído para receber, mas não para autorizar. Um lugar que pondera sobre quem pode ou não pertencer à nossa associação de analistas, mas que não assegura ser analista aquele que nela se insere. O lugar do impossível ou o lugar da formação de compromisso necessária à manutenção do grupo associado?

Desfizemos algumas meadas em busca de outras respostas.

Outras instituições psicanalíticas assumiram diferentes modos de autorização e reconhecimento de autoria. Alguns grupos lacanianos, por exemplo, têm no *passé* um dispositivo considerado analítico e institucional, e que responde, em certo momento, a partir da própria análise de um analisante, a seu interesse de se tornar analista numa dada instituição. Também, nesse caso, há um grupo que reconhece e autoriza.

Viviane Gambogi Cardoso, em seu artigo “Os im-passes na instituição psicanalítica”⁷, diz que “o *passé* foi proposto com a finalidade de teorizar sobre o surgimento de um analista na lógica do final de análise, o qual, após Freud, não havia sido tratado com o devido rigor”. Sendo assim, alguns grupos lacanianos consideram que a análise comporta uma transmissão e que todo aquele que se torna analista tem na transmissão também uma disposição e responsabilidade – esteja ou não inserido em uma instituição formal.



*a Comissão busca o próprio,
o singular, a personalidade: caminho,
interesse, fio condutor, estilo.
Nem sempre encontra*

Segundo a autora, Lacan propôs o passe com a intenção de “romper com as posições preestabelecidas”, fontes de poder e manipulação. Posição consequente, pois sabemos, já com Freud, que na personalidade da transferência há algo de irreduzível e um aprendizado que nunca é esquecido⁸. A IPA tem seus dispositivos institucionais muito bem estabelecidos e que respondem, através da análise didática, a essa autorização que passa necessariamente pela questão do uso do poder transferencial.

De toda forma, o que parece ser possível afirmar é que o futuro da psicanálise está, justamente, na função e no modo pelo qual as análises, que *a posteriori* resultam em psicanalistas, são conduzidas.

Comissão de Admissão

Nossa experiência nos conta que a Comissão de Admissão é um importante analisador do Departamento de Psicanálise, de sua estrutura, de sua dinâmica de funcionamento, de sua qualidade como instituição formativa e, também, de sua clínica.

Na estrutura, porque representa o Departamento, já que seus membros, eleitos pelo coletivo, respondem com autonomia pelos processos de admissão. Na dinâmica de funcionamento, porque recebe e acolhe interferências, mais ou menos veladas, dos lugares de trânsito e de poder pelos quais passou o candidato a membro, interferências que sempre se apoiam, para sua eficácia, nas fontes transferenciais. O percurso do candidato evidencia, assim, suas referências e, ao mesmo

tempo, a modalidade e a qualidade destas escolhas (ou aderências) que tornam evidente a singularidade de cada percurso no interior de nossa associação e também fora dela. Dessa forma, a Comissão de Admissão tem a chance de testemunhar a clínica de seu departamento.

A Comissão de Admissão recebe notícias da formação que o Departamento é capaz de oferecer e dos resultados de seus esforços. Isso acontece quando os candidatos historicizam seus percursos, reconhecem o cuidado recebido no estudo de autores e escolas e no acompanhamento do processo de construção do se fazer analista, ou desvelam, contrariamente, falhas que podem levar a trajetos pouco consistentes. A Comissão também tem notícias dos bastidores formativos, quando recebe interlocutores nomeados e convidados a falar sobre a formação de um determinado candidato.

Um analista, quando pede sua inserção no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, o faz por identificação a algum traço do grupo. Por vezes, o traço identificatório é evidente para o candidato, mas isso não o isenta de carregar outras marcas transferenciais que o movimentam no mais absoluto desconhecimento. O pedido de pertencimento traz, portanto, uma parcela de alienação, um naco da singularidade supostamente conquistada e por vezes perdida e uma oportunidade de apropriação da respectiva história formativa.

A Comissão busca o próprio, o singular, a personalidade: caminho, interesse, fio condutor, estilo. Nem sempre encontra.

A sociedade do instantâneo e da adição se evidencia então, uma vez mais, quando deparamos com o relato de práticas clínicas que por muito pouco, e apenas fragilmente, conseguem se livrar das demandas por soluções rápidas e indolores, que buscam alívio imediato, se alocando, portanto, à margem da angústia, da significação dos sintomas, da subjetividade e de seus conflitos.

O instantâneo e adicto podem, também, aparecer na forma como o candidato se apresenta: por exemplo, como um aluno para o qual um curso de formação pareceria ser condição suficiente para

a prática da psicanálise. Nosso Departamento, por vezes, reforça essa pressa e essa modalidade formativa e parece indicar que da sala de aula se pode ir diretamente à prática. Aqui encontramos quem tem a informação da importância de um processo de análise pessoal, mas não o experimenta em toda a sua complexidade; conhecimento, talvez, burocrático, que não diz respeito ao saber do campo psicanalítico, um saber construído com e pelo inconsciente: sem garantias. Defesa contra o trabalho que a angústia provoca, levando a práticas “terapêuticas”, curativas?

Encontramos, cada vez mais, analistas escritores ou analistas que escrevem. A elaboração da clínica pela escrita é sempre bem-vinda e, não raramente, conduz a uma melhor compreensão do processo, à oportunidade de compartilhar experiências e construir sólidas bases para a clínica. Mas, em alguns casos, deparamos com relatos que primam pelas referências bibliográficas e pela escrita cuidada, mas que não parecem falar de uma condução clínica consistente; ficamos, então, sem entender que função poderia ter a escrita para determinado psicanalista, além da expressão de um talento ou da resposta a uma demanda institucional.

Recebemos, também, candidatos que fazem muito do mesmo. Pessoas que permanecem, por exemplo, anos em grupos de estudos que parecem ter apenas a função de mantê-las inseridas em um grupo psicanalítico e num vínculo transferencial, e que pouco fazem para promover o trabalho constante de análise dos caminhos teóricos e clínicos já percorridos. São práticas que obsessivizam o que haveria de ser dialetizado. São analisando e analistas que buscam e preconizam regras estabelecidas e modos de fazer.

Pedir o pertencimento ao nosso departamento e processar tal pedido exige de cada candidato o exercício narrativo de seu percurso e a costura de seus passos com os fios que lhe são próprios. Representa, também, desfiar sua meada amorosa, evidenciar as marcas singulares de cada escolha transferencial: da análise pessoal, da

8 J. Lacan (1960-61), *O seminário, livro 8 – A transferência*.

»
A ética nada pode quando ações isoladas se inspiram no desejo de visibilidade social e profissional, ainda que, muitas vezes, apresentadas sob a aparência do bem coletivo.

supervisão, do trabalho com a clínica e a teoria. O exercício narrativo implica um processo reflexivo que pode permitir uma costura dos planos percorridos, ressaltando sua coerência e suas faltas. Fazer uma narrativa exige implicar-se como narrador, sujeito e autor, e, também, implicar aqueles que se colocaram à disposição para partilhar da trama narrativa. Assim, ao narrar seu percurso, o candidato se costura a seus escolhidos e explicita as marcas e efeitos da mútua responsabilidade no processo formativo. *A posteriori*, seremos capazes de avaliar, pelos efeitos alcançados, a qualidade e a intensidade dessas implicações.

Em nossa associação, assim como nas demais, encontramos pessoas que capitalizam, por sua história e produção, fortes movimentos transferenciais. Que responsabilidade para estes! Sabemos que ninguém está isento da vaidade de ser ponto aglutinador, e nos perguntamos: como facilitar o deslocamento das transferências personalizadas, e que foram estabelecidas no processo de transmissão e formação, para a psicanálise e sua prática? Isto não facilitaria, ao menos, que o candidato fizesse suas escolhas com um naco menor de perda da própria singularidade?

A ética nada pode quando ações isoladas se inspiram no desejo de visibilidade social e profissional, ainda que, muitas vezes, apresentadas sob a aparência do bem coletivo.

Pela Comissão passam, também, fazeres clínicos de beleza e consistência ímpar, que procedem da evidente implicação do candidato com sua história e com a história da psicanálise. Psicanalistas, às vezes jovens, que se apropriam do saber e fazer psicanalíticos, com a força da inovação rebelde aliada ao respeito à letra freudiana.



*a Comissão de Admissão não
autoriza alguém a se dizer psicanalista
e nem afirma que o trabalho
daquele que se diz psicanalista
seja psicanalítico*

Autoria

Somos capazes de reconhecer um trabalho autoral, podemos fazê-lo também quando se trata de um trabalho autoral psicanalítico. Ele pode despontar na escrita ou na leitura, na fala ou na escuta. É a presença do sujeito do inconsciente – este, que nasceu como categoria conceitual – que nos permite assumir e reconhecer a autoria.

Enquanto psicanalistas, nossas palavras, interpretações e atos carregam o selo resultante da mistura de outras palavras, interpretações e atos, daqueles que compuseram nossa história pessoal e que se acrescentaram em nossas experiências de formação: mestres, supervisores, analistas e pares. Mas não só: fazemo-nos psicanalistas também através do encontro com produções culturais que nos remetem à verdade de nosso desejo, do desejo preconizado pela psicanálise, em sua abertura para a potência pulsional e para a força do inconsciente.

Assim, somos autores quando acrescentamos um ponto ao conto e passamos a fazer parte da história com nossas contribuições singulares, quando saímos da repetição e identificação imaginária, sem precisarmos descartar aqueles que nos antecederam e que forneceram suporte transferencial para nossas demandas de amor e alienação. Somos autores quando podemos manter nossos prumos ao lado de quem se desequilibra ou de quem é mais ágil do que nós.

Então, autorizar alguém a ser psicanalista não pareceria fazer qualquer sentido; esta autorização só poderia advir como resultado de um processamento pessoal que se daria no tempo psíquico próprio a cada um. O dispositivo de pas-

sagem ocorreria apenas e tão somente quando alguém já pudesse se reconhecer como psicanalista, sendo, como decorrência, reconhecido como tal pelos pares.

No entanto construímos, em nosso Departamento, um dispositivo que se encarrega do pertencimento ao nosso grupo psicanalítico; temos uma instituição que se autoriza a autorizar. Ainda que não haja, no Departamento, nenhuma instância que autorize alguém a nomear-se como psicanalista, sabemos que, ao ingressar como membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, um psicanalista adquire um emblema que poderá usar em todos os seus trabalhos. O nome do Instituto onde nos inserimos é chancela para toda e qualquer atividade de trabalho que requeira seriedade, ética e posição político-ideológica respeitáveis. A inserção do Departamento no Sedes enrobustece tal chancela. Assim, o pertencimento ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae é garantia de reconhecimento imediato e autorização no meio psicanalítico e de produção de conhecimento mais amplo.

A psicanálise possível

Pedir pertencimento ao nosso departamento é dizer o porquê dessa decisão e por que, justamente, nesta instituição. A função da Comissão de Admissão é acolher esse movimento, momento de passagem e afirmação.

A Comissão de Admissão não autoriza alguém a se dizer psicanalista e nem afirma que o trabalho daquele que se diz psicanalista seja psicanalítico, mas pode receber um novo membro, sugerir alternativas para a expansão e aprofundamento de seu processo formativo – o que pode resultar num adiamento da entrada no Departamento – ou barrar o ingresso de alguns que pretendem a inserção em nossa instituição. Procuramos barrar os que buscam, por meios de montagens perversas, se nomearem psicanalistas tendo nosso departamento como avalista. Mas,

nem sempre, nosso trabalho alcança seus objetivos; afinal, faz parte de toda instituição uma parcela de membros cuja atuação passa ao largo da ética.

Haveria alguma marca distintiva da psicanálise que produzimos em nosso departamento, na clínica que praticamos, na teoria que elaboramos, na posição que assumimos diante da diversidade das políticas, das práticas e dos saberes? Afinal, o que para nós compõe um patamar comum para aquilo que reconhecemos como um fazer psicanalítico, critério que nos orientaria para realizarmos a função da Comissão de Admissão?

Em nosso departamento, de modo geral, o reconhecimento se faz pela implicação em e com nossa instituição e pelo trabalho reflexivo e crítico, que se dá, também, com relação à história das práticas e da regulação da formação psicanalítica. Tomar o inconsciente e a sexualidade como marcas do trabalho analítico realizado em transferência, a singularidade como meta, a subjetividade como suporte são elementos norteadores do nosso fazer psicanalítico. Ler Freud, conhecer os novos aportes à teoria e se orientar pela ética psicanalítica são outros elementos que sustentam nosso pertencimento comum. É só quando discutimos, teorizamos, narramos a clínica, nos organizamos para instituir e dar sustentação ao nosso grupo, ou seja, no trabalho conjunto, que somos capazes de reconhecer quem são os nossos pares.

No que concerne especificamente a uma clínica característica do Departamento, pensamos numa psicanálise que permite o fluxo e o reviramento das histórias e o posicionamento crítico com relação à história. Uma clínica dialética, que se move pela falta, pela sexualidade e pelo inconsciente, pela presença constitutiva do outro, que

»
*para aquele que se considera
psicanalista, a transferência deve ser
estabelecida com a Psicanálise, com
ela como instituição, com ela como o
terceiro que o autoriza*

não busca a supressão do sintoma, mas, sim, a construção de seu sentido.

A convicção da inexistência das totalidades e completudes justifica a constatação de que não há “A” clínica psicanalítica e nem “O” psicanalista. Justifica, também, a necessidade do diálogo com o diverso e o plural.

É também por isso que os psicanalistas se juntam, embora continuem isolados. A rigor, nos juntamos na vivência desta verdade: que ao psicanalista cabe saber que o impossível é tudo saber. Assim, retornamos ao saber psicanalítico: o saber do inconsciente, este do qual não se sabe *a priori*, mas que é construído e nos constitui.

A formação do psicanalista mira a lida com o possível: a construção de seu fazer e estilo necessita ser reconhecida e recortada pela convivência com o diverso e plural – o outro, a instituição –, o que se dá pela presença instituinte e instituída da psicanálise.

Por isso, para aquele que se considera psicanalista, a transferência deve ser estabelecida com a Psicanálise, com ela como instituição, com ela como o terceiro que o autoriza. A cada psicanalista seu desejo, sua marca, sua possibilidade de autoria, mas, também, a sua possibilidade de sustentação de um lugar de formação e de transmissão do saber psicanalítico. Com isso, seu acréscimo para a revitalização do campo.

Referências bibliográficas

- Cardoso V. G. (2004). Os im-passes na instituição psicanalítica. *Cogito*, vol. 5, CPB, Salvador, 2004.
- Freud S. (1976). A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro; Imago, vol. XIV.
- Kon N. M. (2003). *A viagem: da literatura à psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan J. (1959-60/1988). *O seminário, livro 7 – A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1960-61/1992). *O seminário, livro 8 – A transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Authorship and authorization: training of the psychoanalyst and institutionalization of psychoanalysis

Abstract Using as a base the experience of the Admission Committee of the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae and the concepts of transference and psychoanalytical ethics, this paper discusses the notions of authorship and authorization within the field of psychoanalysis. The authors assess the system of admission we adopted fifteen years ago as a critical analysator of the basic quality of our institution, as well as its capacity to evaluate the personal and professional qualities of candidates to membership in our association. Their paper also stresses the component of authorship in psychoanalytic action involved in the decision to apply.

Keywords institutionalization of psychoanalysis; psychoanalytic training; transference; ethics; authorship; authorization.

Texto recebido: 08/2010.

Aprovado: 09/2010.

Uma experiência instituinte, nosso depoimento

Miriam Chnaiderman
Silvia Leonor Alonso

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise.

Silvia Leonor Alonso é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise.

Resumo As autoras deste texto participaram da primeira comissão que se abriu para pedidos de pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Nesse momento, os princípios institucionais tão seriamente defendidos ao longo de anos eram postos à prova. São esses embates, de uma instituição que sempre questionou os cânones fechados das instituições psicanalíticas, que são formulados e pensados neste depoimento, em que a questão de uma política institucional passa a ocupar primeiro plano.

Palavras-chave Psicanálise; instituição; admissão; princípios; dogmatismos.

O que nos moveu a escrever este pequeno relato foi a forte memória, carregada de emoções, que tínhamos do nosso trabalho na primeira Comissão de Admissão. Tínhamos como registro de vivência o de ter sido um momento especial, no qual o que nos constituía enquanto Departamento de Psicanálise, ligado ao Instituto Sedes Sapientiae, era então interrogado. Era o momento de fazer a experiência de um grande desafio, deixar de ter, na interlocução entre psicanalistas, a segurança da formação que havíamos proposto até então. Devíamos abrimo-nos para um espaço de interlocução e formação permanente com outros colegas de procedência e formação diferentes.

Para podermos falar e entender a primeira Comissão de Admissão do Departamento de Psicanálise, é necessário rastreamos algumas de nossas marcas.

Buscamos os documentos, as atas das assembleias, resgatamos nossa história. E surpreendemo-nos com o prazer que tivemos nisso tudo. Foi muito bom ver nossa história, orgulhamo-nos de tanta dedicação, de tantos sonhos hoje concretizados. Muito do que, anos atrás, era delineado como desejo, hoje é operado no Departamento. Ao mesmo tempo, ficou claro como é trabalhosa a construção democrática de uma instituição: nela se transita pelos impasses, nas idas e voltas impulsionadas pelo desejo de avançar e recuando para resolver os conflitos e equacionar a diversidade de posições. Um andar não tão rápido quanto se gostaria, mas com passo firme e conquistas importantes.



ao longo dos anos, uma série de necessidades foi surgindo, transbordando esse espaço inicial, com a forma de organização que tinha até então

A questão

A questão da abertura nos marcou desde nossa origem como Curso de Psicanálise. Já de início nos propúnhamos como uma formação alternativa ao que, até então, era considerada como única transmissão válida e oficial.

Somando-se a isso, nascemos dentro do Instituto Sedes Sapientiae, que sempre teve uma carta de princípios clara na defesa dos direitos humanos, lugar de resistência a qualquer tipo de censura sobre as ideias, a qualquer tipo de autoritarismo, tendo desempenhado importante papel na luta contra a ditadura militar e sendo, até hoje, um lugar onde importantes discussões nos encaminhamentos democráticos acontecem permanentemente.

Esses determinantes nos levaram a escolhas nas quais a questão da abertura desempenhava papel importante. Desde o início questionamos a hierarquização presente na concepção de “análise didática” e a concepção de transmissão ligada à autorização do analista. Sempre pensamos que a prática analítica inclui uma dimensão política, social, e buscávamos propiciar a realização de pesquisas vinculadas à nossa realidade.

O Curso de Psicanálise e a necessidade do Departamento

O Curso de Psicanálise se constituiu como lugar de questionamento, indagação e pesquisa da prá-

tica psicanalítica. Sempre foi um lugar de transmissão, constituído pelos alunos e os professores (coordenadores de seminários e supervisores). Esse conjunto, no início, encarregava-se de todas as atividades que faziam parte da formação: conferências, eventos, atividades clínicas, etc.

Ao longo dos anos, uma série de necessidades foi surgindo, transbordando esse espaço inicial, com a forma de organização que tinha até então. Por um lado, a existência dos ex-alunos do curso que querem continuar sua formação (e sabemos que a formação do analista é interminável) e que, assim como os docentes, procuravam trocas entre colegas que não estivessem marcadas por estes lugares fixos. Na organização que vigia naquele momento, não havia como dar conta de todos os projetos que começaram a surgir e que tinham a ver com nosso projeto inicial de formação. Ter apenas uma identidade centrada na noção de “curso” leva a categorias que podem se cristalizar: professores, alunos e ex-alunos.

Sempre tivemos em mente criar um lugar de pertinência, onde a produção fosse o eixo. Não queríamos apenas formar analistas e transmitir a psicanálise. Queríamos espaços de interlocução, troca, pesquisa, reconhecimento.

Toda essa transformação foi gestada durante vários anos, com algumas tentativas onde as propostas iam ficando cada vez mais claras, até culminar na fundação do Departamento em 1985.

A fundação do Departamento de Psicanálise

Conforme o documento “Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise”:

Em 1981, uma comissão se reúne e elabora um anteprojeto que circula entre a equipe de professores, mas não é levado adiante. Em 1983, algumas reuniões mais amplas se realizam com participação de professores e alunos, nas quais ideias ainda pouco claras a respeito do que seria o espaço do Departamento começam a se esboçar.

Em 1984 forma-se um grupo que se reúne para discutir. Apresentam-se alguns trabalhos individuais escritos, mas o espaço vai se esvaziando e as reuniões são suspensas. No segundo semestre do mesmo ano, com a dissolução do Conselho¹, nosso curso sofre uma crise, questiona-se a coerência em relação ao projeto, todas as atividades são suspensas para dar lugar à discussão que culmina com uma série de assembleias. Na última dessas assembleias, em dezembro, alunos, ex-alunos e professores, por meio do voto, decidem a fundação de um Departamento em caráter provisório, até a aprovação dos estatutos.

Foi também a última vez em que Regina Chnaiderman esteve no Sedes, vindo a falecer dois meses depois².

Foi nomeada uma comissão que funcionaria como grupo de trabalho estável a partir de maio de 1985. Essa comissão é um grupo de trabalho que já funciona sem hierarquias nem funções pré-estabelecidas, tendo como único objetivo a troca de reflexões sobre o que se queria como Departamento. As discussões seguem dois eixos: a relação da psicanálise com outros campos de saber e o que se entende por formação e pertinência.

No dia 10 de agosto de 1985, a Assembleia, a partir da discussão do documento realizado pela Comissão, institui o Departamento de Psicanálise. O Departamento se propunha a ser um espaço no qual um grupo de psicanalistas preocupados com a produção no campo de Psicanálise, concordantes com os princípios fundamentais que regem a instituição Sedes Sapientiae, se reúne a fim de trocar ideias que enriquecem sua formação teórica e alimentam sua prática clínica.

- 1 Funcionávamos, enquanto forma de gerenciamento do curso, com um conselho paritário (professores e alunos). O que foi acontecendo na prática, e o que faz surgir o questionamento dos alunos, é que, apesar da igualdade numérica, a diferença de posição dos componentes e a força de transferência que isso dava aos professores levavam a uma impossibilidade de paridade nas decisões. Era preciso mudar a própria organização para permitir uma diferente distribuição na força das posições. Esse fato está na raiz do que move a fundação do Departamento.
- 2 Regina era a fundadora do Curso de Orientação Psicanalítica (nome que tinha então o Curso de Psicanálise) em 1976, junto com Roberto Azevedo, com quem cindiria em 1980. O Departamento era um grande sonho que Regina compartilhou conosco.

»
*o Departamento deve propiciar
a convivência de teorizações
diferentes evitando
as filiações dogmáticas*

Na medida em que a formação do psicanalista é complexa e interminável, diferentes atividades devem acontecer. É um lugar de pertinência e não de simples filiação. O princípio fundamental é a produção teórica e clínica e de pesquisa. O analista deve repensar-se permanentemente e repensar seu lugar de pertinência.

Esse espaço não está regido por um princípio de autorização e sim pelo reconhecimento mútuo.

Naquele momento, os ex-alunos e professores que desejassem ser membros do Departamento redigiam um texto no qual justificavam seu desejo de pertinência e, a partir disso, passavam a ser membros.

Coerente com a busca da não dogmatização e da abertura enquanto instituição psicanalítica, o Departamento deve propiciar a convivência de teorizações diferentes evitando as filiações dogmáticas. Nessa mesma linha se oferece como um espaço onde cada um possa exercer suas possibilidades criativas e constituir caminhos singulares, evitando a formação em série. Não está proposta a identificação a modelos e sim a construção de pertinências singulares.

Com a fundação do Departamento, o Curso de Psicanálise passa a ser um dos setores, deixando de ser o foco único. Nesse primeiro momento a questão principal é como transformar a natureza das relações existentes no curso – da relação professor-aluno – às vezes entendida como necessariamente hierarquizada, para dar lugar a



Já na sua fundação estava estabelecido que o Departamento deveria se abrir a todo e qualquer psicanalista que expressasse o desejo de a ele pertencer

uma relação *entre psicanalistas*, não hierarquizada. Esta transformação foi um processo trabalhoso, pois, “junto com a questão do tornar-se membro aparecia a questão das relações do Departamento com o curso”.

84

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

Os percalços na abertura do Departamento

Já na sua fundação estava claro e estabelecido, tanto no anteprojeto como em votações em várias assembleias, que o Departamento deveria se abrir a todo e qualquer psicanalista que expressasse o desejo de a ele pertencer, independentemente de onde tivesse, até esse momento, percorrido seu caminho na formação. Sempre soubemos dos efeitos deletérios das instituições constituídas apenas por psicanalistas que nelas entram pela via da formação. A força dos modelos transmitidos leva a uma ausência de questionamento e a uma petrificação tanto da teoria quanto da prática clínica. A força dos restos transferenciais nos vínculos institucionais leva a que estes se mantenham inamovíveis, perversamente travestidos em transmissão de um saber. Não queríamos nada disso, trazíamos a marca de nossa origem. Portanto, em nenhum momento pensamos o Departamento como um espaço apenas para egressos do “Curso de Psicanálise”.

No entanto, embora a ideia de abertura estivesse clara para nós, no momento da fundação do Departamento ela precisou ser adiada, por enten-

dermos que devíamos solidificar nossa proposta antes de nos aventurar em algo que seria realmente novo. Assim foi que, na assembleia, postergou-se por dois anos essa abertura. Em 1987, a Comissão Coordenadora, fazendo um balanço de sua gestão, reconhece que o Departamento ainda luta por firmar-se em sua autonomia e se fortalecer na clareza de suas propostas. Mais uma vez a abertura é adiada. A Comissão Coordenadora Geral de 89/91, em assembleia de junho de 1990, considera que no momento o Departamento se manterá aberto apenas para psicanalistas que tenham passado pelo Curso de Psicanálise.

Nesse movimento de se postergar a abertura, é possível observar a necessidade de ter clareza em relação aos lugares de gestão: quem pode assumir a coordenação desse ou daquele setor, quem pode fazer parte da Comissão Coordenadora, quais são os critérios.

Toda abertura em qualquer instituição coloca a questão da distribuição dos poderes. Também coloca as angústias perante o estrangeiro.

Ao ter que dar respostas sobre a inclusão dos novos membros, novas perguntas surgiam, relativas a quem seriam os candidatos, a como ficariam os que já eram membros, quem julgaria sobre o desejo de pertinência, e se haveria diferenciação ou categorias diferentes de membros. Como tomar tudo isso em conta sem hierarquizar?

A abertura do Departamento

Finalmente, a Assembleia do dia 08/04/95 aprovou a abertura do Departamento. Esta decisão demandava uma nova configuração sem perder a especificidade que nos constituía. Era uma abertura tanto para fora quanto para dentro. Tínhamos que pensar uma forma de admissão e de pertinência que respeitasse os princípios que até esse momento tinham nos guiado na construção do Departamento.

No Congresso Interno de 1994 e em várias assembleias acontecidas entre 1995 e 1997, assim como no trabalho da Comissão Provisória de

Pertinência formada em 1995, várias interrogações foram sendo processadas: abertura para quem e para quem, critérios e procedimentos, instância responsável pela aplicação dos procedimentos e diferenciação ou não de membros por categorias. Ao longo desse processo fomos encontrando algumas respostas.

O processo de admissão passou a ser aberto para psicanalistas de qualquer procedência, mas não para profissionais de outras disciplinas das Ciências Humanas. Essa decisão veio de um processo de amadurecimento, atestada nos documentos, em que a clínica no exercício da psicanálise tem papel central. Em primeiras propostas pensava-se na inclusão de pensadores de outras disciplinas que viessem enriquecer nossa contribuição ao campo psicanalítico nas trocas interdisciplinares. A nossa escolha foi que esta troca se desse circunscrita ao campo de eventos com convidados de outras disciplinas, as parcerias acontecendo nos projetos de pesquisa e nos trabalhos dos grupos temáticos que poderiam convidar profissionais de outras áreas.

Passamos a pensar que todos que estão no Departamento são psicanalistas, deixando de ter sentido qualquer diferenciação entre categorias de membros. Instauramos um processo de admissão que se dá nas mesmas condições para as pessoas de fora que procuram o Departamento, assim como para aqueles que fizeram seu percurso de formação dentro de nossa instituição.

O processo de admissão

Ficou decidida a criação de uma Comissão de Admissão que começaria a trabalhar sobre os pedidos de pertinência de novos candidatos. Alguns critérios nos guiaram para decidir a forma que teria essa comissão. Em primeiro lugar resolvemos que devia ser um grupo de trabalho estável, funcionando durante dois anos, o que era importantíssimo, já que corresponderia a esse grupo fazer não só o processamento de entrada dos candidatos, quanto fundamentalmente esta-

»
*resolvemos que esta comissão
estaria integrada por 19 membros:
uma comissão grande poderia
garantir a representação de
uma diversidade de posições
existentes no Departamento*

belecer critérios de admissão. Por outro lado, resolvemos que esta comissão estaria integrada por 19 membros. Isso porque entendíamos que cada processo de admissão nos levaria a repensar o Departamento por nós desejado. Portanto, uma comissão grande poderia garantir a representação de uma diversidade de posições existentes no Departamento para levar adiante essa reflexão. Que a diversidade de Departamento estivesse bem representado nessa Comissão, era fundamental tanto para proteger o processo de admissão quanto o reconhecimento pelo conjunto do Departamento do analista ingressante. Sua entrada ficava legitimada. Também lutávamos por uma transparência no decorrer do processo. Isso nos protegeria de eventuais armadilhas narcísicas e/ou políticas.

Os membros da Comissão de Admissão são escolhidos pela Assembleia Geral do Departamento, reafirmando assim que essa Assembleia Geral é soberana.

Cabiam à Comissão de 19 membros as seguintes funções:

1. Receber e examinar os pedidos de pertinência;
2. Efetivar os procedimentos definidos pelo regulamento para admissão de novos membros;
3. Garantir a ética do processo;
4. Transmitir ao solicitante a história e os princípios que norteiam o Departamento.

O processo de seleção instaurava uma conversa entre o candidato e o coletivo do Departamento re-



*tínhamos várias questões
pela frente: avaliação dos memoriais
já inscritos, programação
e divisão das entrevistas, e definir
o que seria a apresentação pública*

presentado pelos membros da Comissão de Admissão, tendo uma função elaborativa, para ambos.

A primeira Comissão de Admissão

Desde agosto de 1997 até agosto de 1999 a primeira Comissão de Admissão realizou seu trabalho³.

Tínhamos várias questões pela frente: avaliação dos memoriais já inscritos, programação e divisão das entrevistas, e definir o que seria a apresentação pública. Dividimo-nos em três grupos de seis pessoas, cada um funcionando com incumbências que caberiam aos subgrupos e incumbências que caberiam ao grupo todo. A análise do memorial e as duas entrevistas cabiam a cada subgrupo. Depois disso, a discussão se voltava para o coletivo. Na reflexão realizada no coletivo, as questões colocadas por cada candidato nos levavam sempre a repensar o próprio Departamento.

Nomeamos um representante para participar da Comissão Coordenadora Geral a fim de que os trabalhos da comissão fossem acompanhados pelos representantes do conjunto do Departamento.

Começamos então a nos debruçar sobre os pedidos de pertinência. Desde que o Departamento optara pela abertura, seis candidatos haviam solicitado a pertinência. Era o momento de, na prática, sermos coerentes com os princípios que vínhamos configurando desde nossa origem. Devíamos estar atentos ao que movia em cada pedido de pertinência, estando alertas para qual-

quer pedido que camuflasse o desejo de autorização ou o uso do Departamento para fins outros que não a interlocução entre pares.

O processo tenta avaliar não só o candidato mas também a que ele vem, qual seu projeto para o Departamento, assim como os pontos de encontro entre o candidato e os princípios e funcionamento do Departamento. Recusar a entrada de alguém no Departamento não era dizer que ele não era psicanalista. Mas, era recusar a sua pertinência a esse coletivo.

Tivemos que lidar, permanentemente, com nosso imaginário. Fomos procurados por psicanalistas, pesquisadores, já com amplo percurso. Essa procura não deixava de ser o reconhecimento do papel que vínhamos tendo no campo psicanalítico brasileiro. Mas, tivemos que ter muito cuidado para não sermos presas de um narcisismo que cega. Conseguimos?

Procedimentos e critérios

Ao longo desse processo de dois anos, os procedimentos e critérios foram sendo aperfeiçoados.

1. Sobre a primeira etapa em cada processo de admissão: a leitura do memorial.

Segundo relatório apresentado pela primeira Comissão de Admissão para a assembleia do Departamento,

a elaboração do Memorial dá ao candidato uma possibilidade de reflexão sobre cada momento do seu percurso como analista, incluindo este, em que pede pertinência a esta instituição. Pensamos que esta reflexão, da história do processo de formação, com suas rupturas e alianças, idealizações e lutos, seus movimentos de aposta, pode transparecer e nos indicar a configuração particular de cada desejo de pertinência.

O memorial é um instrumento valioso no sentido de revelar os interesses de cada candidato como analista, os temas percorridos em sua trajetória, suas afinidades e seu imaginário no que diz respeito a esse coletivo, indicando as questões que serão aprofundadas em cada entrevista.

Debruçamo-nos sobre cada memorial por várias reuniões. Temíamos o nosso lugar de juízes. O não dogmatismo fazia com que tentássemos não ser preconceituosos em relação aos percursos de cada um. Então, a discussão, em cada situação, tinha que ser muito aprofundada.

Partíamos para as entrevistas com várias questões articuladas.

2. A segunda etapa: as entrevistas Segundo o mesmo relatório,

as entrevistas, por se constituírem num espaço mais pessoal, permitem uma escuta que venha a indicar a proximidade de cada candidato com o Departamento, constituindo-se também numa possibilidade de esclarecimento das concepções de cada um sobre os vários aspectos relativos à formação contínua de um analista. É, portanto, um momento de explicitação do processo de tornar-se analista, onde cada um dos momentos de escolha, tanto da inserção em espaços de trabalho, quanto de investigação de temas teóricos ou clínicos, podem ser mais aprofundados através dessa etapa de interlocução com membros do coletivo ao qual se deseja pertencer. Essas entrevistas também pretendem identificar os projetos que cada candidato deseja desenvolver no Departamento: se quer se inserir nos setores em funcionamento, se quer desenvolver pesquisas, se o que pretende é interlocução para seu trabalho teórico-clínico, ou se deseja propor novos projetos para o mesmo.

A clínica e a análise pessoal de cada candidato aí ocupam um lugar central.

Fomos vendo que as entrevistas não tinham só uma função avaliativa do candidato, mas eram, sim, um momento em que este, junto com um representante da instituição, podia fazer um processo elaborativo desse momento de passagem. E também elaborativo para cada entrevistador, que, naquele momento, era representante de toda

3 Eram membros dessa comissão: Ana Maria Leal, Daniel Delouya, David Calderoni, Eliane Berger, Janete Frochtengarten, Lillian Quintão, Maria Antonieta Whately, Maria Auxiliadora Arantes, Maria Cristina Occariz, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Maria Lucia Bersou, Mario Fuks, Miriam Chnaiderman, Nayra Ganhito, Renata Cromberg, Renato Mezan, Rubia De Lorenzo, Silvia Alonso, Terezinha Leopoldi. Um dos membros se afastou do trabalho depois do segundo encontro.

»
embora se tratasse de decisão de assembleia, defendida em função da transparência do processo, discutia-se a questão da tensão e da persecutoriedade que se gerava na apresentação pública

a história do Departamento. Expor para o candidato o que era o Departamento levava a um confronto com a sua história de pertinência.

Os dois entrevistadores, antes de levar suas posições ao coletivo da Comissão, trocavam suas impressões e refletiam sobre como havia decorrido cada experiência.

Chegava então o momento de trazer as conclusões ao subgrupo, para em seguida apresentá-las ao coletivo da Comissão. Devíamos então decidir se cabia ou não o candidato fazer a apresentação pública.

3. A apresentação pública

Como terceiro momento de processo, o candidato devia apresentar um relatório clínico a um público formado pelos membros da comissão mais todos os membros do Departamento que quisessem assistir a ele. Nesse relatório, o candidato deveria mostrar a possibilidade de sustentar o seu trabalho clínico e de refletir sobre ele, assumindo suas dificuldades, limites, bem como suas possibilidades de exercício da psicanálise.

Essa etapa, num primeiro momento, foi a que gerou mais discussão. Voltando ao mesmo relatório:

embora se tratasse de decisão de assembleia, defendida em função da transparência do processo, discutia-se a questão da tensão e da persecutoriedade que nela se gerava. Apesar dessas discordâncias a decisão foi mantida e, na prática, revelou-se um espaço fecundo de troca e reconhecimento entre pares.

88 Documentos consultados

Projeto de Implantação do Departamento de Psicanálise
Proposta de Regulamento Interno do Departamento de Psicanálise
Comissão Coordenadora Geral – balanço da gestão 1989/1990
Documentos do Congresso Interno 19 de junho de 1994
Proposta de Mudança de Estatuto do Departamento de Psicanálise – 1995
Relatório da Comissão Provisória de Pertinência eleita em assembleia de maio de 1995
Circular de 31 de maio de 1995
Carta de Mario Fuks de 10 de abril de 1996
Comentários e Propostas acerca da Pertinência
Relatório da Primeira Comissão de Admissão, setembro de 1999
Livro de Atas da Primeira Comissão de Seleção

[...] por um lado constitui-se na forma pela qual o candidato apresenta seu pensamento e seu trabalho para a comunidade, e por outro, a via pela qual o coletivo o reconhece e avalia, no sentido de sua pertinência a esse Departamento.

Depois da apresentação pública, a Comissão ampla se reunia e reavaliava o processo todo, decidindo pela inclusão ou não do candidato. Essa decisão era passada à Comissão Coordenadora Geral que se encarregava de comunicá-la ao candidato.

Conclusão

Era um momento instituinte, o que dava uma força de implicação no trabalho e na reflexão,

tudo era muito intenso. As avaliações feitas nas próprias atas da reunião registram como o trabalho foi interessante, rico, ainda que extremamente difícil, mas que deixou um saldo de trocas e reflexões muito importantes.

Foi a partir dessa primeira experiência que as sucessivas comissões puderam aperfeiçoar os procedimentos e critérios, mudando alguns, mantendo outros.

Retomar esse momento instituinte é retomar aquilo que sempre nos moveu: inventar uma instituição onde se evite a cristalização e o dogmatismo. A proposta de uma formação contínua implica um permanente questionamento dos lugares. É na entrada de novos membros que aquilo que nos recorta se faz presente.

A path-breaking experiment: our testimony

Abstract The authors were members of the first Admission Committee of the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae. At that moment, institutional principles defended for years were being put to test. Their testimony recalls the proceedings of that inaugural committee, focusing on the efforts to maintain the consistence of a group that had always questioned the closed canons of psychoanalytic institutions. The policies then established, they argue, have supported the test of experience, and contributed to foster the aims of our Department.

Keywords admission procedures; self-presentation; history of the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae.

Texto enviado: 09/10

Aprovado: 10/10

Para que escrever? (algumas possibilidades)

Rosie Mehoudar

Rosie Mehoudar é pós-doutoranda em Letras, na USP, na área de Crítica Genética. Coordena grupos e projetos individuais de escrita.

Resumo O texto sonda a necessidade de escrever e sua função: no processo de resolução de impasses subjetivos; na produção de teoria que esse processo pode desencadear; na escrita de uma estrutura escritora; na formação clínica e na atividade psicanalítica. Aborda o elo entre linguagem, constituição do sujeito e função paterna, detendo-se na palavra indizível e em seu poder criador.

Palavras-chave escrever; sujeito; ser de linguagem; letra-corpo de pensamento; palavra; função paterna.

Sait-on ce que c'est qu'écrire? une ancienne et très vague mais jalouse pratique, dont gît le sens au mystère du cœur. Qui l'accomplit, intégralement, se retranche.¹
[S. Mallarmé]

A rigor uma palavra bastaria como fôrma para as atividades do dia. Quem a tem?

Alguns encontram-se em condições menos aflitas que outros. Alguns são quase tranquilos e descansam em si e na granulação anônima. Quando voltei de Paris, reparei nas pessoas que andavam nas ruas de São Paulo e a maioria pareceu-me saber descansar. Nada como o outro para vermos a nós – já dizia a Antropologia. Ter visto os franceses fez-me ver o brasileiro.

De qualquer modo, a situação pode ser bem difícil ou mais fácil, com todas as gradações possíveis: mas quem pode dizer vivazes as horas do dia? Aproveitar a vida, para mim, equivaleria a voltar-me para o presente (em seu jogo com o abismo), relaxar numa estrutura que me possibilite isso, encontrar um sujeito signifiante que não seja mais só eu e por isso meu mais legítimo e sem culpa eu. Um sujeito mote ou tema de variações infinitas. E isso tampouco seria suficiente. O caminho até o absoluto ou a iluminação, quando a vida parece render o que ela pode, envolve tantas operações mais e mais delicadas e fundas... A psicanálise ajuda nesse percurso, mas ela mesma se constrói. Não me parece que possamos dizer que a psicanálise seja um caminho completo de iluminação.

¹ S. Mallarmé, *Œuvres complètes II*, p. 23. Escritor e pensador francês, Mallarmé viveu de 1842 a 1898. Numa tradução literal da epígrafe acima: "Sabe-se o que é escrever? uma antiga e muito vaga mas ciumenta prática da qual jaz o sentido no mistério do coração. / Quem a cumpre, integralmente, se subtrai."



*houve um tempo
em que escrever tornou-se
uma operação tão e
tão reveladora de significantes
que eu já nem queria
ir à análise: escrever
produzia milhões de vezes
mais sentidos insuspeitos*

Quais são seus impasses? Quais são seus embates? Ao mesmo tempo, quantos não foram ajudados por ela?

Tensões podem se formar no corpo mais e mais densas, afetando cartilagens, ossos, espaços interdisciais. Tensões, más posturas, movimentos repetidos. No geral tudo isso causa danos, fibras se embaralham e endurecem. Na mente, igual. O pensamento tem a velocidade do raio. Um pensamento se junta a outro, e o que era um pressuposto equivocado gerando reações se reproduz em cadeias mais e mais vastas. O resultado pode ser muitos; os sintomas, tão duros por vezes como uma pedra no ombro, uma corcunda. Como desmanchar isso? A pessoa às vezes quer. Mas são tantas as operações requeridas até desmanchar os nós... Muitas e muitas e muitas e muitas, antes que, por exemplo, uma obsessão seja desbastada e dê lugar ao deslocamento do sujeito...

Quem nos guia na escrita? Escrever o objeto, dar nascimento a ele, que seja tão visível quanto

o amigo ou o filho que adoramos encontrar. Isso, uma coisa.

Em outros momentos, será necessário, no desespero, indagar e indagar, seguir os fios até que um puxe o outro sem que quase interfirmos senão como obedientes da compulsão de escrever. E um fio puxa o outro cada vez mais velozmente (talvez Freud dê pistas disso ao referir-se ao estado de atenção, no *Projeto de psicologia*). Igual pode se dar em sonhos. Um sonho traz uma resposta e uma questão. O do dia seguinte continua a elaborá-la e assim vai.

Há períodos, especialmente, em que não temos opção. Ou deciframos algo ou morreremos, perto disso, e é preciso trabalhar muito, muito mais do que nos disseram que seria necessário. Passei momentos em que eu tinha que escrever de madrugada, em ônibus, quaisquer intervalos porque era impossível viver daquele jeito. No limite, penso que a tarefa que nos foi lançada ao nascermos, aprender a jogar bem o jogo, é tão trabalhosa, que é uma sorte quando percebemos a urgência, quando podemos não nos acomodar.

Houve um tempo em que escrever tornou-se uma operação tão e tão reveladora de significantes que eu já nem queria ir à análise. Era ainda, talvez, o corpo do analista que me animava a não querê-lo mais... Escrever produzia milhões de vezes mais sentidos insuspeitos, lembranças entrelaçando-se ao presente e vice-versa...

Pude depois entender, em um viés dentre os possíveis, por que os professores budistas falavam sobre a complexidade das leis do carma. Trata-se bem das leis da linguagem: representações associadas à energia, como queria Freud no *Projeto*, interligando-se num átimo de várias maneiras e produzindo constelações e impasses. A escrita então como purificador do carma, ao desfazer nós... A escrita como auxiliar da psicanálise. A escrita como aquela que conduz o trabalho dos nós de nós aos nós dos seres humanos, pontos ainda não trilhados pela teoria psicanalítica, ou, antes que concluamos isso, pontos que temos que pesquisar em sua ou outras teorias,

no pensamento desde que o mundo é mundo. A escrita na ponte entre a análise pessoal e a produção de teoria.

E, dentro do trajeto pessoal (mas não só), a escrita como higiene diária ou confissão, flagrando e dissolvendo abismos conflitantes antes de eles se transformarem em crônicos, em distância, impotência, desastre. A escrita-escuta como prevenção das doenças da alma e do corpo: salvaguarda do sujeito. A escrita aproximando-se de imagens que nos habitaram em sonhos e em pensamento, de sensações. A escrita não só como meio de cognição, mas levando a decisões e atos. Produção de seres de linguagem e produção, em níveis mais e mais íntimos e êxtimos, de uma escrita de nós mesmos que possa escrever seres de linguagem.

E, enquanto fazemos isso, sondamos a equação dos que de algum modo nos pedem ajuda: o que deve ser estimulado neles, o que tocar ou propor para que se simbolize o necessário à abertura do processo da criação. Procuramos auxiliar o outro a escrever e a se escrever (ou a reinscrever-se em sucessivas múltiplas operações) para que ele possa virar autor-sujeito. A escrita de casos ajuda a nos concentrarmos no analisando ou no aluno, a nos apropriarmos das percepções que temos dele, a mapear nossas dúvidas, nossa eventual perplexidade, e a levantarmos hipóteses, que testaremos, de maneira a enxergá-lo des-continuamente mais próximo – pois que mesmo a constância tentativa de nossa dedicação implica saltos dos dois lados.

E parece que nosso empenho de leitura da equação alheia, dos emperramentos e seus possíveis antídotos, já move o outro e aciona sua produção. Nossa busca secreta de palavras constitui-nos palavra para ele – uma transferência se faz – e palavra atrai palavra. Dito de outro modo, a função paterna da pessoa que está de certa maneira na posição de analista move a função paterna da que está na posição de analisando.

2 Ou a um nome. Vale em outro momento precisar a diferença entre a palavra e o nome nesse contexto.

»
*em minha experiência
dando aula para crianças
com acentuados bloqueios
de escrita, vejo que muitas vezes
se trata de auscultar um vínculo
incestuoso, em sua dimensão
abstrata – a pessoa presa a si
e uma mãe imaginária –, que se
manifesta em cada um de modo
absolutamente singular*

Em minha experiência dando aula para crianças com acentuados bloqueios de escrita, vejo que muitas vezes se trata de auscultar um vínculo incestuoso, em sua dimensão abstrata – a pessoa presa a si e uma mãe imaginária –, que se manifesta em cada um de modo absolutamente singular. Por meio de processos ficcionais não lineares e propostas específicas suscitadas por seu texto, a cada vez, busco estimular a emergência do pai simbólico. E seria possível falar horas, e de diversos pontos de vista, sobre a ligação entre este e a palavra...

Significativos são os estudos da psicanálise concernentes a esse tema, acionados já por Freud, e bem antes dela a ciência do homem implicada em textos de variadas religiões focava esse vínculo, até chegar a uma palavra² sem som, produtora do sujeito, da fala, da escrita. É o que vemos no elo entre a fruição e a linguagem silenciosa que ocorreria mesmo na esfera mais alta e abstrata (e paradoxalmente a mais imediata) da realidade – *Ein-Sof*, ou vazio –, de onde emanam



*a letra é a metonímia
que resguardaria
a alteridade de um corpo
de pensamento em relação
ao corpo do sujeito,
permitindo que ele
não se engolfe
em si mesmo*

todos os outros níveis, segundo teorias da mística judaica enunciadas no excelente ensaio de Gershom Scholem “O Nome de Deus e a Teoria da Linguagem Cabalista”, pinçado por Haroldo de Campos e J. Guinsburg³. É a “Palavra Não Dita” que é assim nomeada nesta oração do cristianismo ortodoxo:

Oração Bizantina⁴

Luz serena, que brilha no
Solo do meu ser,
Atrai-me para ti,
Tira-me das armadilhas dos sentidos,
Dos labirintos da mente,
Liberta-me de símbolos, de palavras,
Que eu descubra
O Significado
A Palavra Não Dita
Na escuridão
Que vela o solo do meu ser. Amém.

Voltando à psicanálise: é ainda no *Projeto de psicologia* que Freud formula a ideia de que buscamos nas percepções ao longo do dia um símile do objeto que propiciou uma vivência de satisfação e inscreveu-se em neurônios e ligações neuronais, a inscrição instituindo o inconsciente e a memória. No âmago do cérebro e do sujeito, a “coisa do mundo”⁵ registrada equivaleria a um traço radical da alteridade. “O mundo freudiano, ou seja, o da nossa experiência comporta que é esse objeto, *das Ding*, enquanto o Outro absoluto do sujeito que se trata de reencontrar”⁶. No fim da mesma aula em que Lacan enuncia isso, ele se atará ao pronome vocativo Tu em francês, “esse Tu de devoção em que, num dado momento, qualquer manifestação da necessidade de querer bem pode vir topar”, para concluir: “no momento em que é pronunciado, é inteiramente nesse Tu que reside aquilo que lhes apresentei hoje em *das Ding*”⁷.

Por caminhos⁸ que não é possível aqui trilhar, pode-se dizer que a letra é a metonímia que resguardaria a alteridade de um corpo de pensamento em relação ao corpo do sujeito, permitindo que ele não se engolfe em si mesmo e que se institua ao menos duas posições sem as quais não há nem jogo simbólico nem deslocamento. Segue Lacan:

É verdade que a letra mata, como-se-diz, quando o espírito vivifica. Não discordarmos disso [...] mas perguntamo-nos igualmente como sem a letra o espírito viveria. [...]⁹

E é nesse mesmo texto que leremos uma definição implícita da extimidade:

Qual é pois esse outro a quem sou mais ligado que a mim, visto que no seio mais consentido de minha identidade a mim mesmo, é ele quem me agita?¹⁰

No *Zohar* (*O livro do esplendor*, do século XIII), a letra hebraica *Yud*, que se assemelha a um simples ponto, surge como a primeira manifestação do pensamento de Deus e permite que

ele seja convocado pelo ser humano¹¹. A formulação tem a qualidade de precisar o elo entre a letra e o corpo de pensamento. O menor e mais essencial corpo de pensamento surge como metonímia do Outro, entranhado ou estranhado no sujeito, e convocável também por uma sorte ou sina de amor. É possível daí vislumbrar uma palavra sem som permeando o discurso verbal ou, inversamente, fazendo-nos conceber como discurso experiências inefáveis. Numa metáfora disso, no *Livro dos seres imaginários*, Jorge L. Borges e Margarita Guerrero comentam dos dragões chineses: “São imortais e podem comunicar-se entre si apesar das distâncias que os separam e sem necessidade de palavras”¹². E não é também assim a troca de olhares e risos entre a mãe e o bebê?

As relações e alternâncias necessárias entre um corpo de pensamento simples e a imagem corporal (também manifestação significativa do Outro ou de si feito outro), que estruturam nossa percepção e uso da linguagem, constituem não apenas objeto da psicanálise, filosofia e religiões,

»
o menor e mais
essencial corpo
de pensamento surge
como metonímia
do Outro, entranhado
ou estranhado
no sujeito

- 3 G. Scholem, “O nome de Deus e a teoria da linguagem cabalista”, p. 9-61. Cito e comento passagens desse texto (que mereceria uma boa revisão) em “Palavra e imagem na cosmogonia do Zohar”, arrolado na bibliografia.
- 4 Tradução anônima de um poema compilado pelo monge trapista William Meninger. O original inglês está em: W. Meninger, *The loving search for God: contemplative prayer and the cloud of unknowing*, p. XIX.
- 5 Essa expressão que tem o interessante sabor da estranheza entre nós, como ela terá ressoado na cultura filosófica germânica, e europeia em geral, nas quais a palavra “coisa” é utilizada e ressignificada por pensadores tais como Descartes, Kant e Hegel?
- 6 J. Lacan, *O Seminário, livro 7 – A ética na psicanálise*, p. 69.
- 7 J. Lacan, *op. cit.*, p. 73.
- 8 Eles passam principalmente pela teoria psicanalítica (incluindo Moustapha Safouan em *O fracasso do princípio do prazer*), mas também por Frege e Wallon via Julia Kristeva em *La révolution du langage poétique*. Esmiuço esses caminhos no artigo “O Nome-do-Pai e o circuito da significação em aberto”, citado na bibliografia.
- 9 J. Lacan, “A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud”, p. 239-240.
- 10 J. Lacan, *op. cit.*, p. 255. Vale aqui ir ao original francês: “Quel est donc cet autre à qui je suis plus attaché qu’à moi, puisque au sein le plus assenti de mon identité à moi même, c’est lui qui m’agite?”
- 11 *O Zohar*, o Livro do Esplendor, passagens selecionadas pelo Rabino Ariel Bension (1880-1932), p. 83-85. Analisei mais pormenorizadamente o tema do Yúd no texto “Palavra e imagem na cosmogonia do Zohar”, citado na bibliografia.
- 12 J. L. Borges; M. Guerrero, *O livro dos seres imaginários*, p. 16.
- 13 S. Mallarmé, *Œuvres complètes I*, p. 871.

mas da pesquisa de poetas provençais da Idade Média e de outros inventores como Dante, Rabelais, Mallarmé, Guimarães Rosa, dentre os muitos que poderiam ser citados, na estimulante tensão entre letra (“o equivalente da Ficção”¹³), pensamento e afeto.

Referências bibliográficas

- Borges J. L.; Guerrero M. (2000). *O livro dos seres imaginários*. São Paulo: Globo.
- Freud S. (1976). Proyecto de psicología. In: *Obras completas*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. 1. p. 323-389.
- Lacan J. (1966). L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud. In: *Écrits*. Paris: Seuil. p. 493-528.
- _____. (1988). *O Seminário*, livro 7 – A ética na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. (1996). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: *Escritos*. Trad. Inês Oseki-Depré. 4. ed. São Paulo: Perspectiva. p. 223-259.
- Mallarmé S. (1998/2003). *Oeuvres Complètes*, org. Bertrand Marchal. Vol. 1 e 2. Paris: Gallimard, Bibliothèque de la Pleiade.
- Mehoudar R. (2006). O Nome-do-Pai e o circuito da significação em aberto. *Revista UNIFIEO*. Série de Educação II. Osasco, ano V, jul./dez. 2006, p. 71-95.
- _____. (2006). Palavra e imagem na cosmogonia do Zohar. *Agnes*. (Cadernos de pesquisa em teoria da religião). São Paulo, n. 5, p. 97-125.
- Meninger W. (1995). *The loving search for God: contemplative prayer and the cloud of unknowing*. New York: The Continuum Publishing Company.
- O Zohar*, o Livro do Esplendor. (2006). Passagens selecionadas pelo Rabino Ariel Bension (1880-1932). Prólogo de Miguel de Unamuno. Tradução das passagens do *Zohar* e Introdução: Rosie Mehoudar. Tradução dos outros textos: Rita Galvão. São Paulo: Polar.
- Scholem G. (1999). O nome de Deus e a teoria da linguagem cabalista. *O nome de Deus, a teoria da linguagem e outros estudos de cabala e mística*: Judaica II, textos selecionados por Haroldo de Campos e Jacob Guinsburg. São Paulo: Perspectiva. p. 9-61.

Writing – what for?

Abstract This paper investigates the urge of writing and its function in solving subjective impasses, and the production of theory resulting from this process. The creation of a structure for the text, the impact of writing for psychoanalytic training and practice and the links between language, constitution of the subject and paternal function are also discussed, as well as what the author calls “the creative power of the ineffable word”.

Keywords Lacanian psychoanalysis; writing; subject; “being of language”; letter-body of thought; word; paternal function.

Texto recebido: 10/2010

Aprovado: 11/2010

O homem das feras

um processo analítico realizado
numa instituição pública de saúde

Vilma Florêncio da Silva

Vilma Florêncio da Silva é psicóloga e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, auxiliar de direção da UBS Lauzane Paulista.

Resumo É possível fazer psicanálise em instituição pública de saúde? Pode a análise operar num psiquismo gravemente comprometido num contexto de Unidade Básica? Este artigo tenta responder a essas e outras perguntas. Refere-se ao tratamento de um paciente portador de um psiquismo dilacerado que bateu em diversas portas institucionais, sem sucesso, e que, no tratamento psicanalítico, deixou a dependência de psicotrópicos e obteve a “cura” desejada. Este caso clínico foi apresentado no processo de admissão ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Palavras-chave psicanálise; instituição pública de saúde; transferência; sexualidade; vínculo.

Este artigo pretende demonstrar como é possível fazer psicanálise em Saúde Pública. O texto se atém, primordialmente, ao caso clínico e suas vicissitudes, com começo, meio e fim. Nesta experiência, pude provar, sobretudo para mim, a importância da psicanálise como método de tratamento e transformação da vida de um sujeito.

Introdução

E. iniciou o tratamento depois que uma doença o acometera: um intenso mal-estar. Tinha ficado na cama, enfraquecido, não se alimentava porque sentia dores no estômago, emagrecendo muito. Começou a imaginar que tinha câncer e Aids e que, portanto, iria morrer. Queixa-se, nessa ocasião, de que sua mãe teria se recusado a cuidar dele, desacreditando da gravidade de suas queixas. Sentiu-se decepcionado com quem, até então, era a melhor mulher do mundo.

A morte do pai teria sido causada por alcoolismo, embora houvesse especulações em torno dos motivos da morte. E. não foi ao velório, nem ao enterro, não viu o pai morto, não chorou. Sentia raiva do pai porque, durante toda a vida, teria feito sua mãe sofrer.

Algum tempo depois da morte do pai, um parente faleceu em decorrência de Aids. Poucos meses antes de morrer, fizera-lhe uma visita, logo após a qual E. desenvolveu uma forte fantasia fóbica de ter sido contaminado pelo vírus HIV.



*E. mostrava-se para mim.
Trazia seu corpo, sua história,
sua ansiedade, suas fantasias.
Aos poucos, também,
sua dúvida sobre se era
homem ou mulher*

E. sofria pela ideia de estar com câncer também. Depois de inúmeras consultas médicas, foi diagnosticada uma gastrite. Se, por um lado, E. ficou tranquilo com a certeza de ter uma doença curável, por outro, a mágoa em relação à mãe permanecia, bem como continuou atormentado pela ideia de ter câncer e Aids. Além do mais, descobriu uma espécie de descamação na pele de uma região do corpo, fortemente erotizada, que para ele confirmava a Aids. Notou que estava perdendo a acuidade visual e percebeu algumas “bolinhas” no tecido conjuntivo dos olhos, o que, para ele, confirmava o câncer.

E. passou a sofrer de hipocondria, angústia, medo e insônia. Consultou-se com vários médicos e foi encaminhado para tratamentos psiquiátricos e psicológicos. Tomou antipsicóticos e ansiolíticos e fez psicoterapias grupais em ambulatórios de saúde mental. Tudo isso se passou antes de ele iniciar o trabalho comigo numa Unidade Básica de Saúde.

Sintomas

Aparência de morador de rua, ele mesmo veio solicitar atendimento. Barba por fazer, olheiras, expressão triste. Já no primeiro encontro, usou sua metáfora: “é como se (câncer e Aids) fossem um tigre e um leão que vão *me* devorar a qualquer momento”.

Falou da sua agonia e de sua estranheza: toda vez que olhava para o espelho e via as suas *bolinhas* dos olhos e o seu órgão descamado, tinha

ereção. Isso já vinha acontecendo havia meses e, para ele, era *loucura*. Ao mesmo tempo, gostava da super potência sexual que via aparecer.

O diagnóstico de câncer nunca se confirmou. E. chegou a fazer três testes de HIV, todos com resultado negativo. Quanto às bolinhas, os médicos diziam que aquilo *não era nada* e uma médica afirmou que eram *glândulas lacrimais*.

E. mostrava-se para mim. Trazia seu corpo, sua história, sua ansiedade, suas fantasias. Aos poucos, também, sua dúvida sobre se era homem ou mulher. Sentava-se à minha frente. Entre nós, havia uma mesa na qual ele se apoiava e ficava bem mais perto de mim. Eu o olhava, escutava-o e tentava entender o seu funcionamento psíquico, ao mesmo tempo que prestava atenção nos efeitos desse paciente sobre mim e no modo pelo qual estes se apresentavam. Por achar que tinha câncer e Aids, viver aterrorizado pela perseguição daquelas feras, por estar ficando cego, por pensar insistentemente se era homossexual ou não, seria E. um neurótico hipocondríaco? Um psicótico? Um narcisista com aspectos melancólicos? Um histérico? Um perverso fetichista? Um neurótico obsessivo?

Parecia sentir prazer em exhibir para mim suas dores e delícias, além do prazer autoerótico escopofílico que o levava à excitação sexual. Também tinha um especial apreço em vestir-se com roupas íntimas femininas.

E. se apresentou a mim com seus enigmas, ansiedade, angústia e alguma inibição. Por vezes, eu sentia compaixão, por vezes, medo. Quem era E.?

O conflito

Ser homem ou não ser? Eis a questão. Mas existiam outras: ver ou não ver? Viver ou morrer? Câncer e Aids apareciam como ameaças de morte e, ao mesmo tempo, como possibilidade de ele viver muitas coisas que não vivera, já que “iria morrer logo”. Achava que estava ficando louco ao associar a morte com excitação sexual. Para mim, tais ques-

tões derivavam de outras, que apontavam para uma existência que não encontrava um lugar, sobretudo por acalantar a fantasia de ser homem e mulher.

Dizia viver toda a intensidade sexual com a esposa, porém, se perguntava: “como viver a experiência de *ser mulher*?” Perturbava-se. Era um desejo? Uma necessidade? Sem resposta nem saída, voltava às ideias ansiosas de ter *as doenças*, ao medo. Olhava o espelho e girava em círculos. O lugar que ocupava no mundo não dava legitimidade a quem pensava ser.

A vida parecia-lhe mais pesada, sem sentido. Seu corpo e sua alma tinham se tornado estranhos e começavam a *falar* coisas que não entendia. A partir da *doença* (uma gastrite, carregada de angústia) e decepcionado com a mãe, que não mais o olhava, passou a buscar olhares médicos. Chegou, por medo, ao espelho e não saiu mais dele, até começar a se perguntar o que significava tudo aquilo. Percebeu que atuava num círculo vicioso, repetição mortífera.

Em certa medida, cindiu-se. Precisava que o olhassem para que *falasse dele, nele e para ele*. Qualquer coisa valeria: *o senhor não tem nada; isto são glândulas lacrimais; o senhor não tem Aids; na pele do genital não tem doença*. Mas não havia palavras que o apaziguassem. Não confiava nos médicos e não confiava em si mesmo. Penso que a pergunta: “sou um doente?” encobria uma outra, latente: *quem sou eu?* Buscava espelhos, mas a imagem era distorcida. Existência angustiada, cujo espelho a mãe quebrara com a recusa do amor, segundo tempo do trauma, quando E. já se encontrava abalado com as mortes do pai e do primo.

O caminho que percorreu até chegar à análise deu-lhe algumas referências sobre si, mas todas fragmentadas, como se, ao procurar espelhos, não encontrasse mais que cacos. Despedaçado, solto, passível de ser tudo: homem, mulher, são, doente, morto-vivo, vítima do tigre e do leão, e de ser nada.

Faltava um *vínculo*. Algumas questões conflitivas eram de ordem identificatória e constitutiva: *quem sou eu? Que história é a minha? Qual é o meu desejo?* Eu escutava um Id pulsante e trans-

»
*minha escuta esteve sensível
com relação à temática
da sexualidade e à situação
traumática desencadeante
dos sintomas*

bordante que vinha à tona através de seus traumas, em busca de representações e contornos. Um Ego cansado de fazer malabarismos inúteis e *gambiarras* afetivas insossas. E o Superego? Estaria orientado por um ideal de ego ou ainda referido a um ego ideal?

Processo analítico I – Método

Minha escuta esteve sensível com relação à temática da sexualidade e à situação traumática desencadeante dos sintomas. Algo da ordem do infantil se atualizava, ao que parece, nos termos da primeira tópica freudiana. Por meio de interpretação, toquei na relação transferencial e contratransferencial e, através de nomeações e construções, em elementos de ordem repetitiva e compulsiva, próprios da pulsão de morte (segunda tópica), que se manifestavam quase todo o tempo.

Estimulando-o a associar, possibilitava que sua história comesse a se descortinar. E. lembrara que havia experienciado, junto com o irmão do parente morto pela Aids, algumas “brincadeiras sexuais”. Tinha a impressão de que algo “muito grave” teria acontecido, mas não lembrava o que, apenas que na ocasião levou “uma surra violenta do pai”, que gritava: “você não vai ser boiola!”. Quando tentava lembrar-se da situação infantil, vinha à cabeça a imagem de “uma folha de papel em branco”.

O paciente, quando jovem, tornou-se fã de um ícone da música americana e passou a adorá-lo, imitá-lo, queria ser como o artista, cheio de mulheres à sua volta. Mas não conseguia conquistar



*a esta experiência relatada
dera um sentido e formara uma ideia
que se tornara realidade psíquica
conflitiva e ameaçadora*

uma garota. Por volta dos vinte e oito anos começou a queixar-se para a mãe de mal-estar, insônia, agitação, ansiedade e depressão. Ela o levou ao psiquiatra, que receitou remédios. Ele foi ficando *bem* e, depois de alguns anos, começou a sair com algumas mulheres e a namorar várias ao mesmo tempo. Já naquele tempo, pensava em realizar fantasias sexuais nas quais faria o papel da mulher e a mulher, o dele. As mulheres achavam que ele era maluco e se recusavam.

Casado, continuava a buscar aventuras, pela intenção de fazer o papel da mulher. Numa aventura destas com um travesti, em que levou dele uma mordida por se recusar a pagar o programa para um homem de “braço peludo”, imaginou que pudesse ter sido infectado pelo vírus HIV.

A esta experiência relatada dera um sentido e formara uma ideia que se tornara realidade psíquica conflitiva e ameaçadora, a qual ganhou força após a morte já citada de um familiar. Assim, quando sofria por ter Aids, *era porque tinha mesmo*.

Várias eram suas lembranças sobre situações de risco, de violência e de promiscuidade na sua família. A mãe, sempre considerada santa, pessoa maravilhosa, no decorrer da análise foi surgindo em suas recordações atravessada por ambivalência. Lembrava-se da mãe supostamente na cama com um parente, o qual, por sua vez, E. lembrava-se de tê-lo assediado sexualmente. Era muito pequeno ainda, filho único. Além disso, presenciava brigas entre os pais que se repetiam cada vez que seu pai, alcoolizado, sentia-se rejeitado sexualmente por sua mãe.

Por meio das recordações que afloravam, eu tentava inserir o paciente em sua própria história e incentivá-lo a se aproximar de seus sentimentos, desejos e fantasias. Assim, brincar com o primo significava descobrir a sexualidade, e ele gostava disso. Do pai alcoólatra, sentia medo, raiva, vontade de matá-lo e, cada vez mais, adorava a mãe e tinha pena dela. Era o pai ruim? Era a mãe boa? Durante o processo analítico, o paciente foi reconstruindo a figura de pai inicialmente destrocada, à medida que recuperava recordações de um pai amoroso, sensível, que o ensinou a nadar, com quem ele passeava na infância. Havia nele marcas positivas do pai que foi resgatando. Com relação à mãe, foi descobrindo uma figura ambivalente, de quem vinham duplas mensagens e uma pessoa negligente que, por vezes, não o protegeu do assédio, nem da exposição do menino E. à situação em que ela era amante desse parente. Tudo isso era lembrado com muita dor. Tentei seguir o caminho de suas fantasias inconscientes sobre as figuras parentais. Do pai, guardava um ódio intenso, considerava-o desprezível e fraco. À mãe, atribuía força e valor e dela tinha piedade. Também foi se dando conta de que sua mãe sempre foi um tanto invasiva e controladora. Lembrou-se de algumas situações que embasavam esse novo sentido que dava à mãe. Chegou a pensar que o pai se tornara alcoólatra por ter uma esposa desequilibrada. Começava a ficar abalado o ego ideal, pelo qual estivera alienado todos aqueles anos?

A partir da morte do pai – para ele um parricídio –, algo da ordem de uma reedição edípica foi se instalando no psiquismo do paciente. Gostaria que a mãe se voltasse para ele. Mas não, sentiu-se abandonado porque ela voltou-se para o outro filho, que bebia como o pai, ficando ele sozinho, decepcionado e perdido. Precisaria reconstruir um eu, as relações de objeto, e buscar um ideal. Em certa medida, isto a análise lhe propiciou.

Pensava muito na morte e tinha medo dela. Passou a não fumar, não beber, não tomar café. Na fantasia consciente, assim não envelheceria. Na inconsciente, a mãe o adoraria. O que pareciam barreiras para uma intensidade oral seriam antes

pseudointerdições. Afinal, E. era obeso, ingeria comida compulsivamente e adquirira gastrite. Quanto à pulsionalidade anal, retinha seu dinheiro ao máximo, *não gastava para nada*. Talvez mais uma pseudointerdição, pois impostos e tributos entravam no rol das normas às quais não queria se render. Com relação à pulsionalidade fálica, algo o ameaçava em seu narcisismo: o genital estava *se deteriorando*.

Tinha dúvida sobre a sua identidade sexual. Era atraído pelas mulheres e não por homens, mas não conseguia ficar plenamente satisfeito fazendo *apenas* o papel masculino. O travesti era uma figura que o instigava, a *mulher de mentirinha*. Vivía um misto de curiosidade e admiração. Perguntava-se como uma pessoa tinha a coragem de ser homem e mulher também. Ser as duas coisas, não uma só (possuidor de *um* sexo) significava, para ele, ser alguém superior – como o perverso se sente superior ao neurótico.

O paciente se apresentava como alguém que, até certo ponto, tinha feito a sua escolha objetal: a mulher/mãe, mas a sua identidade sexual estava em parte identificada com o que o pai queria dele e em parte com o que via na mãe. O pai, durão, exigia que fosse homem, deixara o ensinamento marcado em seu corpo por meio da surra. E. foi objeto de descarga da intensidade agressiva paterna, o que pode ter tido um efeito paradoxal erótico para ele. A mãe parecia perversa no sentido de ser tudo, fazer tudo, aquela que não tem consciência moral, a que sabe de tudo. E, quanto a E.: será que houve aceitação da castração? Será que houve recalçamento de seu desejo erótico pela mãe e pelo pai?

Por que ele passou a sofrer com a ideia de ter câncer e Aids? Por que o câncer atacaria seus olhos? Por que as mudanças na pele de seu órgão genital eram, para ele, indicadoras da Aids?

Fora *comprometendo*, em sua dinâmica psíquica, alguns órgãos em detrimento de outros, provavelmente, pela fixação de excitações infantis, formando espécies de quistos psíquicos: mistura de prazer com culpa. O genital, além de bem valioso ameaçado pela castração, representava um

»
*olhar o próprio corpo no espelho
para ver as doenças, a excitação
que esta ação provocava,
a ponto de ele ter ereções,
provavelmente aludia a uma
experiência de gozo com a mãe*

objeto desejado por homens da família. Será que ele, de fato, renunciou ao desejo pela mãe? Já havia um canal aberto pela mãe, que o pai não fechava. A mãe não desejava o pai, mas um outro homem, o qual também abria um canal erótico para o menino através da sedução.

Olhar o próprio corpo no espelho para ver as *doenças*, a excitação que esta ação provocava, a ponto de ele ter ereções, provavelmente aludia a uma experiência de gozo com a mãe, trocas de olhares na primeira infância. A vivência diante do espelho materno trazia o terror e, ao mesmo tempo, o gozo com a mãe que, só ao longo de anos, pôde ser visto como proibido. O sentimento de culpa era expiado por meio da condenação ao câncer em seus olhos e da *cegueira* que começava a aparecer. Impressionante a coincidente alusão a Édipo, que furou os próprios olhos.

Minha escuta seguia *em defesa de uma certa anormalidade*. E. não tinha um contorno suficiente para dar conta da sua intensidade pulsional recalcada. Aos poucos, no entanto, foi se apropriando de sua própria existência. Era como se, antes, ele pertencesse ao tigre e ao leão, condenado a fugir do horror da castração, que significava a finitude do ser, sem uma possibilidade de vir a ser.

Ao longo do processo analítico, teve que desconstruir a fantasia inconsciente de ser alguém que não envelheceria, não morreria, que driblaria o limite da morte, assim como driblaria tantos outros limites pela vida afora. Nesta fantasia, identificava-se com a mãe interna, não castrada, representada pela figura do travesti, imagem esta que



*a mulher com o genital
masculino, o travesti, representaria
a mãe fálica que o manteria fora
da constatação da castração
e dentro da esfera narcísica
do ego ideal*

deslizou para outra, em sua juventude, na figura do cantor ídolo americano, o homem sensual, que rebolava feito mulher, que, para o paciente, “tinha um rosto tão lindo quanto o de uma mulher”. Só na análise passara a questionar este mito.

Vivia uma miséria psíquica, isolado do mundo. Ficava ouvindo as músicas de seu ídolo, prestava um tributo ao artista que, para ele, representava a figura híbrida. Às vezes ouvia músicas da década de cinquenta. Desmanchava-se em devaneios com figuras femininas de sua adolescência. Não vivia o presente, só um passado nostálgico, na ilusão de evitar morrer no futuro.

Tornou-se um adulto, mas manteve um conflito interno recalcado, que retornou numa sintomatologia impeditiva de uma vida normal. Dizia-se “torto”. Faltava-lhe resignificar a homossexualidade, até para poder se posicionar, renunciar, ou não, a ela. O que fez, durante anos de sua vida, foi manter-se como objeto de amor do pai e à mercê dessa homossexualidade interdita de forma violenta e erótica ao mesmo tempo. O pai bate no corpo do menino, dizendo a ele para não se prestar como objeto para outro homem. Passa a carregar a dupla mensagem como um enigma: seu corpo só poderia arder nas mãos do pai – desejado e interdito por ele.

Processo analítico II – Técnica

Penso que vale considerar quatro fases nesta análise, cuja prática variava conforme o movimento do paciente. A primeira, fase do espelho, na qual

o paciente se exibia para mim, a fim de que eu o olhasse e, literalmente, o marcasse numa existência. Na segunda, seguimos o trauma (e os seus tempos). A terceira levou à construção de sua história, por meio da interpretação da transferência e de elementos da análise, tais como sonhos, o próprio discurso, atuações, etc. E, por último, a fase da *cura*, no sentido econômico, que culminou na mudança de lugar subjetivo do paciente, ou, mais precisamente, no encontro de um lugar seu no mundo. O paciente não tinha condições psíquicas de enfrentar suas angústias e fez um arranjo perante a castração. Para ele, não foi pouca coisa.

Num primeiro momento, minha função foi a de recebê-lo e escutá-lo em sua necessidade de extravasar a intensidade pulsional por meio da fala, das atuações, da dinâmica corporal, sem me ater a interpretar. Ele exibia um corpo, ora *estragado* pelas supostas *doenças*, ora destilando um frescor, quando vinha, por exemplo, totalmente depilado, encenando o corpo da mulher – como se fosse gerar uma vida, ou como se reproduzisse sua identificação comigo, à medida que foi estabelecendo uma transferência positiva.

Ele tinha o desejo (vida pulsante que o assustava) de realizar-se sexualmente com um objeto de amor que tivesse as características das figuras edípicas e de ver seu desejo posicionado como um ser sexuado e castrado. A *mulher* com o genital masculino, o travesti, representaria a mãe fálica que o manteria fora da constatação da castração e dentro da esfera narcísica do ego ideal. Esta fantasia era mortífera porque supunha o ser atrofiado, o indivíduo não castrado, que não viria a se constituir porque não iria construir um ideal de ego.

Estaria esclarecida a metáfora do tigre e do leão: se correr (recusar a castração) o bicho pega, se ficar (negar a castração), o bicho come.

Penso que, nessa oscilação, operava a pulsão de vida (diante da castração, sem recusá-la, vivendo a angústia, e podendo vir a ser) e a pulsão de morte (risco de ser engolido pela mãe e desaparecer no gozo mortífero, negando a castra-

ção), ambas buscando ligações e representações, respectivamente. O paciente precisava encenar a sua metáfora e o *acting out*, no início da análise, reduzia sua ansiedade. Havia *um indizível sexual*, que aparecia como pulsão de morte, através da repetição no discurso. O olhar da analista, aceitando-o como ele era (o espelho), trouxe-lhe a possibilidade de instalar a transferência. Com o espaço analítico favorável, foi possível trabalhar, por meio da palavra, aquele Id transbordante.

Quanto àquela folha em branco, mencionada em associação com a brincadeira sexual com o menino, considerei que ela pedia um texto que representasse aquele momento traumático, do indizível sexual. Então eu disse a ele naquele momento, bem no começo da análise, que as brincadeiras sexuais eram comuns na infância, ou por curiosidade, ou por vontade de fazer descobertas, e por prazer. Ficava aliviado, e disse: “então eu sou um cara normal!”

A análise propiciou um desencadeamento de lembranças e a folha em branco foi resgatada enquanto representação. Algum tempo depois, E. imprimiu nela a ideia de que ele e o menino haviam trocado de lugar na brincadeira.

Durante a análise, ele ainda fazia uso do ansiolítico à noite; mesmo assim, era difícil dormir. Telefonava para um serviço de atendimento a pessoas angustiadas e ficava horas desabafando com o atendente. Ouvia emissoras de rádio com programação de aconselhamento. Enfim, mantinha uma busca ativa de meios para sanar seu sofrimento.

A transferência foi positiva na maior parte do tempo. Nunca faltou, nem se atrasou. A resistência aparecia quando se tornava sedutor tentando vasculhar a minha vida, desejando que eu sáísse do meu lugar de analista, ou que eu revelasse minhas *vontades estranhas*. Do ponto de vista da contratransferência, minha experiência variava: sentia compaixão (quando ele vinha como um trapo humano, um morto vivo); medo (quando ele quase mostrou seu genital e quando exibiu o peito depilado); raiva (quando ele tentava me tirar do lugar de analista). Tudo isso é

»
*dava-se bem com a mulher,
apesar de sentir que ela não
o compreendia. Tinha com ela
uma vida sexual ativa e diária*

esperado numa relação analítica e, com este paciente, as intensidades eram dobradas. Porém, eu gostava de atendê-lo.

O paciente foi conseguindo romper a simbiose com a mãe. À medida que a mãe era *desinvestida*, surgia o *investimento* no pai, recordações nas quais era companheiro e amigo. O pai tinha agora um valor, descobria. Passou a sonhar com ele e com o velório em que estivera ausente, resignificando sua morte. Mais para o final da análise, demonstraria ternura pelo pai e identificação com ele. Passou a usar barba, bigode, apresentava-se com uma aparência mais máscula, como se construísse uma imagem de gênero.

Dava-se bem com a mulher, apesar de sentir que ela não o compreendia. Tinha com ela uma vida sexual ativa e diária. A excitação viria, principalmente, da experiência com o espelho e com a constatação das *doenças*. Em relação às normas sociais, foi mudando e pagando os impostos do carro, as multas. Cuidava mais de si.

Aos poucos, a acuidade visual melhorou a ponto de dispensar as lentes corretivas. Foi perdendo peso, praticava caminhada e voltara a ver amigos, tinha ânimo de viver. Tudo se passava como se o indizível sexual, ao ser representado em palavras, diminuísse a ação da pulsão de morte que invadia o Ego. Mas faltava algo.

Faltava realizar o seu desejo. E qual era? Realizar-se num encontro onde ele trocasse de papel sexual. E com quem seria se não com o travesti? Ele não tinha desejo por homens e, ao pensar nas mulheres, ficava desolado: “mulher não tem pênis”.



*no decorrer do processo analítico,
o paciente procurava ouvir
sexólogos e psicólogos para entender
a homossexualidade, até que ouviu
alguém dizer que todos nascemos
bissexuais*

No decorrer do processo analítico, o paciente procurava ouvir sexólogos e psicólogos para entender a homossexualidade, até que ouviu alguém dizer que *todos nascemos bissexuais* e que isto poderia ser explicado pela biologia. Concluiu: “o órgão masculino se desenvolve para fora e o órgão feminino se desenvolve para dentro”. Dessa maneira, foi revendo as teorias sexuais infantis, agora na fase adulta. Passou a se considerar bissexual, como seriam todos os outros. Mais um alívio.

Minha hipótese era a de que E. insistia em realizar o seu desejo inconsciente de obter aquele prazer que estava atrelado às situações traumáticas com o homem adulto e com o garoto. A excitação permaneceria agindo como pulsão não representada, portanto, como pulsão de morte. Quando era invadido pelo não representável à proporção do intolerável, ela se transformava em angústia (sinal de vida), o que dava a ele o movimento de busca.

A cura psicanalítica

Tomado por uma compulsão para encontrar alguém, E. começou a transbordar novamente, parecia que a análise estava começando do zero. Atuava. Era como se perdesse a consciência moral e, repentinamente, entrasse em uma suposta mania. Isto não aparecia nas sessões, mas em sua casa. Ele telefonava para o serviço de atendimento a angustiados, convidava a atendente para um encontro amoroso virtual, com *troca-troca*. Ao atender, por acaso, a um telefonema de uma pessoa

ligada à filha, despejou sobre ela a sua fantasia. O efeito disso junto à família foi caótico, mas ele tinha uma *explicação*: era um paciente psiquiátrico, tomava remédio e fazia terapia.

A essa altura, E. não se preocupava mais nem com o tigre nem com o leão: “eles estão presos”, disse. A ameaça era, então, a de uma imploração psíquica, tanto na direção da loucura, quanto da perversão. Ou das duas?

O conflito desejo/defesa não se manifestava mais no corpo, mas no campo psíquico. Os sonhos eram recorrentes, pesadelos com o pai e com outras pessoas mortas da família. Associava os sonhos com a vontade daquelas pessoas de virem buscá-lo. Não havia um objeto fóbico. Era perseguido por si mesmo, pelo saber da morte.

Diante do imperativo de encontrar um lugar no mundo, o desejo atrelado à busca de uma identidade sexual fazia-o transbordar, assustava-o. Eu apontava para um movimento importante de transformação e mudança que se apresentava, situação em que era inevitável a angústia, até que aconteceu o inusitado.

Numa certa madrugada, lá estava na esquina o travesti que despertava as suas fantasias secretas. Desta vez, E. resolveu dizer para a esposa: “poxa, como um marmanjo desse tamanho tem coragem de se vestir assim e fazer papel de mulher?” Ao comentário despreconceituoso dela, encorajou-se a convidá-la para trocar de papel com ele e ouviu um sim!

A partir daí, E., de fato, mudou.

Descobriu em sua companheira o prazer tão desejado, apaziguou uma intensidade pulsional; estaria realizado, satisfeito e tranquilo. Contudo, algo ficou como um resto de culpa. Começou a temer que as filhas soubessem, que o pai morto estivesse vendo. Na tentativa de *despatologizar*, eu disse a ele que era adulto, fazia entre quatro paredes o que lhe aprouvesse. O paciente foi ficando mais neurótico, porém menos miserável. Aos poucos, organizava-se neste novo lugar, o do homem casado, pai de família. Mais ativo na vida, assumia seus próprios desejos, como tanto queria. Estava mais feliz.

Chegamos ao momento de falarmos sobre o fim da análise. Afinal já haviam se passado cinco anos e o enquadramento da instituição não nos permitiria seguir por mais tempo. Juntos, combinamos uma data para a finalização e encerramos. Mas o paciente telefonava para o meu consultório, continuando a análise por telefone. Deixava longos recados gravados, em horários em que eu jamais atenderia. Finalmente, pediu uma sessão por conta de alguns pesadelos. Marcamos um horário.

Chegou lá um E. diferente: mais tranquilo e cheio de histórias para contar. Ampliara o pequeno comércio que tinha com a esposa. As filhas estavam trabalhando e faziam faculdade na área do pai. Uma delas iria para o exterior estudar. E os pesadelos? Creio que tinham a ver com o medo/desejo de que o pai estivesse presente entre aquelas quatro paredes.

Um dia, telefonou desesperado. Tinha tomado um Diazepan na noite anterior, caído da cama e quebrado um dente. Não seria possível um implante, porque o dente já estava *condenado*. Poderia apenas colocar uma prótese. Estava triste e assustado. Disse-lhe: – O tempo não para, os dentes são vivos e um dia morrem. Ficou surpreso, aliviado e intrigado. Pediu outra sessão. Concordei, mas propus que marcássemos para, de fato, encerrarmos o trabalho. Aceitou, mas ficou aborrecido. Antes do dia da última sessão, deixou um recado na secretária eletrônica dizendo-se “decepcionado” comigo, pois achava que eu era sua amiga. E., designando-se como “ex-paciente”, disse que não mais telefonaria, despedindo-se com um “Adeus”. Estava furioso com o final da análise.

Meses depois, deixou uma mensagem desejando um Feliz Natal. Transcorrido mais tempo, deixou outra pedindo desculpas pelo que havia dito, e que eu esquecesse aquelas palavras. Acrescentou: “afinal, você acertou a minha vida, posso ser seu ex-paciente, mas você, pra mim, vai ser sempre uma grande amiga. Se hoje estou bem, devo a você”.

A despeito de suas conquistas, E. não comparecera à primeira sessão de encerramento, nem

»
*a ansiedade era o mote
que o mantinha suspenso,
entre a impossibilidade do desejo
reprimido e o risco constante,
a agitação do impulso
de morte dentro do eu*

à segunda. Está claro que não queria terminar. Quanto ao Diazepan, deixou de usar, pois não precisava mais do medicamento.

Considerações teóricas

Na busca constante a médicos, E. efetuava uma homeostase, alívio das tensões e gratificação erótica para o destino manifesto de pulsões parciais escopofílicas e exibicionistas. A ansiedade era o mote que o mantinha suspenso, entre a impossibilidade do desejo reprimido e o risco constante, a agitação do impulso de morte dentro do eu. À medida que seu desejo pôde ser incluído em jogos sexuais, o caminho mortífero perdeu força. E. precisava falar e, quando não podia, falava através do corpo e das atuações. Minha pesquisa junto a ele procurou encontrar sua verdade e o modo de ele se relacionar com ela.

Retomei um texto de Serge André. Para o autor, o termo *bissexualidade* recobre a dualidade que está na oposição atividade/passividade, reforçando a ideia de que Freud não teria visado com a noção de bissexualidade a uma divisão dos sexos, uma oposição masculino-feminino. Referir-se-ia a uma *polaridade*, que assumiria o lugar da diferença entre os sexos. Nas palavras de Serge André, “a pulsão sexual do ser humano não é organizada sobre a base do casal macho-fêmea, mas sim em torno de polarizações fundamentalmente assexuadas, atividade/passividade e sujeito/objeto. A noção de pulsão sexual recebe desde então seu verdadeiro valor de enigma: do ponto de



a análise descortinou uma saída edípica neurótica para o paciente, na medida em que ele encontrou o prazer genital com um objeto de amor não incestuoso e heterossexual

vista do inconsciente, a atração recíproca entre macho e fêmea é uma questão, não é um dado *a priori*"¹.

A atração pela figura híbrida do travesti transparecia como o *enigma* da sexualidade de E. Era como se sua libido estivesse à beira da realização fetichista daquele que não vê ali um órgão masculino nem a castração, adotando ambas as atitudes ao mesmo tempo. Nesse sentido, André afirma: "para o sujeito fetichista não é o sexo feminino que cria problema, mas a castração: e para se acomodar a ela, ele pode, enquanto sujeito, cindir-se, vindo assim a divisão castrado/não castrado a se produzir no próprio interior do sujeito"².

O paciente tanto era atraído pelo travesti, quanto se identificava com ele e se travestia também, na clandestinidade e na solidão. Além desse lado perverso, o paciente trazia também o seu lado mais neurótico, em cuja relação de objeto a figura de alteridade era considerada referência da realidade externa. Pela sua história anterior, teria construído uma vida aparentemente normal. Inevitável lembrar Joyce McDougall e concordar com ela: "a análise é uma relação íntima entre dois indivíduos, reunidos para compreender melhor a problemática de um deles que desencadeia uma experiência inovadora em que, pela primeira vez na história da pessoa, algo pode ser colocado em palavras, pensado e sentido"³.

Ao longo do processo analítico, percebi que o paciente foi equilibrando forças que podem ser concebidas segundo o modelo daquelas operantes nas instâncias. Com a teorização

deste caso clínico, não pude deixar de pensar no campo do narcisismo. E. apresentava uma dinâmica psíquica imersa no ego ideal, ou seja, enroscada na ilusão de ser o objeto de amor da mãe, embora mobilizado para ir ao encontro do pai através do ideal do ego. Compartilho a opinião de J. Laplanche quando afirma que: "no campo psicanalítico, os problemas da realidade só estão presentes, portanto, refletidos numa problemática essencialmente sexual [...] encontramos com a sexualidade por toda parte: ao nível tanto do ego quanto do id. Libido dos dois lados mas segundo regimes de funcionamento diferentes. Do lado do ego, a pulsão de vida, a estruturação, síntese, ligação; do lado do id a pulsão de morte, a libido livre, o desligamento"⁴.

Penso que a análise descortinou uma saída edípica neurótica para o paciente, na medida em que ele encontrou o prazer genital com um objeto de amor não incestuoso e heterossexual. Podemos pensar que E. estivesse fazendo de conta que havia aceitação da castração, mesmo porque insistiu em viver sexualmente também o papel de mulher. Porém, penso que o que está em jogo não é a escolha objetual, mas sim a modalidade de prazer sexual, que insiste na busca de gratificação. A esposa do analisando foi sendo ressignificada enquanto figura feminina e adquirindo o estatuto de companheira, cúmplice, amante.

Com relação ao arranjo que ele fez de sua sexualidade, e à sua dúvida sobre aquilo ser normal, vale perguntar: existiria uma sexualidade normal? Ainda Joyce McDougall nos lembra de que Freud afirmou, já em 1905, ser muito sutil a fronteira entre a sexualidade dita normal e uma sexualidade desviante. Tendo caracterizado neurose, em função de uma mesma problemática sexual, como o *positivo*, e perversão como seu *negativo*, ele teria acrescentado: "Nos casos mais favoráveis, graças a algumas restrições afetivas e outras modificações, pode ocorrer aquilo que poderíamos chamar de uma vida sexual normal". E a autora conclui: "Fica claro, pois, que Freud considera a vida sexual regida pelo acaso e uma vida sexual bem sucedida como um luxo"⁵.

Para terminar minhas considerações teóricas acerca do método clínico e suas técnicas, trago as colocações a seguir de Radmila Zygouris, que considera a análise um vínculo inédito. Para ela, “diz respeito à transferência aquilo que decorre da interpretação, seja verbalizada ou não. O vínculo não decorre da interpretação. Ele se vive, ele é o embasamento efetivo da singularidade de dois corpos em presença”⁶.

O que ofereci a este paciente durante alguns poucos anos na instituição, além de uma sessão semanal de cinquenta minutos, e de um enquadre em que ficávamos frente a frente? Penso que o vínculo foi o ponto principal da análise. As interpretações e a neurose de transferência ocorreram, sem dúvida, e foram utilizadas e trabalhadas, respectivamente, quando o conflito aparecia mais na angústia (psiquismo) do que nas manifestações sintomáticas do corpo ou nas atuações. Sobre o vínculo, a autora citada nos diz também: “Se o essencial reside frequentemente no vínculo e o vínculo não se interpreta, em que medida se trata ainda de análise? Respondo: sim, trata-se de análise, já que esse vínculo deve sua existência ao fato de ser vivido no interior da experiência analítica, e é exclusivamente por meio desse paradoxo que existe. O enquadre da análise garante que o analista nunca abusará do vínculo, não é um vínculo mundano, eis por que digo que Freud inventou um ‘vínculo inédito’”⁷.

E a autora continua, citando Balint: “O analista deve ser como água para o nadador, a terra para aquele que caminha, um suporte, uma matéria, um vínculo à toda prova e um vínculo inédito”⁸.

»
*sem poder afirmar que
se manteria a toda prova,
constato que, mesmo com
a asserção sobre o fim da análise,
o vínculo permaneceu*

dito, nunca visto, jamais vivido. Para que ‘Isso pense’ e que o homem comum possa fazer a extraordinária experiência do pensamento-raio (*insight*), usualmente reservado para artistas e criadores”⁸.

Sem poder afirmar que se manteria *a toda prova*, constato que, mesmo com a asserção sobre o fim da análise, o vínculo permaneceu. Falta dar ao paciente a possibilidade de *me matar* para poder terminar a análise, continuar a autoanálise e prosseguir como um homem independente, sem aqueles sintomas e inibições. Creio que a análise *eletroeletrônica telefônica* integrou e manteve o vínculo inédito internalizado.

Cada homem em sua complexidade psíquica é uma obra única, toda análise uma odisséia. Gostei de percorrer, junto ao paciente, essa odisséia. É claro que não pude abarcar com palavras, naquele tempo e hoje, o todo dessa experiência analítica. Porém, com certeza, foi uma experiência que ainda pulsa em mim, como algo vivo e propulsor, para que eu continue a aprender em meu ofício de analisar.

1 S. André (1998), *O que quer uma mulher?*, p. 19.

2 S. André, *op. cit.* p. 23.

3 J. McDougall (1983), *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*, p. 9.

4 J. Laplanche (1980), *Problemáticas I – A angústia*, p. 251.

5 J. McDougall, *op. cit.*, p. 177.

6 R. Zygouris (2002), *O vínculo inédito*, p. 18.

7 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 32.

8 R. Zygouris, *op. cit.*, p. 62.

Referências bibliográficas

- André S. (1998). *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bokanowski T. (2000). *Sándor Ferenczi*. São Paulo: Via Lettera.
- Ferraz F. C. (2000). *Perversão*. São Paulo: Casa do Psicólogo (Coleção Clínica Psicanalítica).
- Freud S. (1900/1980). A interpretação dos sonhos. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. iv.
- _____. (1905/1980) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. vii.
- _____. (1918/1914/1980) História de uma neurose infantil. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xvii.
- _____. (1919/1980) “Uma criança é espancada”: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xvii.
- _____. (1927/1980) Fetichismo. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xxi.
- _____. (1937/1980) Análise terminável e interminável. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. xxiii.
- Heimann P. (1982). Notas sobre a teoria dos instintos de vida e de morte. In: *Os progressos da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laplanche J. (1987). *Problemáticas I – A angústia*. São Paulo: Martins Fontes.
- McDougall J. (1983). *Em defesa de uma certa anormalidade: teoria e clínica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Uchitel M. (1997). *Além dos limites da interpretação: indagações sobre a técnica psicanalítica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Zygouris R. (2002). *O vínculo inédito*. São Paulo: Escuta (Coleção Ensaios).

The wild-beasts man

Abstract Is it possible to practice psychoanalysis in a public health institution? Can psychoanalysis treat a heavy clinic case in an institutional context? This paper, presented as one of the requests to admission in the Department of Psychoanalysis of the Instituto Sedes Sapientiae, explores these questions. It deals with the treatment of a patient presenting a torn-up psyche; after unsuccessfully knocking at the gates of several institutions doors, he found in his analysis a way to include himself in the world. The medicines he had taken for years became unnecessary, and he arrived to what may be called “psychical health”.

Keywords psychoanalysis; public health institutions; transference; sexuality; link.

Texto recebido: 08/2010

Aprovado: 09/2010

Espelho, espelho meu...¹

uma leitura possível
para a compreensão dos entrelaces
entre o orgânico e a constituição
do sujeito

Tatiana Inglez-Mazzarella

Tatiana Inglez-Mazzarella é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutoranda e mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, autora do livro *Fazer-se herdeiro: a transmissão psíquica entre gerações* (Escuta, 2006).

Resumo Este artigo apresenta e discute o atendimento de uma criança de dez anos com paralisia cerebral. Nesse contexto, a discussão do caso, para além da complexidade transferencial implicada na clínica com crianças, levanta questões acerca dos entrelaces entre o orgânico e a constituição do sujeito.

Palavras-chave constituição do sujeito; paralisia cerebral; psicanálise com criança; corpo.

Este artigo nasceu como parte do processo de pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Depois de um percurso, desde a graduação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, passando pela formação e a iniciação clínica via psicopedagogia e, principalmente, devido a minha experiência como analisanda, pude reconhecer e assumir meu desejo de analista. Foi deste que resultou meu encontro com o Departamento. Em um primeiro momento, como aluna do curso e como terapeuta estagiária da Clínica do Instituto e, finalmente, na ocasião da preparação deste texto, como aspirante a membro.

Vejo momentos de passagem como oportunidades de escolha e ressignificação, importantes em nosso ofício. Meu encontro com a Comissão de Admissão resultou valioso.

Na admissão de um novo membro, há a exigência de apresentação e discussão de um caso clínico conduzido pelo candidato que retrata, como em uma fotografia, um momento de um trajeto, e permite reconhecer (-se) um estilo. Pude, *après-coup*, inclusive como parte do processo, dar-me conta do quanto meu percurso está presente em minha clínica. Ele marca uma forma de compreender e intervir, uma forma que julgo estar de acordo com um dos princípios fundamentais do Departamento e que esteve como suporte de meu pedido de pertinência: espaço para discussão, diversidade e divergência, que busca escapar dos radicalismos e das ortodoxias que impedem o pensamento e instalam a doutrinação.

A situação de escolha de um recorte da clínica sobre o qual escrever trouxe-me uma pergunta. Minha decisão recaiu sobre

¹ A história da Branca de Neve tem lugar importante no atendimento, sendo a maçã um significativo ao qual se retorna várias vezes. Por este motivo, o texto estará permeado por passagens da história.



*a escrita, somada
à oportunidade de encontro
com outros analistas, impulsiona
um movimento na direção de mais
uma oportunidade
de elaboração*

108

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

algo que, de fato, constituía questão para mim: o que funciona como motor da escrita. A escrita, que, somada à oportunidade de encontro com outros analistas, impulsiona um movimento na direção de mais uma oportunidade de elaboração.

Um belo texto de Edson de Sousa denominado “(A vida entre parênteses) – o caso clínico como ficção”² trouxe-me elementos para pensar sobre a escrita de um atendimento. O autor argumenta acerca da perspectiva reveladora do caso, pois se esta fala do sofrimento do sujeito, fala também do analista que escuta e dos campos transferencial e conceitual pelos quais se transita.

Refletir sobre um caso, em companhia de outros, implica, segundo suas palavras, pensar “com os retalhos deixados no chão, com a tesoura método que o configurou com a mão hesitante e, é claro, pensante, que escolheu os pontos de corte, é um desenho mais vivo do que está em questão em nosso trabalho”³.

Apresento o material construído resultante do atendimento de uma menina de dez anos que realizei na Clínica do Instituto Sedes Sapientiae. Ao fazer parte de uma equipe com várias orientações terapêuticas, percebi minha necessidade de que o diálogo pudesse propiciar de fato uma troca, para além dos muros que delimitam os iguais e, simultaneamente, o quanto tal perspectiva reafirmava minha escolha pela psicanálise. Estive na clínica do Sedes por três anos. Em 2005, fui convidada, como voluntária, para um atendimento.

Agradeço à Clínica, pelo espaço de atendimento e interlocução durante a formação, e a Andrea Favalli e Maria de Fátima Vicente pelo convite para atender a criança do presente texto.

O trabalho suscitou questões, das quais elejo algumas para discussão: quais as possibilidades e os entraves que o diagnóstico e as consequências de paralisia cerebral em uma criança podem apresentar para a subjetivação? Em face desse estado de coisas, de que lugar escuta uma analista? Pode uma análise produzir efeitos no corpo?

Era uma vez...

Certo dia de inverno, a rainha de um país distante, sentada à janela de moldura de ébano, bordava uma almofada, quando picou um dedo. A gotinha de sangue que apareceu fez a rainha pensar: “Quem me dera que a filhinha que espero tenha a pele alva como a neve lá fora, os cabelos negros como ébano da janela e os lábios rubros como a gota de sangue...” E no tempo certo nasceu-lhe uma princesinha linda, exatamente como a rainha desejara, que foi batizada Branca de Neve⁴.

Há muito sabemos que o funcionamento adequado das funções orgânicas não é algo natural e decorrente apenas de fatores genéticos. Ao nascer, o filhote humano vem com um equipamento que inclui um cérebro, mas este precisará ser ativado por meio de estímulos que criam sinapses e possibilitam a passagem dos mensageiros químicos, ou seja, os neurotransmissores. As neurociências têm destacado que o itinerário cerebral está estreitamente relacionado com o meio e, que, portanto, não haveria um puro determinismo genético.

Parece-me possível, em relação ao nascimento do sujeito, adotar uma abordagem que aproxime a descrição do funcionamento dos mecanismos neurobiológicos do referencial psicanalítico, uma vez que as representações são construídas por meio do vínculo afetivo e fundamentam-se nas primeiras experiências vividas e mediadas pelos cuidadores. É nessa relação que vai se construindo a complexa arquitetura na qual

se faz a passagem de um organismo a um corpo. A existência de um bebê começa antes mesmo de sua concepção e, quando a mãe o dá à luz, em geral, já lhe dera uma existência prévia, já lhe atribuía um lugar que se constitui como um primeiro porto de ancoragem. Este é como uma manjedoura de palavras para um bebê idealizado, aquele dos “sonhos de desejos insatisfeitos de seus pais”. Como se dá a constituição do corpo desse bebê que, mesmo antes do nascimento, já ocupava um lugar? De que modo se relaciona este com a constituição do *corpo erógeno*?

O desamparo do filhote humano implica a impossibilidade de realização de um ato específico que venha a dar conta da necessidade e da pulsão. Ele tem, diferentemente de outros filhotes, um modo peculiar de necessitar de cuidados primordiais para sobreviver, uma dependência vital de quem dele cuida. O outro, indispensável em virtude do desamparo, da prematuridade e da impotência do rebento humano, é um outro humano sexuado, provido de inconsciente e que o tem como bebê que ocupa um lugar no seu desejo.

As possibilidades de investimento narcísico numa criança vêm de uma história de outros investimentos, para além da história de seus pais, mas que a incluem. Penso numa “história constitutiva” como fundo, mas também como moldura na constituição do corpo erógeno. Uma história que marca sua constituição por meio do que se diz/não se diz, do que se simboliza/não se simboliza. Enfim, uma história de restos, investimentos, segredos...

Para Freud, “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetual, inequivocamente revela sua natureza anterior”⁵. O narcisismo primário e o eu ideal propiciam a construção de uma imagem idealizada do eu projetada pelos pais em seu filho, ou seja, ocorre o ressurgimento do narcis-

»
ao deixar o interior do corpo materno, o bebê deixa de ser um órgão do corpo materno para se tornar um organismo. Bebê e mãe continuam a formar uma unidade, mas agora decifração, tradução e interpretação se fazem necessárias

sismo parental. No lugar de objeto, o bebê vai sendo investido libidinalmente por meio daquilo que seriam simples cuidados dispensados a um organismo. Algo mais se apresenta, pois amar, trocar, acarinhar são cuidados plenos de significados e desejo.

Para prosseguirmos, convém rememorar um pouco a etapa intrauterina. Depois de um longo período de gestação, durante o qual o bebê esteve completamente em dependência do corpo materno, aproxima-se a hora do nascimento. Até esse instante os aspectos fisiológicos foram contemplados numa relação mãe-bebê de maneira una, ou seja, o bebê parte do funcionamento da mãe: o cordão umbilical alimenta e oxigena, há um metabolismo integrado. Esse bebê encontra-se numa experiência de fusão com sua mãe, não há discriminação.

Ao deixar o interior do corpo materno, o bebê deixa de ser um órgão do corpo materno para se tornar um organismo. Bebê e mãe continuam a formar uma unidade, mas agora decifração, tradução e interpretação se fazem necessárias. A mãe tende a interpretar produções sonoras e motoras do bebê como se fossem seu prolongamento imaginário. Assim, sentidos vão sendo inscritos naquelas manifestações a princípio puramente somáticas.

Para Leclaire, o conceito de corpo erógeno, que designa uma espécie de duplo do corpo biológico, oferece certa vantagem em relação ao de psique, uma vez que traz em si a referência a uma

2 E. de Sousa, “(A vida entre parênteses) – o caso clínico como ficção”.
3 E. de Sousa, *op. cit.*, p. 15.
4 J. Grimm, *Branca de Neve e os sete anões*, p. 2.
5 S. Freud., *op. cit.*, p. 98.



*atender Cláudia era, para mim,
entender que suas deficiências
não apagavam um sujeito,
era conceber o trabalho
de analista em um terreno
no qual os limites entre o orgânico
e o psíquico não poderiam ser
definidos com precisão*

das questões centrais da psicanálise: a economia libidinal. Ainda para esse autor, a reprodução é uma operação geracional, da qual participa cada um dos genitores com seu corpo erógeno. Isto significa que a organização dos pais

[...] está presente de modo ativo na concepção e, depois, na geração do corpo erógeno da criança, assim como nas relações libidinais entre os genitores, inclusive na posição que assumem diante do problema da reprodução e da geração: defesa, temor, exaltação desta função, desconhecimento ou exaltação da própria função erógena, ou seja, de toda vertente libidinal.⁶

O real põe a constituição do corpo erógeno em movimento, a partir do nascimento. Aquele órgão do corpo materno é agora um organismo bombardeado por estímulos e pulsões. Começa a se definir o tipo de investimento imprescindível para a existência desse bebê, o da eroginização de seu organismo. A criança irá identificar-se com aquilo que supõe ser o objeto do desejo da genitora, isto é, com aquilo que faltaria à mãe, com ser o falo materno. Alienado no desejo materno, o bebê depende da entrada de um terceiro:

É preciso introduzir o que possibilita a saída do campo estritamente imaginário, no qual a imagem do bebê encontra-se refletida no outro. É com a entrada do terceiro, da função paterna, que advém a possibilidade da ruptura da célula narcísica mãe-bebê⁷.

O atendimento

Meu primeiro contato com Cláudia foi por meio da história de seu atendimento na Clínica do Instituto Sedes Sapientiae, relatada por sua terapeuta, que estava encerrando o estágio e se desligando do caso. O diálogo com esta colega, do qual participaram a coordenadora de equipe e a diretora da clínica⁸, deu início à minha escuta. Questões acerca da estrutura e do entrelace orgânico/subjetividade tiveram em mim efeito de ressonância, especialmente uma frase: “A mãe disse que teria um filho a qualquer preço!”. Após as três reuniões de discussão de caso, iniciei o atendimento. Optei por fazer primeiro entrevistas com a mãe, antes de ver Cláudia, entendendo ser também importante um recontrato.

Já naquele momento, eu pensava em minha posição como a de *escuta do sujeito*. Tratava-se de uma criança com problemas neurológicos, com dificuldades motoras, fonoaudiológicas etc. Mas também, para mim, havia indagações para além ou aquém disso. Que efeitos decorreriam do próprio diagnóstico médico de paralisia cerebral leve? Como teria este marcado o encontro dos pais com a filha?

Atender Cláudia era, para mim, entender que suas deficiências não apagavam um sujeito, era conceber o trabalho de analista em um terreno no qual os limites entre o orgânico e o psíquico não poderiam ser definidos com precisão. Era também apostar em algo por ser escutado para além do diagnóstico, pois a subjetivação não é simples subordinação às leis naturais e um diagnóstico de paralisia cerebral pouco pode dizer de um sujeito e sua estrutura.

Mannoni, ao se referir ao atendimento de crianças com déficits de capacidade, destaca o modo maciço pelo qual a família também se faz presente no atendimento, lembrando o trabalho analítico realizado com a psicose:

[...] por trás da máscara da debilidade, dissimula-se por vezes uma evolução psicótica ou perversa. Em outros casos trata-se de um equivalente psicossomático ao qual

o doente se apega. Mas o que nos engana é a influência de uma família que se apega também ao lugar por ela atribuído à criança⁹.

Com um bebê que nasce
a qualquer preço...

Mas pouco tempo depois, a rainha morreu, e o rei viúvo acabou se casando de novo, com uma mulher bela e tão vaidosa, que trouxe consigo um espelho mágico, no qual se mirava e perguntava:

Espelho mágico, espelho meu,
Existe no reino mulher mais bela do que eu?¹⁰

Ao dirigir-me à sala de espera, chama minha atenção o contraste entre a aparência de Vivian, uma mulher bonita, alta, bem vestida, com longos e loiros cabelos, e seu discurso. Não se queixou das dificuldades. Referiu-se aos inúmeros tratamentos da filha, desde a vida intrauterina, sem mostrar cansaço ou desejo de fazer outra coisa. Ter uma filha a qualquer preço e seguir pagando caro... Havia um ar de resignação e um discurso no qual o sofrimento pouco aparecia. Um gozo deveria estar a mais nesta economia psíquica, que compensava, pelo menos nesse primeiro nível do discurso, o valor investido...

Escuto a história de Cláudia contada por Vivian, que inclui o casamento realizado, a princípio, por amor, e a nulidade de seu papel de mulher de seu marido, desde o nascimento da filha. Destaca que acabaram ficando juntos por Cláudia, condição de comodidade para ambos. Entendo que, da parte dela, o sentir-se cômoda está relacionado com a situação de depender financeiramente do

»
*Vivian não se queixou
das dificuldades. Referiu-se aos
inúmeros tratamentos da filha, desde
a vida intrauterina, sem mostrar
cansaço ou desejo de fazer
outra coisa. Ter uma filha
a qualquer preço e seguir
pagando caro...*

marido, pois ela se dedicava exclusivamente aos cuidados com a filha. Deixara de ser mulher de Cláudio para ser mãe de Cláudia, cuja deficiência parece ter contribuído para justificar essa lógica excludente.

O casal enfrentara uma gravidez de risco, devido a sua incompatibilidade sanguínea. Vacinas não surtiram efeito e, ainda no útero, Cláudia sofreu várias transfusões de sangue. Ao nascer, passou dez dias na UTI neonatal, teve deficiência respiratória e paralisia cerebral. Com um ano de idade, fez sua primeira cirurgia ortopédica, andou aos quatro anos e falou entre quatro anos e meio e cinco. Estava recomendada pelos médicos uma terceira cirurgia corretiva, mas Vivian disse que Cláudia se recusava a submeter-se ao procedimento¹¹. Já havia passado por diversos tratamentos com fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista, ortopedista, pediatra e psicopedagoga.

Quando a interrompo, para perguntar-lhe sobre como era, para ela, esse tempo, responde, placidamente, que sempre gostou muito de cuidar da filha, com muito prazer e “segurando sua onda”.

Há algum tempo o casal separou-se. Vivian passou recentemente pela perda de seus pais, com os quais voltara a morar depois da separação. Em sua família de origem, parecia ocupar a posição de alguém que protege os mais fracos. Seu ex-marido está vivendo com outra mulher, de quem teve um filho, o Claudinho¹².

6 S. Leclair, *O corpo erógeno: uma introdução à teoria do complexo de Édipo*, p. 34.

7 N. Gola e T. Inglês-Mazzarella, “Histeria pelas fendas do narcisismo”.

8 Quem participara diretamente da recepção de Cláudia na clínica.

9 M. Mannoni, *A criança retardada e a mãe*, p. 40.

10 J. Grimm, *op. cit.*, p. 2.

11 Durante o atendimento de Cláudia, testemunhei sua oposição à cirurgia.

12 Cláudio, Cláudia, Claudinho... Nasce há um ano um menino normal, que também carrega o nome de seu pai. Que efeitos este nascimento pode estar produzindo em Vivian e Cláudia?



*Colette Audry comenta
a luta das mães
por seus filhos débeis:
quando ninguém mais
teria esperança,
elas continuariam
a buscar alternativas*

112

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

A procura pela terapia de Cláudia parecia relacionada com as dificuldades impostas pela nova realidade, diante da qual, segundo Vivian, a filha “se fechou como ostra”. Acrescentou que, em face de tantas perdas, “nós perdemos o referencial”. Nesta fala parecia transparecer uma indistinção entre as posições de mãe e de filha.

Se, para toda e qualquer mãe, o nascimento de um filho implica o luto de um bebê ideal, nos casos em que há, de fato, algum fator orgânico em jogo, pode entrar em cena uma delicada e intrincada trama e, nela, o lugar que a dificuldade virá a ocupar na fantasmática materna. Tenho as primeiras notícias de que a doença ocupa um lugar de relevância no psiquismo dessa mãe. Parece-me haver um prazer atrelado a um poder de alguém que, diante da situação, tem força para contrapor-se ao mar.

Colette Audry¹³ comenta a luta das mães por seus filhos débeis: quando ninguém mais teria esperança, elas continuariam a buscar alternativas. Para a autora, a resignação impossível nos fala de uma luta da mãe, que, no fundo, seria por sua própria existência. Esta englobaria a debilidade do filho, que, por sua vez, a protegeria em relação a uma angústia profunda.

Haveria ambiguidade em face da doença. Se, por um lado, pode-se pensar no drama de um narcisismo ferido para além da não coincidência do filho real com o ideal, por outro, a deficiência orgânica da criança passa a ter um lugar do qual, para a mãe, é difícil abrir mão. Atingiria o para-

doxo de lutar a favor e contra o desaparecimento da parte doente.

Para Mannoni¹⁴, a relação entre mãe e filho, nos casos de comprometimento orgânico, fica marcada pela morte, negada sob o disfarce do amor sublime, da recusa consciente, ou, até mesmo, da indiferença patológica. Contudo, para a autora, as ideias de homicídio existem, mesmo que delas não se possa ter consciência, estando, às vezes, no desejo de suicídio, que não distingue de quem, entre mãe e filho.

Branca de Neve

A rainha-madrasta, que na verdade era uma bruxa disfarçada, ficou tão furiosa que decidiu livrar-se logo da jovem rival: mandou chamar um caçador a quem ordenou que levasse a princesa para a floresta e a matasse e lhe trouxesse o seu coração como prova.¹⁵

É a mãe quem, diante das primeiras vivências do filho, experimenta as dimensões de vida e morte de seu bebê. Entendo que esta onipotência materna foi posta em cena por Cláudia, por meio da história de Branca de Neve, depois de certo tempo de atendimento. Para Zalcberg:

O que impera é seu poder: suas respostas constituem lei ou regulamentos, suas demandas são mandatos, seus desejos são desígnios. Quanto mais uma criança viver sua mãe sob a chancela de seu poder de doação, mais ela é vivida como potência de dar a vida e, paralelamente, maior sua potência de dar a morte, além de amor.¹⁶

Na história de Branca de Neve, o poder de vida e de morte é desmembrado nas figuras da mãe e da madrasta. Mas, segundo o casal Corso¹⁷, a mãe boa é menos expressiva que a madrasta má; note-se que é esta última que sobrevive, em uma figura tão bela quanto perversa.

Só um terceiro poderá, com o consentimento da mãe (e este dependerá do lugar que a criança ocupa na fantasmática materna), ter uma função mediadora, capaz de tirar a criança dessa

alienação. Disso dependerá seu futuro desenvolvimento. Penso que a paralisia cerebral não pode ser entendida como algo que se sobrepõe à importância da constituição do sujeito, mas, sim, como um elemento que permeia as complexas operações de alienação e separação.

Mas um corpo de menina começa a surgir daquele corpo de bebê...

Mas a assustada princesinha correu o dia inteiro pela floresta adentro, e só ao cair da noite deu com uma jeitosa casinha no meio de uma clareira. Ela empurrou a porta que estava só encostada e entrou timidamente.¹⁸

Sou avisada da chegada de Cláudia. Abro a porta que liga a parte interna da clínica à sala de espera. A aparência da menina chama minha atenção, pelo contraste com a beleza da mãe. Cláudia está sentada bem pertinho de Vivian, encostando-se nela. Sua boca deixa escorrer saliva, um de seus braços repousa torto sobre sua perna, seu corpo mostra os efeitos da paralisia cerebral, seus cabelos curtos e suas roupas não deixam declarados, pelo menos à primeira vista, se estou diante de uma menina ou de um menino. Contudo, também me encontro com seu olhar vivo e com sua “filha”, a boneca que carrega no colo. Quando percebe que me aproximo, levanta-se do banco.

Ando em direção às três e me apresento às duas que ainda não me conheciam. Cláudia despede-se de sua mãe, fala com a “filha” e pergunta-me aonde iremos. Sou tomada pelo temor de não compreendê-la, já que sua fala revela uma dificuldade de articulação, as palavras são expressas de maneira muito peculiar. Curioso efeito trans-

13 C. Audry, “Prefácio”, in M. Mannoni, *A criança retardada e a mãe*.

14 M. Mannoni, *op. cit.*

15 J. Grimm, *op. cit.*, p. 4.

16 M. Zalberg, *A relação mãe e filha*, p. 60.

17 D. L. Corso, e M. Corso, *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*.

18 J. Grimm, *op. cit.*, p. 8.

19 Pude entender que seu “pequeno” era seu meio irmão, que entendia ser seu *primo*. Tratava-se de um irmão que não era nomeado, em um primeiro momento, como tal; eu me perguntava acerca de seu lugar na fantasia de Cláudia.

»
se, por um lado, Cláudia parecia reconhecer-me como interlocutora, por outro, era como se conseguisse apagar minha presença, em vários momentos

ferencial, que já anunciava algo do trabalho a ser realizado.

Passado o impacto inicial, dei-me conta de que Cláudia e sua filha já estavam na sala de atendimento. Eu trouxera comigo uma caixa com brinquedos, folhas, lápis. Mas a entrevista inicia-se com ela contando-me de sua filha, a quem se referia pelo nome; disse-me que dormia com ela. Disse que estava muito feliz, pois o pai a deixara pegar “seu pequeno”. Esta frase foi repetida inúmeras vezes ao longo da entrevista¹⁹. De maneira confusa, que em alguns momentos chegava a ser caótica, referiu-se ao funcionamento da casa em que morava e comentou que o pagamento da feira era feito pelo tio, acrescentando: “Eu não quero banana, minha mãe quer que eu coma banana”. O assunto das comidas prosseguiu mais um tanto. Eu não conseguia compreender parte do que dizia sobre suas preferências e gostos.

A entrevista foi marcada pelo discurso fragmentado. Se, por um lado, Cláudia parecia reconhecer-me como interlocutora, por outro, era como se conseguisse apagar minha presença, em vários momentos. Foi por meio da boneca que pudemos nos manter em contato.

Quando propus que desenhasse, pedi-me para segurar a boneca, que não parava quieta. Eu falava com ela e com a boneca. Cláudia riu muito, mostrava estar se divertindo com a conversa a três. Uma filha que tinha a palavra também dirigida a ela!



*pergunto-me outra vez
sobre a estruturação psíquica
de Cláudia. Escuto, muitas vezes,
que ela é quase um apêndice
para sua mãe, uma parte
do corpo desta, um órgão
comprometido*

Ao terminar, disse que desenhou a si mesma, sua filha, seu “pequeno”, seu pai e sua tia. No desenho, composto principalmente por uma garatuja, a única figura humana ora era apontada como sendo a boneca-filha, ora como a própria Cláudia. Vi um contraste entre sua mobilidade e independência para manipular, abrir, fechar, guardar objetos e sua capacidade de representação pelo desenho. Apontei para a sua habilidade. Mostrou estar cansada de desenhar; sugeri que começássemos a guardar os materiais. Para mim a sessão podia ser encerrada. Mas não para ela: “Mas eu ainda não brinquei”.

Escolheu o jogar bola. O jogo foi entre ela e sua filha (eu segurava a boneca como se esta jogasse). A menina-boneca ficou cansada e, quando eu disse isso, Cláudia sugeriu que ela ficasse apenas olhando.

Quando avisei que estávamos no final de nosso tempo, pediu que eu escrevesse no seu cartão o dia da próxima entrevista. Perguntou sobre a saída e, nesse momento, começou um jogo, que passou a fazer parte do ritual de despedida: corria provocando uma competição, que se tornava motivo de muita risada. Quando chegamos à sala de espera, um comentário de Vivian deu-me notícias dos efeitos: “Puxa, acho que foi bom, pois entrou quietinha e saiu rindo tanto!”

Colocava-se, para mim, a tarefa de não permitir que o comprometimento orgânico obstuísse minha escuta analítica, de ultrapassar o

rótulo da paralisia cerebral para considerar o intrincado terreno da constituição de Cláudia como sujeito. Ao primeiro contato, ela me fez desconfiar de suas incapacidades e despertou em mim a pergunta, que me acompanhou por muitas sessões: o que estaria perturbado, no nível da linguagem, para além da dificuldade fonoaudiológica de articulação das palavras?

Nosso encontro seguinte iniciou-se com uma longa fala acerca de “seu primo”, o irmão, que até aqui tinha sua posição negada. Eu me perguntava quem teria iniciado a negação.

Proponho a Cláudia que mostre a composição de sua família. Enquanto ela me fala como é, vou representando sua árvore genealógica e me dou conta de que, para ela, as relações de parentesco são muito confusas, especialmente pelo fato de as mulheres serem todas filhas²⁰. Sem dúvida, isto diz algo a respeito dela, mas não só. Como poderia ocupar outras posições para além da de filha? Cláudia aponta para aspectos da filiação e da maternidade. Ao tentar estabelecer as conexões, fica cansada, pede para guardar os materiais. Aparece a angústia.

Volta para a bola e o jogo, lugar de agilidade motora e júbilo. Mas a analista não faz uma boa jogada, mostrando-se aquém do esperado por ela. E por mais que eu estivesse me esforçando, não conseguia... Cláudia encerra a sessão, novamente a angústia aparece. Nomeio o vivido ali.

Pergunto-me outra vez sobre a estruturação psíquica de Cláudia. Escuto, muitas vezes, que ela é quase um apêndice para sua mãe, uma parte do corpo desta, um órgão comprometido. Mas também acompanho a luta de uma menina para tornar próprio o seu corpo, para ter um corpo apesar das dificuldades, um corpo que ganhe contornos de menina. Nas sessões, alternam-se um funcionamento psíquico muito cindido, acompanhado por uma fala desconexa, e uma fala precisa acerca de sua situação no drama familiar e pessoal.

Suas deficiências no campo biológico não permanecem no puro real. O corpo material pode, por meio da mediação do Outro, inscrever-se em uma rede relacional, por meio da qual a criança

construirá sua imagem. Cordié²¹ lembra-nos de que o advento do sujeito só ocorre à medida que o corpo real se apaga. Ora, os tratamentos precoces de Cláudia estiveram bastante focados na correção, na reeducação de um corpo falho e inapto, como se ela fosse um corpo e não que *tivesse* um corpo²².

Cláudia pega seu cartão e solicita que eu marque seu próximo dia. Subindo a escada da clínica, entre gargalhadas e comentários, vamos encontrar sua mãe, com uma expressão de dor, na sala de espera. Algum tempo mais tarde, venho a saber que se iniciavam seus problemas uterinos.

Na entrevista seguinte, ocorre a primeira falta de Cláudia, sem que a clínica tivesse sido avisada. A função burocrática cumpridora dessa mãe, atrelada ao gozo no cuidado, tinha se quebrado. Segundo Cláudia, no jogo, havia falta de habilidade de sua analista. Na sessão seguinte, ela falta. A falta marca a ausência, primeira de muitas, ao longo do atendimento.

Qual o lugar do trabalho analítico para uma criança com comprometimentos orgânicos que não podem ser negligenciados? Vivian falara da atrofia devido à falta do tratamento fisioterápico. Mannoni²³ chama a atenção para o quanto a desordem psicomotora também pode referir-se à relação fantasmática do sujeito com a mãe e do sujeito com seu próprio corpo. Se, por um lado, há, no discurso da mãe, um corpo invadido, tratado, tomado, por outro, Cláudia me mostra um corpo vital e potente.

Indico um trabalho fonoaudiológico para que Cláudia possa articular melhor as palavras e comunicar-se de modo mais eficiente, ter condições para um contato maior com outras crianças e adultos, sem depender da tradução de sua

»
*qual o lugar do trabalho analítico
para uma criança com
comprometimentos orgânicos
que não podem ser negligenciados?
Vivian falara da atrofia devido à falta
do tratamento fisioterápico*

mãe. Sobre a linguagem em seu aspecto analítico, penso no embate entre a fixação no papel que lhe fora atribuído (“a qualquer preço”) e a possibilidade de falar em nome próprio.

A relação mãe-filha

Zalberg considera necessário, para que a menina possa formar sua feminilidade distinta da de sua mãe, que esta última possa viver simultaneamente a maternidade e a feminilidade. Se, em um primeiro momento, a criança buscará ser aquilo que satisfará sua mãe, isto é, o falo, com a entrada do pai e da função simbólica, a primeira separação mãe-filha seria o afastamento da realização dos desejos maternos.

No caso do nascimento de uma filha que traz no corpo marcas da deficiência, quais as consequências para a relação desta mãe com seu próprio corpo?

Vivian fala de uma ligação muito intensa com sua frágil filhinha, que pensa ter motivado o afastamento entre ela e seu marido. Menciona sua depressão e a falta de apoio do marido e da mãe²⁴; “não tinha ninguém em quem me apoiar”, “não queria sair da cama”. Mãe e filha lançadas no desamparo, ao risco de morte iminente.

Escuto o registro de um tempo em que mãe e filha estão imersas no mundo do “a qualquer preço” e “se apegando demais”. Há um excesso,

20 É difícil reunir os casais nos quais a mulher passa a uma posição de companheira e mãe.

21 A. Cordié. *Por que nosso filho tem problemas?*

22 Cordié lembra-nos de que para Lacan ter um corpo é ter uma representação. O que remete a uma construção imaginária e simbólica.

23 M. Mannoni, *op. cit.*

24 Sua mãe estava com o braço quebrado. Como poderia ajudá-la a sustentar algo? Vivian faz uma ligação direta entre o braço quebrado da mãe e a impossibilidade de esta ajudá-la a sustentar sua nova posição, ou seja, a de mãe de Cláudia. Uma mãe (a avó) impossibilitada de sustentar a passagem de sua filha à posição de mãe.



*Ligo para o pai de Cláudia
que pela primeira vez vem à clínica.
Fiquei surpresa com o quanto
falou da filha e de si.
Um pai que responde
ao chamado e ocupa com
suas palavras o encontro*

um a mais, não há espaço de diferenciação para o estabelecimento de um vínculo que não seja da ordem do sacrifício. Se levarmos em conta as palavras de Zalcberg²⁵ segundo as quais “da terna submissão até as reclamações impiedosas, os conflitos de mães e filhas parecem excessivos”, cabe ressaltar o campo de entrelaçamento que anuncia zonas de indiferenciação que virão a aparecer no real do corpo.

Quando o pai se aproxima...

Ligo para o pai de Cláudia que pela primeira vez vem à clínica. Fiquei surpresa com o quanto falou da filha e de si. Um pai que responde ao chamado e ocupa com suas palavras o encontro. Parecia apostar mais nas capacidades de Cláudia, mas, simultaneamente, deixava escapar certa recusa em admitir efeitos das condições atuais de sua filha: “Querida que ela assumisse sua deficiência de forma tranquila, para viver uma vida normal”.

Pareceu-me que no início mostrava certa negação em face da situação da filha, projetando um futuro que não implicava as dificuldades enfrentadas. Falou muito de si próprio, de seus problemas financeiros e familiares, da falta de seu pai, que se separou da mãe quando ele tinha dez anos²⁶, de sua posição de provedor de sua família de origem e de Vivian. Suas sérias dificuldades financeiras estavam relacionadas com uma história de ter sido

enganado por seu irmão, do qual ainda assumira as dívidas. O atendimento de Cláudia na clínica do Sedes era, para ele, mais uma prova de sua decadência e impossibilidade de custear bons médicos, bons hospitais e bons terapeutas por meio de bom seguro-saúde para sua filha. Pontuei um lugar imaginário de deficiência, no qual também estava colocado o atendimento analítico.

E outros personagens entram em cena...

Cansada e faminta, Branca de Neve sentou-se um pouco em cada cadeirinha, e provou um pouco de comida de cada pratinho, para não prejudicar ninguém.²⁷

Vou à escola para falar com a professora. Ela se refere à mãe como ausente e à filha como uma aluna pouco disposta a enfrentar desafios, diante destes chora e chama pela mãe. Mostra-se indignada com o descuido da mãe em relação às roupas de Cláudia, aos materiais, e às solicitações de presença em reuniões na escola.

Na história do atendimento na clínica, as faltas às sessões são novidade. Se, por um lado, eu pensava nos efeitos de algo que deixava de ser monocromático, rotina, no sentido pejorativo, por outro, preocupava-me que as faltas estivessem se intensificando. Entendia estas como uma reação ao crescimento, ao corpo que ganhava novos contornos, à imagem de menina que aparecia, destacando-se do corpo defeituoso. Penso também em uma atuação da resistência da mãe.

Faço contato com o neurologista de Cláudia. Ele define a paralisia cerebral como leve, porém irreversível. O foco convulsivo de Cláudia, que gerava grande medo na mãe, estaria controlado, e os exames de ressonância tinham mostrado que tudo ia “super bem”. O interesse desse médico recaía sobre o desenvolvimento cognitivo da menina.

Volto a pensar sobre os efeitos, no corpo de Cláudia, do lugar que a enfermidade ocupou para seus pais, confrontados radicalmente com a falta. Mannoni²⁸ destaca que uma deficiência pode acarretar uma evolução grave, tanto

da ordem da neurose quanto da psicose, mais justificável pela resposta materna do que pela deficiência em si.

Aposto na prática analítica como oportunidade de a analisanda integrar esquema e imagem corporal. Para tanto, era preciso construir pontes entre os cuidados dispensados pelos inúmeros especialistas, escutá-la como um sujeito que *tem* um corpo e, simultaneamente, escutar o lugar que ocupava para sua mãe e seu pai. Nesta complexidade, caminhava o trabalho.

Surge Branca de Neve e/ou a maçã...

A rainha ficou roxa de raiva. “Aquele caçador me enganou”, berrou ela. “Mas Branca de Neve não me escapará! Desta vez eu mesma cuido de acabar com ela!” E no mesmo instante ela transformou-se numa velhota, encheu uma cesta de apetitosas maçãs e, transportando-se direto até a casa dos anões, bateu na janela.²⁹

A bola vai e volta pela sala. São chutes, dribles, gols, mas também bolas fora e furos. Risadas permeiam o jogo. Estou cansada e peço para parar um pouco. Sento-me no chão para descansar e tentar acalmar minha respiração ofegante. Olho para Cláudia, que me pergunta se já podemos voltar. Para ela, o jogo apenas começou.

Minha recomposição inclui lavar as mãos e o rosto. Cláudia aproxima-se da pia, para beber água. Sou tomada, de surpresa, pela constatação de que parte importante da quantidade de água que coloca na boca escorre pelo canto. Seria óbvio atribuir esta condição à paralisia cerebral.

Surge a mim uma inquietude em vista do contraste entre um corpo tão competente e, por hora, apropriado, e outro, simultaneamente invadido, cortado, defeituoso, manipulado, carregado de profissional em profissional... “Vamos?!” Ela

25 M. Zalcberg, *op. cit.*, p. 47.

26 A idade de Cláudia naquele momento.

27 J. Grimm, *op. cit.*, p. 8.

28 M. Mannoni, *op. cit.*

29 J. Grimm, *op. cit.*, p. 16.

30 Fantoches de dedo.

em outra sessão, repete
insistentemente uma palavra.

Tenho sérias dificuldades
para entender o que diz.

Fica irritada com minha
incompreensão, o que

pontua para ela

interrompe aquele lampejo reflexivo e me recoloca na posição de jogadora.

Em outra sessão, repete insistentemente uma palavra. Tenho sérias dificuldades para entender o que diz. Fica irritada com minha incompreensão, o que pontua para ela. Digo que ela está brava comigo porque não consigo saber do que está falando, mas que podemos tentar juntas. Finalmente, depois de inúmeras tentativas durante as quais fica irritada, mas sem desistir, escuto que me conta sobre a maçã, Branca de Neve e os sete anões.

Pude ir compreendendo um pouco mais a *dramática* em jogo. Uma bela mulher teme ser superada pela menina que começa a se tornar mulher... Como destino, ocorre a morte por envenenamento, mas, na última hora, Branca de Neve, ao ser conduzida ao palácio de um príncipe que por ela se apaixonou, é salva por um tropeção, que faz desentalar o pedaço da maçã de sua garganta. A madrasta e sua ameaça passam a aparecer em algumas sessões. Acrescento ao material um livro e dedoches³⁰ da Branca de Neve.

Um veneno ameaça
uma menina que cresce...

É o significante maçã que aparece e, com ele, somos tomadas pela angústia. Eu pude sentir na pele, já que, por mais que me esforçasse, também estava





agora é Cláudia quem me pede para escrever, registrar nossos nomes no quadro de contagem de pontos. O pai compra para ela um pote com letras e a professora fala de avanços na escola.

lançada no terreno do enigma. Mas, se surge a angústia, surge com ela a possibilidade de trabalho.

Com o que Cláudia se identificava? Com Branca de Neve ou com a maçã? Branca de Neve talvez pudesse aparecer em outro lugar, que não aquele ocupado por seu corpo/maçã, um corpo/maçã à mercê de ser devorado e causar estragos naquele que o incorpora. Há sinais de passividade em face do poder do Outro, passividade talvez revivida durante os longos períodos de engessamento e uso de talas ortopédicas.

Começo a perceber algumas mudanças significativas em Cláudia. Sua boca já não insiste em deixar escapar a saliva. Fala de suas roupas, mostra-me com orgulho seu novo par de tênis cor-de-rosa. Logo começa a vir de bolsa e a trazer objetos, presentes de seu pai. Posso recuperar algo daquela imagem que vira nas fotos de bebê da sessão conjunta com sua mãe. Um bebê bonito, sentado em um bebê conforto. Naquele registro não eram visíveis ainda os efeitos corporais da paralisia cerebral. Esta lembrança contrasta com a descrição de sua terapeuta anterior, que pudera perceber e falar, primeiro na sessão com Cláudia e depois diretamente com Vivian, de talas ortopédicas que feriam seus pés já crescidos. Era um crescimento do qual quase ninguém parecia se dar conta.

Agora, era Cláudia quem me falava, com júbilo, de sua possibilidade de tomar banho sozinha, embora sua mãe não apostasse nisso. As brigas eram constantes; Cláudia sentia-se capaz

de cuidar de seu corpo e sentia raiva por não ter sua possibilidade reconhecida.

Segundo Cordié, “temos um corpo, não somos um corpo. Nos lembra Lacan, pois ter um corpo é ter dele uma representação, mas é também desfrutar dele, é ter construído um corpo libidinal”³¹.

Começa a surgir o assunto da alfabetização. Agora é Cláudia³² quem me pede para escrever, registrar nossos nomes no quadro de contagem de pontos. O pai compra para ela um pote com letras e a professora fala de avanços na escola.

Questões corporais se fizeram presentes em Vivian a partir das mudanças ocorridas em Cláudia. Era preciso outro espaço de escuta para ela, além do que ocupara na análise da filha. Comecei a introduzir a ideia. A saúde de Vivian dava mostras de fragilidade, sua fala começava a fazer referência ao sofrimento e expressar seu modo de sentir qualquer movimento de diferenciação de Cláudia como ato agressivo.

É certo que estávamos no terreno da agressividade, pois somente por meio desta é que se torna possível uma diferenciação que marca também limites corporais distintos, mas a mãe sentia este movimento, tão vital, como um ataque de alto poder.

Atenta aos efeitos da análise de Cláudia em Vivian, eu temia por ambas. A tentativa de encaminhamento de Vivian para análise fracassou, embora ela tenha concordado no início. Eu continuava então a manter um espaço de escuta que pudesse, mesmo que de forma precária, mobilizar alguma palavra, pois Vivian estava enfrentando sérias crises de endometriose, com mais de uma ida ao pronto-socorro por hemorragia. O momento coincidia com o aparecimento de um corpo da filha menos marcado pela incapacidade, um corpo que, com as marcas do sofrido, ganhava contornos mais femininos. Eu sentia os riscos, para Vivian, de que algo do real, do seu corpo, irrompesse a qualquer momento. Passei a encontrá-la com maior frequência.

Cláudia segue faltando, Vivian mostra-se bastante defendida e pouco permeável. Procuo

nomear o que está ocorrendo, o quanto está difícil para ela trazer Cláudia para o atendimento e o quanto as faltas impedem que o trabalho prosiga. A passividade de Vivian, ao levar Cláudia a inúmeros tratamentos ao longo dos dez anos, quase uma resignação diante da “doença”, não mais se mantém, mas algo a ameaça. Telefone novamente para Vivian. Sou informada, por ela, sobre sua cirurgia para retirada do útero. Diz que se sente como “quando Cláudia nasceu”!

Na volta de minhas férias, Cláudia não comparece à primeira sessão. Espero a segunda e telefonei mais uma vez. Depois de muitas tentativas, consigo falar com Vivian e retomo o contrato acerca das faltas. Ela se compromete com o retorno, que não ocorre. Fazia-se necessário colocar palavras naquilo que se dava a ver. Uma intervenção precisava pontuar o que estava acontecendo.

Ligo uma última vez para dizer que percebo não estar sendo possível para eles³³ a continuação do trabalho. Sugiro a Vivian, quando julgar possível voltar, fazer contato com a clínica para agendar um novo processo de entrevistas. Ela me agradece e nos despedimos.

Quando nos dispomos a trabalhar com crianças,

[...] mudando a relação do sujeito com o mundo, chocamo-nos infalivelmente contra os adultos que, por suas próprias dificuldades, criaram na criança esse tipo de relação. É preciso que os adultos possam aceitar a cura daquela que, pela sua doença, veda a ferida dos pais.³⁴

Se não se pode desconsiderar o componente orgânico, no caso, as consequências da paralisia ce-

31 A. Cordié, *op. cit.*, p. 81.

32 Anteriormente comecei a fazer uso da escrita nas sessões. Escrevia nossos nomes na contagem dos pontos e dos gols, seus comentários sobre os desenhos, sua fala, as regras dos jogos, etc.

33 Também havia feito contato com o pai, apontando as dificuldades de Vivian para trazer Cláudia naquele momento. Perguntei sobre a possibilidade de ele responsabilizar-se por isso. A princípio concordou, depois não conseguiu agir; irritou-se e disse: “isso é com a Vivian, é da responsabilidade dela”.

34 M. Mannoni, *op. cit.*, p. 71.

35 A. Cordié, *op. cit.*

36 C. Audry, *op. cit.*, p. x.

»
*o sacrifício, que fixava
a menina como filha-objeto,
colocava-a como projeto de vida
da mãe. As mudanças em Cláudia,
como era de esperar, tiveram efeitos
também sobre Vivian*

rebral de Cláudia, com seu atendimento, aprendi sobre os efeitos de um trabalho da análise diante de percalços na constituição e na construção da feminilidade. Assisti a mudanças corporais oriundas de uma mudança de posição subjetiva, ainda que esta fosse incipiente.

O sacrifício, que fixava a menina como filha-objeto, colocava-a como projeto de vida da mãe. As mudanças em Cláudia, como era de esperar, tiveram efeitos também sobre Vivian. Provavelmente, a filha sabia do perigo. Muitas crianças, segundo Cordié³⁵, recusam-se a modificar seus comportamentos patológicos, em nome de proteger ambos os pais ou um deles.

Sabia que o trabalho desenrolava-se em um terreno muito complexo, no qual a delicada e imprescindível separação mãe/filha estava em jogo. Nas palavras de Audry: “o psicanalista é quem desenreda os fios do destino, faz chegar à palavra o universo imaginário que assedia seu pequeno doente. É quem desobstrui os caminhos da liberdade”³⁶. Entendo que pensar em liberdade, no caso de Cláudia, era pensar em outro registro de filha, que não o de parte do corpo de sua mãe.

A interrupção do tratamento coincide também com uma ruptura do equilíbrio familiar, do qual fazia parte a menina aprisionada em um diagnóstico, adormecida, suspensa, impedida de despertar como sujeito. E o que cabe a uma analista além de escutar um sujeito?

Referências bibliográficas

- Audry C. (1999). Prefácio. In: M. Mannoni, *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cordié A. (2005). *Por que nosso filho tem problemas?* São Paulo: Martins Fontes.
- Corso D. L.; Corso M. (2006). *Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis*. Porto Alegre: Artmed.
- Freud S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Edição *standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. In: Edição *standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Gola N.; Inglez-Mazzarella T. (2002). *Histeria pelas fendas do narcisismo*. Monografia apresentada no III Colóquio Interno de Monografias do Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e publicada no site do mesmo Instituto.
- Grimm J. (1997). *Branca de Neve e os sete anões*. Adap. Tatiana Belinky. São Paulo: Martins Fontes.
- Leclaire S. (1992). *O corpo erógeno: uma introdução à teoria do complexo de Édipo*. São Paulo: Escuta.
- Mannoni M. (1999). *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sousa E. (1994). (A vida entre parênteses) – o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, vol. 12, n. 1.
- Zalberg M. (2003). *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Mirror, mirror on the wall...

Abstract This paper presents and discusses the therapy of a ten-year-old child affected with cerebral paralysis, raising questions about interfaces between the organic level and the the constitution of the subject.

Keywords constitution of the subject; cerebral paralysis; children's analysis; body; clinical practice; parental guidance.

Texto recebido: 10/2010

Aprovado: 11/2010

Desabrigo

Maria Helena Alves Dias

Maria Helena Alves Dias é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Resumo O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, de 1990, disciplina as ações e instituições de defesa da criança e do adolescente, entre as quais o funcionamento de abrigos para crianças e adolescentes, vítimas das várias formas de violência e privados do convívio familiar. Caracteriza-se como medida provisória, não podendo ultrapassar o período de abrigo em mais de dois anos. O atendimento clínico de Adriana revela sofrimentos e privações provocados por um abrigo que durou dezesseis anos e meio. As características muito singulares do caso demandaram a adoção de novas condutas clínicas durante o processo de atendimento. Foram considerados referenciais teóricos em Michael Balint, André Green e D.W. Winnicott que ajudam na compreensão dos aspectos mais primitivos do desenvolvimento psíquico.

Palavras-chave abrigo; privação; colo materno; ausência; o negativo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, lei 8.069, de 13/07/1990, em seu primeiro artigo dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. A figura do abrigo surge como um dos serviços que deve prover proteção social especializada a crianças e adolescentes que por decisão judicial são afastados do convívio familiar. Caracteriza-se como uma medida provisória e excepcional, que deve ser utilizável até que a família tenha condições de educar seus filhos e ou como medida de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. E deve adotar, entre outros, os seguintes princípios: evitar sempre que possível a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes; orientar adequadamente crianças e adolescentes sobre sua condição de abrigo, observando seu nível de compreensão; garantir cuidados médicos, psicológicos e odontológicos; implementar ações sistemáticas para o restabelecimento e ou preservação dos vínculos familiares; promover a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; favorecer a participação na vida da comunidade local; prover a preparação gradativa para o desligamento da instituição e manter programas de apoio e acompanhamento às crianças e adolescentes que saem do abrigo.

São diversos e complexos os motivos que levam crianças e adolescentes à situação de abrigo: abandono, negligência, orfandade, maus tratos, dificuldades financeiras da família, doença própria ou dos responsáveis e familiares drogaditos.

121

PERCURSO 45 : p. 121-128 : dezembro de 2010



pretende-se reavaliar a situação de 13 mil abrigados no Estado de São Paulo, sendo 4 mil na capital

Algumas ações para adequar o funcionamento dos abrigos à luz do que propõe o ECA foram efetivadas, como estudos e levantamentos em parceria com órgãos públicos, universidades e organizações sociais para o reordenamento dos abrigos¹.

No final de 2009, em função de uma nova lei de Adoção, foi acrescentada ao ECA uma disposição segundo a qual nenhuma criança ou adolescente deverá ficar em abrigos por mais de dois anos e todos têm direito à reavaliação da situação a cada seis meses.

Em função disso, o Poder Judiciário de São Paulo iniciou um mutirão em julho de 2010, em todos os abrigos de crianças e adolescentes do Estado para garantir-lhes o direito ao convívio familiar².

São audiências concentradas no próprio abrigo, com a presença de juiz, promotor, defensor público, familiares, representantes da prefeitura nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Habitação. Com a revisão esperam conhecer a situação de todos os abrigados para garantir a eles condições efetivas de reinserção familiar.

Pretende-se reavaliar a situação de 13.000 abrigados no Estado de São Paulo, sendo 4.000 na capital.

Os abrigos deveriam elaborar um plano individual, com a participação da Prefeitura, a fim de prover necessidades da criança e da família. Entretanto, a maioria dos abrigos não tem elaborado esses planos. Também a demora nos processos judiciais, a dificuldade de encontrar interessados na adoção, a existência de abrigos sem equipamentos e sem equipes técnicas qualificadas, e, sobretudo, a ausência de olhar comprometido com a causa, têm dificultado aquilo a que o ECA se propõe: garantir proteção integral à criança e ao adolescente, bem como o direito ao convívio familiar.

E com isso se acumulam situações em que nem os dispositivos legais são respeitados, causando dores e perdas irreparáveis. É o caso da paciente, cujo atendimento passo a relatar em seguida.

Adriana, aos 14 anos de idade, chegou pela primeira vez a meu consultório em março de 2005. Seu caso era considerado difícil pela instituição em que estava abrigada. A principal queixa tinha a ver principalmente com as crises agudas de agressividade. T tamanha explosão de sentimentos levava à necessidade de dois adultos para contê-la nesses momentos. Era então amarrada a uma cama para não se machucar e não agredir as outras crianças e funcionários da casa. Esta agressividade se repete até hoje em certas ocasiões, embora não com a mesma intensidade, no trato comum com outras crianças e adolescentes, dentro e fora da instituição. Também há referências a um comportamento regressivo, quando criança, em momentos de crise intensa, quando chamava pela mãe, fazia manhas, falava como um bebê e chupava o dedo.

Em sua primeira sessão, Adriana chegou com a seguinte fala: “Eu não gosto de psicólogos porque eles querem saber da vida da gente. E eu não gosto de falar da minha mãe”. Depois disso, pediu para desenhar. Com traços esquemáticos fez várias figuras que foi nomeando: as irmãs, a mãe com um defeito congênito, o mesmo com que ela também nasceu e segundo palavras suas: “eu nasci com um pé torto, do mesmo jeito que a minha mãe”. Mas não me deixou espaço para qualquer manifestação, situação que continuou por muito tempo. Investir em Adriana seria um grande desafio.

Seu modo agressivo e desconfiado esteve presente por muito tempo em nossas sessões. Como naquela em que chegou, indagando-me acintosamente se eu duvidava que ela fosse capaz de quebrar o abajur da sala. Respondi-lhe que não duvidava, mas gostaria que ela me falasse o porquê da raiva para querer quebrar um abajur. “É que eu não gosto de vir aqui. Não gosto de psicólogo”. Falei então que não deveria sentir-se obrigada a vir, se era esse o seu desejo. E se quisesse um dia retornar eu estaria esperando por ela. Ficou me olhando por uns instantes, depois pediu para dese-

nhar. Na saída despediu-se com um “até a semana que vem”. Juntas, tínhamos o desafio de construir primeiro uma relação de confiança.

Durante os atendimentos, Adriana se mostra dispersiva. Ela não consegue sustentar uma determinada situação por um tempo mais ou menos prolongado; mesmo que chegue sorridente, já quer ir logo embora e as sessões na maioria das vezes são curtas. Isso acaba deixando o campo de trabalho mais limitado, com pouca possibilidade para o surgimento e desdobramento das questões. Também por isso, o trabalho associativo não flui.

As resistências são grandes e Adriana sempre utiliza, como mecanismo de fuga, o desenhar. São desenhos repetitivos, esquemáticos, de poucos elementos, funcionando como anteparo às minhas possíveis intervenções. Repetidas vezes ela sai da sala para ir ao banheiro ou beber água. Às vezes recusa vir às sessões, ou então reclama quando não há educador do abrigo para trazê-la, já que não se locomove sozinha pela cidade. Entretanto, em meio às resistências e atitudes desafiantes, um forte vínculo foi se estabelecendo entre nós.

Aos poucos e à sua maneira, Adriana vai reconstruindo seu percurso de vida. Dos retalhos de lembranças que traz, surgem sentimentos de muita ambiguidade nas relações familiares, ora carregados de afetos amorosos, outras vezes de profundo rancor. A maior constância em sua fala se refere à dor que a falta da mãe lhe causou desde a mais tenra idade. Ela se diz abandonada, largada num abrigo “bolorento e sem janelas”. Fala da raiva muito grande que sente por ter sido abandonada tão cedo pela mãe, a quem procura desesperadamente.

Adriana expressa seu universo numa negatividade marcante: assusta o nível de violência e destruição em suas fantasias. Na maioria das vezes é chamada de mentirosa pelas pessoas com quem convive. Frequentemente as fantasias e os sonhos

1 Reordenamento de Abrigos Infanto-juvenis da Cidade de São Paulo: construção de política interinstitucional de defesa dos direitos à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pref. do Município de São Paulo, 2004.

2 *Folha de S.Paulo*, 14 de julho de 2010.

»
*em certos momentos surge
nas fantasias a figura de uma irmã
mais velha que não foi abrigada*

de Adriana são sombrios, carregados de muita morbidez e todos referentes à família. Assim, há momentos em que apresenta a figura do pai como um estuprador. Nessas ocasiões afirma ter sido abrigada para livrar-se da maldade paterna, assim como a irmã também. Em outra ocasião revela ódio pela mãe, renegando-a porque não gosta de vê-la bêbada e mendigando na rua; ao mesmo tempo enaltece a figura do pai dizendo que ele, sim, sempre foi muito bom.

Em certos momentos surge nas fantasias a figura de uma irmã mais velha que não foi abrigada, e que sempre acompanhou a mãe nas visitas às filhas no abrigo. É quando chega triste à sessão dizendo de um sonho onde a irmã está morta. E emenda à descrição do sonho detalhes de uma perseguição que ela, Adriana, teria sofrido porque foi reconhecer o corpo da irmã... Às vezes seu comportamento me parece um tanto psicótico, o que me põe em alerta.

As imagens dos sonhos e das fantasias são, por vezes, precedidas de outra fala, quando diz que lembra angustiada, muitas vezes chorando, com vontade de morrer. E se recusa a falar sobre suas angústias, dizendo: “você é como as outras psicólogas, mais parece uma investigadora e eu não gosto de falar desses assuntos”.

Entretanto, há uma pessoa muito presente na vida de Adriana, que é sua irmã Sofia. Ela mostra um brilho especial quando fala dessa irmã que é quase sempre poupada nos seus sonhos e fantasias. Afinal, é sua referência afetiva numa história tão crua de relações institucionais. Na ausência de figuras parentais, a possibilidade de manterem elo afetivo se coloca como algo muito importante.

Conforme os dados do prontuário de Adriana, ela foi tirada do colo materno com um ano e meio de idade. Estava junto à mãe, que pedia esmola



mas o percurso, traumático por si só, tornou-se mais doloroso pelas idas e vindas de medidas prometidas e nunca realizadas

numa esquina de São Paulo, acompanhada pela irmã Sofia, então com seis anos incompletos, e mais dois irmãos. A Guarda Metropolitana levou apenas as duas meninas menores, dadas as condições de precariedade, reveladoras do abandono em que viviam na rua.

Encaminhadas inicialmente para uma unidade de triagem da então Febem, ali permaneceram por vários meses. Dificuldades na localização de um possível barraco da família em uma favela da cidade acabaram por levar as autoridades responsáveis pelo bem-estar das meninas – Vara da Infância e Juventude – a encaminhá-las para o abrigo em uma instituição conveniada com o Estado. Foram três mudanças de abrigo até o atual, onde Adriana está desde o ano de 2000.

Mas o percurso, traumático por si só, tornou-se mais doloroso pelas idas e vindas de medidas prometidas e nunca realizadas. Houve o interesse de adoção por uma pessoa que desejava a guarda das duas irmãs. O processo foi aberto com entrevistas e visitas na casa da futura mãe adotiva, quando a mãe biológica apareceu e não permitiu a adoção. Ela prometeu retornar para tirá-las do abrigo, mas, de novo, vários meses se passaram sem notícias. Até que veio a informação da morte do pai e, com a visita posterior da mãe junto com um novo companheiro, tiveram início novos preparativos para uma saída definitiva, que de novo não aconteceu.

Finalmente, dado o longo período sem visitas da família, foi aberto o processo para uma adoção definitiva. Mas não apareceram interessados dessa vez. E Sofia cumpriu o ritual do abrigo até completar dezoito anos.

Nessa trajetória, desde a mais tenra idade, como terão sido elaboradas questões tão pertinentes, como as que se referem às funções paren-

tais e aos vínculos familiares, fundamentais para a sua estruturação psíquica? Penso nas falhas básicas, no desamparo, nas separações, nas perdas tão precocemente vividas por ela. E as frustrações e o desamparo sofridos pelos retrocessos nos processos de adoção para ter o sonhado lar, uma família? Conforme registros em seu prontuário, Adriana, uma criança meiga e dócil, vai demonstrando gradativamente comportamentos explosivos de raiva e agressividade.

É a partir daí que começa a peregrinação de Adriana pelos consultórios médicos, buscando soluções para seus sofrimentos nos medicamentos psiquiátricos que toma até hoje. Tem atendimento no ambulatório da psiquiatria e da pediatria do Hospital das Clínicas desde 1997. Seu prontuário médico registra “transtornos comportamentais e emocionais de origem na infância, uma depressão recorrente de deficiência mental leve ou limítrofe”. Também registra mudança de humor, instabilidade, dando destaque principalmente para crises agudas de agressividade, seguidas de um comportamento dócil e de carência afetiva. É nos acessos de raiva que chama pela mãe.

As idas e vindas quanto às eventuais adoções e ou retorno à casa da mãe marcaram o percurso do abrigo, dificultando o estabelecimento de um laço mais duradouro com alguém que pudesse exercer a função materna. Por sua vez, a figura paterna para Adriana parece ter ficado simbolizada na pessoa do juiz do Fórum. Segundo Adriana é ele que a chama para audiência, quer saber como está, dá notícias da mãe, autoriza suas saídas nas férias e fins de semana.

Mas a busca pela mãe continua incessante. O último encontro entre elas se deu em 1999, quando, bêbada e mal vestida, foi visitar as filhas no abrigo. Adriana fugiu do contato físico e se afastou, indo brincar no pátio da casa. Mas traz bem guardada dentro de si sua história com ela. Por vezes, idealiza a mãe que protege dos ataques que a irmã mais velha lhe faz quando diz: “Não gosto de nossa mãe porque ela nos abandonou na rua”.

Essa irmã, Sofia, dos seis anos incompletos aos dezoito anos esteve sempre ao lado de

Adriana nos abrigos. Sofia traz a lembrança dos momentos em que era tirada das brincadeiras com as crianças de sua idade para tomar conta de Adriana, então um bebê, “como se fosse mãe dela”. Não escondia o desagrado por ter que trocar suas fraldas, dar-lhe comida e banho, sempre apressada para voltar aos brinquedos. Sofia, mais estruturada psiquicamente, conseguiu de algum modo adaptar-se à condição de abrigamento, teve um bom aproveitamento escolar, começou a fazer pequenos trabalhos antes até de seu desligamento do abrigo. Hoje trabalha, se mantém sozinha e frequenta a universidade.

Considerando que Sofia é constantemente referida por Adriana, começamos a trabalhar a ideia de chamá-la a participar, a cada mês e meio, de sessões conjuntas, dando a ambas um espaço que permitisse a circulação de sentimentos comuns e o resgate de vínculos familiares. Vínculos familiares tão *esgarçados* por causa da privação que ambas sofreram pelo afastamento do núcleo familiar, numa falta concreta de liberdade, reclusas por um tempo tão longo e precioso, como o da infância e adolescência. Sofia, como a única alternativa que tem de família, será o suporte de Adriana para um novo trajeto de vida quando sair do abrigo, o que acontecerá em poucos meses, ao completar dezoito anos. E conforme palavras de Sofia: “É bom eu ter uma irmã que tem o mesmo pai e mãe que eu tenho. Ninguém vai pensar que eu nasci de um repolho”.

O impacto em meu primeiro encontro com as duas foi muito grande. Adriana, muito orgulhosa, me apresenta Sofia como “a mãe que eu nunca tive”. Sofia, sem muitos rodeios, fala de suas questões. Diz que sempre soube que um dia teria que cuidar dessa irmã e que ambas foram vítimas do abandono da mãe, de quem não têm notícias há muito tempo. Revela um profundo rancor pela mãe, a quem diz jamais perdoar pelos sofrimentos que ela e Adriana sofreram nos abrigos. Adriana, muito atenta, ouve a irmã de cabeça baixa.

Sofia se mostra apreensiva, revelando o conflito que a faz sofrer. Fala dos próprios sonhos como fazer intercâmbio cultural, conhecer outros

»
*Adriana, como num contraponto,
fala da falta que sempre sentiu
da mãe e que não gosta
do jeito como Sofia a despreza*

países, morar no interior... Como ela diz: “quero fazer uma vida diferente para mim”.

Adriana, como num contraponto, fala da falta que sempre sentiu da mãe e que não gosta do jeito como Sofia a despreza. Esta, por sua vez, diz que a irmã não percebe que ela também sofre por causa desse abandono, mas quer olhar para frente. E que não entende como as pessoas que cuidaram delas nunca perceberam que a mãe jamais poderia levá-las, pois nunca teve onde morar. E fala das dificuldades para a adoção: “impediram que a gente tivesse uma vida como todo mundo, o que chamam de lar, uma família”. E arremata: “você precisa parar de sonhar, nossa mãe abandonou a gente e não dá para ficar esperando que volte para nos ajudar”.

Entretanto, foi muito importante perceber o efeito que essas sessões provocaram. Se a minha intenção inicial era a de criar um espaço para a circulação de emoções, frustrações, sonhos e sofrimentos de ambas, eu diria que isso se transformou efetivamente em uma ação terapêutica. Aconteceram associações através dos fatos que trouxeram, desejos afloraram, o que permitiu algumas interpretações. Adriana pôde olhar de frente aquilo que a irmã escancarou. E o que há de real agora para ela se manifesta no fato de ter que deixar o abrigo em breve, e iniciar outra caminhada.

Novos fatos surgiram nesse período de sessões conjuntas, pois houve algumas sessões com a presença da diretora do abrigo que se colocou disposta a ajudar Sofia quanto ao desabrigo de Adriana. E Sofia não se fez de rogada, ao dizer que gostaria de ver a irmã com mais desenvoltura, como se locomover sozinha pela cidade e aprender que “a vida aqui fora não é fácil e tão protegida como no abrigo”. E fala do impacto que foi para ela, Sofia, sair de um lugar de prote-



*precisei de um tempo
para me situar num novo enquadre,
baixar expectativas e trabalhar
minhas questões*

ção e de repente perceber que não tinha mais com quem contar, a não ser com ela mesma. Mencionou ainda o mal-estar que sofreu quando percebia no olhar das pessoas certa surpresa por ela “ser igual a todo mundo e não uma bandida”, do modo como eram vistos os egressos da Febem.

Mas o fato mais significativo tem a ver com uma sessão na qual Sofia fala a respeito de um acontecimento doloroso para as duas irmãs. O curioso foi que nesse dia ambas iniciaram a sessão falando das situações que viveram juntas no abrigo, dando muitas risadas. Depois de uma pequena pausa, Sofia fala que casualmente encontrou uma irmã na rua, de quem não tinha notícias há muito tempo. E soube então da morte da mãe num hospital, vítima de um derrame cerebral. Adriana, que estava ouvindo a irmã de cabeça baixa, chora. Sofia aparenta comoção querendo amparar a irmã.

Adriana só voltou a falar desse assunto algumas semanas depois, através do seguinte relato: “Ontem sonhei com minha mãe que estava vestida de branco, muito pálida, ela não está morta, não parecia viva, e eu não queria que ela morresse”. Recusando qualquer comentário meu, segundos depois conta a história do passeio que fez na tarde do domingo, evidenciando, mais uma vez, a recusa constante em enfrentar fatos dolorosos. A saída para o banheiro e a vontade de “ir embora porque vai chover”, desculpa reiterada muitas vezes, puseram fim à sessão.

As semanas seguintes foram marcadas por um comportamento de Adriana bastante dispersivo, de muita apatia algumas vezes e, curiosamente, de momentos de calma e silêncios.

Abraços carinhosos de Adriana começaram a surgir como despedida no fim das sessões. Em outros momentos, tem juntado minhas mãos, deita sua cabeça nelas dizendo “agora eu posso

dormir” ou ainda quando diz “eu não gostava de vir aqui, mas agora sinto que posso falar com você porque é minha amiga”.

Mas o efeito maior no comportamento de Adriana, em nossas últimas sessões, está no fato de ela agora falar um pouco mais de si mesma colocando em pauta o processo de desabrigamento. Vai aos poucos revelando suas dúvidas e incertezas por esse novo tempo que a espera. Fala da proteção que sente no abrigo, do medo de se viciar nas drogas e morrer como sua irmã mais velha... Fala de sua sexualidade e do medo de engravidar e perder o apoio da irmã... E revela também o sofrimento que é morar num abrigo, sob a constante vigilância dos funcionários, a falta de liberdade para ir e vir. “Teria sido melhor se eu tivesse sido adotada, não quero morar com Sofia porque ela não gosta de mim”.

Mas o atendimento de Adriana ainda tem um grande percurso pela frente. O primeiro impacto que senti foi perceber que não se trataria de um atendimento clínico nos moldes clássicos. Precisei de um tempo para me situar num novo enquadre, baixar expectativas e trabalhar minhas questões, provocadas pelos sofrimentos que percebia naquelas lembranças tão dolorosas que ela trazia, nas fantasias e nos sonhos, tão sombrios quanto sua própria existência.

Muitas vezes tive a sensação de que as sessões se desenrolavam de modo nada produtivo para um trabalho terapêutico. Questionava se, na verdade, meu desejo de atendê-la não era maior que o desejo dela de vir às sessões. Duvidei muitas vezes do trabalho que era possível fazer com ela e tive muitas incertezas quanto ao caminho que fomos percorrendo. Algumas vezes me via tomada por um sono repentino e ou pelo desejo que ela fosse embora logo. Mas, o jeito como chegava à sessão seguinte renovava o meu desejo de investir nesse atendimento. Antes de mais nada, era preciso saber como me comunicar com ela, não aumentando a resistência que revelava numa atitude sempre defensiva e, do mesmo modo, ouvi-la do jeito que ela era capaz de se mostrar. Enfim, encarar o negativismo em sua fala e penetrar

num universo de muitas perdas e dores, sem perder o eixo de meu trabalho.

Nas reflexões sobre esse atendimento, relacionei os problemas e impasses de Adriana ao campo da *falha básica e das patologias do negativo*, conforme referências teóricas de Balint, Winnicott e André Green. Referindo-me, aqui, aos dois últimos autores, gostaria de apresentar alguns fragmentos de um ensaio de André Green³ sobre o artigo de Winnicott “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, em que destaca a questão da psicopatologia na área do transicional.

Green afirma que ao definir *objeto transicional* como *uma possessão do não eu*, Winnicott propõe um novo ângulo ao conceito de objeto, diferente das concepções positivas usuais que o apresentam como um objeto de satisfação de uma necessidade, como objeto de desejo ou como objeto fantasiado. A partir de agora, o objeto é definido como “um negativo do eu”. Sofisticando esta noção, Winnicott ainda se refere a um paradoxo que inclui o que ele chama a tolerância do negativo: o fato de o objeto transicional *não ser* o seio – ou a mãe – é tão importante quanto o fato de *representar* o seio.

Green desenvolve sua argumentação destacando o fato de que Winnicott, partindo da concepção do desenvolvimento normal, vai gradativamente concentrar-se numa outra concepção do negativo. Percebe que o bebê só pode usar um objeto transicional quando o objeto interno está vivo, e é *suficientemente bom*. Entretanto, dada a relação com o objeto externo, o fracasso deste em alguma função essencial leva indiretamente à morte, ou a uma qualidade persecutória do objeto interno. E somente após a persistente inadequação do objeto externo é que o objeto interno deixa de ter sentido para o bebê, valendo o mesmo para o objeto transicional.

Winnicott destaca a noção de *ausência* na psicopatologia da área transicional, introduzindo-lhe novos referentes que subvertem os seus significados usuais. Assim, na situação de uma mãe ausente por um tempo além do tolerável

3 A. Green, “A intuição do negativo em *O brincar e a realidade*”, p. 69-86.

»
*Winnicott destaca a noção
de ausência na psicopatologia
da área transicional,
introduzindo-lhe novos referentes*

para o bebê, a lembrança ou a representação interna dela se esmaece. Os fenômenos transicionais vão gradativamente ficando sem sentido para o bebê e ele não pode experimentá-los. O objeto sofre uma descatexia, um desinvestimento e depois de certo tempo... “a mãe está definitivamente morta, quer esteja ausente ou presente”. Isso significa que nenhum contato pode ser restabelecido quando ela retorna. Nesse contexto, a “ausência de memória, ausência na mente, ausência do contato, ausência de se sentir vivo, todas essas ausências podem ser condensadas na ideia de uma falta ou lacuna... (que) ... em vez de se referir a um simples vácuo ou a algo que está faltando, torna-se o substrato para o que é real”.

Green prossegue. Na relação inicial entre mãe e filho, quando o *holding* se constitui, as separações são experiências possíveis pois a representação da mãe pode ser suspensa ou ter outros substitutos. Nesse ponto é muito importante o que chama de uma “construção introjetada de uma estrutura de enquadramento”, semelhante aos braços da mãe no *holding*. Essa estrutura permite à criança tolerar a ausência da representação porque ela dá sustentação ao espaço psíquico do bebê. Com esse suporte que a estrutura do enquadramento dá à mente da criança, a alucinação negativa pode ser substituída pela gratificação alucinatória do desejo ou pela fantasia. Porém, quando o bebê enfrenta a experiência da morte, a estrutura se torna incapaz de criar representações substitutas. Aí surge o vácuo, o vazio, o que quer dizer a não existência de qualquer objeto, nem da mãe, nem do substituto. Trata-se de uma destrutiva alucinação negativa do objeto, ou seja, do esmaecimento das representações internas pelo mecanismo da descatexia ou do desinvestimento.

Nestas condições, a referência ao negativo é de uma não existência, de um vazio, enfim, de uma desolação. Winnicott vai dizer que essa não existência tornar-se-á, em certo momento, a única coisa real: o real passará a ser o vazio, a lacuna. E, se mais tarde o objeto tornar a aparecer, sua realidade estará relacionada com sua não existência; mesmo o retorno da presença não será suficiente para desfazer os efeitos desastrosos de sua prolongada ausência. E como diz Green, a não existência permanece na mente, apagando as representações anteriores do objeto. Eis aí os efeitos de uma alucinação negativa destrutiva!

Cabe mencionar, ainda, as considerações de Green sobre as diferenças entre o seu trabalho teórico e o de Winnicott. “O que temos que manter em mente é que na teoria pulsional freudiana sempre há uma implicação de algo em excesso no aparato psíquico, que tem que ser reduzido ou reprimido ou, eu diria, negativado”. Destaca, na sequência, que as referências de Winnicott são diferentes, já que ele está principalmente preocupado com a separação e se orienta primordialmente para o objeto, enquanto Green considera a situação do ponto de vista das pulsões. E que as vicissitudes da pulsão devem ser levadas em conta juntamente com os aspectos da relação objetal, numa dinâmica de mútuos esclarecimentos.

Em uma de nossas últimas sessões, Adriana chegou muito ansiosa para me contar, numa fala de-

lirante, um fato novo: o nascimento de uma irmã, com o mesmo sobrenome que o seu, os mesmos pais e até o mesmo sangue comprovado pelo exame médico que ela teria feito. “Agora, eu e Sofia vamos cuidar dessa irmãzinha”. Como se ela nascesse de novo, depois de não ter mais o sentimento de pertencimento ao abrigo. Fala do desejo de ter um bom emprego, morar com a irmã e provar a ela que pode se cuidar sozinha e aprender a viver nesse mundo. “Mas eu tenho muito medo. Às vezes quando acordo sinto muita angústia e então eu choro muito”.

Assim, ao lado dos sonhos e das fantasias, vem se juntar o delírio, como mais um mecanismo de fuga de uma situação cheia de dor. Mas... será só isso? Como tomar esta formação delirante? Talvez ela não seja a expressão de uma negatividade destrutiva, ou de uma alucinação negativa destrutiva. Talvez a transferência em jogo na análise tenha se constituído, nesse momento, como uma transferência “suficientemente boa”, nos moldes do *holding* para garantir a Adriana uma sustentação psíquica que lhe permitisse tolerar a ausência do colo materno, experiência reforçada na ocasião do desabrigo institucional. O *holding* transferencial permitiu substituir a negatividade com que sempre reagiu às experiências de separação, por uma “gratificação alucinatória do desejo ou pela fantasia”. Porque é a isso que seu delírio me remete: pelo simbólico do nascer de novo e pelo desejo expresso de *provar-se capaz*, numa vida fora do abrigo, plena de outros sentidos, e ela dona de seu destino.

Referências bibliográficas

- Balint M. (1993). *A falha básica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Green A. (2003). A intuição do negativo em *O brincar e a realidade*. In: J. Abram (ed.), *André Green e a Fundação Squiggle*. São Paulo: Roca.
- Winnicott D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (2002). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo (2004). *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo*.

Unsheltering

Abstract Brazil's “Children and Adolescent’s Statute” of 1990 establishes guidelines for institutions involved in the care and protection of

underage persons. Among these are public and private shelters for victims of various kinds of violence resulting in temporary removal from their families. Although the law stipulates that sheltering cannot exceed two years, in many cases this limit is not obeyed. The psychotherapy of Adriana reveals the suffering and deprivation caused by a sheltering period that lasted over sixteen years; the unique characteristics of this case required new clinical procedures, which the author presents in her paper. Her study is grounded on the views of Michael Balint, André Green and Donald Winnicott, which, she feels, provide deeper understanding of the most primitive aspects of the psychological development.

Keywords shelter; deprivation; holding; absence; the negative; psychotherapy of adolescents.

Texto recebido: 11/2010

Aprovado: 11/2010

A análise: um lugar entre o *gourmet* e o *gourmand*¹

Luciana G. Kopelman Thalenberg

Luciana G. Kopelman Thalenberg (1965-2009) psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, membro do Projeto de Investigação e Intervenção na Clínica da Anorexia e Bulimia do referido departamento.

Soraia Bento Gorgati é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma do referido departamento.

Resumo Este trabalho apresenta as vicissitudes de um processo analítico a partir de um caso fora dos moldes das neuroses de transferência, no universo das patologias alimentares. A autora sustenta a importância de um reposicionamento dos analistas frente aos desafios da clínica contemporânea. Apresenta características da economia psíquica exemplificadas nessa experiência clínica, mas que poderiam se estender para os casos em que o funcionamento oscila entre os extremos tudo/nada, que ela trabalhou como efeitos paradoxais.

Palavras-chave transtornos alimentares; processo analítico; economia psíquica; corpo.

- 1 Esse trabalho foi apresentado no evento "Tramas e Dramas nas Patologias Alimentares" realizado pelo Projeto de Intervenção e Investigação na Clínica da Anorexia e Bulimia do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae em setembro de 2008.
- 2 L. G. K. Thalenberg, A rede de apoio no tratamento oncológico, p. 713-715.
- 3 L. G. K. Thalenberg, Adolescência e transtornos alimentares, disponível em <www.jornaljovem.com.br/edição15/convidado04.php>. Acesso em agosto de 2009.

A publicação deste texto cumpre uma dupla função: a primeira é dar ao conhecimento público uma amostra do pensamento clínico-teórico de uma psicanalista que trabalhou com intensa sensibilidade e dedicação no Departamento de Psicanálise, em especial no Projeto de Intervenção e Investigação na Clínica da Anorexia e Bulimia; outra, prestar uma justa homenagem à querida colega que não teve tempo de ver publicado seu trabalho, porque sua vida foi curta demais para conter todos os seus projetos pessoais. Privilegiou o emprego de seu precioso tempo no convívio com a família, com seus amigos e ainda na sua atividade clínica. Jamais esmoreceu e viveu suas últimas estações deixando um legado de coragem, de amizade e de textos que pusessem em evidência a importância dessa trama densa que sustenta a vida: o olhar do outro que legitima o si mesmo. Escreveu sobre a apropriação necessária do corpo e das escolhas terapêuticas pelo sujeito sofrente, que conferem à medicina e ao médico um lugar de parceiros no combate aos sintomas, ainda que devolva ao sujeito o papel de guardião do próprio destino; escreveu a partir de um olhar terceiro para falar de uma experiência pessoal na construção de uma Rede de apoio para portadores de doenças graves, teorizando em causa própria também². Lindos trabalhos ela nos deixou³...

Foram tantos projetos... Alguns desses não puderam ser levados adiante e um deles teria me dado muito gosto ver concretizado... Sonhava escrever um livro de receitas oferecidas pelos amigos que experimentaram com ela um universo de sabores ao longo dos seus anos bem vividos. Seriam receitas com gosto das histórias vividas. No sentido em que ela trabalha o texto ao qual se refere esse pre-

129

PERCURSO 45 : p. 129-136 : dezembro de 2010



*se a colher de pau tem
memória, o que dizer de nós?
As marcas que nos constituem estão
situadas num tempo suspenso
e se presentificam nos nossos
encontros pela vida e na análise*

130

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

lúdio, sempre foi uma gourmet e tinha imenso prazer em oferecer seus dotes culinários aos seus: sua casa estava sempre aberta para receber. Quando a convidei para integrar o grupo de estudos e atividade clínica sobre patologias alimentares sabia que, além da sua fineza de escuta clínica, traçaríamos conexões importantes sobre o papel do alimento, da função nutriz e do prazer, das trocas fecundas que também alimentam, enfim, do genuinamente humano.

São inúmeras lembranças que fazem essa interface em nossas vidas: não podia supor que as sementes para esse trabalho conjunto haviam sido plantadas há muito tempo, quando éramos jovens recém-formadas. Eu e ela queríamos explorar as possibilidades de uma receita de geleia de morango, para presentearmos os amigos ou pensando num plano B profissional, caso a psicanálise não nos desse sustento. Saímos juntas para comprar os tais morangos nesses caminhões que ficam pelas travessas da Avenida Sumaré. Foram muitas caixas para dar conta das nossas pretensões de nos transformarmos em expoentes no ramo das geleias. Panela no fogo, aroma doce pelo ar, descansamos a colher de pau na própria panela para nos revezarmos na tarefa de mexer a mistura. Enquanto os morangos iam se fundindo ao açúcar, nosso papo ia seguindo seu curso por tantos caminhos quanto duas amigas são capazes de abrir numa tarde despreocupada. Esquecemos um detalhe: tirar a colher da panela. Quando ficou pronto, criamos um ritual para degustar a pro-

metida iguaria e logo na primeira colherada descobrimos que a geleia estava intragável. Explodimos num riso sem fim e Luciana, rapidamente refeita do fracasso profissional, com sua inteligência e senso de humor afiados, cunha a frase que me acompanha: “Bento (assim ela me chamava), não sabia que colher de pau tem memória... ela guardou todos os sabores que passaram pela sua superfície e generosamente os devolveu na nossa geleia”. A geleia evidentemente não pôde ser aproveitada, mas esse momento foi simplesmente delicioso...

Nessa introdução, pretendia transmitir um pouco do sabor dessa convivência generosa, alegre, inteligente e batalhadora até o último instante...

Se a colher de pau tem memória, o que dizer de nós? As marcas que nos constituem estão situadas num tempo suspenso e se presentificam nos nossos encontros pela vida e na análise. O trabalho publicado nos conta a construção de um processo analítico de uma mulher ora saco-sem-fundo, ora transbordante, que precisava de alguém que ancorasse seus excessos e lhes devolvesse um sentido. Lá estava sua analista.

Luciana, ou simplesmente Lu, é⁴ uma daquelas pessoas que sempre achou que poderia fazer mais: seus textos ficavam arquivados à espera daquela energia excedente para retrabalhá-los. Dizia que tinha uma convicção absoluta na sua capacidade clínica, mas uma exigência de rigor na sua produção teórica que a fazia incansavelmente retomar a experiência em busca daquela coisinha a mais... Ao mesmo tempo, pertinaz como ninguém, declinava carinhosamente das ofertas de ajuda com seus textos, simplesmente, acredito eu, porque os queria assim! Por essa razão, optamos pela publicação de “A análise: um lugar entre o gourmet e o gourmand” na forma em que foi feito: um escrito para ser falado, reproduzindo, assim, o momento do evento. Quando o releio, posso recuperar vividamente na minha memória a sua apresentação. Ao final da sua fala, o auditório a aplaudiu vigorosamente, ela encontrou o olhar orgulhoso dos amigos e sorriu...

SORAIA BENTO GORGATI

O corpo na sociedade pós-moderna expressa mudanças que vêm ocorrendo na forma de subjetivação dos indivíduos. São corpos em ação, corpos disformes, corpos vigiados, enfim, corpos em sofrimento. Os transtornos alimentares podem ser vistos como um paradigma dessas mudanças.

Não pretendo dizer com esta afirmação que há uma única forma de subjetivação na sociedade pós-moderna. Os corpos também são a expressão de conquistas, de prazer, de construções, etc.

Utilizando como alegoria a polaridade existente entre *gourmet* e *gourmand*, pretendo discutir algumas questões relativas à análise de pacientes com transtornos alimentares.

Minha ideia é mostrar que há mudanças na economia psíquica que produzem efeitos na clínica. Como balizadores para esta discussão, utilizarei a transferência e a memória. Por que esse recorte?

Em primeiro lugar porque a instauração e o manejo da neurose de transferência nesses pacientes têm exigido muitas vezes o reposicionamento dos analistas frente ao seu próprio instrumento de trabalho. Joel Birman desenvolve essa ideia, quando nos fala de um tempo que antecede a análise propriamente dita, onde analista e paciente constroem juntos as condições necessárias à realização desta. Desenvolverei melhor essa ideia mais adiante. Em segundo lugar, porque as ideias de plenitude e de vazio, tantas vezes descritas por estes pacientes, são correlatos de um esvaziamento da capacidade associativa.

Em linhas gerais, a distinção entre *gourmet* e *gourmand* está dada pela maneira como cada um se relaciona com a comida e com a sua lembrança.

Enquanto o *gourmet* faz um relato excessivamente detalhado, a ponto de nos fazer pensar que é possível reproduzir sua experiência tal e qual, infinitamente, o *gourmand* mal pode se lembrar do que comeu. O que lhe restou foi o empanturramento.

4 Peço uma licença para o erro de concordância de forma que eu possa manter entre dois planos o presente e o passado; a presença e a ausência.

5 S. Freud (1904), "O método psicanalítico".

»
*temos aqui um ponto
que vem sendo motivo de
discussão nos meios psicanalíticos:
a possibilidade de análise desses
pacientes. Considera-se, muitas
vezes, impossível tratar
uma pessoa cujo corpo
está reduzido à pura imagem*

A construção dos andaimes para a análise de Carla

Carla, nome fictício, iniciou a análise dizendo não suportar mais viver. Sentia seu corpo como algo repulsivo, destruído pelos seus ataques compulsivos. As primeiras entrevistas mostravam que Carla sustentava a própria existência basicamente sobre dois pilares: o da mulher abusada na infância e o da relação especular com seu filho, que lhe conferia a posição da mais bela entre todas as mulheres. Outra característica presente nesse início era a agitação, revelada num olhar que não se fixava em nada, numa narrativa que operava como um ato. Vomitava seus pensamentos. Seu perfil impulsivo mostrava-se evidente. Seu corpo, em ação, tornara-se o veículo de expressão de seu sofrimento.

Temos aqui um ponto que vem sendo motivo de discussão nos meios psicanalíticos: a possibilidade de análise desses pacientes. Considera-se, muitas vezes, impossível tratar uma pessoa cujo corpo está reduzido à pura imagem, destituído de interioridade, desconectado de sua vertente simbólica e, portanto, esvaziado de linguagem.

Freud também se preocupava em delimitar as fronteiras do trabalho analítico. Por exemplo, em seu texto de 1904, *O método psicanalítico*⁵, afirmou de maneira categórica que casos de anorexia nervosa não deveriam ser tratados pela psicanálise devido à gravidade do sintoma que oferecia risco de morte ao paciente. Apesar disso



*este tipo de entendimento
reflete um modo de pensar baseado
nos princípios de causa-efeito.
O que o trabalho analítico evidencia
é que essa lógica não opera
nas questões psíquicas*

ele teceu inúmeras hipóteses a respeito desta sintomatologia.

Joel Birman, ocupado em pensar alguns impasses da clínica contemporânea, retomou os questionamentos acerca daquilo que compete ao trabalho analítico e daquilo que está fora do seu campo. Nessa investigação ele se confrontou com uma redução do campo de trabalho dos analistas. Tal limitação, segundo ele, é fruto de um equívoco teórico que tende a anular a presença do corpo na experiência do sujeito. Em suas palavras: “A rigor, não existe o sujeito e seu corpo, numa dualidade e polaridade insuperáveis, mas um corpo-sujeito propriamente dito”⁶.

Abro um parêntese aqui para contar que uma das possibilidades de nome para este evento era: “Para não tirar o corpo fora”⁷, o que sem dúvida fala do posicionamento da nossa equipe diante da questão. Esse posicionamento de maneira nenhuma deixa de levar em conta os riscos. O trabalho envolvendo diversos profissionais da saúde tem se mostrado o mais eficiente para casos dessa ordem. Até mesmo porque a construção dessa rede favorece a sustentação da transferência, que muitas vezes trabalha na direção de impedir o tratamento, num movimento no qual espregueia a pulsão de morte. Autores que trabalham com o tema dos transtornos alimentares traçam correlações entre o tipo de sintoma e a qualidade da transferência estabelecida com o analista. Por exemplo: em casos de bulimia have-

ria uma maior disposição para o estabelecimento de uma relação indiscriminada com o analista; já na anorexia, do tipo restritivo, a evitação pode ser um fator preponderante. Isso, no entanto, não é uma regra. De qualquer maneira, a rede que se forma a partir da presença de diversos profissionais presta-se como uma oferta de diferentes objetos através dos quais o paciente pode fazer seus investimentos pulsionais.

Pois bem, se do ponto de vista teórico a Psicanálise tem elementos para lidar com estes casos, a questão que se coloca é mais da ordem da estratégia clínica.

Nessa estratégia, é necessário levar em conta que com certa frequência deparamos com um perfil de pacientes que nos convocam a falar, agir e sugerir coisas. O interessante desse tipo de demanda é que, via de regra, o sujeito em questão não se coloca como alguém implicado na construção de um saber sobre si. Lembro uma paciente com bulimia que me dizia o seguinte: “Vômito porque, quando era menor, minha mãe não permitia que eu comesse doce. Ela tinha muito medo que eu engordasse. Nem sei se eu era gorda. Agora como aquilo de que gosto e não engordo”. Carla dizia o seguinte: “Como muito porque assim me protejo dos assédios”.

Este tipo de entendimento reflete um modo de pensar baseado nos princípios de causa-efeito. O que o trabalho analítico evidencia é que essa lógica não opera nas questões psíquicas.

Outro ponto interessante desse tipo de articulação, causa-efeito, é que o registro temporal se perde. A memória de certos acontecimentos congela-se num presente sem vistas para o futuro e, por outro lado, sem as marcas do tempo passado.

Em termos de narrativa, o que se observa é uma articulação que não faz ligação entre diversos elementos. É uma narrativa que desconsidera os vestígios, os fragmentos de vivências, enfim, tudo que possa se abrir para novas montagens.

Tendo Carla sua identidade erigida sobre os dois pilares que mencionei anteriormente, pôde manter-se apartada dos enigmas da própria existência, por certo tempo.

No meu entender, o que trouxe essa paciente para a análise foi uma rachadura nessa identidade. Isto aconteceu no momento em que recebeu um convite para participar de um evento, mas, para tanto, teria que perder peso. Não entrarei em detalhes, apenas posso adiantar que participar desse evento, para ela, se traduzia na esperança de habitar o seu corpo de forma prazerosa. Carla punha por água abaixo as teorias que acreditam que para emagrecer basta um bom motivo. Os sintomas não se prestam a esses caprichos. Ela não emagreceu e, portanto, não pôde participar do evento. Foi em função dessa dor que a sua análise teve início. Seu corpo havia se tornado abjeto. O seu transbordamento evidenciava o grau de angústia presente.

Micheline Enriquez, em seu trabalho a respeito do masoquismo⁸, trilha os caminhos da história primeva entre mãe e bebê. Em suas suposições acerca dos investimentos maternos, acaba delineando alguns destinos possíveis de arranjos pulsionais que irão por fim marcar a relação do indivíduo com o seu corpo. Um desses destinos é o da manutenção do corpo em sofrimento. Estamos diante da função edificante do sofrimento – função presente em vários momentos da história de cada indivíduo. A questão que os analistas vêm se colocando é a da apropriação, cada vez mais frequente, do sofrimento como um valor, um bem. Assim sendo, ele deixa de ser um marcador de passagens, uma força motriz, para congelar-se como identidade.

Alguns dados que foram surgindo durante os primeiros meses apontavam para um tipo de investimento materno na linha daquilo que uma mãe do tipo operatório pode oferecer. Em suas palavras: “tive uma mãe que sempre cuidou bem de mim e dos meus irmãos, mas não me lembro de nada a mais do que esses cuidados. Ela sempre evitou os

»
*a minha leitura é que
a abnegação nada mais
é do que uma forma disfarçada
para sujeitar o outro; e como
em toda relação de sujeição,
o ódio e a violência
ganham grande expressão*

meus abraços. Acho que ela não gosta de carinho. Às vezes acho que ela não gosta de mim”.

A imagem que tinha de sua mãe era a de alguém que não media sacrifícios para prover os filhos, uma mãe abnegada. A minha leitura é que a abnegação nada mais é do que uma forma disfarçada para sujeitar o outro; e como em toda relação de sujeição, o ódio e a violência ganham grande expressão. Esse gozo materno só pôde ser vivido intensamente pela impossibilidade de o seu pai fazer frente a tamanha apropriação.

A partir da percepção de que eu pensava Carla em lugares opostos aos seus enunciados, pude fazer certos manejos para que a resistência não se tornasse um impedimento ao tratamento. Entendia que ela não tinha com quem deixar o filho para vir à análise porque não podia afastar-se dele. Seu filho, que na época tinha 6 anos, sequer frequentava a escola. Sem comunicar-lhe o meu entendimento, apenas disse que poderia trazê-lo, se necessário. Poucos meses depois, a criança passou a frequentar a escola.

Quanto à obesidade, pensava nela como uma mulher faminta, devoradora. Isso fez com que eu dispensasse uma atenção maior para as suas demandas. Aliás, não eram poucas: mudanças de horários, sessões extras, atendimentos para o restante da família, etc. Percebendo que havia um transbordamento, um excesso de excitação, respondia de maneira similar ao das mães frente aos excessos dos filhos: às vezes atendia numa sessão extra,

6 J. Birman, *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*.

7 “Para não tirar o corpo fora” foi um título pensado para nomear o evento, porque queríamos enfatizar a importância do corpo pensado tanto do seu ponto de vista físico, quanto como corpo erógeno, objeto privilegiado pela psicanálise.

8 M. Enriquez, *Nas encruzilhadas do ódio*.



*outra mãe entendia que
se a criança não estivesse
nem com frio, nem com fome
e nem doente, ela deveria ficar
no berço para não se tornar manhosa*

noutras dizia achar que era suficiente para aquele momento, e noutros lembrava as suas faltas.

Tenho me perguntado se uma das marcas deixadas por uma mãe do tipo operatório não é justamente uma alienação do sujeito em relação ao próprio corpo. Sem poder confrontar-se com os próprios desejos, que estão além das necessidades vitais, o sujeito submete-se à arbitrariedade materna. Seu corpo fica arrendado à mãe.

Lembro-me de uma paciente que também tivera como mãe alguém que só podia se ocupar das suas necessidades básicas. Esta mãe entendia que se a criança não estivesse nem com frio, nem com fome e nem doente, ela deveria ficar no berço para não se tornar manhosa. A paciente, que mais tarde apresentou um quadro de anorexia, se perguntava sobre o destino do corpo após a morte. Queria conhecer com detalhes o processo de decomposição deste. Ora, saber sobre o corpo é sem dúvida nenhuma saber algo além dos processos orgânicos. Quando a pergunta sofreu uma pequena alteração, que incluía a fronteira entre vida e morte, foi possível, em análise, processar certas questões sobre sua origem que estavam absolutamente conectadas ao seu sintoma. Desconhecia que parte da sua família havia definhado em campos de concentração.

Para encerrar esta apresentação, trarei um episódio ocorrido poucos meses após o início do tratamento. Através dele pretendo retomar a discussão que assinalei no início, a propósito da

necessidade de construir, junto com o paciente, as condições para o estabelecimento da análise. Acompanharei, através do texto de Joel Birman “A ausência de inscrição e o transbordamento pulsional”⁹, o caminho da obra freudiana a fim de estabelecer a evolução das considerações de Freud a respeito do processo analítico e da finalidade do ato interpretativo.

Se num primeiro momento, para Freud, a interpretação visava a trazer para o sistema consciente a cena traumática marcada no inconsciente, essa concepção mostrou-se insuficiente (apenas isso não garantia a superação do recalque). O afeto precisava ser incluído na experiência. A abreação era necessária para a resolução da experiência traumática. Nas palavras de Birman: “Para que se revele uma inscrição inconsciente não basta dizer algo ao analisando; também é preciso reviver, no espaço analítico, as situações inscritas, para que possam adquirir a dimensão da palavra e possam falar não como palavra racional, mas como palavra encarnada”. Em 1914, Freud estava às voltas com um fenômeno que aparecia ao longo do tratamento, sob a forma de resistência, e, que tinha como efeito criar obstáculo à análise: tratava-se da compulsão a repetição, que mais tarde, em 1920, passou a ser compreendida como uma possível expressão da pulsão de morte. É dessa dificuldade que surge o conceito de perlaboração. É através de uma análise minuciosa das resistências que a compulsão a repetição vai ganhando forma, ou melhor, palavra, entrando assim no campo do simbólico. A perlaboração é esse trabalho.

O fenômeno da compulsão a repetição mostrava que a lógica do prazer e do desprazer – como únicos reguladores econômicos do aparelho psíquico – não era suficiente. Havia algo mais além do princípio do prazer. Com a nova configuração do aparelho psíquico (segunda tópica freudiana), foi possível delinear melhor a existência de um conjunto de experiências traumáticas que não haviam encontrado inscrição dentro de uma cadeia de significações. Tal vazão de inscrição promove efeitos mortíferos experimentados na transferência. Esses excessos pulsionais exigem

uma primeira inscrição simbólica. Do contrário a análise sucumbe ao transbordamento pulsional.

Retomo agora o momento que considerei como sendo inaugural de uma outra perspectiva para a análise de Carla. Frente a situações de risco em que a paciente se colocava e da violência exercida sobre seus filhos, sugeri que consultasse um psiquiatra. A recusa foi imediata. Não iria a psiquiatra algum, pois não podia tomar nenhuma medicação, uma vez que apresentava efeitos paradoxais. Lembrei que a escutava frequentemente em lugares opostos aos seus enunciados. Algo de paradoxal ocorria ali na transferência.

Pedi que me contasse qual foi o primeiro episódio desse tipo de efeito. Contou-me que aos 20 anos de idade, no auge da paixão por aquele que viria a ser seu marido, conseguiu um emprego muito interessante. Para ser promovida, no entanto, teria que emagrecer. Apesar de não ser gorda, precisaria disfarçar as curvas do seu corpo. Sua mãe tomara para si a tarefa de fazê-la emagrecer. Ou melhor, aproveitou a oportunidade para novamente unir-se à filha num projeto único. Passou a partilhar com ela os inibidores de apetite. Meses depois, Carla teve o primeiro episódio anoréxico.

Disse-lhe que os efeitos paradoxais eram uma forma de rebelião. Uma rebelião contra a dominação do seu corpo por um outro; contra as arbitrariedades a que tantas vezes esteve exposta – sobretudo a arbitrariedade materna. Aqui houve, a meu ver, uma primeira inscrição daquilo que até então era vivido num transbordamento pulsional.

»
*comer excessivamente
deixou de ter a finalidade
de fundir-se à mãe. É a partir desse
ponto que se coloca a pergunta:
“Fome? Fome do quê?”*

Esse episódio permitiu que Carla desse outras significações para a sua obesidade. Lembrou-se de que quando deu à luz sua filha apresentou um quadro de psicose puerperal. Passou dias enrolada num cobertor sem querer ver a filha. Segundo ela, estava apavorada em ter uma filha mulher. A referência de sua mãe só pôde ser encontrada numa regressão dramática a um lugar fusional, tão bem representado pelo cobertor. O invólucro retornou mais tarde sob a forma de gordura. Era justamente o momento em que estava às voltas com a própria violência e, sem dúvida, identificada com seus agressores, sobretudo com sua mãe.

Carla deixou de ser *gourmand*, pelo menos no sentido em que eu apresentei este termo. Comer excessivamente deixou de ter a finalidade de fundir-se à mãe. É a partir desse ponto que se coloca a pergunta: “Fome? Fome do quê?”.

Referências bibliográficas

- Birman J. (2001). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1991). *Freud e a interpretação psicanalítica*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Enriquez M. (2000). *Nas encruzilhadas do ódio*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1904/1996) O método psicanalítico. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.

Analysis: a place between *gourmet* and *gourmand*

Abstract This work discusses the difficulties of a case belonging to the group of alimentary pathologies. The author stresses the importance of reflecting about the problems faced by analysts who take up contemporary clinical challenges. She discusses the characteristics of psychic economy exemplified in this clinical experience, and argues that they are not limited to this kind of pathology: similar paradoxical effects can be elicited in cases floating between “all” and “nothing”.

Keywords alimentary pathologies; anorexia; transference; clinical practice.

Texto recebido: 09/2010

Aprovado: 10/2010

Radmila Zygouris

Por uma psicanálise laica¹

Realização Andréa Carvalho, Bela M. Sister, Danielle M. Breyton, Deborah Cardoso, Silvio Hotimsky e Susan Markuszower

Tradução Andréa Carvalho e Danielle M. Breyton

Nosso grupo iniciou este trabalho de forma diferente e surpreendente. Fomos procurados por colegas da Comissão de Admissão do nosso Departamento² com a sugestão de realizar uma entrevista sobre formação em psicanálise, destacando a questão da admissão de novos membros dentro de uma instituição de psicanalistas. A proposta de um reencontro com Radmila Zygouris, que havia sido entrevistada pela Percurso em 1995, nos pareceu muito feliz. No decorrer desses anos ela seguiu produzindo um pensamento vivo, atual e radical que interessa ser atualizado aos leitores de nossa revista.

Radmila foi membro da École Freudienne de Paris (EFP), fundou o grupo Ateliers de Psychanalyse e participou da criação da revista L'Ordinaire du Psychanalyste, que tinha como princípio a publicação de textos não assinados por seus autores com a finalidade de promover um espaço onde as ideias pudessem ser expostas e lidas da forma mais livre possível. Escreveu vários livros, alguns deles publicados em português, como Ah! As belas lições (Escuta, 1995), Pulsões de vida (Escuta, 1999), O vínculo inédito (Escuta, 2003), Nem todos os caminhos levam a Roma (Escuta, 2006) e uma grande quantidade de textos e palestras que podem ser encontrados em seu belo e interessante site: <http://www.radmila-zygouris.com/>

Sua visão inovadora tanto se reflete nas suas considerações sobre a formação do psicanalista e sua relação com as instituições, como no que diz respeito ao encontro analítico. Para ela, é fundamental que haja uma cultura de heterogeneidade na formação dos analistas e que estes assumam a laicidade da psicanálise associada a uma postura política de luta contra o esmagamento do sujeito por um

¹ Agradecemos a gentileza de Catherina Koltai na elucidação de alguns termos utilizados pela entrevistada.

² O Grupo de Admissão do Departamento de Psicanálise (biênio 2009-2011) é formado por Anna Maria Alcântara do Amaral, Anna Mehoudar, Célia Klouri, Cláudia Justi Monti Schönberger, Cleide Monteiro, Décio Gurfinkel, Eva Wongstchowski, Noemi Moritz Kon, Osvaldo De Vitto e Rita Cardeal.



*algo do nosso desejo
inicial foi transmitido:
hoje, assim como ontem,
não há posições e nem
práticas dogmáticas*

mundo que valoriza a uniformização, a robotização, o controle e a normalização. Merecem destaque suas reflexões a respeito do vínculo e da transferência, marcando de forma singular o trabalho possibilitado por uma relação analítica, onde o analista deve poder se adaptar às possibilidades dos seus pacientes.

Radmila Zygouris analisa o lugar das teorias na tentativa de compreensão da complexidade das estruturas psíquicas, chama atenção para a importância das descobertas das neurociências e retoma as discussões sobre a pulsão de morte dentro da psicanálise. Suas contribuições ampliam e aprofundam os questionamentos propostos pelos grupos de admisão e de entrevista.

A ela, nossa gratidão pelo cuidado e generosidade ao responder esta entrevista, realizada por e-mail em agosto de 2010.

138

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

SILVIO HOTIMSKY
SUSAN MARKUSZOWER

PERCURSO Relendo sua entrevista publicada na revista *Percurso* em 1996, nos surpreende a atualidade de suas reflexões, seus questionamentos e propostas, visando a uma livre interlocução entre analistas. Passados quase trinta anos da fundação da Federação dos Ateliês de Psicanálise (FAP)³, que balanço a senhora faz hoje dessa experiência? Quais foram seus ecos ou desdobramentos?

ZYGOURIS Em mais de vinte anos houve duas gerações de psicanalistas formados parcial (vindos de outras instituições) ou inteiramente dentro da FAP. Pelo que posso constatar, algo do nosso desejo inicial foi transmitido: hoje, assim como ontem, não há posições e nem práticas dogmáticas, e, pouco a pouco, uma verdadeira cultura de heterogeneidade começa a existir.

Referências múltiplas coexistem.

Após um longo período em que constatamos certa rejeição ao lacanismo, atribuível a uma intoxicação sofrida pelos antigos da *École Freudienne*, os mais jovens, que não conheceram isso, começam a redescobrir Lacan de maneira mais fresca e mais leve.

No conjunto, a aposta sobre o primado da clínica foi mantida. Os membros são em sua maioria, do meu ponto de vista, bons clínicos e muito bons terapeutas. Isso tem um preço: apenas uma minoria consegue levar adiante uma implicação clínica – frequentemente excepcional – e a disponibilidade necessária à pesquisa e à produção teórica. Pois, com frequência, trata-se de uma questão de tempo e não apenas de interesse ou disposição intelectual. Um bom clínico consagra muito tempo a seus pacientes, a escutá-los, a refletir sobre o que ele escutou, e um bom teórico deve também dedicar muito tempo aos conceitos e aos trabalhos teóricos de outros analistas.

A FAP não se tornou conhecida particularmente por publicações nem pela presença midiática. Isso tem vantagens e desvantagens.

A época mudou e a vida dos jovens analistas se tornou mais difícil, material e psicologicamente. Eles devem trabalhar muito mais do que aqueles da minha geração, na idade correspondente, para subsidiar suas necessidades, e as condições de trabalho dentro das instituições de saúde se tornaram pouco valorizadoras e desagradáveis. No setor público, eles são obrigados a lutar para manter um mínimo de condições de duração das sessões para poder escutar como analistas seus pacientes adultos ou crianças.

No setor privado, eles deparam com pacientes vivendo em condições cada vez mais precárias, o que não facilita o tempo necessário das análises.



penso que há um grande trabalho a ser feito sobre os laços muito arcaicos que se encenam no interior dos grupos de analistas

Os Ateliês de discussões clínicas são, a esse título, assim espero, espaços onde eles podem debater sobre essas novas dificuldades em comparação às exigências teórico-clínicas das “formações” institucionais clássicas.

Continuamos a não praticar nenhum reconhecimento em termos de titularização ou diferenciação de níveis ou passe. O reconhecimento acontece, não obstante, de maneira mais sutil. A confiança não é um conceito psicanalítico, no entanto ela é um fator que determina o encaminhamento de pacientes. É difícil explicar por que alguém inspira mais confiança do que um outro. Isso pode ter a ver com a capacidade de escrever ou de sustentar discursos sábios! É suficiente que cada um procure em seu foro íntimo a quem ele enviaria um ser querido, para ver quão pouco peso tem o reconhecimento midiático...

No que diz respeito à instituição, um dos problemas que percebo é o risco de certa endogamia. Como não temos o recurso a UMA teoria que habitualmente cimenta os membros de

3 A Federação de Ateliês de Psicanálise teve origem em 1982, depois da dissolução da Escola Freudiana de Paris criada por Lacan em 1964, e por ele dissolvida em 1980. Desde seu início, a FAP nunca se propôs a oferecer uma formação instituída e seus estatutos não incluem nenhuma regra de formação institucional. Inicialmente, e por cerca de dez anos, a Federação era composta por três associações independentes: os Ateliês de Psicanálise que constituíam grupos de trabalho formados por pessoas que se reuniam em torno de algum tema clínico ou teórico, ou então seminários organizados por alguém em nome próprio; o Coletivo Acontecimento de Psicanálise (CEP) que organizava eventos pontuais, como colóquios, e que se autodissolveu após alguns anos de funcionamento e a Associação da Escrita, que chegou a publicar a revista *Espaces*.

um mesmo grupo, nem uma hierarquia de distribuição de títulos e de níveis, como é o caso da maioria das instituições analíticas, os fatores de simpatia ou antipatia pessoais podem tomar um lugar dominante. Logo, dificilmente escapamos dos canais transferenciais e da vinculação dos antigos analisando a seus analistas. É por isso que falo em endogamia e encorajo os jovens que fizeram suas análises com membros da FAP a viajar e ir ver como funciona em outras instituições. Habitualmente eles vão e voltam. É um problema, pois as transferências ficam frequentemente mais virulentas do que acreditamos, e isso engendra tensões e rivalidades que o trabalho nem sempre consegue sublimar. Dito isso, constato a mesma endogamia nas instituições em que se titulariza...

Penso que há um grande trabalho a ser feito sobre os laços muito arcaicos que se encenam no interior dos grupos de analistas. Acabei por me dar conta de que frequentemente uma análise acaba não unicamente no espaço privado de uma relação analista/ analisando, mas em uma conflitiva grupal. O aspecto arcaico passa, na maioria das vezes, despercebido, quando ele é, bem mais do que pensamos, o motor de violências nas instituições entre os analistas.

Com frequência uma análise “didática” termina na praça pública! Quantas cisões institucionais levantam problemáticas transferenciais e narcísicas não analisadas, pois secretas. Ferenczi, novamente mais clarividente que outros, tinha proposto levar uma análise didática até a análise de caráter!! Tarefa imensa. Ora, sabemos bem que o que mais dificilmente se transforma numa análise é o caráter. Noção da qual não falamos espontaneamente.

Não posso dizer muito mais sobre a FAP, é uma instituição com poucas estruturas fixas, que muda de presidente e de escritório a cada dois anos, renováveis uma única vez. Portanto, uma equipe bastante renovada assume a direção a cada quatro anos. O que dá, com cada nova equipe, uma tonalidade diferente, um ritmo diferente, um estilo diferente.

Pessoalmente me retirei de toda função institucional. Penso que os “velhos” devem ceder lugar aos mais jovens, que estão mais bem colocados para sentir os sintomas de sua época dos quais eles padecem, assim como seus pacientes. Estão mais bem situados para sentir o espírito da época. Estou, entretanto, sempre interessada pelo que está acontecendo e encontro, regularmente, vários dos membros que são também meus amigos.

Se entendi bem, vocês estão me perguntando se nós criamos modelos? Não. Mas muitos dos temas mais importantes, das nossas prioridades, que nos anos 1986-96 não interessavam a ninguém, são hoje temas de colóquios das mais importantes instituições. É o caso do interesse em relação a Ferenczi, Winnicott, a contratransferência, a noção de acolhimento, e mesmo o lugar cada vez mais importante dado ao afeto!! Lembro que até pouco tempo atrás, nos meios lacanianos esse termo era banido sob o pretexto de que o conceito de angústia era suficiente... e porque Lacan o tinha ridicularizado...

Mas mesmo a palavra afeto voltou, e é um sinal de que o interdito está empaldecendo...

Aí estão alguns dos domínios sobre os quais nós já estamos adiantados, não por sermos melhores, mas simplesmente mais livres para escolher as palavras dos nossos discursos. E constato, com alívio, que uma mudança está se operando.

Está chegando, está chegando... mas não podemos dizer. É impressionante como os analistas têm medo da infidelidade! Estamos distantes de estarmos à altura de uma boa sociedade laica.

PERCURSO O que a Sra. destacaria como primordial na formação de jovens analistas? Quais são suas considerações a respeito da questão do tempo e do talento no devir de um analista? A seu ver: por que nos tornamos analistas? Como nos tornamos analistas? E ainda... como nos mantemos analistas?

ZYGOURIS Vasta questão! Ela recobre todo o campo da formação de analista e do desejo de análise.



a presença unicamente da curiosidade faz pesquisadores.

Mas um analista não é apenas um pesquisador. Se for apenas isso, estamos diante de um comportamento cínico. Um analista cínico é um ser perigoso para os seus pacientes

O que me parece primordial é a capacidade de estar em uma proximidade ao outro humano, qualquer que seja ele. É uma aptidão subjetiva sobre a qual não devemos transigir: deve ser animada por um desejo de escutar o não dito e por uma curiosidade intelectual face ao funcionamento psíquico do outro e de si mesmo, frente a esse outro. Ao mesmo tempo, há que se possuir uma confiança nas suas próprias capacidades de sustentar uma relação com o desconhecido e com a angústia que engendra o sofrimento psíquico, do qual o paciente demanda ser libertado.

Mas, acima de tudo, alguns, mais do que outros, têm um desejo e um poder de proximidade com o humano estrangeiro. Estar próximo mantendo o respeito à diferença, trabalhar no sentido de uma transformação sem tomar o poder sobre ele. Isso pode tomar os mais diferentes aspectos segundo os indivíduos.

A presença unicamente da curiosidade faz pesquisadores. Mas um analista não é apenas um pesquisador. Se for apenas isso, estamos diante de um comportamento cínico. Um analista cínico é um ser perigoso para os seus pacientes. Ao contrário, se ele tem unicamente a capacidade de sustentar uma relação com o desconhecido, de se implicar em uma relação terapêutica e suportar angústia, corremos o risco de cair na compaixão, o que também não é desejável.

Em suma, é necessário ser curioso sobre os mistérios do *pathos*, trabalhando no sentido de resolvê-los pelo desdobrar da história do paciente e



*a análise ajuda um outro
a se pensar. Mas o pensamento
numa análise não é uma operação
intelectual. A análise abre uma
inteligibilidade outra em relação
a si mesmo e ao outro*

dos seus conflitos através da transferência, tendo a sabedoria de suportar as postergações, as resistências e as denegações.

Um analista não pode ter pressa! Essas são as qualidades de um analista que não é um pesquisador frio e cínico frente a seu analisando, mas também um terapeuta que não o aprisiona em suas especulações puramente intelectuais. Sei que em muitos círculos psicanalíticos a ideia de terapeuta é mal vista. Pra mim tanto faz. Esses mesmos, que escrevem contra a análise como terapia, veem um dia ou outro demandar ajuda... simplesmente para conseguir suportar a vida! Então tento não ter uma visão esquizofrênica da psicanálise e levar em conta aquilo que conheço através da minha experiência cotidiana.

A análise ajuda um outro a se pensar. Mas o pensamento numa análise não é uma operação intelectual. A análise abre uma inteligibilidade outra em relação a si mesmo e ao outro. E por isso é necessário ser capaz de fazê-lo antes para si mesmo. É para isso que serve a análise necessária para se tornar analista.

Por que nos tornamos analistas? Responderei de maneira abrupta: pois a maioria dos analistas tem famílias loucas! Porque há loucuras escondidas nas melhores famílias, assassinatos psíquicos atuais ou foragidos dentro da história familiar, e porque há também traumas que vêm afetar certas famílias ou certos indivíduos mais do que outros. Não nos tornamos analistas por razões sempre confessáveis. Ou então nos tornamos

médicos, dentistas, comerciantes ou cientistas. Mas há também pessoas que se tornavam psicanalistas (coloque no passado, pois não é mais uma verdade) porque os psicanalistas ganhavam muito bem suas vidas, muito melhor do que os médicos ou os psicólogos! Era, portanto, um modo importante de ascender socialmente. Essa época é passado na França, com exceção dos psicanalistas que fazem sessões ultracurtas e despacham um grande número de pacientes em pouco tempo.

Como nos tornamos analistas? Tornamo-nos analistas analisando, portanto graças ao menos a um analisando que endereça uma demanda de análise a esse analista. Dizem que nos tornamos analistas através da própria análise, sim, mas é uma preliminar, não há analista sem analisando. Isso acontece seja nas instituições que traçam um caminho muito formalizado, seja vivendo uma verdadeira aventura subjetiva. Mas mesmo num percurso padronizado, há sempre uma parte de aventura.

Emito uma hipótese: em cada devir-analista há momentos privilegiados. Momentos-chave. Momentos em que deparamos com a presença real do inconsciente que faz acontecimento. Esse acontecimento psíquico faz efeito de iluminação. Em seguida isso pode voltar a se fechar, mas esse momento fará marco nesse percurso. É raro que um analista não tenha vivido uma experiência desse tipo. Podemos então falar de iniciação sem ritual, sem crença particular prévia. É perigoso falar desse tipo de coisas – pois abrimos brecha a críticas da ordem do irracional. No entanto, nada solicita mais o pensamento do que tal experiência de resplandecência. E muito frequentemente esses momentos de clarão voltarão para estimular mais e mais o analista em sua pesquisa.

E, finalmente, como nos mantemos analistas?

É uma questão muito boa. Pois não somos analistas de uma vez por todas. Há analistas que, enquanto analistas, são fósseis há muito tempo, mas como continuam a se manifestar, seja escrevendo, seja ocupando posições sociais importantes, esquecemos que eles são verdadeiros zumbis.

Penso, então, que se trata inicialmente de continuar vivo, e de manter a paixão pela psica-

nálise. E essa paixão nada mais é do que o vislumbre de um não saber e o intenso desejo de vencê-lo. Eu sei que Lacan disse que a histórica tinha a paixão da ignorância... mas eu não estou falando da ignorância, falo de uma percepção de um não saber que é motor, que incita a pesquisar e a incrementar o saber.

Logo se trata de se manter vivo e curioso. Falávamos outrora de curiosidade sexual infantil. Isso é apenas uma outra maneira de dizê-lo.

Há que se admitir que nós nunca acabamos de aprender, e que, com cada um dos pacientes, a psicanálise se reinventa, mesmo quando temos dezenas de anos de prática nas costas. Se não há mais encantamento, se não há mais surpresa, então o analista se entedia, e um analista entediado é um analista morto.

Faço um parêntese: é necessário fazer uma exceção para o aborrecimento que alguns pacientes provocam no analista e que é característico daquela transferência ou do domínio de certo interdito de pensar que é, em geral, a repetição de um silêncio mortal na história do paciente. Mas esse tipo de enfado provoca o analista ao pensamento e não necessariamente o adormece. E há também o analisando que precisa adormecer seu analista em certas sessões... mas esses são casos particulares.

Muitos analistas trabalham até idades bem avançadas. Eles não são obrigados a fazê-lo. Trata-se de interesse científico ou algo bem pior? Por que não uma adicção? Mas podemos também dizer que o fato de não conseguir se desligar é o sinal de que a sua própria análise é interminável.

PERCURSO Se focalizarmos a relação do psicanalista com as instituições, a Sra. considera que a formação de psicanalistas pode se dar fora de instituições psicanalíticas? Será que o exercício da psicanálise sobrevive sem as instituições formais?

ZYGOURIS Não é possível se tornar psicanalista sozinho, nem se manter psicanalista isolado. Cada analista precisa de outros analistas para colocar sua prática e seu pensamento à prova. Sozinho ele corre o risco de delírio de grandeza e de onipotência, mas também de se desencorajar.



*há que se admitir que nós
nunca acabamos de aprender,
e que, com cada um dos pacientes,
a psicanálise se reinventa,
mesmo quando temos dezenas
de anos de prática nas costas*

Mas isso não significa precisar estar em uma instituição. Um analista pode trabalhar com um pequeno número de colegas sem uma instituição formal.

Acontece que, sempre que um grupo ultrapassa um certo número de participantes, um mínimo de regras de trabalho se torna necessário e, inevitavelmente, a instituição se perfila. O instituído tende sempre a reprimir o instituinte. Mas é o instituinte que impulsiona a criatividade necessária à vitalidade da psicanálise.

É uma questão completamente diferente que se coloca a partir do momento em que um agrupamento de analistas pretende se tomar por fiador oficial da qualidade de analista de seus membros. Aí podemos falar de instituições formais. Há duas décadas houve uma enorme multiplicação de instituições analíticas, levando a uma tamanha diversidade de práticas, que se torna difícil falar da psicanálise. Podemos nos perguntar legitimamente se ainda existe uma unidade da psicanálise. As divergências se tornam mais importantes que os pontos de concordância.

Por exemplo, o que resta em comum entre a prática da psicanálise pelos analistas da *Cause Freudienne* e aquela dos analistas kleinianos, ou ainda dos pós-lacanianos, dos pós-kleinianos, dos alunos de Bion e dos freudianos ortodoxos? Às vezes, temos a impressão de que termos como o inconsciente, a transferência, a pulsão ou a repetição – supostos conceitos fundamentais da psicanálise – recobrem conteúdos semânticos e



então, pode a psicanálise sobreviver sem instituições formais? Sem dúvida não. Pois hoje em dia não existe mais nenhuma homogeneidade teórica nem prática que possa fazer alicerce comum e unidade entre as diversas instituições analíticas

tratamento clínico tão díspares que eles representam exclusivamente apelações formais idênticas.

Devo, ainda assim, fazer aqui uma correção àquilo que disse antes: todos os analistas, assim como seus analisandos, vivem dentro de um mesmo mundo. E apesar das divergências aparentes – diga-se dogmáticas – que separam as diferentes instituições, os praticantes são obrigados a levar em conta a sua época, suas mudanças e os imperativos políticos que pesam sobre os cidadãos. Então, se olharmos mais de perto, se não levarmos mais em conta os discursos teóricos oficiais a partir dos quais os diferentes grupos se legitimam, constatamos que todos são obrigados a mudar em função do espírito da época. Assim, e somente assim, podemos encontrar semelhanças e incômodos comuns. Respostas similares a dificuldades idênticas. É, portanto, através do político que podemos reencontrar um diálogo e uma luta compartilhada.

Então, pode a psicanálise sobreviver sem instituições formais? Sem dúvida não. Pois hoje em dia não existe mais nenhuma homogeneidade teórica nem prática que possa fazer alicerce comum e unidade entre as diversas instituições analíticas. Poderíamos ainda dizer que há um “objeto” comum? Se dissermos que é o inconsciente, já caímos em conflitos, pois não se trata do mesmo inconsciente segundo os diferentes grupos.

4 In *Jornal de Psicanálise, Instituto de Psicanálise – SBPSP, São Paulo, v. 34 (62 /63), 2001, p. 85-97. Publicado originalmente na revista *Che vuoi*, n.15, 2001.*

Então?

Então sobra apenas a referência à palavra psicanálise (ou ao significante psicanálise, se preferirem, mas não muda nada) que ainda mantém uma unidade, imaginária por enquanto.

Evidentemente há instituições que têm em comum mais do que a palavra psicanálise, que têm referentes comuns assim como exigências éticas e científicas, além da técnica psicanalítica, do dispositivo e do método da associação livre.

Mas por quanto tempo? Parece que as pequenas diferenças dos narcisismos de grupo prevalecem sobre o interesse geral. E há ainda as guerras que precederam as gerações atuais. As guerras entre nossos ancestrais analistas que nós continuamos a levar sem ainda conhecer os verdadeiros motivos.

O que nos resta é inegavelmente uma origem comum: Sigmund Freud... e... um inimigo comum: o esmagamento do sujeito por um mundo em vias de uniformização e de robotização.

É possível que, no fim das contas, seja graças a esse inimigo comum que uma unidade poderá se reformular para além das guerras de capelas.

E, contudo... há para mim um critério que não engana. Quando viajo e falo com analistas que não conheço, quantas vezes não encontro essa magia de um interesse comum, de uma paixão comum que circula para além dos códigos, das diferenças de língua e de formações, assim que começamos a falar da clínica? Há analistas, qualquer que seja a formação deles, com os quais essa magia se dá, e outros, aparentemente mais próximos, com os quais não posso trocar nada, frente aos quais fico muda e cujo discurso me gela. Em geral, esses analistas não se dignam a falar de clínica. Preferem ficar nas esferas desencarnadas da teoria. Penso que a fronteira, para mim, passa por aí: eu não tenho nada a dizer a ideólogos. Pois um analista que não pode dividir sua prática da loucura e da solidão (a sua e a de seus pacientes) com outros é um ideólogo.

PERCURSO Em seu texto “Stardust”⁴, a Sra. sublinha a franca oposição da FAP à nomeação do

analista, venha ela de onde vier. Poderia se estender um pouco mais sobre esse ponto?

ZYGOURIS Não gostaria de comprometer de maneira alguma a FAP, como instituição, com as minhas respostas. Estive, junto com outros oito analistas, na origem de sua fundação, mas hoje não ocupo nenhuma função oficial. Expresso-me, portanto, de maneira estritamente pessoal.

Vale dizer que desde o início da FAP houve uma parcela de membros da antiga *École Freudienne* e outra parte de analistas vindos da SPP (Sociedade Psicanalítica de Paris), afiliados à IPA. Uns e outros tinham experiência de instituições que efetuavam a nomeação de analistas, cada uma delas de uma maneira diferente. Tínhamos, cada um de nós, visto o quanto um reconhecimento institucional não garantia em nada a qualidade de psicanalista. E ainda o quanto analistas de renome podiam fazer besteiras, isso para dizer as coisas de maneira mais suave. Então, desde as origens nós não queríamos nomeações. Em contrapartida, alguns de nós, eu inclusive, tinham assistido a júris de nomeação e tivemos a ocasião de ver o arbitrário inevitável desses títulos. Eu tinha pessoalmente feito o passe, como passadora, assim como candidata a passe. Conhecia, portanto, seus mecanismos desde o interior. E veja que a EFP não era a pior das instituições. É com conhecimento de causa que nós tomamos essa decisão de não praticar nomeações.

Quem pode dizer quem é analista e, sobretudo, quem não é? Ainda que a maioria dos analistas esteja de acordo em dizer que se deve, para tornar-se analista, ter feito uma análise pessoal prolongada. Mas então: o que é uma análise pessoal prolongada? Imediatamente se coloca o problema dos critérios de final da análise. A cada dez anos esses critérios mudam. Era, em dado momento, a ascensão ao estágio genital, depois à simbolização da castração, e ainda, ou ao mesmo tempo, a localização dos significantes mais importantes, etc. etc. e depois veio, nos lacanianos, a moda do passe com seu falta-a-ser, último grito! No início, Lacan ainda vivo, o passe era uma experiência facultativa, que tinha seu interesse en-



sobre quais critérios podemos nos fundamentar para dizer “uma análise aconteceu” ou “essa pessoa está em condições de escutar um outro e de tratá-lo”? Pois ouvir apenas não é suficiente

quanto experiência, mas depois de sua morte ela se tornou praticamente obrigatória, leia-se emblemática e, em certos locais, sinal de uma análise bem-sucedida. Seria engraçado, se o poder de nomeação não implicasse também inevitavelmente em humilhações e feridas.

Hoje estamos em um momento de grande mutação.

Sobre quais critérios podemos nos fundamentar para dizer “uma análise aconteceu” ou “essa pessoa está em condições de escutar um outro e de tratá-lo”? Pois ouvir apenas não é suficiente. E menos ainda escutar com apenas uma grade de leitura. Ainda deve haver uma “aposta” do analista, um engajamento e... um dom. Sobre o que se basear para dizer que tal pessoa é capaz de cumprir essa função junto a um outro humano em sofrimento ou delirante? Alguns são capazes, mesmo após pouco tempo de análise (ainda que deva seguir sua análise por muito tempo depois de começar a praticar), e outros são surdos, surdos a essa música particular que distingue uma voz de outra, qualquer que seja o tempo que eles mesmos passaram em análise, qualquer que seja a excelência de seu analista. Pois um analista não pode tudo. Ele não pode “fabricar” um analista quando não há matéria-prima. Nenhuma erudição e nenhuma formação podem ser garantia. Essa é a parte chocante do negócio! Nesse campo a democracia mostra rapidamente seus limites. É politicamente pouco correto, mas se deve dizer, dane-se. Simulamos afinar (e cada instituição o faz) um con-



as instituições têm que se contentar com um semblante de critérios, um semblante de saber. Com uma transmissão que pode ser controlada. Isso lhes confere uma verdadeira razão de existir

junto de critérios objetivos para a “formação” dos analistas. Ao final da dita formação, há diferentes procedimentos, espécies de ritos, que são de fato uma seleção. Sempre chega um momento em que um júri deve decretar quem é analista e quem não é. O que é terrível é que mesmo o mais imbecil dos júris vê perfeitamente bem que alguns não são capazes de praticar a psicanálise, então ele é obrigado a inventar pseudocritérios, para sustentar sua recusa. O mais frequente é que o infeliz candidato seja reenviado ao divã! Ele é reprovado, como na escola primária, ele deve recomeçar, repetir, refazer uma parte, encontrar o BOM analista, enfim, fazer um percurso de batalhador. Como se, esforçando-se, ele poderá, apesar de tudo, se tornar analista. Às vezes isso dá certo, outras não. Por vezes ele troca de escola, outros critérios lhe são mais convenientes. Às vezes ele não consegue. E por isso ele deixa de ser analista? Ou ele é excessivamente original para ser aceito por pares? Ou excessivamente psicótico? Excessivamente genial? Não suficientemente isso ou aquilo? Ou ainda não aprendeu um discurso segundo o código de sua escola?

Ninguém pode dizer de verdade. Isso dá apenas um máximo de chances aos bons alunos. Serão eles bons analistas? Eis a questão. E isso não tem nada a ver com a cultura ou a inteligência ou a aptidão para estudar. Outras qualidades, mais sutis, são exigíveis. Mais que um saber, é uma posição subjetiva específica, a única que permite não abusar de um saber conferido como um poder so-

bre o outro. Ora, a psicanálise, assim como a psiquiatria, não pode evitar uma posição de poder sobre o outro, pois ela não poderá jamais se desfazer de sua obrigação de classificação.

É por isso que as instituições ficam mais à vontade com os psicólogos e os psiquiatras.

As instituições têm que se contentar com um semblante de critérios, um semblante de saber. Com uma transmissão que pode ser controlada. Isso lhes confere uma verdadeira razão de existir.

As instituições podem pretender dar uma instrução, dar um acesso à cultura analítica, permitir a circulação do saber, dividir “*savoir-faire*”, mas não é possível instituir um espaço em que se enunciaria uma verdade sobre quem é e quem não é analista. Todos podem aprender a tocar um instrumento, mas nem todo mundo pode ter o ouvido absoluto.

Tomemos o caso da pintura: uma academia de pintura pode ensinar técnicas, analisar as grandes obras dos mestres, exigir conhecimentos sobre a história da pintura, mas ela não poderá dizer quem será pintor e quem não será. Professores poderão perceber talentos em alguns, ver genialidade, mas e depois? E sempre houve artistas que nunca foram a academia alguma e se tornaram grandes pintores.

Estamos mais próximos desse caso do que da formação de um engenheiro ou de um físico, ainda que a questão da genialidade seja comum a todas as disciplinas.

A FAP não é uma escola. É uma associação de psicanalistas que assim se declaram e que têm ao menos um ou dois analisandos. Há membros que fazem seminários, que fazem supervisões coletivas, outros se juntam para trabalhar a teoria ou a clínica e para discutir suas práticas. Mas não pretendemos o ensinamento. Atenção! Isso não quer dizer que nada é ensinado. Mas há, sobretudo, um espírito em que tentamos nos ensinar uns aos outros. Certamente há os analistas que têm mais experiência que outros, a quem os mais jovens reconhecem um saber, mas isso é tudo. Não digo que todos devem fazer assim.

É bom e desejável que existam instituições bem diferentes para que os jovens e também os menos jovens possam circular e escutar músicas distintas, se confrontar com formulações e conceitualizações diferentes. É importante viajar para se formar. Considero nefasta a fidelidade a um único discurso. Isso engendra toda sorte de ignorância e de endogamias inúteis. Mas é com frequência um voto piedoso. Todo tipo de fator entra em consideração. Notadamente aquele dos canais de “clientela” do qual pudicamente evitamos falar.

Em relação ao reconhecimento pelo Estado, ele se faz na França de maneira cada vez mais coercitiva. O Estado demanda garantias. Seriedade, seriedade burguesa, dessexualizada forçosamente, o Estado demanda garantias de um trabalho concluído, mas ainda mais, e, sobretudo, o Estado pede uma garantia de normalidade!

Trata-se aí de um problema analítico e político. Qual instituição dará mais garantia da “normalidade” de seus formadores e dos objetivos de sua formação? A única coisa que podemos considerar são os critérios de seleção universitários e pseudouniversitários. Critérios de aprendizagem, de um corpus visível de conhecimentos. Voltando ao modelo do pintor... chegamos rápido à arte acadêmica, que, ao que conheço, nunca deu em verdadeira pintura. Inversamente, um verdadeiro pintor, qualquer que seja o caminho que ele tenha percorrido para se tornar pintor, terá adquirido um conhecimento sobre a técnica pictural.

Podem me contestar dizendo que a psicanálise não é uma arte. Não, o artista cria real e eu não acredito que o analista cria real nesse sentido, mas ele tem relação com o real.

Não, não é uma arte, tampouco uma ciência, no sentido de que nossa matéria-prima é do humano não moldável o tanto quanto se quer, e que nossas situações, contrariamente à pesquisa científica, não são experiências que podemos reproduzir no laboratório e, ainda, que o analista não assina sua obra.

É sem dúvida essa frustração que está na origem da grafomania de tantos analistas. Alguns es-

»

*no âmbito institucional,
quando pretendemos formar
jovens analistas, o mínimo é
dar-lhes condições de pensar
a relatividade, leia-se inutilidade,
dos reconhecimentos oficiais*

crevem tantos livros que eu me pergunto: quando é que eles se ocupam de seus pacientes?!

O Estado só pode pedir garantia sobre o que é objetivável. Onde está então a ética da relação singular? O que, ao contrário, é observável são as melhoras sensíveis da vida das pessoas que fizeram uma análise, mas isso não se mede.

No âmbito institucional, quando pretendemos formar jovens analistas, o mínimo é dar-lhes condições de pensar a relatividade, leia-se inutilidade, dos reconhecimentos oficiais. Em seguida, se um Estado torna obrigatório determinado estudo, determinado diploma, cada um saberá quais as “formalidades” necessárias que ele deve cumprir, mas que não deve conferir a eles demasiado valor de verdade, e que as pessoas assim titularizadas não são forçosamente dignas de lhes enviarmos um ser querido para análise. Parece-me importante que os analistas sejam radicalmente laicos na visão de suas próprias “carreiras”. O que é diferente de sua capacidade de suportar as transferências, capacidade que pode, ela mesma, variar segundo diferentes momentos de uma vida. Estamos longe da medicina e da religião. A laicidade da psicanálise não pode ser dissociada da resistência política a uma sociedade de mais em mais ávida de controle e normalização.

PERCURSO Ainda naquele texto, a Sra. afirma que “é o analista que deve se adaptar às possibilidades tanto psíquicas quanto materiais do paciente, e não o inverso” (p. 93). Poderia adentrar



ora, isso significa que um analista possa, num dado momento, “desobedecer” o que fez seu próprio analista ou aquilo que lhe foi ensinado ou ao que é a doxa. Cada paciente deve ser tratado como único

um pouco sobre esse tema, assim como abordar a questão do dinheiro e a ética psicanalítica?

ZYGOURIS Retornemos a Freud. Foi escutando e acompanhando seus pacientes que Freud “inventou” a psicanálise. Freud inventou os conceitos, mas foram seus pacientes que inventaram o método. Ora, o método é fundamental em nosso trabalho. Uma paciente lhe pediu que a deixasse associar livremente. Freud escutou-a e foi assim que até hoje continuamos a aceitar o convite dessa senhora e deixamos os pacientes associarem e dizerem o que lhes vem. Foi um momento de verdadeira descoberta. De quem? Da analisanda e de Freud. Pois ele soube adaptar-se ao que sua paciente lhe pedia e que lhe permitia ser mais verdadeira. Nossos pacientes também são precursores quando sabemos escutá-los. É a maior razão para dizer que o analista deve poder adaptar-se às possibilidades dos pacientes, se não queremos que a psicanálise se esclerose numa eterna repetição de regras nem sempre fundamentadas.

Ora, isso significa que um analista possa, num dado momento, “desobedecer” o que fez seu próprio analista ou aquilo que lhe foi ensinado ou ao que é a *doxa*. Cada paciente deve ser tratado como único, e é preciso reinventar a análise para ele. É fácil dizer isso, mas não é nada evidente fazer. A adaptação do analista diz respeito, mais frequentemente, ao enquadre. Alguns pacientes não suportam deitar-se e não ver o analista... nem por isso são inanalizáveis... nem obrigatoriamente psicóticos! Obrigá-los a se submeter a

um dispositivo só se justifica pelo conforto do psicanalista, pois adaptar-se ao paciente é frequentemente desconfortável.

Existem pacientes que não podem pagar ou que não compreendem por que devem pagar as sessões em que faltaram. O analista pode aceitar essas exceções, isso não coloca a análise em perigo. Isso coloca em perigo a ideologia do analista... e sua carteira.

Desde que me instalei em consultório particular fiz análises gratuitas, quando os pacientes estavam em grandes dificuldades. Eu preferi transgredir as regras que me ensinaram a enviar para uma instituição um paciente que começou comigo.

Esses pacientes sempre terminaram pagando e tudo corria bem. Mas quando se é um jovem analista, a instituição psicanalítica amedronta e não se ousa experimentar. Então se praticam, em nome de não sei qual verdade analítica, análises em duas velocidades: uma no privado para os ricos, outra para os pobres, em instituições. Assim, os pacientes que não podem se dobrar aos standards analíticos são especialmente bons para uma psicoterapia... ora, sabemos que esse termo na boca de alguns significa uma subanálise.

É preciso distinguir o fato de que o analista deve poder viver do seu trabalho, do fato de se pretender que existam razões especificamente psicanalíticas que tornam necessário o pagamento. E... suprema hipocrisia da profissão: quanto mais cara, melhor seria a análise. Isso se diz, alguns acreditam, mas não existe NENHUMA justificativa analítica!

É evidente que o dinheiro não é um agente neutro, convém trabalhar essa questão. Trabalhar sobre o lugar sagrado que o dinheiro possuía nos tempos muito antigos, assim como trabalhar sobre o paradigma “desejo-dinheiro” tão caro (sic) à sociedade liberal, retomado pela análise sem nenhuma crítica. Freud fazia seus pacientes pagarem o mais caro possível porque ele precisava de dinheiro, mas ele não encenou a comédia de mascarar sua demanda com um sentido psicanalítico. Aliás, ele atendeu durante ao menos dez

anos um paciente, cinco vezes por semana, gratuitamente, para verificar certas hipóteses sobre as resistências.

Eu fui muito criticada devido a essas posições. Mantenho-me firme, e tenho atualmente outros colegas que também podem testemunhar que análises gratuitas em consultório particular funcionam... nem melhor e nem pior do que outras, com a condição de que o analista não seja mudo, pois essa questão se impõe ao trabalho para ambos.

É um dos casos em que se trata de o analista adaptar-se ao seu paciente e não o inverso. Mas não é o único. Infelizmente existe com frequência um abuso no uso da noção de frustração ou de castração com a finalidade única de constranger. Os pacientes submetidos a uma pura forma não vão longe na sua exploração pessoal.

Então por que eles aceitam se submeter assim? Eles aceitam porque sua miséria é grande e eles fariam qualquer coisa para serem amados.

Muito tempo depois de ter terminado uma longa análise, um paciente que veio me visitar por ocasião de uma passagem por Paris lembrou-me de seus inícios caóticos. Durante vários anos ele vinha me ver marcando um encontro de última hora. Por vezes ele me telefonava para me dizer: “eu estou te ligando para dizer que vou te ligar para marcar um encontro logo mais”. E então, depois de vários falsos encontros ele vinha em uma hora e dia totalmente imprevistos. Eu o recebia entre duas sessões, ele me contava uma história improvável e depois tudo recomeçava. Um dia eu lhe disse: “se você continuar assim eu vou acabar não o recebendo mais, não podemos trabalhar nessas condições”. Ele começou a rir dizendo: “eu não acredito”. Eu também ri e respondi: “você tem razão”. Pois, no momento em que eu acabava de anunciar, com uma voz grave de profissional, minha ameaça, me achei totalmente ridícula. Ele tinha compreendido. E assim iniciou-se um jogo, um jogo de invenção de um possível encontro. Pouco a pouco, sem que eu me desse conta, ele começou a respeitar um horário e um dia deitou-se. Depois se levantou... depois se deitou,



eu lhe perguntei:

que jogo era aquele?

Ele me disse: “jogo de ser criança desobediente”.

“E você espera ser amado assim como

é? Desobediente?”.

“Sim, porque obedecer é perder a alma”

etc. Ele esperava que eu recomeçasse a mostrar meus limites. E foi então que me ocorreu a ideia da adaptação do analista... eu lhe perguntei: que jogo era aquele? Ele me disse: “jogo de ser criança desobediente”. “E você espera ser amado assim como é? Desobediente?”. “Sim, porque obedecer é perder a alma”. “Eu obedeci outro analista e perdi minha alma com ele”. Anos mais tarde, por ocasião dessa evocação de “nossos” difíceis inícios, ele subitamente associou: “Ah, pensei agora: minha avó foi obrigada a se batizar para casar com seu marido, meu avô, e ela dizia que nesse dia tinha perdido sua alma”. “E como foi que isso se manifestou?”. “Ela nunca mais pôde cantar, ao passo que tinha uma voz magnífica e dava concertos”. Esse analisando não queria perder sua alma... Como saber disso? A não ser aceitando com nossos frágeis meios, seguir em seu labirinto aquele que vem nos demandar. Nem sempre é possível reencontrar as razões que nos impelem a fazer “diferentemente”.

Existe também a influência do que chamo “o espírito da época”.

Constatamos hoje recusas cada vez mais frequentes do enquadre clássico porque a psicanálise é vivida como uma sujeição muito grande e... acredita-se menos nela. Existe uma “resistência” coletiva a submeter-se às exigências dessa prática.

É o que chamo de “espírito da época”. E a resposta também é coletiva, ainda que cada analista se adapte à sua maneira. É sabido que as análises deitadas, três ou quatro vezes por semana, são



a atitude de consumidor me incomoda. Qualquer disciplina se torna descartável após um uso superficial. Cada vez mais pacientes se fazem de turistas e visitam as diferentes áreas, para abandoná-las em seguida e tentarem outra coisa que está na moda

cada vez mais raras, e isso independentemente dos sintomas do paciente e do analista. De fato, apesar de todos os discursos anteriores sobre a necessidade do enquadre, os analistas tentam se adaptar e escutam cada vez mais os mais ortodoxos de ontem dizerem: “afinal, mesmo duas vezes por semana, mesmo uma vez, e face a face, existe análise possível”... Enquanto, até ontem, era “impossível!”.

Existe, no entanto, um limite: a atitude dos pacientes que se comportam como puros consumidores. Eu não tenho nada contra o fato de que cada um tente se fazer bem com outros métodos que não a psicanálise. Toda técnica tem algo bom. Mas a atitude de consumidor me incomoda. Qualquer disciplina se torna descartável após um uso superficial. Cada vez mais pacientes se fazem de turistas e visitam as diferentes áreas, para abandoná-las em seguida e tentarem outra coisa que está na moda. Nesse caso, é preciso saber recusar, é preciso saber ser exigente, não em relação a uma forma, mas em relação a um engajamento subjetivo. Pois existe engajamento por parte do analista e por parte do paciente... é nossa ética, e todo o resto pode se inventar.

PERCURSO A Sra. afirma que algumas das descobertas das neurociências validam as descobertas freudianas e sugere que deveríamos ficar muito atentos a isso no sentido do enriquecimento da psicanálise. Como a Sra. pensa a relação entre esses saberes?

ZYGOURIS De maneira geral podemos desejar que os analistas não sejam ignorantes em relação aos saberes conectados à sua disciplina. A neurobiologia faz parte delas tanto quanto a antropologia, a etiologia ou a linguística. As neurociências ocupam-se essencialmente do funcionamento do cérebro. Seria estranho, por exemplo, que os analistas não estivessem a par dos trabalhos sobre a memória e o papel do afeto sobre o raciocínio e sobre a memória.

Freud era muito atento a isso. Ele disse, com frequência, que no futuro a ciência poderia fornecer soluções mais rápidas ali onde, por enquanto, a psicanálise penava na melhoria dos sintomas. Ele menciona isso, entre outros, no seu livro testamentário que é o *Esboço de Psicanálise*, no qual insiste sobre o fato de que a teoria, tal como ele havia construído, deveria ser prosseguida por uma pesquisa que pudesse recolocar em questão suas hipóteses. Então, ele dizia que tudo o que construiu só se aplicava às neuroses e que tudo o que dizia respeito às psiconeuroses narcísicas estava por fazer. É apenas recentemente que aceitamos bem a ideia, por exemplo, de que os *borderlines* (categoria contestada pelos analistas ortodoxos, que dizem: “isso não passa da forma pós-moderna da histeria”) devem ser abordados de maneira menos rígida que os neuróticos clássicos, com pressupostos teóricos diferentes. Ainda falta muita coisa a ser dita sobre as formas pós-modernas dos sintomas. Não é sem interesse e eu seria a última a contestar o fato de que os sintomas mudaram, mas a redução ao já conhecido é frequentemente uma maneira de evitar recolocar-se em questão.

Freud disse, nesse mesmo texto, que esperava que um dia se encontrassem medicamentos que agissem diretamente sobre os centros neurológicos, evitando assim a longa duração das análises, que deveriam ser consideradas somente como um momento transitório, na espera de algo melhor.

Eu penso que essa modéstia de um verdadeiro pesquisador e seu desejo de assentar o saber daquilo que diz respeito à vida psíquica sobre



bases biológicas foram varridos, em grande parte, pela megalomania estruturalista dos anos 1960-1970. O que também está na origem do abandono do diálogo com a biologia em proveito da linguística. Por que um deveria impedir o outro, senão pela redução sistemática à estrutura!?

Hoje em dia temos outros problemas, muitos medicamentos são prescritos, todo sofrimento deve ser imediatamente medicalizado, o político está reduzido ao patológico, etc. Falarei disso mais adiante.

Freud queria dar uma base biológica às suas hipóteses. Ele fez o melhor que pôde, mas com conhecimentos que evoluíram desde sua época.

Algumas intuições de Freud foram validadas hoje em dia, outras devem ser repensadas. No conjunto, eu me mantenho admiradora face às suas intuições tão à frente da ciência de sua época.

Alguns exemplos:

Eu fiquei muito tocada ao ler nas obras sobre a apoptose (a morte celular ou, mais precisamente, o suicídio celular) a que ponto a vida e a morte estão intrincadas no plano biológico e isso absolutamente no mesmo sentido que Freud lhes dava. Um livro tal como *La sculpture du vivant* de Jean Claude Ameisen é, nesse sentido, totalmente apaixonante. Este imunologista não se furta de evocar Freud e a pulsão de morte falando do suicídio celular, indispensável na regulação da forma do vivente. Por exemplo, a proliferação das células cancerígenas seria o resultado da inibição do suicídio celular normal, que acarretaria a sua proliferação e a sua indiferenciação. Ora, para que exista vida e formação diferenciada é preciso que um número de células “sãs” se autodestrua. Eu não posso fornecer aqui o resumo de um trabalho tão complexo e considerável como esse, mas isso estimula o pensamento e só posso aconselhar sua leitura. O que me surpreende é que os grandes pesquisadores em biologia ou em neurociência leram Freud e frequentemente bem lido, mas o inverso não é verdadeiro, muitos analistas são de uma ignorância crassa nesses aspectos. É por causa de sua ignorância que eles adotam tão frequentemente uma atitude paranoica nos raros

Damasio insiste no fato de que a maioria de nossas decisões aparentemente racionais tem uma origem inconsciente. Não se trata do mesmo inconsciente proveniente do recalque. Mas os processos de pensamento inconscientes são similares

diálogos com os cientistas, sendo que ninguém os está agredindo! Infelizmente temos a tendência de colocar no mesmo saco os cognitivistas mais hostis à psicanálise e os pesquisadores que estão interessados pela psicanálise, mesmo se, por vezes, e felizmente, eles se permitam criticar certas explicações que suas pesquisas invalidaram.

Penso também nos trabalhos de Antonio Damasio sobre a memória e o papel do afeto e das emoções nas decisões, à primeira vista, as mais cartesianas. O mesmo Damasio insiste no fato de que a maioria de nossas decisões aparentemente racionais tem uma origem inconsciente. Não se trata do mesmo inconsciente proveniente do recalque. Mas os processos de pensamento inconscientes são similares. Os títulos de suas publicações são, aliás, sugestivos: *L'erreur de Descartes*, *Le Sentiment même d'être soi*, *Spinoza avait raison*. Podemos ainda elencar outros trabalhos sobre a memória, assim como as pesquisas sobre as “células-espelho” no cérebro, que estariam na origem da empatia e da imitação, mais ou menos desenvolvidas segundo cada indivíduo. É uma pesquisa ainda balbuciente, mas me parece interessante. Nesse caso, vemos como a identificação inconsciente pode prevalecer sobre uma semelhança puramente genética. Aí está um exemplo típico em que a concepção analítica ganha da explicação genética, sem que, no entanto, a genética seja invalidada.

Podem me perguntar, sim, mas no que isso influencia a psicanálise? Eu penso que escutamos diferentemente quando sabemos que exis-



possuímos hoje em dia informações suficientes que denunciam casos de desonestidade de certos médicos influentes que trabalham em instituições de pesquisa compradas por laboratórios farmacêuticos

tem origens múltiplas, caminhos complexos de um devir humano.

Espero que isso possa influenciar num sentido positivo a aceitação de um pensamento complexo no que se refere às condutas humanas. Um pensamento não reduzido a causalidades simples, sejam elas psíquicas, neuronais ou ambientais. Existem origens múltiplas, sem esquecer que a origem não é uma causa. Ora, todos nós aprendemos a pensar causa-efeito... É um modelo de pensamento muito forte e que impregna as mentalidades. Um diálogo com as neurociências pode favorecer uma relativização tanto de um lado quanto de outro. Não se trata, sobretudo, de uma sobreposição de um saber sobre o outro, cada um deve guardar seus métodos e objetivos, mas isso pode fortalecer um combate comum contra a “crença” num diabo único!

Existe ainda um imenso trabalho a ser feito para destronar o pensamento causal que embalou e embala ainda nossos aprendizados.

PERCURSO No Brasil o uso de antidepressivos, ansiolíticos, indutores de sono, reguladores de humor etc. está bastante disseminado, inclusive na infância. Como a Sra. avalia o diálogo da psicanálise com a psiquiatria e o uso atual da medicação psiquiátrica?

ZYGOURIS Vivemos todos numa mesma sociedade. Todos nós fazemos parte da mesma sociedade, todos nós temos uma parte de responsabilidade nesses devires.

A supermedicalização em nossa sociedade é um problema político e econômico tanto quanto médico ou psicológico.

Os psicanalistas, assim como os médicos, se fazem de bobos não denunciando o marketing e o poder econômico dos laboratórios farmacêuticos. Para dizer o mais diretamente possível: existe uma urgência de intervenções políticas e militantes nesse campo, mais importante que a indignação em nome exclusivamente da psicanálise.

Possuímos hoje em dia informações suficientes que denunciam casos de desonestidade de certos médicos influentes que trabalham em instituições de pesquisa compradas por laboratórios farmacêuticos. Somas importantes são gastas em favor de experiências que demonstrem os efeitos positivos de certos psicotrópicos e dissimulam seus efeitos negativos, assim como os efeitos significativos dos placebos. Portanto, não é possível tratar seriamente da questão dos medicamentos sem considerar o enorme proveito dos laboratórios farmacêuticos e sua influência sobre as prescrições e os investimentos nas pesquisas nacionais e internacionais. As moléculas milagrosas são rapidamente mundializadas e não há mesquinaria no investimento na publicidade medicamentosa.

Só posso lhes responder a partir do que vejo na França, mas no que diz respeito à supermedicalização pelos psicotrópicos incluindo as crianças, creio que se trata de um mesmo fenômeno. Ele ultrapassa amplamente a relação da psicanálise e da psiquiatria. Cada vez mais médicos generalistas prescrevem, ao final de uma única consulta, antidepressivos. Eles são influenciados por um discurso midiático orquestrado pelos laboratórios. Os médicos não são formados para suspeitar do que lhes contam suas revistas especializadas, elas mesmas financiadas pelos mesmos laboratórios que por sua vez se servem delas como plataforma publicitária escondida.

Na França, apenas uma revista de medicina geral não é financiada por um laboratório farmacêutico. É, portanto, a única, entre centenas, que se mantém independente. Aliás, muitos médicos

dizem que, se eles não prescreverem, os pacientes irão procurar medicamentos em outro lugar.

Ao que é preciso acrescentar a péssima informação dos clínicos gerais no que se refere aos efeitos aditivos das medicações psicotrópicas que eles prescrevem muito tranquilamente para satisfazer sua clientela.

Existem, de um lado, os antidepressivos, cujos efeitos positivos começam a ser seriamente postos em dúvida e que podem ser, em grande parte, substituídos por placebo. Ora, isso não quer dizer que sejam quimicamente inativos! Eles têm efeitos colaterais muito nocivos. Mas sua ação sobre o humor é frequentemente superestimada e o efeito placebo pode ser dominante. Por outro lado, assistimos a uma generalização e a uma banalização das prescrições dos benzodiazepínicos sobre os quais subestimamos o efeito tóxico e aditivo.

Existe hoje certo número de trabalhos que mostram a ineficácia e a ignorância da psiquiatria francesa face a esse problema. Em geral, se subestima seriamente o tempo necessário para o desmame. Ele pode durar anos. Desconhece-se igualmente a importância dos efeitos físicos e psíquicos do desmame em si, uma falta digna de drogas pesadas que é atribuída, injustamente, ao retorno da doença. E então, em vez de prosseguir o desmame, se reintroduz a medicação.

O tempo de desmame é muito longo e se constata graves sintomas de abstinência que temos a tendência de psicologizar, quando são de natureza física. É assim que observamos os doentes cronicados numa errância de médico em médico por causa de uso excessivo de psicotrópicos.

Portanto, existe de um lado a subestimação dos efeitos físicos e de outro superestimação dos efeitos psicológicos. Estamos longe de uma situação que permitiria um estudo racional sobre o uso dessas substâncias.

Não desejo de modo algum negar os progressos consideráveis da medicina em geral, mas me parece que é preciso dar um lugar à parte para a psiquiatria e para os psicotrópicos. Nesse sentido, admito voluntariamente que alguns psicotrópicos, tomados em períodos curtos, podem



*é preciso ser prudente.
Entre uma confiança cega
nos medicamentos e sua recusa
dogmática, existe um meio termo
que nem sempre é fácil
de ser encontrado*

trazer um alívio notável da angústia, ou aplacar lufadas delirantes. Mas qualquer psiquiatra honesto e sério admitirá que nunca viu, ao longo de sua carreira, um doente sarar unicamente com seus medicamentos. Eu tive pessoalmente a oportunidade de conversar sobre isso com médicos que prescrevem e que reconhecem os limites de sua ação.

Em quarenta anos de prática e, sobretudo, ao longo dessa última década em que o fenômeno tomou grande amplitude com a chegada de novas moléculas, eu presenciei fracassos desses tratamentos depois de um breve período de melhora, principalmente quando eram consumidos em quantidade.

Então, é preciso ser prudente. Entre uma confiança cega nos medicamentos e sua recusa dogmática, existe um meio termo que nem sempre é fácil de ser encontrado.

É difícil para os psicanalistas aceitar uma ajuda farmacológica que acelere sua ação e é difícil para os positivistas aceitar a ideia de que a palavra e o espírito possam agir sobre o soma. Que um simples placebo bem administrado provoca um real aumento da secreção de neurotransmissores tanto quanto uma palavra pacificadora ou liberadora.

O que se coloca aí como pano de fundo é, no fim das contas, a questão do dualismo espírito-corpo. É difícil sair dessa crença e optar por um monismo consequente. Eu penso que os psicanalistas deveriam dedicar mais trabalhos mos-



*estamos todos no mesmo barco.
Evidentemente que, um a um,
cada um dos psiquiatras desejosos
de realizar bem seu trabalho fará
o melhor de si para resistir à grande
máquina de guerra que esmaga
os rebeldes e desviantes
de toda espécie*

trando a necessidade de um pensamento monista e os impasses arcaicos dos dualismos.

À parte essa disputa muito antiga, eu retorno ao que dizia no início dessa resposta. Não se trata unicamente da oposição corpo-espírito, ainda que esse problema ocupe um lugar importante aqui, mas também do aspecto político, pois não se trata de qualquer medicamento. Trata-se de medicamentos supostos agirem (de forma real ou imaginária) sobre as condutas das pessoas e, portanto, dos cidadãos.

Seria útil nesse assunto referir-se a Michel Foucault. Nós vivemos num momento histórico fundamentalmente despolitizado, em uma sociedade que exige, para se manter no lugar, um controle cada vez mais performático, e que tem técnicos médicos a seu serviço. É nesse quadro que convém situar tal debate.

A medicina, e mais particularmente a psiquiatria, são instrumentos de controle e de normatização. Existem cada vez menos cidadãos em fúria e cada vez mais vítimas e deprimidos. As vítimas não devem se revoltar, são reduzidas ao estado de doentes. A sociedade em si torna-se pouco a pouco um grande lugar de tratamento. Estamos mais próximos de um grande hospital do que de uma *ágora* de cidadãos.

A sociedade do “*care*” e do individualismo, onde o mínimo fracasso, a mínima dificuldade pessoal torna-se o naufrágio de um eu isolado, oferecido à solicitude dos psis... naturalmente. Os psicanalistas não estão a salvo dessa colaboração.

A melhor maneira de reduzir ao silêncio um desempregado é declará-lo em depressão. Claro que ele está deprimido, como não estaria, mas ele não é um doente. É preciso tratá-lo ou ajudá-lo a revoltar-se na impossibilidade de lhe encontrar um trabalho?

Tomemos o caso das crianças. Uma criança turbulenta é rapidamente diagnosticada de hiperativa e lhe é prescrito Ritalina. Ela se torna mais calma, concentra-se na escola, se torna um aluno melhor, obedece, e os pais podem pensar em outra coisa. Quem vai se queixar? Em algumas dezenas de anos essas crianças talvez se tornarão adultos dependentes de produtos químicos.

A questão é a seguinte: por que nossa sociedade produz tantas crianças hiperativas? Como nasceu essa nosografia? Ela foi inventada por quem? Como essas crianças vivem? Como é seu dia a dia? Quanto tempo elas passam com suas mães e com seus pais? Mas também, que vida têm seus pais? Não falo apenas de suas vidas íntimas, mas de sua própria visão da sociedade na qual vivem.

Como é possível que em tempos de guerra ou insurreição muitos dos sintomas psiquiátricos desapareçam?

Se levássemos realmente a sério o estado de submetimento social com o qual a psiquiatria e mesmo certa psicologia colaboram, reduzindo as insatisfações, as feridas narcísicas e as turbulência através de medicações e de psicoterapias normatizantes, e se quiséssemos que isso realmente mudasse, estaríamos então em estado de insurreição civil. Poucas pessoas estão dispostas a isso, salvo os muito pobres, os que não têm nada a perder. Mas não são seus filhos que são levados aos psiquiatras de ponta!

Eu digo novamente: estamos todos no mesmo barco. Evidentemente que, um a um, cada um dos psiquiatras desejosos de realizar bem seu trabalho fará o melhor de si para resistir à grande máquina de guerra que esmaga os rebeldes e desviantes de toda espécie. Entretanto, nossos meios são fracos frente à superpotência dos fluxos de dinheiro que estão na base dessas imperícias médicas

e que constituem as mentalidades, sem que elas tenham verdadeiramente consciência disso.

PERCURSO Em seu livro *O vínculo inédito*, a senhora pensa as especificidades da transferência e do vínculo. O vínculo não tem interpretação nem prazo de validade. Sustenta-se na presença que, segundo a Sra, muitas vezes vale mais do que a interpretação. A transferência, ao contrário, baseia-se na interpretação e na noção de término. Qual a importância dessas reflexões para compreendermos melhor a relação analista-analisando?

De que forma nossa sensibilidade frente a esse vínculo pode favorecer a concepção que inspira a reinvenção da psicanálise a cada analisando?

ZYGOURIS Foi escutando um jovem analista queixar-se em supervisão que se impôs em mim a ideia de diferenciar o vínculo e a transferência. O infeliz jovem estava desolado por compreender tão pouco do que se passava na transferência com seu analisando, ainda que este lhe falasse com sinceridade e que se passasse uma série de coisas em sua vida.

O que me surgiu foi o mau uso do termo transferência para designar tudo, absolutamente tudo o que se passava entre um analista e seu paciente, e mais ainda, tudo o que acontecia na vida de um analisando ao longo de sua cura.

Eu me disse: é preciso salvar o soldado Bryan! A transferência é uma descoberta extraordinária de Freud, um conceito que é o diamante de nossa disciplina, não se deve desonrá-lo para designar tudo e qualquer coisa.

Como não vou reescrever meu artigo, penso que pode ser útil retomar ao menos à metáfora que utilizei, do mapa e do território. Um território pode ter vários mapas: dos relevos da composição dos solos, do desnível, das variações climáticas etc. O território continua o mesmo, é um real do qual o mapa realça os dados numa dimensão decodificada.

O vínculo seria o equivalente ao território: é o real das presenças, o mundo do sensível que se manifesta ou não pela relação verbal ou silen-

»»

*o vínculo é o conjunto
mais amplo englobando tudo
o que pode comportar uma relação
entre dois seres humanos,
relação em si não comparável
a uma relação mundana,
pois ela só tem lugar
no encontro psicanalítico*

cia, consciente e inconsciente entre analista e analisando, ao que se acrescentam os efeitos do ambiente que podem interferir de maneira discreta ou barulhenta.

A transferência seria o equivalente ao mapa: é a transcrição de uma parte dos elementos do mundo sensíveis ao vínculo, material que tornou inteligível o que pode ser escutado graças a uma leitura teórica específica ao campo da psicanálise. A existência de diferentes mapas para um só território são as diversas leituras da transferência segundo as diferentes teorias psicanalíticas.

Vemos então que o vínculo é o conjunto mais amplo englobando tudo o que pode comportar uma relação entre dois seres humanos, relação em si não comparável a uma relação mundana, pois ela só tem lugar no encontro psicanalítico.

Isso é certamente muito esquemático, mas exprime bem a inadequação da confusão entre o terreno real que liga dois seres humanos (e que compreende a troca de palavras) e a codificação própria a uma visão teórica.

Uma outra diferença deveria nos ser útil, a que consiste em separar o produto de uma invenção do produto de uma descoberta. Pode-se “inventar” a partir do mapa, inventar um conceito a partir de um conjunto de levantamentos ou de uma nova combinatória. A partir de uma nova observação, “descobre-se” sobre o território um elemento que parece novo, mas que sempre esteve ali. Porém, para descobri-lo era preciso ter o bom ângulo de vista e a ideia.



*então, se não levamos
em conta o vínculo, se não
nomeamos esse “resíduo”, estamos
simplesmente na denegação
daquilo que é novo no encontro
e da implicação subjetiva
do analista enquanto sujeito*

A transferência é uma descoberta, mas é também uma invenção, existe transferência em praticamente todas as relações humanas e, sobretudo, na relação médico-paciente, mas é também uma “invenção” de Freud, pois ele fez dela um conceito que não se aplica a qualquer situação e, sobretudo quando a interpretação não tem lugar.

Parece-me que a “sensibilidade ao vínculo” permite justamente ao analista sair de um código preexistente e descobrir algo novo, não percebido por outros. Essa descoberta pode tornar-se uma invenção conceitual específica à psicanálise ou manter-se como uma descoberta singular em um momento de uma cura.

Com frequência se usurpa o conceito de transferência. A transferência é *a priori* interpretável mesmo se não se verbaliza. Ora, nem tudo é interpretável. Mesmo que se silencie, é presunçoso acreditar que o analista possui, em sua “caixa de ferramentas”, uma forma para dar sentido analítico a tudo o que acontece em sua relação com seu analisando. Uma grande parte do que é pensado, sentido ou vivido – em outras palavras, todo o sensível de um encontro – excede a possibilidade de tornar-se inteligível através de uma teoria, por mais exaustiva que ela seja.

Para um analista freudiano, a transferência deve ser tomada no sentido literal da palavra: trata-se sempre do retorno no aqui e agora da cura, de um conflito, um acontecimento ou uma representação que aconteceu num tempo passado e num outro lugar. Progressivamente muitos ana-

listas esqueceram que se tratava de uma segunda ocorrência, portanto de uma repetição.

Tomemos, como exemplo, o apego, que é com frequência um sentimento compartilhado e não caracteriza apenas a dependência do analisando em relação a seu analista: para muitos analistas é uma verdadeira injúria a seu “ser analista” suspeitar que eles sejam capazes de experimentar algum afeto por seu paciente sem que isso provenha do nobre conceito de transferência, forçosamente explicável. Eu creio que, apesar de todas as teorizações que tendem a produzir uma assepsia na relação analítica, resta uma grande parte que resiste a toda redução.

Então, se não levamos em conta o vínculo, se não nomeamos esse “resíduo” (que por vezes pode tornar-se o mais importante motor da cura), estamos simplesmente na denegação daquilo que é novo no encontro e da implicação subjetiva do analista enquanto sujeito. Aconteceu-me mais de uma vez de receber analisandos com uma longa história de análise e que não sabiam o que fazer com esse “resto” que ainda os mantinha ligados, e por vezes para sempre, a seu analista. Então eles diziam: “é como uma mãe que eu nunca tive” ou “um pai... do qual não posso me desligar”... isso para dar um sentido teoricamente aceitável a um sentimento de apego que nasceu da convivência com um sujeito novo. Por exemplo, quando um analista ajuda um paciente a conseguir trabalho, o que se diz então? Ele saiu de seu papel? Ou ele criou um vínculo? Ou quando um analisando, depois de ter terminado sua análise, convida seu ex-analista para uma exposição?... Dizemos que existe uma transferência ou uma contratransferência não liquidada ou não analisada! “Analisar” significa então reduzir a nada aquilo que vem da vida, como pulverizamos com inseticida pequenos insetos incômodos? O novo se inscreve sempre sobre um fundo preexistente. É por isso que vínculo e transferência são solidários, mas não redutíveis um ao outro.

Se retomar a transferência como repetição do passado no presente através da relação com o analista, então sim, a análise dessa repetição

restitui ao passado o que pertence ao passado e torna assim o presente disponível e vivo, pois livre do afloramento das representações ou dos movimentos pulsionais ou afetivos de outra época.

O trabalho sobre a transferência tende a tornar uma análise terminável, pois podemos supor que a repetição na relação com o analista tende também a um esgotamento. Nesse sentido a transferência, teoricamente, tem um fim.

O vínculo, que é uma singularidade do encontro, não se reduz ao retorno do passado. É uma descoberta oriunda do encontro, uma relação mais ampla do que aquela que pode se prestar a uma leitura analítica. O vínculo não tem nenhuma necessidade de ter um fim, pertence à vida, mesmo se mais dia menos dia torna-se necessário que paciente e analista se separem. O fim de uma análise não é sinônimo de morte e sim de autonomia de vida.

Evidentemente não existe um muro entre vínculo e transferência, são duas formas de falar de uma única e mesma relação, existe passagem contínua de uma à outra, do vínculo à transferência, com inclusões recíprocas. Sua separação é artificial, mas necessária pelas necessidades do exposto e também para enunciar certo número de evidências que de outra forma ficam impossíveis de apreender.

Podemos constatar que certos analisandos se tratam essencialmente através da força e da qualidade da relação, praticamente negligenciando o apontamento da transferência e o posicionamento dos significantes recorrentes. É assim que se deve admitir o sucesso terapêutico obtido por analistas pouquíssimo instruídos teoricamente, cuja presença e intervenções podem produzir mudanças profundas num paciente. É chato! Porque isso diminui perigosamente as pretensões a uma cientificidade da psicanálise! Como? Trataríamos-nos apenas pelo afeto de uma relação humana? Daí a achar que o trabalho conceitual é inútil é uma ideia que pode surgir, mas com a qual eu não compartilho em absoluto.

Existe uma tendência pesada de certos analistas em considerar os analisandos soldados da

»

*quando pudermos conversar
juntos com tranquilidade sobre
nossos mestres, sem idealizá-los
e sem os tomar por peões
que se deslocam sobre um mapa
esplêndido, um grande passo
será dado em direção
a uma análise mais criativa*

psicanálise. E soldados que pagam! Raramente se viu dispositivo mais louco... ou pacientes desejosos de submissão. Felizmente muitos analistas não gozam até o fim com a aptidão de seus pacientes em serem submissos. O mais frequente é limitar-se a um rigor retórico no que se refere à pureza analítica de sua prática e não se confundem de registro.

Mas outros são bem mais loucos: passeiam sobre um mapa imaginando que estão olhando uma paisagem real!

Eu penso que muitos analistas são mais inventivos do que acreditamos, mas não ousam falar de sua prática efetiva. Eles passam o tempo mostrando em público o quanto compreenderam bem A Teoria e se esgotam em comentários sobre os textos sagrados. É uma pena, pois se trata de uma terrível falta de liberdade...

Quando pudermos conversar juntos com tranquilidade sobre nossos mestres, sem idealizá-los e sem os tomar por peões que se deslocam sobre um mapa esplêndido, quando aceitarmos recolocá-los em seu território de vida, um grande passo será dado em direção a uma análise mais criativa. Eu penso que esse tempo não está longe.

PERCURSO A Sra. diz que a pulsão de morte é o conceito mais abstrato da psicanálise e precisa ser reanimado constantemente para não sair de cena. Como entender o constante afastamento, negação ou recusa desse conceito?



frequentemente se confundiu pulsão de morte e agressividade. Ora, a agressividade faz parte das pulsões de vida. Ela está a serviço da vida. Não esqueçamos que Freud insistia sobre o fato de que a pulsão de morte visava, em primeiro lugar, ao próprio sujeito

ZYGOURIS Freud descobre a pulsão de morte em 1920. A primeira guerra mundial acabara de terminar. O mundo mudou seu olhar e perdeu um bom número de ilusões. Muitos tabus caíram, a Europa foi remodelada e coberta por cadáveres. Ela se recupera com dificuldade da morte de uma juventude que partiu e se deixou matar por nada. É o fim do Império Austro-Húngaro e a Áustria vive em 1920 uma inflação sem precedentes, que torna a vida difícil.

Ao mesmo tempo, uma vitalidade artística inaudita surge nessa Viena pós-guerra. Esse período representa um momento de articulação na cultura ocidental. O expressionismo está lado a lado ao nascimento da arte abstrata, da música serial e de uma literatura na qual o homem não é mais o senhor de seu destino.

É nesse contexto que Freud tenta encontrar uma explicação para o retorno dos sonhos traumáticos dos soldados vindos do front. Ele se pergunta por que eles têm pesadelos que lhes trazem de volta cenas horríveis enquanto, em suas vidas diurnas, eles parecem estar bem. E então ele foi atraído pelo espetáculo de seu neto que relança repetitivamente o carretel, representando sua mãe que partiu. Ele monta o jogo do *Fort-Da* como uma metáfora da compulsão à repetição.

O que impulsiona essa sujeição ao retorno do que lhe fez mal, sem nenhuma necessidade aparente? O sujeito é movido por uma força que vai ao encontro de seus desejos.

Ele nomeia esse motor da repetição “Pulsão de Morte”. A palavra pulsão faz pensar na vida, ora, aqui, está ligada ao termo morte. É um paradoxo. Mas existe mesmo uma força que impele a esse retorno repetitivo.

A força de inércia é uma verdadeira força, mas ela não pode ser diretamente observada. Nesse sentido estamos numa abstração. Nenhuma “necessidade” está na origem de tal conduta. Nenhum bom senso pode explicar essa força pela qual o homem se esgota em se prejudicar.

A pulsão de morte é silenciosa e Freud insiste em dizer que ela nunca se apresenta isolada, não é observável em estado puro. Ela é de certa maneira “deduzível”. Só se veem seus efeitos. Até 1920, a psicanálise podia ser considerada como uma psicologia particular, tendo como seu centro o inconsciente e o recalque, dois conceitos que a distinguiam da psicologia clássica. Mas após a entrada em cena da pulsão de morte, a psicanálise torna-se por sua vez um lugar de maior complexidade: a linearidade causa e efeito não funciona mais, a representação está fraturada. É nesse sentido que digo que é o conceito mais abstrato da psicanálise. Para retomar o que eu dizia na questão anterior: o conceito (mapa) é insuficiente para imaginarizar o processo (território) que ele designa.

Frequentemente se confundiu pulsão de morte e agressividade. Ora, a agressividade faz parte das pulsões de vida. Ela está a serviço da vida. Não esqueçamos que Freud insistia sobre o fato de que a pulsão de morte visava, em primeiro lugar, ao próprio sujeito. É antes de qualquer coisa uma destrutividade de si mesmo.

Ora, é difícil admitir isso. Sobretudo na ausência de razões patentes de um desejo de morte. Isso se observa bem no melancólico, que é um desesperado da vida sem razão aparente. Uma força negra está em curso. A melhor metáfora seria a evocação dos buracos negros do universo. Eles engolem a matéria, são uma força invisível que atrai e faz desaparecer objetos visíveis.

Portanto, é um conceito que pode ter seu uso ignorado na prática cotidiana. Mas não se

pode ignorar a força e a insistência das repetições na vida dos neuróticos. Os analistas mais reticentes a essa noção não podem ignorar a repetição. Eles acomodam isso de outra maneira. É possível, mas eu penso que não levar isso em conta empobrece o pensamento freudiano. Certamente é raro escutá-la, evocá-la na apresentação de uma história clínica. A repetição é suficiente, ela é observável, ela se inscreve numa história. Mas assim que a gente se pergunta qual seria o motor desses retornos a um passado o qual o sujeito teria todo interesse de esquecer ou a manter no passado, apenas a evocação da regressão nem sempre é suficiente. Pois não é sempre uma questão do infantil. A pulsão de morte toca a vitalidade do sujeito, toca seu desejo de vida. É uma estase de fluxos de vida e uma estase que tem sua própria energia. Aliás, a pulsão de morte não se representa. Ela é de fato abstrata. Uma pura negatividade das formas de vida.

A escola anglo-saxônica é a mais reticente ao uso desse conceito. Winnicott diz que não precisa dele. Sem dúvida porque ele está em contato com a criança. Tanto a criança real quanto a criança no adulto. E ele entra no jogo com a criança. O que ele faz quando a criança joga *Fort-Da* em sua frente? Ele faz a mãe. Ele se faz carretel, ele se faz linha, ele se faz área de jogo, e assim ele contraria a inércia que resulta do trabalho do negativo, ele lhe injeta suas pulsões de vida, ele coloca sua própria pessoa ali onde o vazio é irrepresentável. Ora, Freud mantinha-se um observador neutro, ele não intervinha no jogo. Ele não tinha a intenção de intervir no jogo de seu neto que dessa maneira repetia vertiginosamente a insensatez do desaparecimento.

A pulsão de morte é um conceito limite. Limite do pensável, limite do representável, sobretudo se levarmos em conta o fato de que, antes de qualquer coisa, nós pensamos em imagens e que a palavra, a designação vem depois. O motor da compulsão à repetição não corresponde a nenhuma imagem, a nenhum acontecimento.

E, no entanto, é uma energia, uma energia negativa.



eu gostaria de levantar a hipótese de que Freud – o homem científico, racional e comedido – havia encontrado, na descoberta da face sombria de nossas pulsões, uma via finalmente dizível onde alojar seu próprio romantismo

É em sua relação com a pulsão de vida que reside o interesse da pulsão de morte. Pois não seria uma amputação de sentido que sofreria a pulsão de vida, caso ela não tivesse que combater a força da inércia que entrava seu impulso vital em direção à luz do dia? Podemos então pensar que a pulsão de vida se apoia sobre a pulsão de morte para se pôr em movimento.

Estranha pulsão que só pode se manifestar intrincada à pulsão de vida, mas ainda assim pulsão, pois ela visa à vida do corpo. E ela fascina assim como a morte pode fascinar quando a privamos da distração que é uma doença. Em favor dessa fascinação, eu me contento em evocar a atração que exerce o melancólico sobre as mulheres nostálgicas do amor. E os românticos foram suas melhores figurações.

Eu gostaria de levantar a hipótese de que Freud – o homem científico, racional e comedido – havia encontrado, na descoberta da face sombria de nossas pulsões, uma via finalmente dizível onde alojar seu próprio romantismo.

Então este seria o conceito mais abstrato, pois o mais interdito de encarnação...

PERCURSO Gostaríamos que a Sra. respondesse à sua própria questão provocadora formulada em seu livro *O vínculo inédito*: “Nos países latino-americanos, o encanto por Melanie Klein cedeu lugar ao fascínio pela doutrina laciana. Passagem de uma estrutura forte e coercitiva para outra. Haveria uma relação entre as estruturas de



não é por um acaso que a psicanálise inglesa não conheceu cisões tão dramáticas como a análise na França. Winnicott pôde criticar muito abertamente Melanie Klein, permanecendo na mesma sociedade e abrindo, entre ela e Anna Freud, uma terceira via

poder nesses países e a atração pelas estruturas coercitivas em psicanálise?” (p. 57).

A seu ver, o lacanismo e kleinismo foram vividos de forma diferente em seus países de origem, que já possuíam uma tradição democrática?

ZYGOURIS Não posso dizer muito mais do que aquilo que já comentei: a saber, que, para sobreviver em uma sociedade de poder autoritário, é mais assegurador apoiar-se sobre um pensamento fortemente estruturado. Dito de outra maneira: uma teoria “forte” oferece um suporte de certezas para pensar, ela tira a angústia face a um poder que faz reinar o medo.

A teoria de Melanie Klein, em voga logo antes da chegada da onda lacaniana, é também uma estrutura forte, que deixa pouco espaço para a dúvida, e ela poderia igualmente ser um bom continente em período de crise ou de incertezas pessoais. Ela tem muito mais chance de ser aceita sem críticas em um contexto em que a psicanálise é nova. Mas ela é menos eficaz para pensar o coletivo do que a teoria lacaniana.

Assim, para desalojar a teoria kleiniana de seu lugar dominante, a teoria lacaniana, de força comparável, era bem-vinda dentro de uma comunidade analítica em dificuldade de sobreviver. Era principalmente o caso para aqueles que não estavam engajados em um partido político de luta ativa. Além disso, ela tem a vantagem sobre a teoria kleiniana de permitir um pensamento que ultrapassa o quadro “papai-mamãe”, ela abre na direção da dimensão social, na dire-

ção do Outro. Em uma situação política incerta ou perigosa, essa teoria pode servir de referência para pensar a política, evitando a passagem ao ato político. Aquilo de que alguns a acusaram: de servir muito facilmente como refúgio contra uma ação direta.

É, portanto, uma referência que pode se revelar muito ambivalente, e eu não quero cair em uma simplificação excessiva.

Podemos apenas nos interrogar sobre as relações entre o sucesso das teorias fortes – que excluem a dúvida assim como qualquer coexistência com outras teorias – e estruturas de poder políticas igualmente coercitivas.

Nas ciências conjecturais, como é o caso da psicanálise, vemos como um pensamento se torna hegemônico em certos momentos históricos e em contextos culturais e políticos particulares.

Na França o estruturalismo reinou absoluto nos anos 1960-1980, esmagando qualquer outra forma de pensamento nas ciências humanas, paralelamente à fascinação da *intelligentzia* pelo marxismo e o partido comunista.

Não é por um acaso que a psicanálise inglesa não conheceu cisões tão dramáticas como a análise na França. Winnicott pôde criticar muito abertamente Melanie Klein, permanecendo na mesma sociedade e abrindo, entre ela e Anna Freud, uma terceira via. Era um compromisso e não uma guerra.

Muitos países latino-americanos seguiram o modelo francês. Eles viveram, no entanto, uma experiência política dramática que dava todo um outro alcance aos seus recursos teóricos. Aqui na Europa, era uma maneira de esquecer a história em benefício da estrutura. Na Argentina, e sem dúvida também no Brasil, era uma maneira de se fazer esquecer pela história e de continuar a pensar, ainda assim.

Foi durante a ditadura na Argentina que o lacanismo começou a interessar massivamente os intelectuais, para além do simples interesse pelo exercício da psicanálise, e isso bem antes que a colonização milleriana viesse recrutar voluntários aos milhares. Muito provavelmente a estrutura

do discurso de Lacan permitiu que se tivessem pensamentos fortes e fortemente estruturados, que serviram de defesas muito eficazes em tempos difíceis. Teorias com mais brechas, que deixam mais liberdade a pensamentos laterais, a dúvidas, em suma menos duras, não permitem se prevenir contra a angústia coletiva, pois elas não fabricam o Um. A privação de liberdade política e cívica ataca de maneira muito dissimu-

lada o espaço de liberdade subjetiva. É por isso que as referências teóricas muito estruturantes, que eliminam todos os conflitos ideológicos, são próteses úteis para sobreviver às privações de liberdade dos corpos e das palavras.

Podemos pensar por analogia no papel de continente de pensamento e de contenção da ira que a religião desempenha hoje para os mais desprovidos da terra.

Carlos Henrique Kessler
Flávio Carvalho Ferraz
Luis Meyer
Urania Tourinho Peres

Transmissão via inconsciente

Carlos Henrique Kessler é psicanalista, membro da Associação Psicanalítica de Porto Alegre; Professor do Instituto de Psicologia – Ufrgs; Diretor da Clínica de Atendimento Psicológico do IP-Ufrgs; Doutor em Teoria Psicanalítica – Ufrj. Organizador de *Tramas da clínica psicanalítica*, autor de diversos artigos em livros e revistas da área.

Flávio Carvalho Ferraz é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e livre-docente pelo Instituto de Psicologia da USP; é autor de *Andarilhos da imaginação* (Escuta), entre outros livros, e diretor da Coleção Clínica Psicanalítica, da editora Casa do Psicólogo.

Luiz Meyer é psicanalista, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo com participações e trabalhos apresentados em inúmeros congressos nacionais e internacionais. Após sua estada na Tavistock Clinic – Departamento de Família e Adolescentes – publicou *Família: dinâmica e terapia – uma abordagem psicanalítica* (Casa do Psicólogo, 1983). É autor de *Rumor na escuta – ensaios de psicanálise* (Editora 34), e mais recentemente de *Réu confesso* (Ateliê Editorial), seu livro de poemas.

Urania Tourinho Peres é psicanalista, membro fundador da CLAPP/Bahia (1970), e do Colégio Freudiano da Bahia (1988) – atual Colégio de Psicanálise da Bahia. É membro da École Lacanienne de Psychanalyse (Paris) e membro correspondente de Insistance A.E. da Escuela Freudiana de Buenos Aires. Autora dos livros *Mosaico de letras* (Escuta, 1999), *Depressão e melancolia* (Zahar, 2003), e das coletâneas *Melancolia* (Escuta), *A culpa* (Escuta, 2001), *Emilio Rodrigué – Caçador de labirintos* (Corrupio, 2004).

Realização Gisela Haddad e Vera Zimmermann

Uma visada sobre o panorama atual das instituições comprometidas com a transmissão da psicanálise aponta para uma crescente diversificação dos circuitos de formação, a abertura de suas estruturas e a multiplicação do número de profissionais que se definem como psicanalistas, com percursos e experiências diferentes. Ao longo do último século, estas transformações no campo da formação foram marcadas por debates e questionamentos, fossem sobre os modelos tradicionais ou aqueles considerados inovadores da instituição psicanalítica. Algumas associações mantêm o rigor dos processos de seleção/avaliação e requerem um longo investimento na manutenção de análises didáticas e supervisões, até que seus candidatos a psicanalistas possam ser reconhecidos como seus membros. Outras privilegiam o caráter transferencial que atravessa a tríade da formação psicanalítica (análise pessoal, formação conceitual e supervisão) em suas exigências teórico-clínicas. Considerado o pilar da manutenção das instituições formadoras de novos psicanalistas, a análise dos candidatos a analistas vem sendo sistematicamente considerada o pomo da discórdia, gerando prós e contras à sua padronização e regulamentação. Sem dúvida a complexidade da análise de um analista transcende as instituições psicanalíticas e ocupa um lugar privilegiado como ponte necessária e permanente entre a psicanálise e a cultura vigente. Além disso, a ideia de que todo analista deve experimentar os efeitos de uma análise em sua própria subjetividade suscita questões importantes. Pensemos em algumas: 1- é esperado que uma análise se constitua em um saber crítico sobre si no intuito de promover transformações; 2- como motor da psicanálise, uma análise contém a teorização de uma prática

cujos impasses a reformulam permanentemente; 3- uma análise só pode avançar até onde o analista percorreu em sua experiência do inconsciente; 4- é somente a posteriori que se pode medir o efeito de sua transmissão.

Enquanto as instituições tendem a ser conservadoras, a conduta psicanalítica é convocada a ser libertadora e muitas vezes subversiva. Cada psicanalista iniciante, tal e qual os primórdios de uma constituição psíquica, precisa olhar e se espelhar em modelos, e à instituição cabe criar mecanismos que levem seus membros a se diferenciarem – condição necessária para a liberdade de pensamento – sem que se perca o lugar de pertencimento. Nos países em que a Psicanálise mantém sua vitalidade (caso do Brasil), convivem diferentes modelos institucionais que se tornaram objeto de transferência para aqueles que os elegem visando a uma formação. Seguindo a proposta do tema desta edição, a seção Debates da revista Percurso convidou alguns colegas de instituições diferentes a contribuir com sua experiência, ampliando as trocas e diálogos sobre o tema da análise como item de formação e transmissão.

CARLOS HENRIQUE KESSLER Em sua trajetória, Freud trilhou um caminho que, por ser inaugural, teve que ser inventado. Em Paris, foi em busca das lições de Charcot; em Viena, recebeu o apoio de Breuer – clínico reconhecido na cidade – que inclusive indicou muitos de seus primeiros pacientes, o que viabilizou os “Estudos sobre a Histeria”. Mais radicalmente, constituiu, através do endereçamento de suas cartas a Fliess em Berlim, um analista para si. E foi estabelecendo as condições para a sua própria formação e a configuração deste novo campo, o da psicanálise.

Alguns anos depois, a “reunião das quartas-feiras” torna-se o espaço em que os primeiros discípulos se reúnem, debatem material clínico, trocam experiências. As análises dessa primeira geração de analistas, mesmo que intensivas, duraram muitas vezes apenas alguns meses, o que se segue ocorrendo ao longo da vida de Freud. Pessoas de vários lugares do mundo passam um período

*na medida em que
aumentavam os candidatos,
a formação passava
de um modelo artesanal,
singular, para um industrial,
com condições preestabelecidas*

em Viena para se analisar, visando a iniciar a prática analítica no retorno a seu local de origem. Podemos pensar que a maneira como se dá a formação vai tendo, neste princípio, um molde intuitivo e pragmático.

No texto “Linhas de progresso na terapia analítica”, Freud propõe que a psicanálise possa ser estendida a mais pessoas a partir da formação de um maior número de analistas, ainda que essa aplicação em larga escala implicasse uma espécie de “psicoterapia para o povo” na qual seriam misturados “o cobre da sugestão ao ouro puro da análise livre”. É nessa época que Freud irá estabelecer o conhecido tripé: análise pessoal, estudo teórico e controle (ou supervisão).

Na esteira desse pronunciamento foi fundado, nos anos 1920, o Instituto de Berlim, inclusive com a proposta de efetuar atendimentos gratuitos. Dessa prática, recheada das melhores intenções, desdobrou-se toda uma regulamentação da formação do analista. Na medida em que aumentavam os candidatos, a formação passava de um modelo artesanal, singular, para um industrial, com condições preestabelecidas, não mais pautadas pela necessidade de cada analista em função de impasses advindos de sua clínica. Tais condições teriam levado Lacan a questionar a burocratização da formação e da prática analítica.

Existem inquietantes formulações propostas por Lacan sobre o tema da formação. Notória é sua manifestação de que só se conhecem formações do inconsciente. No encerramento do





*ainda que faça parte
dos três componentes consagrados
como indispensáveis à formação
e prática analíticas, a supervisão,
surpreendentemente,
não é trabalhada teoricamente
na mesma proporção*

Congresso sobre a transmissão, em 1978, ele declara que não existiria transmissão e, um pouco mais ameno no Seminário 17, sugere que o que se transmite é a castração.

No Seminário de 1967-8, que dedica ao “Ato Psicanalítico”, Lacan vai destacar a condição de “tendo sido analisante”, como aquela que deixa uma marca, tornando o sujeito “advertido” de que não pode se considerar como constituinte, causador, de sua própria ação. É desse lugar que o analista escuta. Assim, cada psicanalista reinventará a psicanálise a partir do que ele puder extrair do fato de ter sido, durante algum tempo, psicanalisante. Não se trata, então, de adquirir um saber, um ensinamento; mas, sim, uma posição, uma ética. Uma análise se revela didática se tiver levado a passagem de psicanalisante a psicanalista. O divã é o lugar “prínceps” da formação, como sempre foi proposto por Freud.

Lugar necessário, mas não suficiente. O trabalho teórico também se impõe. Tomemos por exemplo o que se passou com Jung, de quem Freud nutria grandes expectativas, ao ponto de indicá-lo como primeiro presidente da IPA. Quando Jung aponta para uma etiologia não sexual das neuroses, propõe o inconsciente coletivo e os arquétipos, Freud vê-se compelido a solicitar-lhe que reconheça não estar mais no campo da psicanálise. Jung acolhe tal consideração e propõe a Psicologia Analítica. A psicanálise nos coloca, enquanto psicanalistas, necessariamente como freudianos. Senão, trata-se de outra coisa. E, en-

tão, nos toca estudar a psicanálise, aprofundá-la, situados numa filiação. Estabelecido um ponto de referência de que se pode procurar abordar as produções mais díspares, mesmo aquelas ainda não dadas na obra ou no tempo destes autores. Da mesma forma, buscar escutar as demandas da forma que se apresentam em nosso tempo, situadas pela época que vivemos. Se estas têm ou não as mesmas características daquelas do tempo de Freud, seria outra questão que ocupa os psicanalistas. Não se fica condenado a reproduzir apenas frases prontas; todavia, se quisermos estar nesse campo, impõe respeitar o limite que o caracteriza e constitui.

Ainda que faça parte dos três componentes consagrados como indispensáveis à formação e prática analíticas, a supervisão, surpreendentemente, não é trabalhada teoricamente na mesma proporção. Surgida inicialmente em espaços informais – desde os relatos de Freud a Breuer, até a forma como se deu o tratamento do “Pequeno Hans” – a supervisão ficou estabelecida inicialmente em duas perspectivas. Concepções opostas, uma segue o modelo médico e deveria tentar evitar erros clínicos (propõe o controle de uma análise); outra consideraria o controle como uma continuação, sob outra forma, da análise (análise do candidato em controle). Haveria aqui diversas considerações a fazer, mas acrescentemos apenas que, em Lacan, a supervisão deve igualmente se impor como efeito da análise pessoal, a partir da necessidade de que o sujeito assumira os riscos de sua prática. Uma intervenção de Safouan, de 1975, tem sido citada por vários analistas. Ele salienta a dimensão terceira da supervisão. Consequência: trata-se de reconhecer que a supervisão não se destina apenas ao jovem analista, ao candidato em formação inicial, mas cumpre uma função necessária à própria sustentação da prática analítica.

Bem, esse percorrido decanta nossa posição em relação às questões colocadas pela Revista. Para dar um passo a mais: seria um paradoxo a psicanálise fazer-se como um exercício de singularidade e, ao mesmo tempo, propor “conformar-se” às normas institucionais?

Freud já apontou para a dimensão do mal-estar inerente a nossa imersão na cultura. Um dos raros consensos entre vários analistas é o de que cada um necessita constituir seu próprio estilo de intervenção. Não existem fórmulas prontas para fazer um sujeito “falar o que lhe vem à cabeça”, condição o mais próxima possível do sonhar (ou ao menos do devanear), o que seria uma pré-condição para a emergência daquilo que concerne ao inconsciente.

Mas também se sabe, desde os primórdios de nossa civilização (ao menos desde que isso foi relatado por Platão), que, para haver desejo, faz-se necessário haver limite, lei. Lacan – mais uma vez – pode nos auxiliar. É na Proposição de 1967 sobre o psicanalista da Escola que ele enuncia uma de suas tantas afirmações polêmicas: o analista se autoriza de si mesmo (ou não se autoriza senão de si mesmo...). Nenhum lugar aqui para o que seria delírio de autonomia. Apenas não há como ocorrer psicanálise se isso não for sustentado a partir da posição do analista. Depois Lacan vai acrescentar um adendo: com alguns outros, apontando para a função da Instituição. A esse respeito, encontro algo interessante na ata de fundação da APOOA, minha instituição: “a transferência que sustenta uma instituição psicanalítica é uma transferência de trabalho: nem o culto fúnebre de um texto, nem o culto melodramático de uma expressão autoral, mas a circulação de interrogações que voltam para o texto ou a fala que as produz”. E também: “a formação é permitida, nunca garantida, e nunca sancionada como acabada”.

Quando propostas de regulamentação da Psicanálise foram levadas ao Congresso Nacional por grupos religiosos, estabeleceu-se um raro momento de aproximação entre as várias instituições e dali adveio um consenso mínimo, de que o que pode conferir alguma legitimidade à prática analítica é o reconhecimento, dentro dos critérios internos a uma instituição da comunidade analítica. Acata-se aqui uma certa heterogeneidade, dentro do critério mínimo: reconhecer-se freudiano. E pode-se pensar também que o tra-



*a multiplicação dos profissionais
que se dizem psicanalistas,
bem como das instituições que se
dizem formadoras de psicanalistas,
tanto introduziu no campo uma
abertura salutar, como também
potencializou riscos*

balho entre Instituições tenha aqui um lugar. Já o analista que tem – se isso é possível – uma prática solitária, dita independente, o analista-instituição, dificilmente teria condições de nor-tear-se nesta práxis apontada já por Freud como impossível. Por mais que tenha sido analisado, como pensar que possa constituir uma vacina à emergência do próprio narcisismo, sem a formação continuada, a supervisão, o contato “com alguns outros”?

FLÁVIO CARVALHO FERRAZ A questão colocada pela revista *Percurso* tem uma relevância enorme no âmbito das discussões sobre os modelos de formação psicanalítica. Um dos poucos pontos do processo de formação que parece ser consensual entre as diversas correntes e instituições psicanalíticas é a necessidade da análise do analista. Mas, no que tange a tudo que cerca sua realização, aí o caso é diverso: as divergências de posições costumam chegar às raias do irreconciliável. Com efeito, a multiplicação dos profissionais que se dizem psicanalistas, bem como das instituições que se dizem formadoras de psicanalistas, tanto introduziu no campo uma abertura salutar, como também potencializou riscos. As instituições psicanalíticas filiadas à IPA mantiveram até hoje a exigência da análise didática para seus candidatos. Mas o conjunto de preceitos e ordenamentos que cercam tal análise sofreu modificações com o tempo. Hoje em dia, em algumas instituições, a análise didática se propõe a ser uma análise



trata-se aqui da transmissão teórica de uma especificidade da epistemologia psicanalítica que é, poder-se-ia dizer, bastante sofisticada (é incrível como boa parte do establishment científico mundial custa tanto a compreendê-la!)

como outra qualquer, o que significa: o analista não participa de avaliações institucionais do seu paciente, apenas o analisa. Todavia – e aí é que a questão se complica –, a análise deve ter frequência e duração determinadas por um regimento, o analista deve ser escolhido dentre uma lista de didatas e a ocorrência do processo analítico deve, evidentemente, ser atestada à instituição.

Se concebermos o processo analítico como algo que diz respeito exclusivamente ao sujeito psíquico, então não é difícil perceber que sérios problemas começam a ser esboçar. Conforme já tive a oportunidade de expressar, nesta mesma revista, a análise pessoal do analista, no que traz de aproveitamento para que este atinja as condições para analisar, significa um trabalho essencial rumo ao alcance do sentido daquilo que vem a ser o próprio objeto da psicanálise. Eis aí, no meu entender, o elemento central da análise do analista, que não deixa de ser, contudo, secundário ao simplesmente analisar-se. Ocorre que, dada a condição supraintelectual do objeto da psicanálise, entra-se em contato com ele apenas quando se desvela na experiência da análise pessoal. Trata-se, portanto, de uma experiência singular que não tem como se dar no estudo teórico, visto que sua natureza é outra, qual seja, a verdade singular – idiopática – do sujeito. A teoria, para o analista, é que será fertilizada por tal experiência; e isso diferencia sobremaneira o modo como se dá o processamento do texto teórico para o analista militante e para o exegeta acadêmico.

Um dos desafios mais complexos na formação do analista, a meu ver, é a transmissão do conceito de *objeto da psicanálise*. Laplanche, no formidável livro *Novos fundamentos para psicanálise*, reafirma com precisão algo que sempre o deteve em seus esforços de esclarecimento da essência do objeto específico da psicanálise, que vem a ser o *psíquico* propriamente dito. Esse objeto se diferencia e se distancia do objeto da conservação em função do movimento do *apoio*. Ora, os objetos tanto da medicina como da psicologia se mantêm no nível da conservação e, por essa razão, permanecem ligados ao conjunto de objetos *naturais*, passíveis de investigação pelos métodos científicos que foram convencionais até um certo momento da história da ciência, e que ainda são válidos – *grosso modo* – para as disciplinas que compõem a *Naturwissenschaft*. Já o objeto psíquico, pelo que comporta de subversão na sua própria gênese como objeto, exige uma subversão correlata no método apto à sua apreensão. Teorizamos sobre isso, sim. Explicitamos à exaustão que ele sobrenada no discurso, mas não é o discurso; e que, portanto, o analista não responde à demanda, mas insiste em manter-se numa atitude compatível com a *Versagung* (“recusação”, numa tradução ruim mas possível). Ora, trata-se aqui da transmissão teórica de uma especificidade da epistemologia psicanalítica que é, poder-se-ia dizer, bastante sofisticada (é incrível como boa parte do *establishment* científico mundial custa tanto a compreendê-la!). Aquele que se propõe a ser analista é, geralmente, psicólogo ou médico, e, por conseguinte, esteve imerso numa outra ideia de ciência, com seu objeto e sua consequente metodologia de acesso. Não é fácil processar esta virada.

Ocorre que, mesmo que a transmissão dessa ideia seja parte essencial do trabalho de formação teórica – que se desdobra também e *a fortiori* no trabalho de supervisão – seu sucesso ficará na dependência do trabalho da análise de cada analista em formação. Sem dúvida, o analista deve encarar uma “mínima epistemologia” que o leve a ter clareza sobre sua zona de intervenção, mas o acesso ao objeto psíquico só se dará se for em

si mesmo e na experiência da transferência. Mais ainda: as dificuldades defensivas na manutenção da postura analítica (aqui condensadas no apelo à *Versagung*) não se resolvem na teoria. Manter-se analista diante dos impasses do campo transferencial – sem ceder aos impulsos defensivos que, quando não são grosseiramente *actings* sintomáticos do ódio não processado, travestem-se (cada vez mais!) de “alteração benevolente” de conduta e manejo em razão de supostas “necessidades regressivas” do paciente – é uma operação que requer análise, mais do que teoria.

Como eu mesmo já afirmei noutra ocasião nesta revista, o aparato psíquico do analista se empresta na função de analisar. Portanto é fundamental que sua análise o leve a sensibilizar-se para as manifestações do inconsciente – ou expressões do psíquico, que são simbólicas – e a produzir as discriminações que lhe possibilitarão funcionar como suporte da transferência do seu analisando. O que entra em questão aqui é o fato de que o ofício de analisar não se resume a conhecimentos técnicos de um dado método de trabalho, mas pressupõe a participação do instrumento psíquico do analista na tarefa de acompanhar o analisando em sua própria descoberta. Saber analisar é “saber não saber”, e isso difere radicalmente de outros saberes, que se aplicam em outros ofícios. E analisar o desejo de ser analista é fundamental a fim de se atingir uma posição em que as moções narcísicas submeter-se-ão aos imperativos da análise: o analista deve saber deixar de existir após ter sabido existir profundamente, na medida da necessidade de seu analisando (o que não significa resposta à demanda). Terá que tolerar a resolução da transferência de seu analisando ao fim da análise, o que implicará ser descartado à guisa de objeto transicional.

Então, é exatamente pela importância que atribuímos à análise pessoal que, na experiência de formação em nosso Departamento, procuramos preservar ao máximo a análise pessoal, o que significa, fundamentalmente, não exercer sobre ela um controle institucional e deixar que a escolha do analista se defina apenas pela transferência.



*na experiência de formação
em nosso Departamento,
procuramos preservar ao máximo
a análise pessoal, o que significa,
fundamentalmente, não exercer sobre
ela um controle institucional e deixar
que a escolha do analista se defina
apenas pela transferência*

Não negamos que uma análise “didática” tenha seus efeitos, mas não há como deixar de apontar para os riscos que lhe são intrínsecos. Silvia L. Alonso recorre a Laplanche para lembrar que a análise feita “sob encomenda” por uma instituição pode instaurar, de partida, um “ponto de surdez”, já que a ambição do analisando de tornar-se analista encontra-se com a proposta implícita de que seu analista vai torná-lo, ao analisando, um analista. Corre-se o risco, então, da instauração de uma “surdez institucionalizante”.

Para além do problema intrínseco à análise didática, poderíamos mencionar diversos efeitos da perversão institucional de sua prática. Até mesmo Otto F. Kernberg, que foi presidente da IPA, afirma que o papel do analista didata foi incorporado a uma “estrutura de oligarquia administrativa” que introduz uma atmosfera autoritária nos institutos de formação. Sem falar nas vantagens financeiras que o *status* de analista didata assegura, uma vez que este vê assegurada para si uma fonte de pacientes para análise. Mas a força da escolha pela transferência pode se insinuar por uma outra brecha que se abre pela perversão das práticas institucionais: o estabelecimento de análises burocráticas e a busca posterior, pelos analistas, de análises pessoais fora da lista estrita que lhe foi imposta, fato que já ocorre com frequência. Como fato correlato, consultórios de didatas podem se ver esvaziados de candidatos.

Diante disso, o que dizer sobre as instituições de formação que não impõem listas de ana-



a análise didática tem várias características que a tornam, a meu ver, uma prática antianalítica. Nela o número de sessões semanais é pré-determinado. Há também a exigência de que a pessoa se analise por, no mínimo, 500 horas

listas? Abdicam-se do controle das análises, mas ainda assim consideram-na essencial, que mecanismos lhes restam? O passe, nas instituições de inspiração lacaniana, visa a uma solução até certo ponto interessante, que substitui o controle burocrático por uma espécie de “exame” coletivo dos efeitos da análise sobre o analista. No entanto, não há mecanismo humanamente possível que isente tal prática dos jogos de poder inerentes a toda e qualquer associação.

Se se explicita simplesmente a necessidade da análise, mas não exerce nenhum controle – nem mesmo se ela ocorreu minimamente em algum dia –, então corremos o risco de ver naufragar boa parte dos esforços de formação em razão da deficiência do eixo básico do “tripé” analítico, visto que os outros dois – o estudo teórico e a supervisão – são mais acessíveis ao controle institucional. Uma solução intermediária é o acompanhamento do analista em formação mediante um processo de escuta do que ele tem a dizer de tal formação, escuta que pode ter efeitos simultaneamente analíticos e de avaliação, tanto do analista como da instituição. É o que, no âmbito no nosso curso, tem-se procurado implementar. Todavia, já se entrevê, de partida, que se trata de uma solução que nenhuma virtude maior tem do que aquela de ser *possível*. Não há “solução” definitiva para este problema. A não ser eximir-se da prática de autorização para ingressar numa outra, que vem a ser a do reconhecimento, solução que parece razoável, muito embora incida

no risco de se valer de uma mudança vocabular para resolver apenas nesse plano – o semântico – o impasse que perdura na realidade. Isso nos faria vestir a carapuça do dito francês: *plus ça change, plus c'est la même chose*. O fio da navalha sobre o qual transitamos diuturnamente é o da não transformação de regras burocráticas – que têm a enorme vantagem de serem explícitas – em equivalentes sem letra, mas consuetudinárias, já que o jogo do poder se insinua a cada fresta de todo campo institucional. Sem querer tergiversar, eu diria que assumir tal problema como situado no campo daqueles cuja solução é assintótica já é um bom começo...

LUIZ MEYER Acredito que o convite feito a mim para participar da sessão “Debate” desta Revista está ligado ao fato de que, embora sendo membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, instituição ligada à International Psychoanalytical Association (IPA), tenho adotado em relação a uma de suas exigências básicas para a formação – a análise didática – uma posição extremamente crítica (Meyer, Luiz. *Análise subalterna*. Rev. Bras. Psicanál., v.36, n.1, p.145-59, 2002 e Meyer, Luiz. *Subservient Analysis*. Int. J. Psychoanal., v.84, n.5, p.1241-62, 2003).

Há um consenso entre os analistas, ou melhor, entre as entidades que se organizaram para formar analistas, de que o caminho a ser seguido pelos que pretendem tornar-se analistas compreende uma análise pessoal, o estudo da teoria e acompanhamento do trabalho clínico através de supervisões. A análise pessoal, sob a forma de análise didática, tem várias características que a tornam, a meu ver, uma prática antianalítica. Nela o número de sessões semanais é pré-determinado. Há também a exigência de que a pessoa se analise por, no mínimo, 500 horas, as quais sendo cumpridas a desobrigariam de continuar sua análise. Isso confere à análise didática um caráter regulatório, de fundo “acadêmico”, como se se tratasse de uma tarefa burocrática a ser cumprida, atendendo regulamentos, e não da aventura da descoberta do inconsciente.

A análise didática só pode ser feita por analistas credenciados pela Instituição, especificamente para esta tarefa. Tais analistas, devido a essa posição, devem responder às demandas de quem os credenciou. São, portanto, reféns da Instituição e trabalham para manter o *status quo* do qual dependem, perpetuando o funcionamento do sistema. O candidato, ou analista em formação, encontra-se preso do mesmo modo ao compromisso – ou contrato – assumido com o seu analista didata: *daquela análise deve resultar um analista*. Percebe-se que segundo esse esquema a análise didática precede o trabalho analítico e o determina. Este não se desenvolve a partir dos conflitos transferenciais e contratransferenciais e dos impasses que nascem na e da relação analítica.

Um modelo que bem descreve essa modalidade de trabalho é o da procissão. Nele a pessoa integrada a uma irmandade anda seguindo um traçado de ruas conhecidas, observando as paradas rituais, repetindo litanias, levando em uma das mãos a hóstia consagrada e na outra a relíquia venerada. Como se requer de uma procissão, a cada ano ela deverá repetir seu percurso.

Estamos longe do que nos ensinou o poema de Antonio Machado:

Caminante son tus huellas
El camino, y nada más
Caminante no hay camino
Se camina al andar

É necessário, entretanto, ser equânime: o fato de a análise didática ser um fetiche e uma formação ideológica não é determinado unicamente, como se poderia pensar à primeira vista, pelo modo como se organizou e se cristalizou a estrutura de poder no interior da IPA. Sua característica fundamental é a de ser uma “análise de formação”. Nisso ela não difere de todas as outras análises praticadas em todas as outras instituições, voltadas, de um modo ou de outro, para essa meta. Explico-me: a exigência de que um aspirante a analista se submeta a uma análise retira-lhe a liberdade de descobrir, por conta própria, o



*um modelo que bem descreve
essa modalidade de trabalho é o da
procissão. Nele a pessoa integrada
a uma irmandade anda seguindo
um traçado de ruas conhecidas,
observando as paradas rituais,
repetindo litanias*

quanto ela é vital para sua prática. Essa exigência ou imposição de análise ao aspirante a analista, crença e prática que se tornou naturalizada e fato consumado no meio analítico, não faz mais do que, a modo da análise didática, abrir a parte de fora para dentro, bloqueando o caminho inverso, o da descoberta de dentro para fora da necessidade de procurar uma análise.

Não se trata apenas de diferenciar o movimento de fazer análise para tornar-se analista do movimento de desejar tornar-se analista a partir da própria análise.

O que está implícito, em minha visão, é o despropósito de fazer da análise pessoal pré-condição para tornar-se analista. Penso então que a análise do eventual futuro analista não deve anteceder o encontro com o paciente, mas ser provocado por ele. A turbulência daí resultante e o sentimento de despreparo que o acompanha, a experiência em geral violenta e angustiante que assinala o contato do próprio inconsciente com um grito se tornará então o motor e a condução para que a análise deixe de ser “de formação”.

URANIA TOURINHO PERES Fui sempre motivada a encontrar um acontecer comum, relativo ao processo de análise, a nossa prática de analista, a nossa relação com a teoria e, enfim, nossa vida institucional. Nesse processo o que primeiro me ficou claro foi o que chamei de “Final de Analista”, ideia compartilhada entusiasticamente por Emilio Rodrigué, e que procura traduzir a noção



*o passe seria o lugar
em que o analista deveria
dar um depoimento de sua análise,
e a transmissão desse depoimento
deveria constituir-se
em uma elaboração teórica,
um lugar de inovação da teoria*

de que, ao longo de nossas vidas de analista, vamos vivendo um processo, a semelhança do processo analítico, que resulta, se tudo corre bem, em um liquidar de transferências, que modifica a posição de analista. Esse processo não conduz, necessariamente, a que a prática analítica seja abandonada, mas pode acontecer que a ela venha se somar uma outra atividade, quase sempre criativa, que de alguma maneira seja chamada a exorcizar a “inquietante estranheza” dessa prática. Os restos deixados no analista pela posição abstinente ou, se quisermos, como disse Lacan, o lugar de dejetos ocupado. O ponto a destacar é o de que uma mudança de posição se efetua.

Não me parece forçado pensar a relação do inconsciente com o estranhamento, assim como o chamado final de análise. Não é pouco frequente que um paciente insista na procura de algum sinal que lhe confirme o seu final de análise, alguma palavra que o apazigúe, que o analista lhe dê a mão na sua última descida do divã. É sempre estranhamente inquietante um final de análise, ou, para ser mais precisa, quando o dispositivo analítico deixa de existir. Este percurso, que de uma maneira sintética poderia ser dito como o da passagem de ser falado para encontrar o ser falante, não se exime de um sofrimento. Sempre me chamou a atenção uma discordância entre o que uma análise se propunha e se propõe, e o que as instituições psicanalíticas praticavam e praticam. Ou seja, enquanto uma análise, em princípio, pretende que o indivíduo se liberte de

um discurso parental que o constituiu e modelou, que deixe as vestimentas e insígnias que lhe foram impostas, mas que o abrigaram necessariamente, para poder caminhar em direção à singularidade de sua existência; as instituições, de algum modo, refazem em sentido inverso este percurso. A suposição de um saber teórico, a suposição de um saber analítico, a suposição de um poder pelo saber são vestimentas oferecidas ou impostas e cumprem sua força modeladora de um discurso. Uma transmissão teórica que aliena e não liberta o pensar, mas o amordaça na exigência de uma compreensão e de um domínio de um pensamento que vem do Outro, e traz consequentemente a sua força alienante. É justamente aí que vemos acontecer e ser reforçado o caminho aparentemente facilitado das repetições, o “efeito papagaio”. Efeito de graves consequências na medida em que desvitaliza, mortifica a psicanálise. Teoria é uma palavra que etimologicamente remete a contemplação, a contemplação pressupõe uma disposição receptiva, que implica a singularidade de quem contempla. É dessa contemplação singular que o discurso teórico se constitui.

Quando Lacan instituiu o passe, ele o fez movido pela certeza de que a repetição de sua teoria, pelos discípulos, não fazia a psicanálise avançar. O passe seria o lugar em que o analista deveria dar um depoimento de sua análise, e a transmissão desse depoimento deveria constituir-se em uma elaboração teórica, um lugar de inovação da teoria. Para Lacan o passe fracassou, pois tudo o que resultou foi uma tentativa de encontrar nos depoimentos uma confirmação de seu pensamento. A teoria não necessita verificação, não estamos no campo das ciências, mas a teoria necessita ser reinventada. Aliás, dizer que a psicanálise se reinventa é, decididamente, uma afirmativa que sempre escutamos. A questão que se coloca é de fato reinventá-la.

O espaço institucional é muitas vezes um espaço que tende a fazer um apagamento das diferenças, porque elas são difíceis de ser suportadas. E é nesse ponto que a instituição pode recusar-se a trabalhar com o inconsciente, ainda que dele se

ocupe a falar, e sua influência se faz na direção contrária à que, em princípio, deve tomar uma análise nessa passagem do ser falado para o ser falante.

Pensando a complexidade do espaço institucional na psicanálise é que podemos compreender o gesto de Lacan de dissolver a sua Escola; assim como podemos compreender os cismas e a evasão de membros. Não acreditamos nas multinacionais na psicanálise. Contudo, a instituição é

fundamental, na medida em que apenas ela pode lutar por uma transmissão que seja menos agressiva ao inconsciente. Dizer não à instituição é impossibilitar a totalidade dentro da qual podemos nos singularizar.

Quero concluir com a convicção de que as incertezas dominam nossa prática, e é por considerar a psicanálise uma prática de estranhamento que podemos estar abertos à invenção.

Sobre totens e tabus

as encruzilhadas trágicas da história da experiência transferencial na institucionalização da psicanálise.

Noemi Moritz Kon

Resenha de Daniel Kupermann, *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*, Rio de Janeiro, Revan, 1996, 254 p.

“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”: o ditame de *Fausto* de Goethe, destacado por Freud¹ e recuperado por Daniel Kupermann, define bem o campo das questões desenvolvidas em *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*, sua dissertação de mestrado, defendida na PUC do Rio de Janeiro, e publicada em 1996. Define bem, também, como aponta o autor, toda a complexidade envolvida no projeto de transmissão do saber psicanalítico que se sustenta, fundamentalmente, na transferência – sobretudo, à figura de Freud –, transferência que se dispersou posteriormente, sendo herdada e reconfigurada pelos vários grupos que reclamaram para si a condução do processo de institucionalização e transmissão da psicanálise.

Sendo assim, o legado freudiano a ser repartido é, antes de tudo, um saber/poder trans-

ferencial, e conquistar e manter este legado transferencial deixado por Freud é a missão das instituições psicanalíticas.

Para recuperar a história das trágicas transferências cruzadas, do processo cíclico do erigir e do tombar dos totens, do estabelecimento, do rompimento e do re-estabelecimento dos tabus, o autor retoma e analisa o longo processo de institucionalização da psicanálise.

Kupermann parte da análise da potência sedutora de *A interpretação dos sonhos*, texto instituinte da experiência que funda toda a psicanálise – a experiência do inconsciente, vivida pelo próprio Freud –, e pela qual somos atraídos, como cúmplices-espectadores, ao aceitarmos o convite para o mergulho em sua intimidade onírica.

Segue apresentando os movimentos iniciais de institucionalização da psicanálise, quando Freud, ainda em vida, procurava desviar de si a responsabilidade exclusiva do vínculo transferencial: o grupo dos primeiros discípulos reunidos na “sociedade psicológica das quartas-feiras”, de 1902 a 1907; a fundação da IPA (Associação Psicanalítica Internacional) em 1910, no segundo Congresso de Psicanálise; as primeiras dissensões (Adler, em 1911, e, principalmente, Jung, em 1912); a formação do “comitê secreto” para a proteção da “causa freudiana”, em 1912; a burocratização e a padronização da formação de psicanalistas, a partir da fundação do Instituto de Berlim, em 1920. Posteriormente, analisa os acontecimentos ocorridos após a morte de Freud, em 23 de setembro de 1939, ou seja, a divisão de seu espólio, a contenda pela legitimidade, oficialidade, autoridade e representatividade pelos diversos grupos de formação instituídos.

Nessa empreitada, Kupermann evidencia o sentido propriamente psicanalítico do desenrolar da história da psicanálise – num vetor, digamos, político-edípico-transferencial –, e coloca a nu a disputa pelo poder e pela designação daqueles que se proclamarão como os legítimos herdeiros do chefe da horda, ou seja, daqueles que procurarão conquistar e controlar os domínios freudia-

Noemi Moritz Kon é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora curso Conflito e Sintoma: Clínica Psicanalítica do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre e doutora pelo Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP. Autora de *Freud e seu Duplo. Reflexões entre Psicanálise e Arte* (Edusp, 1996), *A Viagem: da Literatura à Psicanálise* (Companhia das Letras, 2003) e organizadora/apresentadora de *125 contos de Guy de Maupassant* (Companhia das Letras, 2009).

¹ J. W. von Goethe, *Fausto*, Parte I, cena I, citado por S. Freud in *Totem e Tabu* (1913[12-13]), p. 188.

nos, assumindo como seu, ainda que em nome do pai, o laço transferencial.

Tudo se passaria como (ou, quase como) aquilo que foi narrado pelo próprio Freud, em *Totem e tabu*²: o pai, que tem a exclusividade do poder transferencial, deve morrer para que seja possível a sua permanência na forma da conservação da tradição, o que se dará por meio do estabelecimento da fratria dos irmãos, assassinos do pai, daqueles filhos castrados que foram tornados potentes apenas para darem continuidade à herança recebida pelo homicídio. Mas sabemos, por Freud, que a comunidade só pode se sustentar se puder se conservar unida ao redor do corpo ainda e sempre quente do pai. Pai morto, pai posto e fortalecido. Jamais superado: é ele o próprio totem. Identificados ao totem, os irmãos instauram e perenizam o tabu do pai vivo, ainda que em ausência. A fundação da sociedade se dá, assim, por meio do pacto, pacto culposo, selado para impedir que algum dos irmãos assassinos ouse assumir para si o posto de sucessor, do vórtice de toda a transferência.

Para o clã psicanalítico, entretanto, tudo se passa *quase* como aquilo que foi narrado em *Totem e tabu*, pois Freud, à diferença do chefe da horda primeva, se quis morto, necessitou-se morto, para se tornar ainda mais vivo e vivo para sempre, na perpetuação, por meio da transmissão instituída, do liame transferencial dirigido a ele.

Ora, se a transferência a Freud é a via da assunção e o fundamento da manutenção do poder psicanalítico e de sua institucionalização, ela é, da mesma forma, o móvel pelo qual se faz a transmissão de seu saber. Disso decorre que o ponto nuclear (quase que de fissão) para a compreensão do processo singular de transmissão da psicanálise seja o *locus* mesmo no qual se concretizam e se presentificam o conflito e a dominação, isto é, aquilo que foi denominado de “psicanálise de formação”, “psicanálise de controle” ou, ainda, “psicanálise didática”, quer ela tenha sido conduzida em presença de Freud (ou por ele mesmo), quer tenha sido conduzida em seu nome, por meio de seus representantes.

“A análise de formação se apresenta, assim, como espaço privilegiado para observarmos o efeito dessa rede transferencial, uma vez que o analista (didata) é representante oficial da psicanálise enquanto saber e prática, da organização psicanalítica enquanto formação social e também do inconsciente atualizado de seu analisando, o candidato a psicanalista”, observa Kupermann³.

A análise do candidato a psicanalista contraria tudo o que se desejaria de um processo analítico; coíbe a liberdade de reflexão, a abertura crítica, a autonomia, a espontaneidade, a flexibilidade e a irreverência. A seleção institucional que privilegia os candidatos “normais”, “fíeis”, “obedientes”, docilizados (que se diferenciam fortemente da leva inicial de psicanalistas excêntricos que rodearam Freud na primeira hora) e a análise de formação regulamentada e burocratizada produzem os sintomas mais nefastos do campo psicanalítico – “o pensamento inibido, o dogmatismo e a tendência geral dos candidatos a serem excessivamente respeitosos aos seus analistas”⁴, a impossibilidade de lidar com a diferença, com o ódio e com a transferência negativa. Analista e analisando abrem mão do mais precioso em função da promessa de pertencimento institucional e de garantia de mercado e, mais do que tudo, abandonam a crítica ao teor ideológico que permeia todo o processo de institucionalização da psicanálise, esquecendo-se ativamente de que “a psicanálise é produto e produtora de si própria, de sua prática e de seus destinos”⁵. Portanto, é o próprio sistema psicanalítico de formação de candidatos que produz a sua “normalidade”, por meio do conformismo, da submissão, do respeito e da obediência excessivos aos analistas formadores e suas teorizações. É este mesmo sistema que determina, ainda, a assepsia da psicanálise, desvitalizando-a

2 S. Freud, *op. cit.*

3 D. Kupermann, *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*, p. 103.

4 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 118.

5 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 118.

a fim de que ela assuma a função quase exclusiva de mantenedora do *status quo*, na forma do

6 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 123.

Infelizmente, seria demais, para o escopo desta resenha, apresentar todo o desenvolvimento realizado por Daniel Kupermann a respeito do caso de Amílcar Lobo, candidato da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, que trabalhou como psiquiatra, durante os anos da ditadura militar brasileira, no DOI-COD/RJ, na equipe de torturadores. A direção da SPRJ não só procurou ignorar a denúncia das ligações de Lobo com a tortura, como procedeu a uma inversão de valores, buscando castigar a denunciante, a então analista da SBPRJ, Helena Besserman Vianna.

Muito já foi escrito a respeito desse funesto caso e nunca é demais retomá-lo. Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira, em “A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil”, descreve sucintamente o episódio: “A Analista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro (SBPRJ), Helena Besserman Vianna, restitui no seu livro o caso que começa em 1973, durante o período mais repressivo da ditadura militar brasileira. Nessa data, ela envia à Sociedade Psicanalítica Argentina uma denúncia publicada no jornal clandestino *Voz operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro, sobre as ligações com a tortura do psicanalista Amílcar Lobo, em formação na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). A informação é publicada na revista argentina de psicanálise *Questionamos* e, graças a pressões de diversas instituições consultadas, chega à direção da IPA, então dirigida pelo francês Serge Lebovici. Este, após ter consultado os dirigentes envolvidos, conclui que Amílcar Lobo foi caluniado. A partir daí, Besserman Vianna é designada “caluniadora” pelas duas Sociedades cariocas, submetida a intimidações e, pior ainda, passa a ser perseguida pelos militares. No Brasil, o caso se torna público somente em 1980, quando os prisioneiros políticos, torturados pelo regime, denunciam as atrocidades da ditadura e designam Amílcar Lobo como torturador. Por questionarem suas instituições, Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas são expulsos. Apesar da repercussão nacional e internacional, principalmente na França e por iniciativa de René Major e Elisabeth Roudinesco, que obrigou a retirada do torturador da lista de afiliados da IPA e ao mesmo tempo questionou a atitude de alguns dos dirigentes das instituições envolvidas, o caso, que sofreu inúmeras reviravoltas, permanece ainda hoje sem uma reflexão de fundo sobre a ética no seio do movimento psicanalítico, e o mal-estar reina entre os psicanalistas”, C. L. M. V. Oliveira, “A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil”, p.149.

Kupermann avança na reflexão propondo: “Mas uma pergunta não encontra resposta nas análises da época: qual a relação (direta, particular e singular) entre os efeitos transferenciais produzidos nas análises didáticas da SPRJ com o surgimento de um membro de equipe de tortura em seus quadros? Em outras palavras, pretendemos demonstrar que o caso de Amílcar Lobo é *também* uma produção do sistema de formação da SPRJ, ou seja, esta sociedade não apenas acobertou ou foi conivente com as práticas de Amílcar Lobo, como colaborou ativamente para sua perpetuação”, D. Kupermann, *op. cit.*, p. 185.

As vicissitudes da transferência têm mesmo um caráter universal, uma vez reproduzidas certas estruturas das sociedades de psicanálise. A ideologia apolítica do “baronato” (expressão de Hélio Pellegrino) da SPRJ produziu um psicanalismo alienante, ingrediente indispensável para que as instituições psicanalíticas se colocassem a serviço do sistema social dominante, ainda que de maneira camuflada.

7 J. Lacan, “Luz!”, *Letra Freudiana*, Ano I, p. 59, *apud* D. Kupermann, *op. cit.*, p. 160.

sectarismo, da intolerância e da “fúria apostólica”, uma vez que “qualquer crítica (justificada ou não) envolvendo o analista (ou sua linha teórica, método clínico, filiação institucional etc.) não pode ser suportada e elaborada”⁶.

Chegamos aos nossos dias e aos difíceis problemas envolvidos no processo de formação de um psicanalista, e isso tanto nas sociedades ditas oficiais, como naquelas que, como os filhos, rebeldes, procuraram criar novos métodos de seleção e de treinamento para seus candidatos, mas que acabaram, muitas vezes, apenas reproduzindo os vícios de seus pais.

Todos conhecemos as aventuras e desventuras do posicionamento crítico de Jacques Lacan que, se foi capaz inicialmente de denunciar um estado de coisas no qual se perpetuava a transferência alienada e hierarquizada na formação oficial das sociedades psicanalíticas, uma psicanálise, portanto, adaptativa, esterilizante e negadora da posição desejante dos candidatos, terminou por repetir aqueles a quem criticava, ao postular para si a transferência passional inicialmente dedicada a Freud. Como o “último freudiano” e como o novo mestre mítico-fundador, Lacan capitalizou, no propalado retorno a Freud ou, melhor, ao lugar de Freud (que só ele poderia ocupar), a transferência, assumindo a totalidade do saber, que, como vimos, no caso da transmissão da psicanálise, se confunde com o vínculo transferencial não analisado. É de Lacan a frase elucidativa: “[...] Eu não me considero o sujeito do saber. A prova – é preciso recordá-lo – é que o sujeito suposto saber, fui eu que inventei isso, e precisamente para que o psicanalista, o que é o mais comum, pare de se crer, quero dizer, idêntico a ele”⁷.

Ora, se a experiência institucional proposta por Lacan teve o mérito de constatar, e em primeiro lugar, a morte de Freud e sua consequência imediata, isto é, que a IPA não poderia mais sustentar ser ela a única legítima herdeira do legado freudiano, não foi capaz de impedir a repetição do mesmo. A institucionalização da nova ordem de coisas pelo lacanismo posterior “transformou as importantes críticas elaboradas por

Lacan em respostas inquestionáveis e em uma servidão voluntária à letra de um mestre que tem, decerto, seus representantes terrenos”⁸. “Assim, [é certo que] se constituíram novas tradições na psicanálise que se apresentaram como críticas das tradições instituídas, mas a problemática da transmissão, na sua dimensão perversa, persistiu e insistiu intacta, como se o essencial não tivesse sido tocado pela crítica enunciada e anunciada”⁹.

Outras experiências de rompimento com o *main stream* psicanalítico foram levadas a cabo em todo o mundo, inclusive no Brasil, com a insurgência de pequenos grandes mestres montados na potência transferencial não analisada, na monopolização das funções de controle – de analista, supervisor, professor e, por vezes, de ídolo e amante –, numa onipresença perversa e infantilizadora. Mas, certamente, nenhuma teve o mesmo alcance crítico que a epopeia lacaniana, apesar da incoerência que lhe dá sustentação.

À tentação narcísica do analista de função didática – de modelar seu analisando e ocupar o lugar de mestre e padrão supremo, seu ideal de eu ou supereu – corresponde a filiação submissa, que se escora na fantasia, também narcísica, da garantia de futuro rico e brilhante, tal qual o do pai idealizado. Um ponto cego complementar. Este é o nó trágico da questão transferencial e que ordena toda a transmissão da psicanálise: a perpetuação da neurose de transferência catalisada pela figura de Freud, tornada ainda mais complexa e intensa ao ser reiterada, deslocada, ampliada, burocratizada e, então, negada no âmbito da institucionalização da psicanálise.

É Balint, seguindo a tradição ferencziana, quem afirma:

Penso que nenhum analista terá muita dificuldade em diagnosticar a condição causadora desses sintomas. Toda a atmosfera recorda fortemente as cerimônias primitivas de iniciação. Do lado dos iniciadores – o comitê de formação e os analistas didatas – constatamos segredo sobre nosso saber esotérico [relativo à história dos conflitos e crises], enunciação dogmática

de nossas exigências e uso de técnicas autoritárias. Do lado dos candidatos, isto é, aqueles que se devem iniciar, constatamos a aceitação imediata das fábulas exotéricas [que dizem respeito à história das conquistas e glórias do sistema], submissão ao tratamento dogmático e autoritário sem muito protesto e comportamento excessivamente respeitoso. Sabemos que o objetivo geral de todos os rituais de iniciação é forçar o candidato a identificar-se com seu iniciador, a introjetar o iniciador e seus ideais, e a constituir, a partir dessas identificações, um poderoso superego que irá influenciá-lo por toda a sua vida¹⁰.

A questão, portanto, insiste: “a alienação que a constituição de toda sociedade psicanalítica parece produzir é inevitável, ou podemos dela nos proteger?”¹¹.

Retornamos ao início de nossos questionamentos: como possuir e fazer nossa a herança que recebemos de nosso pai, sem nos tornarmos reedições do chefe narcisista e autoritário ou, a sua contraparte, o cordeiro dócil, submisso e alienado, ambos reprodutores do *status quo*?

A estas questões, Kupermann responde com otimismo, vislumbrando um novo arranjo teórico-institucional, uma emergência inédita na história da psicanálise, que ele denomina de “*transferência nômade*”: transferência “que não é dirigida a um único mestre, a uma teoria una e hegemônica e a um endereço institucional fixo”¹². Resultado da experiência de diluição dos mitos criados em torno dos antigos mestres, a transferência nômade implica angústia pelo não sabido, mas também incita à curiosidade pelas novas possibilidades. Ensejaria, então, formas organizacionais alternativas de formação de psicanalistas, mais ventiladas, e que seriam capazes de minimizar o sufocamento de um convívio

8 D. Kupermann, “Transferências cruzadas, transferências nômade. Sobre a transmissão da psicanálise e as instituições psicanalíticas”.

9 D. Kupermann, *Transferências cruzadas...*, p. 226.

10 M. Balint, “On the psycho-analytic training system”, *International journal of psychoanalysis*, 29, Londres, 1948, p. 167, apud D. Kupermann, *Transferências cruzadas...*, p. 120.

11 D. Kupermann, *Transferências cruzadas...*, p. 174.

12 D. Kupermann, *Transferências cruzadas...*, p. 207.

institucional, até então pautado na identificação superegoica, colocando em questão a relação transferencial absoluta, que só traz revolta ou servidão. A constituição de novos grupos imporia, também, limites às tentativas de manter a hegemonia formativa, oferecendo uma opção heterogênea de aproximação à psicanálise e à formação psicanalítica.

Uma concepção interessante sobre o novo diálogo que vai sendo estabelecido entre os irmãos psicanalistas potencializados.

Entre nós

De todo modo, é importante pontuar a atualidade de *Transferências cruzadas*. Ao retomar a obra de Daniel Kupermann, quatorze anos depois de sua publicação, evidencio, com prazer, sua consistência e pregnância. A acuracidade e a clareza dos argumentos desenvolvidos, que procurei apresentar aqui sumariamente, incitam a que se reflita também, e em particular, sobre o nosso lugar de formação, o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Nossa associação de psicanalistas foi constituída num momento específico da história da psicanálise e também da história brasileira, na metade dos anos de 1970, e se fez pela contraposição ao conservadorismo e autoritarismo que se evidenciava na sociedade como um todo e também na Sociedade de Psicanálise de então (na forma, por exemplo, da recusa, por duas vezes, da candidatura de Regina Chnaidermann para seus quadros e na chamada “de volta pra casa” de seus membros que haviam participado da formação do Curso de Psicanálise no Instituto Sedes Sapientiae), pelo engajamento na luta contra a ditadura brasileira e na preocupação pelo social explicitados na “Carta de Princípios” do Instituto Sedes Sapientiae, pela receptividade aos psicanalistas exilados do regime autoritário argentino¹³.

Esta é nossa marca de nascença.

Caldo primordial de qualidade, que nos impôs, de partida, o trabalho com as diferenças internas e, também, externas ao campo psicanalítico, mas que nem por isso nos eximiu ou nos exime da responsabilidade de evitar recair no mesmo vício da ortodoxia do passado e do presente, o que nos leva necessariamente a ter de lidar de forma crítica com o apetite pela prerrogativa da transferência e com a cobiça pelo mercado.

A abertura do Departamento a psicanalistas procedentes de outros caminhos formativos e o dispositivo de Admissão são uma resposta produtiva e de enfrentamento à estagnação libidinal decorrente do processo histórico e político de institucionalização da psicanálise. Criada pelo coletivo do Departamento de Psicanálise, a Comissão de Admissão configura um espaço analisador e de responsabilidade ante o risco sempre iminente do privilégio do poder/saber psicanalítico, pois é potencialmente instituinte e sustentadora de uma política democrática e, portanto, dispersora do monopólio transferencial.

Não nos propalamos nem como os eleitos, nem, tampouco, como os herdeiros oficiais do legado freudiano – talvez façamos pouco caso ou nem mesmo desejemos este troféu – mas nem por isso estamos imunes à tentação da transferência absoluta.

Se a história nos oferece um arcabouço essencial para refletirmos sobre o processo de institucionalização da formação de psicanalistas e nos incita à busca criativa por invenções que zelem pela ética e pela liberdade próprias à psicanálise, ela nos serve igualmente como advertência para que não nos esqueçamos de sermos combativos ao desejo sempre insistente de, nas encruzilhadas trágicas e perversas da formação e da institucionalização da transferência alienada e alienante, erigir novos-velhos totens e novos-velhos tabus.

Romper com a herança covarde e gananciosa, que impele ao depauperamento burocrático da psicanálise, é, certamente, a melhor forma de honrá-la.

13 M. M. Cytrynowicz e R. Cytrynowicz, *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*.

Bibliografia

- Balint M. (1948). On the psycho-analytic training system. *International Journal of Psychoanalysis*, 29, Londres.
- Cytrynowicz M. M.; Cytrynowicz R. (2006). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.
- Freud S. (1913[12-13]/1976). Totem e tabu. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII.
- Kupermann D. (1996). *Transferências cruzadas. Uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. *Transferências cruzadas, transferências nômades. Sobre a transmissão da psicanálise e as instituições psicanalíticas*. Disponível em <http://www.estadosgerais.org/historia/88-transferencias_cruzadas.shtml>. Acesso em 6 jun. 2010.
- Oliveira C. L. M. V. (2002). A historiografia sobre o movimento psicanalítico no Brasil. *Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental*, ano V, n. 3, set. Disponível em <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/art/set2/carmem.pdf>>. Acesso em 6 jun. 2010.
- Vianna H. B. (1994). *Não conte a ninguém... Contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.

Cantando com Calderoni sua poética da escuta clínica

Aline Camargo Gurfinkel

Resenha de David Calderoni, *O silêncio à luz – ensaio para uma ciência do singular. Escritos psicopatológicos e estético-críticos sobre obras de Caetano Veloso, Chico Buarque, Eugène Minkowski, Guilherme Messas, Jean Bergeret, Oliver Sacks, Roberto Benini, Sigmund Freud.* São Paulo, Via Lettera, 2006, 120 p.

Como pensa um analista-cancionista? – pergunta-se Tatit no prefácio ao livro de Calderoni. De fato, este é um livro sobre o pensamento no qual, de modo generoso, o autor se propõe a compartilhar conosco seu modo de pensar a clínica (e sua ciência), bem como a arte. A arte que se encontra na prática clínica do analista e no espírito clínico-investigativo do artista no momento de sua criação. Afinal, não poderíamos mesmo dizer que existe um “olhar clínico” do artista relativo às grandes questões humanas? Essa é uma fonte na qual Freud bebeu ao longo de sua obra e à qual o autor deste livro se dedica entusiasticamente.

Como refletir sobre a clínica, cujo alicerce é o infantil, sem nos deixar levar por um modo infantil de pensamento? E, nesse contexto, poder brincar sem ter medo dos frágeis limites entre realidade e fantasia, levando ainda em conta uma postura ética? E como, além de brincar, poder ouvir música e compor nesse árduo trabalho no qual prevalecem dor e angústia? Essas foram

Aline Camargo Gurfinkel é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professora do curso de Psicossomática, do mesmo Instituto. Autora do livro *Fobia* (Casa do Psicólogo, 2001) e co-organizadora do livro *Alonso, S. L.; Gurfinkel, A. C. e Breyton, D. M. (org.) – Figuras clínicas do feminino no mal-estar contemporâneo* (Escuta, 2002).

as primeiras ressonâncias do trabalho de Calderoni em minha “escuta” do livro.

O autor realiza, na composição da obra, importante aproximação e entrecruzamento entre a razão e o afeto de um modo muito original, trazendo à luz ideias que sugerem novas respostas ao velho dilema, ou, podemos dizer, que propõem novos problemas muito mais interessantes e condizentes com a densidade da escuta analítica. É como se propusesse um fundo musical, sonoro, como acontece na sonoplastia de bons filmes, em que a música, embora não seja a figura central, modifica e dá novas cores e densidade a uma cena.

Não é por acaso que o livro passa da discussão teórico-clínica de conceitos analíticos para o tema da reinvenção da psicopatologia, passando por objetos intermediários que são: a canção de Chico Buarque, o filme de Bellini *A vida é bela* e a análise de algumas passagens da experiência pessoal de Caetano Veloso que o levam a refletir sobre o silêncio. Ele faz uma leitura de algumas produções desse compositor sem dissociar vida e obra, mas também sem utilizar uma para explicar a outra. As análises de ambas se complementam.

Trata-se de uma obra sobre a sensibilidade, escrita, como não poderia deixar de ser, também com grande sensibilidade. Isso faz o texto vir ao encontro, de forma muito imediata (e afetiva), das experiências do leitor em suas inquietações teórico-clínicas e pessoais. Por todo esse rico emaranhado, a tarefa de escrever sobre esse livro, com essas características, não é nada fácil. Para seguir as propostas do autor, melhor seria cantá-lo, ou cantar suas músicas que, de um modo diverso, falam sobre as mesmas questões que parecem ser o motivo desse autor. Tive a prazerosa oportunidade, ou o privilégio, de compartilhar momentos musicais com ele. Assim, percebo que, enquanto a música é para mim e para muitas pessoas uma outra área da vida, para Calderoni, por seu talento especial, ela não fica separada de sua atividade clínica e intelectual.

Uma escuta da luz consiste na junção de trabalhos publicados em revistas de psicanálise e em coletâneas no período de 1992 a 2004. Ele se inicia com

Dora, e é impossível ler o texto sem ouvir ao fundo a música *Dora* de Dorival Caymmi. Calderoni provoca Freud quanto ao tema da contratransferência e busca o seu lado masculino e o feminino, os quais fundamentaram a falha da interpretação que levou à interrupção abrupta dessa análise. Destaca, utilizando as palavras de Freud, o empenho deste em dominar o afeto que o surpreendeu na experiência clínica junto a essa jovem.

Calderoni, com sua minuciosa sensibilidade, relaciona *Édipo* e *Transferência* nesse caso clínico. Sua argumentação retoma as palavras de Freud, utilizadas na descrição do caso clínico, atento aos efeitos destas no outro, em si (como leitor) e na paciente em questão. Ao ler e reler o texto, ele ouve, a partir das palavras, suas próprias associações, podendo, agora, sim, refletir, mantendo no ouvido a sonoridade das palavras, a música destas. Discute, desse modo, os afetos de Freud inseridos nas *Figuras* que utiliza. Curiosamente, como aponta Calderoni, este último menciona em seu discurso a necessidade de separação entre o médico e o escritor em si próprio. Ele propõe uma leitura oposta à de Freud, pois entende que, como nas séries complementares, “à medida que a razão dissecativa domina, o afeto criador adoece” (p. 28).

Esse é um tema central que, segundo Calderoni, impediu Freud de avançar na teoria e adiou por muitos anos o que só pôde elaborar em *O ego e o id* (1923), uma compreensão mais profunda do complexo de Édipo com suas faces positiva e negativa, o que foi fundamental para que entendesse a sexualidade feminina. Calderoni aponta com clareza as várias dimensões do negativo na análise desse caso. Menciona o tema da transferência negativa suscitada pela incompreensão do complexo de Édipo negativo e que evolui para a recusa de Freud em aceitar em si mesmo o escritor e deixar-se arrebatado pelos afetos ali revelados.

Em *A pedra e a perda. Feminino e temporalidade: notas a partir da escuta de você, você – uma canção edípica* (*Guinga/Chico Buarque*), o autor propositalmente não diferencia duas formas de escuta: a do sujeito, que ouve uma canção, e a do analista, que ouve e analisa a música. Ele apro-

funda, em alguns pontos, o tema da compreensão da situação edípica a partir da experiência sensível revelada pela música. Assim, Calderoni parte da seguinte epígrafe: “em que tempo pode a mãe advir como mulher para a criança? Questão do drama edípico que a trama poética de Chico retoma a partir dos olhos do pequeno Francisco” (p. 33). Além disso, abre o artigo revelando-se um aficionado pela obra de Chico Buarque e conta que foi instigado pela música, por ser compositor e psicanalista, a interpretá-la. Conta que a música foi composta provavelmente quando Chico aguardava o nascimento de seu segundo neto, filho da filha Helena, e que essa parceria com Guinga parte do ponto de vista da criança quando, no berço, ela vê a mãe se arrumar para sair, de forma que será deixada aos cuidados do avô.

Então percorremos os versos da música em companhia de Calderoni, o qual relaciona as imagens fantasiadas pela criança ao ponto central: ver e assustar-se com a figura da mãe como uma mulher que se arruma para outro, momento em que deixa de ser a majestade da mãe. Há outro alguém para quem ela se arruma, portanto ela é duas, engana-o. Quando voltará a ser sua mãe? “A que horas você volta?” é o apelo desesperado que se repete ao longo da música. “Seria o amor relação de posse sem propriedade exclusiva? Ou a cada relação haveria uma exclusão? Cada tipo de relação amorosa definiria o que lhe é próprio? Quem definiria os tipos de regime de propriedade de uma pessoa com relação a outra?” (p. 36).

O autor convoca outros analistas para participar dessa ciranda e colaborar na reflexão sobre o Édipo, e assim passamos pelo pensamento de Claude Le Guen e seu Édipo originário, que coloca a não mãe como precursora do pai. A noite marca o tempo da transformação, diz Calderoni. Isso me remete a dois autores do campo da psicossomática, M. Fain e D. Braunschweig, que discutem, justamente em seu livro *A noite e o dia* essa mesma questão, da alternância na qual haveria uma dessexualização diurna e uma sexualização noturna em alternância na vida cotidiana. Calderoni retoma, com Ferenczi, o confronto da

ternura do infantil com a violência e o terror relacionados ao sexual, e com Monique Schnaider coloca que, na história de Édipo, “a esfinge monstruosa perguntadora toma o lugar da Esfinge fêmea ávida de amor” (p. 37). O autor se pergunta: “Proviria então da mãe a voz que com papões e cucas entoa palavras de assombração? Você, você seria daí um acalanto-resposta que devolve em forma de perguntas os enigmas infundidos pelas cantigas maternas?” (p. 40).

Calderoni compara de modo instigante a canção com o mito de Perseu, que se aproxima da Medusa através do reflexo de sua imagem no escudo. Portanto, Chico poderia refletir sobre a visão indireta da mãe através do olhar do neto e assim olhar e refletir poeticamente sobre o desejo interdito.

O pequeno artigo *Catástrofe e representação: A vida é bela?* é um depoimento pessoal do autor sobre a proximidade com que viveu os efeitos do holocausto através de tios e primos. Ele questiona se é possível alguma representação para a tragédia do holocausto, cita Adorno, para quem é impossível fazer poesia depois de Auschwitz, pois haveria um impedimento ético à produção estética. Calderoni diz: “penso que a primeira homenagem à vida dos aniquilados consiste em não petrificarmos nossas almas, evitando fazer delas estatuaras para a adoração das imagens do seu suplício” (p. 46). Assim, ele reflete sobre o que o fez rir e chorar nessa enigmática comédia cinematográfica. Destaca duas formas diferentes de jogo que aparecem no filme: a primeira busca dar sentido ao sem sentido, “[...] que uma lógica da morte dê lugar a uma lógica de vida” (p. 47). A outra forma do jogo está relacionada ao personagem, o médico, que parecia querer salvá-lo, quando na verdade buscava apenas solucionar um enigma. Calderoni finaliza o artigo comparando a escuta que pode ter junto aos pacientes que vivem na pele um outro terror, o da ordem do mercado,

agindo como o médico do filme, que usa o outro para proveito próprio, jogando com o outro.

Chegamos ao texto *O silêncio à luz de Caetano*, capítulo que inspira o título do livro, pois, segundo Caetano Veloso, “O silêncio é ter a voz de uma luz” (p. 50). Texto extremamente sensível, o qual julgo quase impossível de ser traduzido, resumido ou comentado em sua profundidade, propondo-me, portanto, apenas a dar meu testemunho a respeito do que tocou minha sensibilidade. O autor parte da seguinte premissa: “o escopo deste ensaio consiste em propor articulações entre o silêncio, tal como se revela na minha leitura da obra de Caetano, e o silêncio, tal como se revela na minha experiência psicanalítica” (p. 49), e utiliza como epígrafe a frase de Gilberto Gil “a música de Caetano é um convite e um estímulo à meditação sobre a eterna tragédia da solidão do ser e da contingência da vida [...]” (p. 49). Dessa forma, ele entremeia letras de músicas e passagens autobiográficas, tendo como base um depoimento do compositor no qual revela que suas músicas são autobiográficas, de forma a elaborar um capítulo que tece as imagens das múltiplas formas do silêncio.

Da solidão do menino, “no solipsismo originário do cogito caetaneano, o pensamento encontra-se só (isto é, isolado e desamparado)” (p. 51) e passa pela experiência do compositor com as drogas, que “submeteriam Caetano à traumática prova de um pensamento impotente para metabolizar a realidade imposta pelos influxos perceptuais de um corpo sensivelmente alterado” (p. 53).

Outro silêncio é o da descoberta da sexualidade e de seu poder sobre o pensamento e o corpo. “Há, portanto, o silêncio-a-romper imposto por aquele mundo cuja (in)existência cogitante é insuportável e o silêncio-a-cultuar do nome secreto de Deus revelado pelo sexo.” (p. 54). Deste, Calderoni passa então para o silêncio-mãe, de forma que testemunhamos belíssimos versos da letra da música *Mãe*.

Voltando à aproximação entre o psicanalista e o artista: “[...] a condição de linguagem do artista se encontra com a do psicanalista no culto a essa

1 D. Braunshweig & M. Fain, M., *La noche El día – ensaio psicanalítico sobre El funcionamiento mental*. Buenos Aires, Amorrortu, 1975. Nota bibliográfica.

prudência receptiva em que consiste uma atitude de não saturação” (p. 62). Assim Calderoni, junto com Fédida, trata do reencontro com a linguagem no estado pré-construído do nome. Fala da magia imanente da linguagem (Walter Benjamim) “[...] em primeiro lugar no silêncio daquele que escuta – esse silêncio sendo a linguagem na qual a fala do outro desperta” (*apud* Calderoni, p. 72).

No capítulo *O papel das reações frente ao paciente em Bergeret, Minkowsky e Sacks*, o autor busca uma postura de investigação psicopatológica que leve em conta verdadeiramente os afetos ou as reações de afetação do investigador frente ao seu objeto, ou seja, ao outro sujeito que sofre e nunca poderá ser reduzido a um quadro clínico. Para isso, ele analisa algumas passagens desses autores para checar o quanto eles levam a termo aquilo a que se propõem: incluir suas reações em seus estudos. Constata, assim, que Sacks é o autor que mais se deixa afetar por sua interação, fala da experiência de um *assombro reverente*, o que lhe permite aprofundar sua investigação e obter *insights* e ideias originais que também representam um *despertar*. Sobre isso, Calderoni diz: “esse movimento é ético por excelência – pois de que se trata a ética, senão do respeito pela realidade do outro? Colocando em jogo o outro em sua realidade, Sacks abre-se a uma interrogação sobre o ser desse outro, isto é, propõe-se a uma indagação ontológica” (p. 101). E segue afirmando que “ali onde a ética cruza a ontologia, o papel das reações diante dos pacientes

revela-se como fiel da balança de uma psicopatologia comparativa e crítica” (p. 106).

Para fechar o livro, o autor fala daquilo que considera uma reinvenção da psicopatologia por meio do trabalho de Messas. Coloca que “[...] Messas se dá como tarefa simbolizar a transformação, articulando *lógos* (pensamento e linguagem), *práxis* (o fazer teórico e clínico como ação ético-política visando ao outro como potência de autoalteração) e *kínesis* (movimento como mudança de qualidade, quantidade, lugar, tempo e ânimo)” (p. 108). Esse autor realiza, segundo Calderoni, em seu olhar psicopatológico, uma interespecialidade, geometria do diálogo entre a consciência do paciente e a sua própria. Ele enfatiza a estética do encontro terapêutico.

Messas coloca como a mais cintilante experiência que a interespecialidade pode oferecer: “o fenômeno irredutivelmente humano – no sentido mais radical da palavra – de extasiar-se com a gênese do infinitamente individual e qualitativo, do irreproduzível e incomparável de uma pessoa manifestando-se diante de nós” (*apud* Calderoni, p. 113). Propõe, com isso, uma poética do discurso científico.

Temos agora a resposta à pergunta de Tatit: um analista-cancionista pensa e brinca com os sons e o silêncio, reage frente ao seu paciente, convoca seus próprios afetos em seu trabalho, e assim cria e compõe com eles uma poética da escuta clínica, da reflexão e da canção.

Perdão pelo tempo que passa

Lia Fernandes

Resenha de Françoise Dolto,
A causa das crianças,
São Paulo, Ideias & Letras, 2005, 399 p.



Bastaria este quadrinho para termos, em síntese, o espírito de *A causa das crianças*, belo livro de Françoise Dolto escrito já ao final de sua vida. Uma produção de fôlego, psicanalítica, mas de cunho predominantemente político, em que a autora expõe e discute uma longa e cuidadosa pesquisa realizada na França e no exterior acerca do lugar dado às crianças na sociedade. O material consultado é extenso e vai desde apontamentos oriundos de áreas específicas do conhecimento – pediatria, psicologia, neurociências, sociologia, neurobiologia, etologia, psiquiatria, história da cultura, nutrição, pedagogia – até referências a obras de pintura, literatura e cinema.

Lia Fernandes é psicanalista, membro do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, SP, membro do Departamento de Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae, mestre em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autora de *O olhar do engano: autismo e Outro primordial* (Escuta, 2000).

Logo de início temos uma delicada menção a uma exposição de arte ocorrida na Alemanha em 1972 – “A imagem da criança vista pelos mestres da pintura, variações sobre um tema, de Lucas Cranach a nossos dias” –, uma reunião de 150 obras feitas ao longo de cinco séculos até o ano de 1960. Numa bela análise, a autora vai extrair dos quadros o que comporá a tese maior de sua obra: *o desconhecimento da criança em si mesma, em sua realidade irreduzível e misteriosa*. A criança como sujeito único, singular e em igualdade de posição com o adulto constitui o impossível de nossa cultura desde sempre, de onde deriva o inconformismo de Dolto, que considera este fato uma opressão legalizada e contra a qual ela ergue quase um libelo.

Se, na primeira parte do livro, Dolto vai percorrer os significantes historicamente atribuídos

às crianças – como inferior, representada como pária na literatura medieval; como símbolo da alma nas imagens de criança-anjo do renascimento; como demônio ou perversa potencial

em muitos ideários religiosos; como a criança-ser imaturo e despreparado do século XVIII em diante; como a criança-nostalgia do paraíso perdido do romantismo até a criança-bibelô de nossos dias –, na segunda parte desta obra, e a partir do diagnóstico de sua falta de lugar no mundo como ser desejante, a autora traça uma nova abordagem da infância tomando a criança, até mesmo no período pré-natal, como um ser de linguagem. Aí encontramos uma série de reflexões e casuística próprias mescladas a relatos da infância da autora – passagens em que transparece uma das maiores virtudes de sua narrativa: *a capacidade de transpor o leitor para a intimidade da criança, colocando-nos em sintonia com o que há de mais arcaico no humano*. Isto faz desta obra um verdadeiro livro de formação para todos os psicanalistas.

Ainda nesta parte podemos encontrar belas formulações da autora, como a referência à psi-

canálise como um processo que leva à aquisição de uma nova pele (p. 166) e a ideia da apreensão inaugural do tempo pela criança que se dá, segundo Dolto, através da experiência da espera (p.184). Também é notável sua consideração à história familiar que preexiste ao nascimento de uma criança, essencial ao seu enraizamento. Com crianças abandonadas, mesmo se adotadas, por exemplo, ela é categórica em afirmar que permanecem prisioneiras de um enigma, o da história de sua concepção. “Cada uma dessas crianças é prisioneira de um enigma. Ela resolve certo Édipo que tomou como mentor representativo as pessoas que o criaram. Mas ela está sempre à procura de seus genitores e seus irmãos. A prova disso é a fantasia que todas essas crianças têm: a do risco de se tornar amante de sua irmã – ou de seu irmão” (p. 181). Entende também que uma criança só nasce pela conjunção de três desejos: o da mãe, o do pai e o do bebê. E por isso professa como necessário, nos casos de adoção, enlaçar afetivamente as diversas linhagens constituintes da história da criança, propondo dizer a ela, sempre com muita ternura: “Que gratidão tenho por seu pai e sua mãe, pelos quais tenho a felicidade de amar você hoje” (p. 191).

Esta delicadeza e profundo respeito que encontramos em suas comunicações com as crianças advêm de uma experiência contrária vivida em sua infância. Quando pequena, nunca era ouvida como alguém que falava coisas com sentido, sendo sempre rechaçada, considerada como errada ou como um ser atípico. E era, felizmente.

Aos 5 anos de idade, a pequena Françoise Murette (depois Françoise Dolto) descobriu sua vocação ao observar os problemas de saúde de seu irmãozinho menor. Philippe, ainda bebê, vomitava após presenciar discussões acaloradas mas furtivas entre sua babá e a cozinheira. O médico vinha e prescrevia dieta, aconselhando a mãe a não deixá-lo sair por três dias. Dolto inconformava-se ao vê-lo chorar de fome por ter sido privado de algo que não era a causa de seu mal-estar, já que seus vômitos expressavam a tensão violenta e expulsiva que ele vira ocorrer entre es-

sas mulheres minutos antes. “Por que o médico não perguntou o que aconteceu antes (entre as seis e oito da tarde)?” (p. 147), indagava-se ela já suspeitando que os médicos ignoravam o que as crianças – e também provavelmente os adultos – sentiam. Será aos 8 anos que Dolto enunciará a seus pais sua decisão: “Quero ser médica de educação”, disse ela numa observação incompreendida por todos à volta. “O que é que isso quer dizer?” “Isso quer dizer um médico que sabe que as crianças podem ficar doentes por problemas de educação” (p. 147). Problemas relacionais, ela explicaria mais tarde¹.

São muitas as questões que esta obra levanta. A questão do poder é a maior delas. Para Dolto, “os adultos têm medo de liberar certas forças, certas energias das quais as crianças são portadoras e que questionam sua autoridade” (p. 5). A esse respeito, em sua autobiografia, ela faz uma preciosa advertência aos psicanalistas e ao seu apego aos lugares de poder: “Acho completamente incompatível ter títulos sociais e ser psicanalista. A partir do momento em que se tem um título, não se pode mais ser psicanalista”².

Coerentemente, a autora denuncia que “A” criança não existe, assim como Lacan já preconizava a inexistência de “A” mulher. Trata-se, segundo ela, de uma criança, de tal criança e nunca de uma classe delas, instrumento através do qual se veiculam padrões e se reproduzem ideologias. Nesse sentido, a instituição da psicanálise com crianças como uma especificidade isolada é posta em questão, já que não seria possível delimitar as fronteiras entre os adultos e as crianças. “*Quem pode se sentir adulto?*”, interroga ela (p. 199).

Em todas as advertências feitas aos pais relativas ao tratamento dado a uma criança, Dolto os provocava para que se pusessem no lugar dela. “Você gostaria de que trocassem sua roupa no meio dos outros?”, interrogava ela sobre o cos-

1 Acerca desse episódio ocorrido com seu irmão Philippe, bem como do despertar de sua consciência de querer ser médica da educação e, sobretudo, do que se passava, inaudível, entre pais e filhos, encontramos belas passagens no livro *Autorretrato de uma psicanalista*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990, p. 41-42.

2 F. Dolto, *Autorretrato...* p.113.

tume de trocar as fraldas dos bebês em espaços abertos. E para certos pais que, crendo-se sexualmente liberados, conviviam nus em casa com seus filhos pequenos, ela dizia: “Quando vocês estão com amigos em casa, amigos que vocês honram, vocês praticam nudismo? Então por que ficar nus na frente das crianças?” (p. 372).

São comoventes as histórias contadas por esta psicanalista sobre seu trabalho com bebês. Desde os primórdios de sua prática profissional, em hospitais para crianças doentes, ela falava com eles e os efeitos que essa comunicação produzia são impressionantes e lhe renderam uma certa fama de bruxa. Com muita simplicidade e respeito, Dolto considerava toda sua linguagem não verbal: seus sons, gestos, olhares, comportamentos, a mímica facial e seus sintomas – claramente entendidos, sempre, como linguagem. Ela fala lindamente sobre como os lugares do corpo marcados pela presença materna que, por exemplo, subitamente se ausentou, ficam congestionados por essa ausência: nas otites (a marca da voz que se foi), nas bronquites (do odor que se perdeu), nas faringites (como sinais da mudez dos intercâmbios) etc. Para ela, além disso, estes lugares se desvitalizam com os desligamentos e se tornam presa fácil de bactérias e vírus.

É a delicadeza desses momentos iniciais da constituição da subjetividade que presidiram à criação da chamada *Maison Verte*, uma casa de acolhimento projetada por Dolto para bebês e pais no intuito de preparar as crianças para o ingresso nas creches e escolas primárias. Na última parte do livro, ela detalha o projeto inaugurado

na Praça Saint-Charles, no xv subúrbio de Paris, em janeiro de 1979. Suas preocupações fundamentais são o que a menina Dolto viveu, como carência, em sua infância: a da palavra dita – e ouvida – entre os pais e a criança. Palavra sem a qual o desmame é vivido como uma mutilação.

Na terceira parte do livro, a autora apresenta suas ideias para uma sociedade que verdadeiramente pudesse acolher a infância. Expõe detalhadamente o que seria uma escola do futuro em que as crianças tivessem respeitados seus ritmos individuais, suas escolhas e liberdade de movimentos. Propõe uma “*escola à la carte*”, com programas de estudo singularmente montados segundo os interesses de cada um. São audaciosas suas propostas e perfeitamente viáveis mas requereriam uma outra economia narcísica por parte dos adultos.

Se hoje soa tão familiar a referência ao declínio do pai na cultura, segundo Dolto o que constatamos é um declínio do casal, do desejo dos adultos que se encontram cada vez mais infantilizados e distantes de seu grupo de idade. O que a autora não relaciona diretamente, mas se depreende de seu texto, é que a inadmissibilidade da criança como sujeito se dá por esta encarnar um dos mais privilegiados anteparos à emergência do sexual no casal. Ali onde, através da ternura do amor materno, nos protegemos do desamparo que a experiência do desejo nos confronta e frente à qual nunca somos doutos. O saber hierárquico sobre a criança serve, em suma, para assenhorar os adultos que temem tanto o sexo quanto a morte. A estes – ou a isto em nós – às crianças só caberia dizer: *perdão pelo tempo que passa*.

A escrita da clínica, a clínica da escrita

Eva Wongtschowski

Resenha de Anna Maria M. da Costa,
Clinicando. Escrita da clínica psicanalítica,
Porto Alegre, Appoa, 2008, 204 p.

184

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

Clinicando é resultado de um conjunto de seminários que Ana Costa desenvolveu junto à APPOA (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), entre os anos de 2003 e 2005. Apresentados mensalmente, foram fruto do reconhecimento da importância do tema para a psicanálise e do seu valor enquanto transmissão.

Organizado em quinze capítulos, o livro é um recorte da sua fala e sua publicação permite à comunidade de analistas retomar os temas tratados, agora pela via do texto escrito. Como seu título indica, trata da clínica, da escrita da clínica, e ainda percorre a teoria laciana buscando aqui os fundamentos para pensá-las.

É um texto denso que exige uma leitura cuidadosa e diligente. Durante suas elaborações, a autora vai tecendo relações entre os conceitos, o que resulta, muitas vezes, numa trama bastante complexa. Por outro lado, demonstra uma preocupação didática ao retomar alguns deles – tais como letra, borda, traço unário, as diferenças entre letra e significante, entre angústia e gozo, entre fantasia e fantasma – chamando a atenção para os perigos de esvaziamento que seu uso pouco rigoroso aporta, quando deixariam de expressar a riqueza inicial da sua construção.

Há passagens no texto que chegam a ser poéticas; a autora, com relativamente poucas palavras, esclarece questões teóricas importantes. Assim, por exemplo, ao se referir ao jogo corporal – às pulsões que se “agarram” nos mais diferentes símbolos – afirma que só nos tornamos capazes de acolher palavras porque estas vêm carregadas de corpo, explicitando aqui relações entre corpo e linguagem. Em um outro momento, desenvolve o tema da antecipação enquanto elemento necessário para o nascimento do sujeito. Esclarece que o ritmo produzido pela voz (a alternância de vogais e consoantes, seus hiatos) se inscreve corporalmente como condição de antecipação – assim como os movimentos de diferenciação e separação, do que é contínuo e descontínuo, das inscrições produzidas nesse intervalo de presença e ausência. E conclui que continuamos a funcionar assim por toda a vida.

A investigação minuciosa, o ir e vir pelos conceitos, sua retomada por mais de um ângulo, foi o caminho escolhido pela autora para responder perguntas que a escrita da clínica propõe. Por que lemos e relemos os casos clínicos escritos por Freud? Porque se mantêm, até hoje, como referência? De onde tiram sua força? A autora faz uma diferença entre o estudo de caso como simples paráfrase da fala do analisante e a apresentação do caso como construção do psicanalista. Nesta, a transferência produz efeitos de transmissão da experiência clínica, pois aquele que a relata está colocado na mesma posição em jogo do trabalho clínico do qual fala. E é daí que o texto tira toda sua força de transmissão. Essa é a razão pela qual voltamos e voltamos mais uma vez aos textos clínicos de Freud. O testemunho singular da transferência, segundo a autora, é condição, inclusive para o desenvolvimento da própria teoria; uma das razões pelas quais se escreve sobre o caso é a busca pela precisão diagnóstica e conceitual.

Anna Costa lê a história dos textos freudianos tomando esse ponto de vista como fio condutor.

Eva Wongtschowski é psicóloga, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Assim, por exemplo, aponta que foi a transferência no trabalho com Dora que possibilitou a Freud concluir seu trabalho sobre os sonhos. O sonho de Freud, da injeção de Irma, constitui-se no primeiro tempo de elaboração do que ficou irrealizado no trabalho clínico. A construção do caso vai se dar pelo que foi impossível de lembrar, daquilo que não se resolveu, o que permaneceu como resistência. Foi justamente a implicação de Freud no atendimento do Homem dos Lobos que lhe tornou possível transmitir seu testemunho.

Retoma o meticuloso trabalho de Jean Allouch sobre o caso Marguerite Jeanne Anzieu, denominado Aimeé por Lacan. A produção do texto lacaniano sobre o atendimento se deu enquanto estava em transferência com a paciente, transferência essa que, segunda a autora, teria tido uma importância fundadora para a psicanálise francesa. Foi nesse ponto que Lacan teria passado da psiquiatria para a psicanálise. Enfatiza o percurso de Allouch quando faz um cruzamento entre o caso de psicose, sua escrita, bem como a história e a transmissão da psicanálise.

Do mesmo modo como Lacan retoma os casos clínicos de Freud, numa tentativa de reconsiderar seus pontos cegos, Allouch empreende a tarefa em relação a Lacan. Ana Costa nos lembra que apesar de Lacan, desde o início de seu trabalho, já ter Freud como referência, tenha precisado realizar seu próprio percurso enquanto psicanalista, isto é, viver a transferência, para produzir sua obra.

Ana Costa se põe na roda ao relatar um caso trabalhado por ela, explicitando os tempos da escrita: o primeiro quando se esquece um acontecimento, tempo em que algo não ficou resolvido, e o segundo quando se vai transpor o que foi vivido na transferência, seus impasses, e transformá-los em transmissão. Teoriza sobre temas bastante complexos, como a construção da imagem, o suporte do corpo, o nome próprio; estabelece diferença entre a identificação sexual e o reconhecimento sexual.

Nosso objetivo ao nomear essa resenha foi ressaltar uma característica que torna *Clinicando*

uma leitura instigante, quando se propõe a pensar a escrita da clínica mas ao mesmo tempo vai pensando na clínica da escrita. Isto é, quais são as circunstâncias, em termos de constituição psíquica, para que a escrita se torne possível. A escrita é considerada no seu sentido mais amplo, não apenas enquanto sua forma alfabética. Por exemplo, o sonho se constitui em uma escrita, a passagem ao ato é uma tentativa, fracassada, mas uma tentativa de escrita. Assim como o que está na inscrição corporal é da ordem da escrita.

A literatura, o cinema, a escrita matemática passam pelas teorizações e esforço de compreensão da autora.

Assim, localiza a escrita de James Joyce como uma escrita *sinthomática*. A expressão cunhada por Lacan, trabalhada no *Seminário 23*, teve como origem seu estudo da obra de Joyce que é pensada como um trabalho que permite um suporte para além da fantasia. Isto é, um texto onde o sujeito fica implicado na sua história pessoal, mas cujo destino é a produção de cultura. O que não foi possível para Schreber com o seu o trabalho.

E acrescenta: a expressão *sinthoma* quando falada em inglês aponta para as palavras "sin" (pecado) e "home" (casa): em francês, se ouve "saint" (santo) "homme" (homem). Em português poderíamos ouvir "sim", "toma"; de acordo com um dicionário lisboeta, a palavra designaria um acidente produzido por uma doença do qual se tira uma consequência – sentido que está implícito na ideia de uma produção que, apesar de ligada a questões estritamente pessoais, acaba produzindo laços sociais.

Lol Stein, protagonista do romance *O deslumbramento* de Marguerite Duras, trabalhado por Lacan, vai proporcionar a Ana Costa elaborações sobre a questão da montagem do número três, a possibilidade de se contar a si próprio, a constituição do olhar, o reconhecimento de si, o nome próprio. É muito interessante como, por meio de uma pequena passagem, a autora vai desdobrando as ideias ali contidas para avançar na teoria.

Quando uma escrita se transforma em literatura? Por que o texto dos casos clínicos de

Freud, embora tão ficcionais quanto a literatura, não são considerados como tal? Como diferenciar a obra escrita por um psicótico daquela escrita por um artista? Para responder a essa última questão, Ana Costa lança mão da noção de endereçamento, isto é, a suposição de uma comunidade de transferências.

Recorremos à definição que a artista plástica Ana Maria Maiolino faz de endereçamento: “a obra de arte só existe quando é vista, quando tem o outro, o espectador. Se ninguém a conhece, se ela não se comunica, perde sua função primeira, que é a função social”. A comunidade de transferências tem uma função social.

A questão do estilo, tema caro à literatura, é analisada por Ana Costa por meio dos heterônimos de Fernando Pessoa. Sugere que ele tenha buscado a inscrição de um traço singular, a produção de um nome não submetido à ordem da família. O tema da família é retomado ao se perguntar por que alguns autores escrevem em outra língua que não a materna. Refere-se a Nabokov. É um tema fértil. Luis Fernando Veríssimo sugere que Nabokov usou a língua inglesa do modo como o fez, “até beirar o preciosismo”, justamente por ter entrado em contato com ela em idade adulta e assim ter podido explorar suas possibilidades. Kafka escrevia em alemão, embora sua língua materna fosse o tcheco. Veríssimo usa a expressão “exílio em outra língua” para assinalar o fato e lembra que Kafka alude ao “estranhamento”

quando se refere à língua materna. Lembra de Joseph Conrad, polonês que adotou o inglês, e nesse idioma se tornou grande estilista. Samuel Beckett, irlandês, escrevia em francês. Veríssimo propõe que ele teria usado a linguagem como um jogo, “com um máximo de liberdade e experimentação permitido longe da mãe”. Os pontos de vista de Ana Costa e Veríssimo se encontram.

A escrita e o inconsciente são indissociáveis, diz Ana Costa. Ao citar a literatura libertina, exemplificada por Sade e pela bailarina clássica Bentley, vai examinar a relação entre escrita e gozo, escrita e compulsão à repetição, sugerindo que o esforço da escrita é uma tentativa de inscrição em outra ordem que não a corporal. É uma criação que tenta dar consistência a algo que não existe, e seu fundamento está ligado à ideia contida na afirmação de que “não há relação sexual”, ou naquilo que a “cena primária” indica, falando freudianamente.

Por outro lado, a autora entra no universo do texto matemático e conclui que toda escrita é derivada da escrita do corpo, portanto da escrita do fantasma. Faz equivaler a escrita das fórmulas matemáticas às da dramaturgia, indicando que os avanços tecnológicos se deram primeiro ao escrever e só num segundo momento foram testadas, ou reverteram em produções de objetos. “Mas”, conclui, “no fim das contas, ao ponto a partir do qual cada escrita é construída, nunca se chega. O primário é sempre mítico. Como dizia Einstein, no fim das contas, se chega a Deus”.

Destinos do sexual na teoria e nos sujeitos

Maria do Carmo Vidigal Meyer
Dittmar (Lila)

Resenha de Ana Maria Sigal,
Escritos metapsicológicos e clínicos,
São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009, 462 p.

Toda conquista se paga com o exílio,
toda possessão com uma perda

A frase de J.B. Pontalis, escolhida por Ana Sigal para abertura do livro, ecoa durante a leitura dos textos que compõem esta coletânea. Em cada um deles, a autora expõe suas opções teórico-clínicas. Essas opções nos são apresentadas na introdução, entrelaçadas com sua história, marcada por sua chegada ao Brasil quando era uma jovem analista. Momento, talvez, fundante de seu estilo: Ana Sigal, a cada passo, escreve movida pelo desejo de tomar posição, delimitar ganhos e assumir perdas. Ela diz: o Brasil como “escolha de vida”; ao que podemos acrescentar: a psicanálise como campo de posicionamento.

O ponto de vista do qual parte é claro e nos é apresentado logo nas primeiras páginas: “Ser fiel a Freud é repensá-lo”. Somos conduzidos a uma leitura de Freud atenta, cuidadosa, que não busca se desfazer rapidamente dos entraves que encontra pelo caminho.

Ana Sigal escreve diante do que se lhe apresenta como questões atuais no campo psicanalítico. Para avançar, busca os determinantes

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila) é psicanalista, membro dos Departamentos de Psicanálise e Psicanálise da Criança do Instituto Sedes Sapientiae, professora do curso Psicanálise da Criança.

sócio-históricos que produzem tanto o sujeito como o que sobre ele podemos pensar. Ir e vir entre as teorias herdadas e a subjetividade presente, extraindo consequências para a teoria e a clínica, é um de seus objetivos. Tomando como eixo Freud e Laplanche, pensa na contribuição de diferentes autores, tais como Klein, Lacan, Winnicott e Piera Aulagnier, entre outros. Manifesta sua oposição aos estereótipos, às junções teóricas inconsistentes, aos descartes apressados, assim como à adoção de posições rígidas e adesão irrefletida à ortodoxia.

O livro consiste em uma coletânea dos textos que considerou os principais de sua trajetória. A autora opta por nos apresentar, no prefácio, a história da construção destes e nos diz que a ordem de escrita difere da que foi escolhida para esta publicação, organizada em torno de cinco eixos temáticos. São eles: Sobre o sexo, a sexualização e o feminino; Sobre metapsicologia, recalçamento primário e novas patologias; Sobre o infantil e o trabalho clínico com crianças; Sobre a formação do analista; Outros textos.

Os capítulos que compõem cada eixo vão, sucessivamente, retomando e aprofundando a temática em questão, fazendo-a avançar em clareza na exposição do que vai se mostrando fundamental e na possibilidade de evidenciar suas consequências clínicas. No entanto, cada texto foi escrito como uma unidade isolada, o que permite que o leitor se aproxime do livro por onde mais lhe interesse e faça a costura que lhe for necessária.

Alguns capítulos têm caráter mais introdutório, o que se dá sem perda de consistência teórica. É o caso dos capítulos 5 e 6 da primeira parte, nos quais a autora aborda a sexualidade infantil e o complexo de Édipo. Neles, manifesta-se, a meu ver, uma das facetas de Ana Sigal, também presente em outros textos: sua implicação na formação de psicanalistas.

Ao lado disso, Sigal nos dá a ver, em muitos momentos, a importância de sua pertinência ao Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, o que ocorre, de forma mais direta,

na parte IV, “Sobre a formação do analista”. Entre outros temas, contextualiza-a historicamente e aborda questões relativas a diferentes propostas de regulamentação da profissão de psicanalistas. Também o capítulo 20, “Psicanálise, grupos, instituição pública”, desperta interesse, não apenas como marca de um tempo passado, mas por dar visibilidade a questões que, se deixaram de impulsionar o coletivo, não o foi por terem sido superadas.

Merece atenção o diálogo que estabelece com a psiquiatria, o que se dá, em especial, nos capítulos 14, “Medicalização na infância: Um estudo sobre a síndrome de desatenção (ADD)”, e 21, “Dialogando com a psiquiatria”.

Dialoga também com a psicologia, ao abordar o psicodiagnóstico, no cap. 19, “O psicodiagnóstico e a psicanálise”.

Todos os temas são relevantes, mas me deterei nos artigos das partes I, II, e III, pois neles encontramos os eixos teóricos que sustentam as reflexões da autora em todo o livro.

Destinos do sexual

Iniciar uma coletânea com um texto denominado “A organização sexual infantil”, indica seu posicionamento dentro do campo psicanalítico. Pensar sobre o texto freudiano, escrito em 1923, dá a Ana Sigal a oportunidade de afirmar, logo nas primeiras páginas: “Eu diria ser a sexualidade infantil o paradigmático na psicanálise, o que caracteriza o inconsciente e o diferencia de outros pensamentos” (p. 28). Da mesma forma, determinante dos destinos do sexual, a centralidade do complexo de Édipo na construção da subjetividade é afirmada.

Trata-se, para Sigal, de reafirmar a sexualidade e a centralidade do complexo de Édipo como paradigma da teoria e clínica psicanalítica “em um mundo institucional no qual os novos pensadores da psicanálise acabaram por ofuscar a obra de Freud” (p. 20). Ela nos diz: “A psicanálise avança por momentos na direção de uma desse-

xualização do infantil, mas também na direção de uma “despulsionalização” da teoria” (p. 189).

É ainda nesse sentido que propõe trabalhar o Édipo a partir da história em sua dimensão singular, diferenciando esta perspectiva daquela que parte do estruturalismo: “Por ser parte de uma história, que não antecede o sujeito como uma invariante, é que consideramos o Édipo enquanto um processo” (p. 50).

Nos textos desta coletânea, Ana Sigal trabalha os destinos do sexual na teoria e nos sujeitos. E o faz à luz das transformações sócio-históricas consideradas como determinantes, tanto dos movimentos singulares dos sujeitos como do próprio fazer teórico e clínico.

Torna-se então imprescindível contemplar a articulação entre realidade e fantasma e sua incidência na constituição da subjetividade. Busca recursos teóricos e clínicos que permitam pensar como o externo se faz interno e como se inscreve, se associa e tramita no aparelho psíquico aquilo que vem tanto do outro como do social.

As questões trazidas pelas denominadas novas patologias, em especial as manifestações de pânico e a hiperatividade, assim como as problemáticas no campo da análise com crianças a levaram a trabalhar, na metapsicologia, os processos fundantes do psiquismo. Desse percurso extrai consequências importantes para a clínica. Não se trata, nessas situações, de interpretar o recalcado, mas de criar algo novo onde falharam os processos de simbolização. Na clínica com crianças, a inclusão dos pais é pensada de forma original: Ana Sigal propõe uma “manobra” bastante específica, que permita trabalhar *in situ*, a partir da transferência, com os elementos que, vindos do outro, e por ele mesmo ignorados, estão impossibilitados de ser processados pela criança.

“Sobre o sexo, a sexuação e o feminino”

A partir da afirmação da sexualidade e centralidade do complexo de Édipo como paradigmas

da psicanálise, a autora trabalha os caminhos da sexuação na mulher.

O capítulo “A organização sexual infantil”, embora seja o primeiro do livro, não é o mais fácil para o leitor. O texto de 1923 é escolhido por considerá-lo central na obra de Freud, momento em que ele retoma a teoria da sexualidade e ressignifica o caminho teórico que vinha construindo até então: o Édipo deixa de ser apenas o núcleo da neurose para, articulado à castração, considerada como um organizador simbólico, assumir seu lugar na determinação do percurso da formação subjetiva, ressignificando o que foi vivido anteriormente. A questão fundamental do artigo é a primazia do falo como organizador da sexualidade.

A cautela com a qual a autora adentra o tema justifica-se, uma vez que, como ela nos diz, “qualquer modificação da teoria da sexualidade tange ao pilar de sustentação da psicanálise” (p. 34).

Penso que o desafio com o qual Ana Sigal se confronta neste texto é manter o lugar teórico central do falo enquanto organizador da sexualidade infantil e, ao mesmo tempo, descartar algumas consequências teóricas que se apresentam como limitantes e cristalizadoras para o pensamento, se não as revemos sob a luz dos determinantes de seu momento e contexto de produção teórica.

O percurso que constrói lhe permite tomar duas posições que lhe serão fundamentais quando aborda, em seguida, o tema da feminilidade.

Em primeiro lugar, afirma que, para podermos continuar tomando falo e castração como analisadores fundamentais, é necessário não só aproximar a sexualidade infantil da adulta, mas também diferenciá-las e considerar a especificidade da genitalidade infantil: é esta que se organiza em torno de um órgão (o falo, como representação simbólica do pênis) que não tem correspondência com o genital anatômico. É característico dessa organização particular considerar o falo como “algo mais”, mas também “mais”, no sentido de hierarquicamente superior” (p. 39). “Essa é a visão infantil que ocorre na fase fálica, e o fato de que este imaginário possa se arrastar até a vida adulta é da ordem da neurose” (p. 40).

Em segundo lugar, considera que Freud toma a posição do menino, com a qual estava identificado, como ponto de partida do desenvolvimento da teoria, ao colocar o pênis como um organizador em função do qual se estabelece a diferença entre os sexos, dando ao homem um estatuto hierarquicamente superior: “Para elaborar o conceito de primazia do falo, Freud toma como referente de gênero humano o masculino, e afirma: “A criança se confronta com a incredulidade de que existem seres diferentes dele”. Quem é ele? A criança é o menino, e ele diz: o que não é igual a mim, não existe” (p. 41).

O texto finaliza com duas instigantes formulações.

Primeiro, o pensamento de Ana a conduz a uma “aventura”: supor que a partir do ponto de vista da menina poderíamos pensar em uma síndrome do Pinóquio, onde a angústia frente à inconcebível diferença fosse a angústia do crescer. Ela para por aí, uma vez que considera que seguir nesta direção invalidaria um analisador fundamental, o falo e a castração, e que toda a teoria cairia por terra. E ficamos nos perguntando: quais seriam as consequências teóricas de se pensar na “síndrome do Pinóquio”?

Depois, Sigal também questiona se é necessário manter a lógica binária das dicotomias características de cada uma das fases de organização sexual, o que equivale a manter a lógica binária das diferenças no lugar da diversidade, e se pergunta se estaria aí mais um resquício do pensamento biologizante de Freud, impelido pela dicotomia masculino-feminino.

Penso que Ana encerra com um convite, para que a conversa continue.

As ideias principais deste artigo serão retomadas nos capítulos seguintes, em que a autora trabalha os caminhos da sexuação na mulher.

Mostrará então que, a partir do texto de 1923, culminando no texto de 1933, “A feminilidade”, será o próprio Freud que passará a tomar o que seria próprio de um momento do percurso de subjetivação da menina ou da neurose, mais especificamente da histeria, como condição da

feminilidade, invariante universal. Além disso, tomando a inveja do pênis como universal, a mulher só encontraria seu caminho pela substituição do desejo de pênis pelo de filho. Ana Sigal vai reler Freud e evidenciar que ocorre um estreitamento teórico nesta direção e o abandono de outros possíveis caminhos a partir de 1923.

Em “Algo mais que um brilho fálico: considerações acerca da inveja do pênis” e “A mulher não nasce mãe, pode tornar-se mãe”, Ana Sigal investiga o desejo de filho na mulher.

No primeiro, a autora questiona a presença constante da atribuição ao filho do lugar de falo e à mulher do lugar de mãe, estendendo sua crítica a Lacan. Para além de criticar o desaparecimento, na teoria, da criança enquanto tal, no narcisismo materno, sua crítica recai também sobre o fato de que, nessa captura teórica do filho como falo, se eclipsam as particularidades dos movimentos pulsionais e da história singular dos sujeitos e se reduzem as possibilidades de escuta: Ana reafirma a concepção do Édipo como processo. Neste texto retoma ainda questões relativas ao falo como organizador. Penso que dois deslizamentos, do pênis ao falo, na teorização freudiana, e de Freud a Lacan, em nosso fazer teórico atual, trazem importantes questões que estão subjacentes ao caminho que a autora vai tecendo.

O texto “A mulher não nasce mãe, pode tornar-se mãe” retoma o que foi construído nos textos anteriores de forma clara e precisa. Nele, Sigal investiga o desejo das mulheres de ter um filho, a partir da sua clínica com mulheres que, por alguma razão, tiveram que recorrer à gravidez assistida. Coloca-se contra qualquer forma de posicionamento maniqueísta sobre a gravidez assistida, seja a defesa ingênua, seja a crítica cega. A autora se posiciona, então, contra as formulações teóricas dentro da psicanálise que, no final das contas, provocam um retorno ao biológico, ao não poder pensar que as questões que giram em torno da filiação remetem a uma articulação simbólica e não à junção entre ato sexual e fecundação. Através de interessantes casos clínicos, Ana Sigal trabalha decorrências fantasmáticas nos ca-

sos de gravidez assistida com ovodoação, o que lhe permite iluminar a particularidade dos processos de elaboração da mulher para tornar-se mãe nessas situações.

Em “A maternidade como função simbólica”, Sigal vai pensar também a partir dos filhos da reprodução assistida. Investiga, em especial, se, nessas situações, a metapsicologia de que dispomos segue dando conta de pensar o trabalho de elaboração psíquica da criança na busca de resposta para os enigmas relativos a sua origem. Sua reflexão a conduz a questionar mais um universal teórico: as “fantasias originárias”.

“Sobre metapsicologia, recalque primário e novas patologias”

Na segunda parte do livro, a autora pensa os momentos iniciais de constituição do psiquismo.

No artigo “Formação do eu: um estudo para ler o estádio do espelho”, nos oferece sua leitura atenta do texto “Estádio do espelho como formador da função do eu (je) tal como se nos revela na experiência psicanalítica”, de Lacan.

Nos capítulos seguintes, Ana Sigal trabalha o tema do originário, principalmente através da metapsicologia freudiana e das contribuições de Laplanche, levando também em conta Silvia Bleichmar e Piera Aulagnier.

Nos caps. 8 e 9, respectivamente “O arcaico e as patologias atuais” e “Francis Bacon e o pânico: um estudo sobre o recalque primário”, a autora dirige sua atenção para aquelas situações nas quais o pânico se apresenta como uma “patologia do arcaico”, diferentemente do já citado capítulo 21, “Dialogando com a psiquiatria”, em que trabalha o pânico na neurose.

Considera que o pânico pode se produzir por uma falha do recalque originário, de forma que elementos arcaicos, que deveriam ficar selados no aparelho psíquico, avançam desenfreadamente, permanecem desligados sem conseguir associar-se a outros. Consequentemente, sem que seja possível nenhuma forma de

elaboração psíquica, invadem o Eu, produzindo manifestações de ordem física, angústia catastrófica e desamparo.

Para sua investigação, recorre à metapsicologia. Trabalha em Freud, especialmente por meio da carta 52 a Fliess, como ele teoriza as primeiras inscrições, seus diferentes registros e formas de ordenamento no aparelho psíquico. Recorre novamente a Freud, mas, especialmente, às contribuições de Laplanche, para pensar no conceito de recalçamento originário, entendendo-o, então, não como um momento mítico, mas como uma primeira clivagem que dá origem à tópica e um estatuto psíquico para as primeiras inscrições. Além disso, é Laplanche que lhe permite pensar, com mais matizes, através da teoria da sedução generalizada, na inscrição da pulsão com base na ação do outro humano e não como derivação direta do somático no psíquico. Tece ainda considerações importantes sobre a teoria do trauma nos dois autores. Diferencia, então, duas formas como a mãe, dependendo de seu próprio psiquismo, introduz sexualidade na criança: a implantação e a intromissão. Esse percurso lhe permite afirmar: “Por uma falha no processo de elaboração, o qual se transmite transgeracionalmente, retorna no arcaico algo do indizível” (p. 184). Reencontramos aqui tema tão caro à autora: como o histórico vivencial é inscrito e metabolizado no psiquismo.

No cap. 8, destaca-se a forma como Ana Sigal pensa nas consequências clínicas advindas de entender o pânico como “patologia do arcaico”, uma vez que não se trata de ir atrás de sentidos cristalizados: “Por essa razão é que pensamos na possibilidade de restaurar a situação originária na cura, para que, como sugere Laplanche, seja possível nos enfrentarmos novamente com os primeiros enigmas da sedução originária, abrindo caminho para a possibilidade de realizar novas ligações, para, na verdade, criar algo novo onde faltaram palavras” (p. 185). Já no cap. 9, o contato com a obra de Francis Bacon ajuda a pensar na manifestação das inscrições primeiras, “representação coisa”, conforme propõe Laplanche, impossibilitadas de transitar pelo psiquismo en-

redadas em cadeia de sentido. “Algo que aparece como pura presença nos conduz às origens das primeiras marcas onde o inconsciente ainda não está constituído como sistema” (p. 191). O texto nos leva às telas do artista e produz uma bela figuração sobre a emergência dos elementos desligados que invadem o eu na crise de pânico. Ao articulá-la a uma situação clínica, evidencia o caráter terrorífico destas manifestações.

Em “O originário: um conceito que ganha visibilidade”, Sigal apresenta o pensamento de Jean Laplanche relativo ao originário, demarcando, de forma precisa, as contribuições desse autor em relação ao texto freudiano. Estabelece também uma interessante aproximação entre seu pensamento e o de Piera Aulagnier sobre esse mesmo tema. Esses mesmos conceitos metapsicológicos, que buscam dar conta do originário, são retomados, ampliados e postos a trabalhar na parte III deste livro.

“Sobre o infantil e o trabalho com crianças”

Mais uma vez, Laplanche será referência fundamental neste percurso, em que temas importantes para a clínica com crianças são abordados. Com ele, segue trabalhando os modos de produção e funcionamento da tópica psíquica, uma vez que, na análise com crianças, trata-se de sujeitos nos quais a tópica não terminou de se constituir, o que acarreta consequências para a intervenção do analista. Além disso, importa colocar em foco, a partir da teoria da sedução generalizada, os conceitos de mensagem enigmática e metábola. Esse conceito é aqui fundamental para pensar que há diferença, e não continuidade absoluta, entre o inconsciente – discurso – desejo da mãe e o da criança. Assim, os conceitos de historicização simbolizante e os desenvolvimentos de Laplanche permitem “Trafegar na fronteira entre os pais reais e os fantasmáticos” (p. 236) e sustentar teoricamente a inclusão dos pais na análise de crianças. Os pais convocados a estar presentes na análise de crianças são então os pais

emissores das mensagens enigmáticas. A transferência e implicação dos pais na análise com crianças são imprescindíveis, uma vez que se trata de colocar em circulação, no espaço analítico, elementos inconscientes dos próprios pais, que permitam a “flexibilização do recalque na condução da cura”. Consiste, então, em “uma manobra que possibilita incluir os pais em momentos pontuais do tratamento da criança, onde a viscosidade prevalece sobre o fluxo” (p. 270).

No artigo “A clínica com crianças: um caldeirão fervendo”, para além dos desenvolvimentos relativos à metapsicologia, chama atenção a introdução, onde Ana Sigal, em um mesmo movimento, nos fala dos avatares no percurso de formação do analista e dos processos constitutivos da subjetividade. Além de trabalhar a importância dos conceitos de história e acontecimento, também analisa três características específicas deste campo singular que é a análise com crianças: a linguagem do jogo, a abordagem de um aparelho psíquico em constituição e o caráter múltiplo do campo transferencial, definido pela presença dos pais.

Apresenta-nos, então, sua proposta de como e para que incluir os pais na análise de crianças e trabalhar com eles. Assunto que ganha novos matices no capítulo seguinte, “Os pais, o recalque primário e a circulação de significantes enigmáticos”. Nele, ganham relevo as formas como nos fala das transferências quando os pais estão, em sessão, junto à criança e ao analista, e também como trabalha os conceitos de recalque primário e secundário, buscando dar visibilidade, através da metapsicologia, aos movimentos de articulação e desarticulação de significações, possibilitados pelo peculiar encontro de pais e crianças que a “cuba analítica” é potente para propiciar. Um dos caminhos interessantes consiste na proposição de pensar no que é vivido entre crianças e pais, no espaço analítico, como “resto diurno” (p. 273), permitindo o trabalho sobre as vicissitudes do originário no atual.

Em “Transformações na clínica com crianças”, situa sua proposta de inclusão dos pais na

análise com crianças em relação a outras perspectivas teórico-clínicas de trabalho com os pais e nos apresenta uma interessante vinheta clínica.

Esta parte do livro finaliza com o pertinente artigo, já citado, “Medicalização na infância: um estudo sobre a síndrome de desatenção (ADD)”, no qual confluem várias linhas de investigação. Aqui, a autora é incisiva em sua crítica a um diagnóstico que, baseado na descrição de traços de conduta genéricos, encontrados em múltiplas situações psicopatológicas, traz como consequência, ao final das contas, calar a subjetividade. Os efeitos da realidade social nos sujeitos são contemplados, uma vez que cria as condições de hiper-valorização do uso da medicação e participa da produção da patologia. Propõe pensar que, em algumas crianças, estes sintomas merecem ser compreendidos a partir da metapsicologia das patologias do arcaico e que a condução clínica se beneficia com a proposta de inclusão dos pais no *setting*. Com isso, nos instiga a pensar na particularidade da clínica com pais e crianças nas situações em que ocorrem falhas do recalque originário.

Tanto a clínica com crianças como a com pacientes graves tem dado origem a perspectivas teóricas interessantíssimas e, por vezes, inconciliáveis. Quando nos deixamos tocar pela fecundidade de cada uma delas, temos que suportar a tensão de suas diferenças e buscar por articulações possíveis. Cada analista é convocado a fazer escolhas e articulações teóricas que são determinantes de sua condução clínica. Dentre elas, as relativas à concepção de originário têm lugar relevante. Algumas questões insistem. A clínica com crianças nos confronta, constantemente, com particularidades na forma de implicação dos pais. No limite, a criança não vem. No entanto, são inúmeras as situações nas quais seu comparecimento não significa que os pais estejam acessíveis ao trabalho, de tal forma que a questão não cessa de nos exigir. Também o envolvimento integral do analista na trama fervente das transferências múltiplas remete a sutis movimentos em sua condução clínica, dando relevo às ques-

tões relativas à transferência/contratransferência do analista, seus efeitos e possibilidades de utilização. E isto, ainda mais, quando se trata da clínica onde o que está em questão são falhas na constituição do sujeito. Linhas de investigação que, entre outras, continuam a merecer novos desenvolvimentos por parte de analistas que trabalham com crianças. A metapsicologia trabalhada neste livro sustenta a aposta de que é na escuta dos complexos destinos do sexual que, vindo do

outro, inscreve-se como indissociavelmente tão singular como alheio, que devemos avançar.

A tarefa ineludível de dar sentido e teorizar sobre o que nos determina, assim como o esforço de desconstrução e construção de articulações possíveis, nos conduzem a um caminho apaixonante e sem fim. Com este livro, Ana Sigal nos oferece uma metapsicologia viva e potente em sua referência à clínica, com a qual nos convida a seguir pensando.

O agente do oblíquo

Uma cartografia da instituição psiquiátrica e do tratamento das psicoses

Rodrigo Godoy Fonseca

Resenha de Jean Oury, *O Coletivo*, São Paulo, Hucitec, 2009, 279 p.

O *Coletivo* é fruto da transcrição do quarto ano (1984-1985) do seminário de Jean Oury no hospital Sainte-Anne, em Paris, atividade que mantém com regularidade, todas as terças-feiras à noite, dez meses por ano, até os dias de hoje. São praticamente trinta anos. Tal atividade é *abastecida* em parte por outro seminário, mantido na Clínica de La Borde, semanalmente, aos sábados, desde os anos 1970.

À diferença do que acontece em La Borde, onde o público é formado pelos colaboradores locais, por alguns profissionais da região e marcado pela presença constante e pelo vai e vem dos pacientes da clínica, o seminário parisiense reúne profissionais de todas as regiões da França, e mantém um grupo de discussão sobre a prática em suas instituições durante o período da tarde, grupo este igualmente capitaneado por Oury. Trata-se de verdadeiras jornadas de trabalho, de um colóquio, sem que este nome seja pronunciado.

A produção final do seminário, então, é marcada por essa *preparação* labordiana, imersa na experiência clínica direta, por esses aportes vindos da discussão em grupo e também por uma boa dose de improvisação.

Improvisação essencial, como destaca o autor logo em seu prólogo: “a improvisação tornou-se,

para mim, uma necessidade ética. O que eu digo é da ordem do que eu posso ‘apresentar’ (*darstellen*) de um encaminhamento presente: é com isso que, sem ajuda, sem apoio, encostado na parede, nós abordamos o outro, o alheio, na sua miséria existencial” (p. 17).

O *Coletivo* foi o primeiro seminário de Oury publicado na França, vindo dialogar com importante obra “escrita”. Escrita, entre aspas, pois a produção teórica do autor tem uma marca peculiar: ela foi objeto, com grande frequência, de uma apresentação nos incontáveis encontros onde intervém há mais de meio século. A primeira publicação de grande parte de seus textos foi feita, muitas vezes, sob forma de “leitura” coletiva, portanto.

Seu pensamento e sua atividade incessante, apoiada na experiência de La Borde, clínica que fundou em 1953 e que dirige até hoje, transformaram-no na principal figura do movimento francês de reflexão e de intervenção na instituição psiquiátrica, que veio a ser denominado *Psicoterapia Institucional*.

Jean Oury conheceu Jacques Lacan no final dos anos 1940. Lacan foi seu analista e seu mestre. O estilo de transmissão oral de Lacan representou sem dúvida um modelo para a atividade de Oury, como o foi para importantes analistas franceses de sua geração. Sua temática e suas articulações são, no entanto, absolutamente originais e centradas, como já afirmamos, na discussão da função da instituição psiquiátrica e na aplicação da teoria psicanalítica à clínica das psicoses.

Há alguns anos, num seminário daqueles de sábado, em La Borde, ouvi de Oury a afirmação, num tom divertido, de que Lacan funcionava para ele como o Guia Michelin, célebre guia de turismo presente no imaginário dos franceses como referência em seus deslocamentos, em suas descobertas de viagem. Afirmação que podemos dizer inusitada, quando pensamos na reputação de hermetismo de Lacan e na propalada dificuldade de compreensão de seus seminários.

Rodrigo Godoy Fonseca é psicanalista.

Cabe então a interrogação: seria Oury um *lacaniano*?

O próprio Oury mantém com relação a este termo, *lacaniano*, uma atitude bastante clara: “você observarão que eu nunca utilizo o termo *lacaniano*. Eu digo sempre ‘de Lacan’. Isso pode parecer sutil, mas, enfim, é uma tomada de posição e eu sempre, há muitos anos, prestei muita atenção. Eu nunca emprego o termo *lacaniano*, exceto agora, para denunciá-lo” (p. 51).

Ao fazer esta marcação, em vez de incorrer numa deriva, o autor se mantém muito próximo das palavras e do ensino de Lacan. Oury cita Lacan com grande frequência e pertinência. A *lógica do significante*; as formulações a respeito da operação de *alienação*, do *desejo do analista*; o uso da *topologia*, dos *nós*; dos *matemas dos quatro discursos*, surgirão como pontos de apoio fundamentais ao desenvolvimento de sua argumentação.

Mas seria um equívoco crer que o pensamento de Oury é tributário apenas (o que já o tornaria bastante complexo) das formulações trazidas por Freud e Lacan, aplicadas ao tratamento das psicoses e ao questionamento sobre a instituição. O autor irá buscar referências que vão de Guilherme de Ockham a Karl Marx, passando por Kierkegaard, por seu mestre Tosquelles, por Gisela Pankow, por seus diletos amigos Henri Maldiney e Jacques Schotte.

Mas vamos ao *Coletivo*

Nosso objetivo é que uma organização geral possa levar em conta um vetor de singularidade: cada usuário deve ser considerado, em sua personalidade, da maneira mais singular. Daí um tipo de paradoxo: colocar em prática sistemas coletivos e, ao mesmo tempo, preservar a dimensão de singularidade de cada um. Era neste tipo de “bifurcação” que se formulava esta noção do Coletivo (p. 19).

O Coletivo seria, talvez, *uma máquina a tratar a alienação*, todas as formas de alienação, tanto a alienação social, coisificante, produto da produção, como a alienação psicótica. É evidente que é preciso que haja em algum lugar – se quisermos verdadeiramente pôr em prática

algo eficaz no plano da psicoterapia das psicoses – uma máquina que possa tratar a alienação (p. 39).

É essencial formular essa noção de Coletivo – mesmo se a chamamos de outro jeito – e é mais uma função do que uma estrutura; é uma função certamente muito complexa, cuja finalidade essencial é fazer funcionar todas as estruturas institucionais em uma dimensão psicoterápica (p. 93).

Como essa máquina abstrata opera?

Oury irá desenvolver várias noções para dar conta deste funcionamento, dentre as quais se destaca a *função diacrítica*, entendida como vetor do que chamará de *distinguilidade*. Diacrítica no sentido utilizado pela acentuação na gramática, pela semiologia médica ao colocar em valor determinados sinais: “uma função que permite distinguir as diferentes coisas [...] separar os planos, os registros. No fim das contas, é uma função de análise estrutural” (p. 93).

Noções como *patoplastia*, *subjacência*, *heterogeneidade*, *distinguilidade* serão retomadas ou desenvolvidas justamente para favorecer essa análise estrutural permanente, recusando amálgamas, separando camadas de sedimentação discursiva. Nesse sentido, Oury insistirá, por exemplo, na distinção entre instituição e estabelecimento.

Recusamos muitas vezes o papel terapêutico das instituições psiquiátricas tais como elas se apresentavam (ou se ainda se apresentam) em nosso meio, marcadas por seu caráter asilar. Nesse ponto é oportuna tal distinção:

O estabelecimento é o que é instaurado pelo Estado, é algo que “estabelece” um contrato com o Estado, e que é, portanto, delegado pelo Estado para realizar um determinado trabalho. Logo, a primeira *démarche* da psicoterapia institucional é colocar em questão essa problemática. Será que é possível que o Estado possa delegar com eficácia [...] um estabelecimento, para organizar um campo de trabalho psicoterápico? (p. 208).

A psicoterapia institucional deve, então, junto com a instauração de um tratamento individual, do trabalho com um doente [...], encarar “tratar” o estabelecimento (p. 209).

A ação de Oury não é anti-institucional. Ela se baseia, ao contrário, num movimento que visa a promover a transformação da instituição, seu *descolamento* das premissas que regem o estabelecimento. Ele insistirá em várias ocasiões a respeito de um caráter *orgânico* da instituição, da necessidade de uma atividade de cultivo e de análise permanente e coletiva.

As ideologias que se chamaram “anti” só fizeram reforçar essa dimensão; ser “anti” é um jeito negativo de reforçar aquilo a respeito do que somos “anti”. Nessa função de elaboração coletiva, trata-se sempre de um questionamento do agenciamento de diferentes patamares de trabalho (p. 145).

A reflexão de Oury remete permanentemente aos diferentes registros, patamares, lugares. Para ele, a ação terapêutica diante da psicose não deve ser direta, exclusiva, fechada, totalizante. Uma das metáforas que lhe é mais cara é a da instituição psiquiátrica concebida como os *praticáveis* de teatro, espécie de cena provisória onde os atores podem desempenhar seus diferentes papéis, cena esta sustentada pela atividade coletiva, necessariamente renovada. Diante do colapso psicótico, Oury prescreverá *enxertos de aberto*. Sua abordagem de escolha será sempre a indireta, a da *mediação* e, neste sentido, ele dirá que o *Coletivo* é o *agente do oblíquo*.

Em estreita associação com a reflexão sobre a ação institucional, Oury tratará, ao longo deste seminário, de questões relacionadas com a clínica das psicoses e com o seu manejo transferencial, através do conceito absolutamente original de *transferência dissociada*, forma peculiar de expressão e de investimento. O *Coletivo* seria então o dispositivo responsável por acolher, suportar e trabalhar a partir dessas manifestações, que mantêm uma distinção de caráter estrutural com aquelas encontradas nas neuroses.

E o que está em questão, justamente na psicose, é que o sujeito [...] “*descarrilhou*” no simbólico, está num estado de sofrimento (como eu o digo frequentemente:

“em *Abwartung*”, em espera infinita, em sofrimento, sem esperanças que venham buscar-lhe) (p. 38).

O *Coletivo* será pensado então como superfície de inscrição, com a busca permanente de situações, lugares, espaços, que possam funcionar como *espaços do dizer*. Trata-se de fazer todo o possível para que alguma *emergência* ocorra, emergência não como urgência, bem entendido, mas como manifestação discursiva, como modificação do que se expressa na ordem do sintoma.

O que é visado é da ordem de um certo discurso, mesmo ainda balbuciante, apenas dito. É este discurso que é o estofo, a *manifestação* da “*emergência de um dizer*”, da *emergência de um desejo*, mesmo se ele é completamente mascarado. É a possibilidade do *enxerto de um pedacinho de transferência*, mesmo parcial, mesmo muito despedaçado, muito miserável (p. 266).

Trata-se de um trabalho enorme, comparável, como fez Ginette Michaud, a uma *aposta*, vista aí como investimento permanente, como trabalho contínuo de enfrentamento das dificuldades estruturais (e conjunturais) da psicose e da instituição destinada a tratá-la.

Jean Oury não trabalha com instituições ideais. Sua clínica, La Borde, jamais é apresentada como modelo. Ela é, antes de qualquer outra coisa, um campo de experimentação bastante peculiar, onde a atenção é dispensada no singular. Ao tratar de transferência na psicose, Oury fará uma advertência: o psicótico, em suas manifestações transferenciais dissociadas, estilhaçadas, nos coloca o tempo todo em posição de *responsabilidade transferencial*.

Ao final da leitura, o que fica ressaltado, além dos pontos que procuramos destacar, é o comprometimento *ético* do autor, ilustração límpida do que Lacan pôde conceituar como *desejo do analista*.

Através da percepção dessa ética é que podemos valorizar a vitalidade e a atualidade de suas intervenções e a pertinência, sempre mantida, de suas formulações teóricas.

Finalmente, seria impossível falar a respeito desta obra sem situar o contexto de seu lançamento, em setembro de 2009. Nesta ocasião Jean Oury realizou finalmente, aos 85 anos de idade, sua viagem tantas vezes projetada ao Brasil. Seus laços com o país, como ele próprio relata na nota à edição brasileira, são antigos, marcados por uma profunda amizade cultivada desde a juventude, e confirmados por, podemos ousar dizer, várias gerações de profissionais brasileiros marcados pela experiência de um estágio em La Borde.

Devemos justamente a colegas com uma passagem por este lugar de formação a iniciativa tão oportuna da escolha do primeiro texto de Oury a ser publicado no país; de sua trabalhosa tradução; do cuidado envolvido na escolha dos termos (muitos deles próprios ao autor e, por

essa razão, inéditos em português ou de impossível tradução) e até mesmo da escolha da ilustração de capa, mostrando os meandros de suas formulações. Clara, Karina, Maíra e Antoine merecem todo o nosso aplauso.

A experiência *labordiana* de alguns de nós, através de seu potente efeito de transmissão, talvez seja o motivo do grande interesse gerado por sua presença, que reuniu, durante alguns dias em São Paulo, numerosa audiência em vários encontros. Havia ali, certamente, a indicação de um enorme potencial de multiplicação, de difusão de suas ideias, que nos cabe fomentar.

Que a leitura de *O Coletivo* possa vir a se tornar o primeiro passo para que um número ainda maior de profissionais utilize essa rica cartografia de Jean Oury.

Brincar, fantasiar, olhar, ser olhado, o que essas expressões nos dizem a respeito da constituição de um sujeito?

Cláudia Monti Schönberger

Resenha de Rogério Lerner e Maria Cristina Kupfer (orgs.), *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa*, São Paulo, Escuta, 2008, 235 p. Coleção Psicanálise e Infância.

Sabemos que na cena inconsciente o tempo transcorre de modo singular, seguindo leis que lhe são próprias e diversas daquelas do tempo cronológico. Na clínica com crianças, especialmente com as que não falam, constatamos que o tempo possui ainda outras inflexões. Trata-se de um período de aquisições e de construção de aberturas de possibilidades estruturais, ainda não estabelecidas.

De modo diverso da clínica com adultos – em que se busca dar voz ao infantil do sujeito – nesse tempo, o da infância, quando a estruturação edípica ainda não se completou, tempo que pressupõe um *só depois*, manejos clínicos específicos devem ser considerados. Dentre estes o “estado de efetuação da estrutura”¹ no qual a criança se encontra.

Como tratar nesse tempo? E a que tempo? São algumas das questões que levam o psicanalista a buscar nessa leitura elementos para sua prática. Organizado por Maria Cristina Kupfer e Rogério Lerner e composto por artigos de vários autores, o livro *Psicanálise com crianças: clínica e pesquisa* é um importante instrumento não

só para os profissionais que atendem crianças, mas para psicanalistas em geral. Além da apresentação de material inédito da pesquisa e seus resultados, podemos acompanhar parte das discussões e questionamentos inerentes ao extenso e rigoroso trabalho, que nos são apresentados por meio de falas que ocorreram em diversos colóquios e mesas-redondas sobre o tema.

Concepção de ciência e pesquisa em psicanálise, suas questões epistemológicas e metodológicas, diagnóstico e clínica dos transtornos graves do desenvolvimento e constituição do sujeito psíquico são temas centrais deste livro.

A Pesquisa Multicêntrica de Indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil (IRDI) teve início no ano de 2000 e é dirigida a crianças desde o nascimento até os 18 meses. Sua continuidade se dá através da Avaliação Psicanalítica de Crianças de Três Anos (AP3) – instrumento proposto para validar os indicadores apontados na primeira etapa da pesquisa.

O livro aqui resenhado é parte da coleção *Psicanálise e Infância* e visa a divulgar aspectos de uma pesquisa mais ampla, que inclui a IRDI. Trata-se do estudo intitulado “Leitura da constituição e da psicopatologia do laço social por meio de indicadores clínicos: uma abordagem multidisciplinar atravessada pela psicanálise”.

O trabalho, inédito e instigante, de estabelecer indicadores, possibilita a transposição das operações psíquicas em jogo na constituição subjetiva para as expressões encontradas nas relações entre a criança e seus pais ou cuidadores. Formulados a partir do conhecimento psicanalítico, os indicadores psíquicos que se encontram na IRDI estão baseados em quatro eixos teóricos relativos a uma visão da constituição do sujeito. São eles: suposição do sujeito, presença – ausência, estabelecimento da demanda e função paterna.

1 C. Soler, *L'enfant et le désir de l'analyste*. In *L'enfant et le désir de l'analyste*. Apud L. M. F. Bernardino (org.), *Psicanalisar crianças: que desejo é esse?* Salvador, Álgama, 2004, p. 58.

Cláudia Monti Schönberger é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e Coordenadora de equipe clínica da Clínica desse mesmo Instituto.

Construiu-se um conjunto de índices, cuja ausência poderá apontar para a existência de perturbações no desenrolar do diálogo mãe – bebê (p. 95).

A pesquisa teve início a partir do pedido de inclusão de indicadores psíquicos no Manual de Crescimento e Desenvolvimento Infantil, instrumento utilizado pelos pediatras da rede de saúde pública brasileira. Cristina Kupfer relata: “convocamos especialistas dessa área em todo o Brasil; especialistas em psicanálise que conheçam em termos pediátricos o desenvolvimento de 0 a 18 meses, mas, na verdade, tratava-se de entender a constituição do sujeito. Era um grande desafio incluir essa questão dentro de uma norma com referencial psicanalítico” (p. 50).

Incluir indicadores psíquicos, formulados a partir do pressuposto de que o organizador central do desenvolvimento é a subjetividade, em um manual a ser utilizado por pediatras, cuidadores e educadores pode viabilizar a realização de prática multidisciplinar, incrementando o diálogo entre esses diferentes campos do saber acerca da infância.

Ao apresentar a segunda etapa da pesquisa, a avaliação psicanalítica denominada AP3, Alfredo Jeruzalinsky discorre sobre os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa como um todo. Relaciona com extrema clareza a metapsicologia psicanalítica acerca dos primórdios do psiquismo com as expressões infantis e sua relação com seu entorno. Cita, muito apropriadamente, que os fundamentos desse trabalho têm cem anos.

Acompanhar a elaboração dos aspectos que se pressupõem presentes no processo de aquisição da subjetividade, por meio do encadeamento articulado por Jeruzalinsky, constitui um importante instrumento para pensar a condição do sujeito na infância e também para fundamentar o próprio fazer clínico psicanalítico.

O autor diferencia os denominados sintomas de estrutura, que “comparecem sob formas típicas do comportamento de elaboração do sujeito infantil, caracterizado pela dilatação do registro do imaginário”, dos sintomas clínicos, que, indicadores de “risco patológico ou posições patológicas, evidenciam dificuldade ou impossi-

bilidade de elaboração do sujeito diante de seu fantasma” (p. 120). Por exemplo, sobre a fantasia, característica desse período, o autor nos diz que, por ter que corresponder a um ideal excessivo e que aponta para a insuficiência subjetiva, a criança cria “um mundo imaginário mais vasto e consistente que o do adulto” (p. 120 N.R.). Espécie de “delírio de elaboração”, necessário para atingir a condição de adulto.

A AP3 verifica os dados obtidos na etapa anterior da pesquisa, validando-os ou não. Busca perceber, junto às mesmas crianças, se seu processo de constituição psíquica está em andamento ou em risco. Para tanto, amplia os indicadores utilizados na IRDI. São considerados cinco novos eixos teóricos: brincar; o estatuto da fantasia; o corpo e sua imagem inconsciente; as manifestações diante das normas e posição frente à lei e a fala e sua posição na linguagem.

Um desafio metodológico e um risco. Estes são os aspectos apontados por Cristina Kupfer e Rinaldo Voltolini ao problematizar a pesquisa em psicanálise e a utilização prática do instrumento elaborado.

O desafio consiste em realizar uma pesquisa de psicanálise aplicada, utilizando indicadores clínicos em sua metodologia. Estes, frequentes nas pesquisas da área da saúde, são pouco utilizados em psicanálise. Trata-se de articular o caso a caso, a versão que cada sujeito constrói sobre si próprio, com o geral da estrutura, ao qual estão relacionados os indicadores. “Estamos aproveitando a experiência acumulada da psicanálise a fim de levá-la a outros campos, apontando para uma tendência que vimos revelar-se ao ouvir cada caso” (p. 97).

Os autores não desconsideram um possível risco inerente a esse trabalho, relacionado à utilização do instrumento construído. Temem, com razão, que se considere o “geral estrutural que organiza os indicadores como mais uma teoria de classificação de comportamentos” e que a ocorrência de indicadores de risco psíquico ou de desenvolvimento possa ser considerada de maneira conclusiva ou preditiva. Apesar disso, consideram que a saúde pública virá a se beneficiar se pediatras

tomarem os indicadores como aquilo que aponta algo a respeito do andamento da constituição de um sujeito e não como um modo de ser já estabelecido.

Referindo-se ao diagnóstico em psicanálise, Flávia Gomes Dutra pondera que este só se dá em transferência no contexto analítico e *a posteriori*. A maneira pela qual a relação transferencial se estabelece consiste em “um dos meios de se orientar num tratamento” (p. 150). Acrescenta que “o que está em foco para a psicanálise, em relação ao diagnóstico, não é destacar o fenômeno, mas sim situar a posição do sujeito em seu fantasma” (p. 150).

Por estar a criança em plena estruturação subjetiva, os tempos lógico e cronológico se sobrepõem criando, podemos dizer, uma temporalidade própria, específica.

Sabemos que o atributo da idade não possui relação direta com o inconsciente, com os desejos, porém, em se tratando da criança, Leda Fischer Bernardino considera que esta se encontra “em uma posição de mutação, num tempo que ainda é gerúndio” em relação à estruturação do inconsciente. Conclui, em seguida, que a posição de responsabilidade da criança “em relação ao que diz ou faz enquanto ato ainda é sustentada pelo Outro”².

Na clínica com crianças, o estágio de estruturação psíquica em que se encontra o sujeito no momento do início do tratamento analítico é de extrema importância e tem relação direta com seus alcances e possibilidades.

Os trinta e um indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil, construídos e validados pela pesquisa apresentada, são apreendidos por meio da observação da relação entre o pequeno *infans* e sua mãe ou cuidador, num tempo no qual os ventos sopram a favor. Nesse período inaugural e precoce ocorre a neuroplasticidade do sistema nervoso central, o que possibilita o estabelecimento de algumas funções, promovidas pelo entorno, pela cultura. Constatando-se a existência de risco para a constituição subjetiva, cabe encaminhar pais e bebê à escuta psicanalítica.

Além dessas questões abordadas, vale ressaltar que o livro – composto por vinte e três autores, entre psicanalistas, psicólogos, pediatras e psiquiatras que de diversas maneiras participaram da pesquisa ou com ela colaboraram – está dividido em quatro partes: Metodologia de pesquisa, Avaliação psicanalítica, Relato de casos e Resultados.

O rigor teórico e o constante questionamento acerca das práticas inerentes ao fazer psicanalítico estão presentes desde o início. Rogério Lerner, na apresentação do livro, nos convida a refletir: “Em que medida a psicanálise pode ser considerada uma concepção científica de pesquisa?” (p. 7).

Mario Eduardo Costa Pereira aborda a especificidade da pesquisa em psicanálise e problematiza o trabalho do psicanalista no campo da ciência. Nesse sentido, ele questiona como adequar a pesquisa em psicanálise à exigência de critério de cientificidade estabelecido pela ciência contemporânea, sendo que a “psicanálise se coloca como uma disciplina que descreve o sujeito como não totalmente traduzido no campo da proposição lógico-formal” (p. 26).

Vários outros autores tratam da especificidade da pesquisa e sua metodologia em psicanálise nos textos apresentados. Dentre eles, Christian Ingo Lenz Dunker explicita a concepção freudiana segundo a qual a psicanálise é um método de investigação e pesquisa dos processos mentais, bem como um método de tratamento, e é com a junção dessas duas faces que se constitui uma nova disciplina científica. Acrescenta que o método pelo qual a psicanálise “realiza sua investigação científica não é inteiramente diverso do método que ela põe em curso no tratamento. Ambos devem respeitar o critério fundamental da transferência” (p. 64). Prossegue trazendo o aspecto da clínica e sua posição é de que esta “ultrapassa a noção da experiência do tratamento” (p. 65), apontando que a psicanálise efetua uma subversão da clínica clássica, ligada ao raciocínio causal. Para o autor, a condição específica do método

2 L. M. F. Bernardino (org.), *Psicanalisar crianças: que desejo é esse?* Salvador, Álgama, 2004, p. 58.

e da investigação “não é a descrição, mas a narrativização” (p. 72). Destaca também, como estratégia principal da psicanálise, a negatividade. Entende que “pensar uma situação a partir de categorias do negativo, do que ela perdeu, ocluiu, excluiu para se constituir como tal, eis o *modus operandi* de uma narrativização” (p. 72). Vale ainda ressaltar, nesse artigo, considerações a respeito das condições do método, relacionadas com a metapsicologia: “Faz parte da metapsicologia da psicanálise assumir esse valor estruturante da falta e do negativo por extensão. A segunda condição de método a partir da situação como organizada em torno do negativo é que uma situação só se narrativiza quando ela se instala no tempo” (p. 73). A instalação no tempo refere-se à terceira condição apontada pelo autor, a de que “não há narrativa sem narrador e não há narrador sem narratário”.

Faz-nos notar que “o narrador não é o autor, é uma posição de discurso, exatamente como o analista na transferência” (p. 73).

Marie Christine Laznik aborda a questão da metodologia através da prática, especialmente a prática clínica com crianças com grave sofrimento psíquico. Esta coloca-nos diante de situações que exigem um olhar e um fazer sempre criativo e renovado. É esse modo de ver a clínica que a autora nos oferece ao explicitar seu trabalho. Mencionando uma frase de Picasso, ela nos diz: “eu não procuraria se já não tivesse encontrado”. Remete-nos à percepção da ausência do chamado terceiro tempo do circuito pulsional como um sinal do que considera um “início de comprometimento autístico” (p. 34). Em seu texto entramos em contato com os exemplos práticos desse importante giro metodológico que caracteriza a formulação do conhecimento em psicanálise com relação à ciência em geral: que teoriza a partir do acontecimento clínico, sob transferência. No relato de Laznik, clínica e teoria se entrelaçam em uma rede de sustentação do próprio fazer clínico e se modificam com os avanços apreendidos por meio da experiência clínica.

Na parte final do livro, além da apresentação e discussão dos resultados do estudo – que constata que o instrumento elaborado tem capacidade maior de indicar problemas de desenvolvimento do que risco psíquico – encontramos um interessante texto de Leda Fisher Bernardino, Carla Vaz, Marenice Quadros e Sandra Vaz sobre uma aplicação prática da pesquisa. Esta se deu junto a cuidadores de crianças em uma creche de Curitiba. As autoras ressaltam o grande investimento que o cuidado com bebês requer do educador: uma implicação do próprio desejo. Apontam que esse profissional “é convidado a se voltar para cada bebê como sujeito único, estabelecendo com ele uma relação qualitativamente suficiente para incidir em sua constituição subjetiva” (p. 219).

Vários outros profissionais, médicos, psicanalistas e estudantes de psicologia, que se ocuparam das várias etapas da pesquisa, trazem suas importantes reflexões nesse livro, demonstrando a importância, a extensão e o consequente alcance dos trabalhos de uma equipe, cujo foco principal é a criança e a saúde pública. Mas essa extensão revela também a impossibilidade de citá-los todos no espaço de uma resenha.

Fruto de trabalho coletivo, esta publicação mostra a aproximação dos campos da saúde pública, educação e psicanálise, os quais estabelecem um diálogo fecundo, que inclui os embates e paradoxos inerentes a sua aproximação.

Os efeitos desse diálogo, sem dúvida, se farão presentes na clínica dos que se ocupam da atenção à tenra infância. Com efeito, vale ressaltar, ao final desta leitura, que um outro aspecto do *desafio* iniciado pela presente pesquisa e dirigido a nós, analistas, é o de tratar crianças cada vez mais novas, que ainda não falam. Vários estudos e práticas vêm sendo construídos nesse sentido: como, por exemplo, os atendimentos pais - bebê. Trata-se de uma clínica viva e em movimento, que requer prática, estudo e teorização. A psicanálise tal como Freud a concebeu, aberta a reformulações e ampliações, baseadas no fazer clínico.

Contribuições freudianas às ciências cognitivas

Alcimar Alves de Souza Lima

Resenha de Ana Lúcia MacDowell Gonçalves, *O pioneiro esquecido: Freud e as ciências cognitivas*, São Paulo, Annablume, 2004, 130 p.

202

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

Qual a importância de Freud para a cultura contemporânea? Muitos acreditam que ele seja um autor superado, pautados na crença de que estamos em pleno século XXI e que o mundo de realidade virtual é um marco novo na história da humanidade. Freud seria mais um autor do século XIX, voltado para um mundo que não existe mais; Freud é um ancestral ilustre das ciências cognitivas? (p. 11).

Assim começa a apresentação feita por Leny Mrech ao livro de Ana Lúcia MacDowell Gonçalves, livro que considero uma possibilidade de situar Freud no universo das ciências que cunharam os últimos dez anos do século XX como a “década da mente”.

Nesse sentido, a autora aponta com paciência e rigor os fundamentos desse saber nos meandros da constituição do pensamento psicanalítico. Freud pensou a construção de um aparelho psíquico, fundamentou-o topologicamente, analisou sua economia e dinâmica como um todo e, através de sua autoanálise e da observação de sua clínica, fundou os alicerces de um novo conhecimento. “Com uma prática alicerçada numa teoria já centenária, pioneira e ousada, cujo fundador teve um sólido e respeitável percurso e seus discípulos continuaram nessa tradição de pesquisar

e acrescentar conhecimentos que se mostraram fecundos na compreensão, no tratamento e na prevenção dos distúrbios da mente, os psicanalistas teriam uma contribuição pertinente entre estes outros cientistas” (p. 17).

Contribuição esta que não foi levada em consideração pelos cientistas cognitivistas, que não lhe deram o crédito devido, já que muitos dos conceitos por eles desenvolvidos estavam contidos na obra de Freud de forma embrionária em seus textos produzidos na década de noventa do século XIX.

Em sua leitura do “Projeto para uma psicologia científica”, de 1893, MacDowell focaliza sua atualidade: “o que importa é apontar sua modernidade em termos de modelo: não apenas preconiza a existência de redes neurais como supõe um psiquismo que se constitui através de etapas sucessivas, a partir de seu uso, e da força das redes que se formam, privilegiando as que têm mais ‘peso’ – dado entre outros fatores, pela repetição e pela diferenciação” (p. 64). A natureza da modernidade de Freud, segundo a autora, começa a partir de sua ruptura com os modelos de sua época – a busca das regiões cerebrais anatômicas – e seu direcionamento para o modelo de rede neural – absolutamente atual. Mas não para aí: em 1900, em sua “Interpretação dos sonhos”, dá outro salto: introduz, tirado da ótica, o modelo do virtual; do efeito constituído por uma série de informações distantes entre si mas que se unem numa configuração, não neural mas virtual, que se ancora na linguagem, mais especificamente, no simbolismo dos significados ligados entre si por associações. Na atualidade, com a internet, não é difícil pensar essa questão da não materialidade, das redes virtuais. Essa concepção de Freud abre caminho para se pensar a associação livre de ideias, fundamental para a formação das configurações de nossa subjetividade. A ideia de redes articuladas, tanto na subjetividade quanto na cultura, nos leva a pensar o movimento, um mundo perene em transformação construindo-se

Alcimar Alves de Souza Lima é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

e desconstruindo-se. É trazendo o conceito de rede que MacDowell diz que: “Atualmente, com o advento das tecnologias de imagens computadorizadas de alta definição e em tempo real, o conceito de redes neurais como base de funcionamento cerebral é indiscutível” (p. 57). Trazendo esse pensamento ao psicanalítico, ela faz a reflexão bem humorada de Glymour: “Uma grande parte da ciência cognitiva contemporânea é essencialmente o que se poderia esperar se Freud tivesse um computador” (p. 58).

Podemos pensar que o estudo das funções cerebrais em si levará a um ponto onde os cientistas cognitivos precisarão dos psicanalistas. Leny Mrech, ao escrever a introdução, é aguda em suas observações:

A presença do cérebro não garante as respostas do sujeito. Para isso é necessária a presença do outro. A interação estabelecida entre o sujeito e o outro. O sujeito encontra suas determinações no outro. É na relação que o circuito cerebral se tece. Quando se privilegia apenas o cérebro e suas funções, este aspecto relacional fica perdido. Retira-se a vida do cérebro. Fica-se com o cérebro morto a ser dissecado. A importância de Freud se encontra em que ele vivifica o cérebro através da pulsão. Vivifica mas não o entifica (p. 12).

Assim, qual a contribuição que a psicanálise pode dar às ciências cognitivas? Fazer com que elas saiam de uma perspectiva entificadora relacionada às suas próprias descobertas. Uma entificação que paralisa os seus processos de investigação, naquilo que escapa a cada vez que acredita ter descoberto “a coisa”, dando-lhe o nome de mente.

O que todo psicanalista sabe é que o cérebro em si não garante a constituição de um sujeito, para isso é necessária a presença de um outro. Na ciência positivista, toda a base conceitual era voltada para a observação pura em que o objeto pudesse ser observado sem ser contaminado pelo olhar do observador. Antes mesmo do surgimento da física quântica, a psicanálise como pioneira já deixava claro que o observador e o observado faziam parte

do mesmo jogo. Freud observou e demonstrou que uma subjetividade se constitui através da relação com o outro, instituição essa sempre orquestrada pela linguagem. O sujeito é fruto de relações transgeracionais, infantis e atuais.

Mais para o final do livro a autora traça paralelos entre a psicanálise e as ciências cognitivas em que encontra muitas similaridades. Com consistência, analisa as concepções de Freud e de Antonio Damásio, neurologista expoente das ciências cognitivas. Um aspecto que Ana Lúcia ressalta é como nas ciências cognitivas a aquisição do verbal parece ser algo automático:

O que surpreende é o salto que se dá de uma total “ausência” de linguagem passa-se para uma “imediate” ação verbal; [...] ser capaz de linguagem não significa que sua aquisição seja “automática”, muito pelo contrário, e esse é um dos aspectos que a psicanálise mais estudou: as relações que constituem o ser humano enquanto ser de linguagem, ou como o chama Lacan, o *parlêtre*, sobretudo levando em consideração que sem a linguagem, *lato sensu*, ele não é ser (p. 99).

Mas não existe nenhum automatismo nem algo filogeneticamente herdado na aquisição da linguagem, e sim um longo processo de relação do *infans* com o outro, aspecto este jamais marcado pelos autores das ciências cognitivas como sendo relevante.

Como ressalta Leny,

O futuro da ilusão de uma manipulação de cérebro, do sujeito, será sempre uma desilusão. Porque há falta, o furo no real, como revela Lacan. A linguagem e o real, ao se cruzarem, delineiam apenas o furo, isto é, aquilo que a linguagem não consegue tecer. A contribuição maior que a Psicanálise pode trazer às ciências cognitivas é revelar a importância do sujeito como um fator determinante na própria construção da mente humana. [...] A Psicanálise pode propiciar às ciências cognitivas uma ética. Uma ética pautada no sujeito, no inconsciente e no real (p. 12).

Mais além da mente está o real. O livro de Ana Lúcia sinaliza caminhos, propõe roteiros.

Um trajeto importante. Uma passagem da mente para o sujeito, o inconsciente e o real.

Acredito que o centro deste livro é a atualidade dos conceitos psicanalíticos, que hoje se entrelaçam com diversas áreas do conhecimento. Os psicanalistas devem estar abertos a todas as correntes de pensamento, para nutrir a evolução da

psicanálise e também fornecer elementos para o desenvolvimento de outros saberes. Se a década de noventa, do último século, foi chamada de a década da mente, esperemos que este seja o milênio do psiquismo humano. Do sujeito e do inconsciente. Revelando que mais além da biologia estão a criação, a sexualidade, a pulsão.

Educadores em gestação

Anna Mehoudar

Resenha de Rosa Maria Marini Mariotto, *Cuidar, educar e prevenir: as funções da creche na subjetivação de bebês*, São Paulo, Escuta, 2009, 160 p.

Conforme registro em ata, Margarete Hilferding¹ torna-se membro da Sociedade Psicanalítica de Viena em abril de 1910. O processo de pertencimento se dava por votação e ela obteve onze votos a favor e três contrários. Freud propõe a inclusão de uma mulher entre seus pares, numa época em que, desprovidas de cidadania, elas não tinham direito ao voto. Em outubro de 1911, Freud coloca em pauta o duplo pertencimento institucional: por onze votos a favor da incompatibilidade, o Círculo das Quartas-feiras veta a permanência de membros que não rezavam apenas pela cartilha da psicanálise recém-institucionalizada. Adler é convidado a se retirar da associação que presidiu quando de sua formalização e, na sequência, um grupo de cinco psicanalistas (até então), entre eles Hilferding, pede demissão da Sociedade que os havia acolhido. Sob a liderança de Adler, esse grupo, partidário da Psicologia Social, multiplica Centros de Educação Infantil por toda a Europa; esses centros privilegiam o cuidado com o gravídico-puerperal e com o materno-infantil sob

Anna Mehoudar é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

¹ Hilferding, Margarete. As bases do amor materno. Margarete Hilferding, Teresa Pinheiro, Helena Besserman Vianna, São Paulo, Escuta, 1991.

perspectiva médica e educacional, ou seja, na contramão da psicanálise. Na questão da dupla pertinência colocada em pauta por Freud, para além do cenário sociopolítico anterior à Primeira Guerra Mundial, caracterizado pela desigualdade social e pela expansão da militância socialista, tratava-se de delimitar um campo absolutamente distinto, aquele do inconsciente.

Passados quase 100 anos, a preocupação trazida pelo grupo de Adler mantém-se atual: ainda há grande desigualdade no acesso aos bens sociais. No que diz respeito ao saber das ciências naturais, houve um avanço, mas, revestido pelo ideal eugênico, ele resiste e insiste, sobretudo em relação à gestação e à primeira infância. O “tudo o que o seu mestre mandar, faremos todos” ficou encarnado no discurso médico e no fazer pedagógico.

Rosa Mariotto pertence a um grupo que posiciona com precisão sua centenária disciplina, a psicanálise, quando rodeada por saberes milenares como a educação e a medicina. A meu ver, esse é um dos grandes méritos da publicação. A autora elege a creche para pensar e propor um modelo que dê conta do ato educativo no tempo da constituição do psiquismo de bebês de até 18 meses. Ela busca “um trabalho que contemple em suas ideias e em seus ideais a porção de real que os torna impossíveis de serem plenamente alcançados” (p. 19).

A pesquisa de Mariotto é historicamente oportuna, inclusive no âmbito das políticas públicas brasileiras. A publicação nos informa que a Lei de Diretrizes e Bases (1996) desloca a atenção à primeira infância do campo da assistência (Ministério da Saúde) para o campo da educação (Ministério da Educação), exigindo das creches uma passagem contundente e desafiadora. O que é ensinar nesse contexto? Como se ensinam e se educam bebês? Nós, psicanalistas, sabemos que a distinção entre o ato de cuidar e o de educar é da ordem do impossível, sobretudo nos primeiros tempos de vida. Na sugestiva capa do livro, uma banda de *Moebius* é percorrida avidamente em sua superfície por bebês que engatinham na continuidade do cuidar e do educar, tendo como borda o devir oferecido pelo laço com o adulto

e seu desejo, o laço instituinte da subjetividade do *infans*.

Com concisão teórica, a autora explora cada palavra-campo que utiliza para nomear sua tese, e mostra que o ato educativo nos primeiros tempos de vida, conforme contribuição que cabe apenas à Psicanálise, “não se situa no campo pedagógico nem no plano da puericultura – educar é criar condições para o surgimento de um sujeito.” (Kupfer, p. 13). Define o ato de prevenir por negação: não busca antecipar o sintoma, nem evitá-lo. E também por afirmação: trata-se de uma aposta. Não há garantia possível senão aquela de criar, no laço estruturante com o outro, condições para a subjetivação do não falante.

Enquanto cursa o doutorado, Mariotto integra o Grupo Nacional de Pesquisa (GNP) na Pesquisa Multicêntrica de Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil² (IRDI) – realizada de 2000 a 2008, ambos sob orientação de Maria Cristina Kupfer. Fundamentada em pressupostos teóricos psicanalíticos sobre a constituição do sujeito, a pesquisa, de fôlego, inclui a construção do Protocolo IRDI e a simultânea capacitação de pediatras na utilização desses indicadores clínicos, que possam resultar na detecção precoce de transtornos psíquicos do desenvolvimento em crianças de até 18 meses (p. 95). A atenção à saúde primária se fortalece de forma ímpar ao contemplar simultaneamente aspectos psíquicos e somáticos.

Em percurso convergente, a psicanalista elabora o Programa de Atendimento Inicial – PROPAI – nas creches da PUCPR, na função de supervisora de estágio do Curso de Psicologia, a partir de 2002. Investe na interlocução entre a psicanálise e a educação em ambiente privilegiado para a formação do psicólogo, ao mesmo tempo que coloca sua disciplina a serviço de educadores, pais e crianças. O livro, que é a publicação da tese de doutorado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, tem como objetivo “formalizar o modo de participação do cuidador de creche no desenvolvimento e subjetivação de bebês de até 18 meses, a partir da discussão das

funções que lhe concernem: cuidar, educar e prevenir” (p. 15).

No capítulo “Creche: da assistência à ciência”, a autora se pergunta sobre o lugar da creche na terceirização dos cuidados maternos, na qual se emaranham diversas questões, como a distinção entre a função parental e a função acolhimento e a falta de formação dos educadores. Se pautados apenas por regras e por um saber operativo, o cuidar e o educar um bebê correm o risco de resultar “no apagamento do saber inconsciente”, no dizer de Lebrun citado por Mariotto (p. 26). Como interessante exemplo da circulação do inconsciente entre adulto e criança, a autora resgata da correspondência de Freud com Fliess a pulsante babá Veronika, que participou da “montagem subjetiva do pequeno Sigi até os dois anos de idade” (p. 25). De forma recorrente, a autoanálise do mestre fundador se entrelaça com a elaboração da teoria psicanalítica.

As armadilhas da assepsia higienista que muitas vezes contaminam a educação, a saúde, a psicologia e também a psicanálise, na suposição de uma linearidade possível e necessária à infância, como, por exemplo, na sucessão das fases oral, anal, fálica e genital, são flagradas sob a perspectiva estruturalista: “o que marca o compasso do desenvolvimento é o desejo do Outro e não os ponteiros de um relógio”... (p. 50). A “contradição epistemológica” alcança o fundador da Sociedade Brasileira de Psicanálise (1927) e também do Serviço de Higiene Mental no Serviço de Saúde Escolar em São Paulo (1938), Durval Marcondes. O embate freudiano contra o duplo pertencimento se corporifica nos primeiros passos da psicanálise paulista e brasileira, na suposta vertente desenvolvimentista dos estádios libidinais, e que deveria encontrar na

2 Protocolo inicialmente composto por 31 indicadores clínicos observáveis em crianças de até 18 meses, foi reformulado em função dos resultados. No novo IRDI constam 18 dos 31 indicadores iniciais, em cada um dos extratos compostos pelas faixas etárias: 0 a 4 meses (ex. quando a criança chora ou grita, a educadora sabe o que ela quer), 4 a 8 meses (ex. a criança utiliza sinais diferentes para expressar suas diferentes necessidades), 8 a 12 meses (ex. educadora e criança compartilham uma linguagem particular), 12 a 18 meses incompletos (ex. a educadora alterna momentos de dedicação à criança com outros interesses) (p. 96).

Psicologia seu ancoradouro maior. A autora reitera que “a noção de desenvolvimento se refere às habilidades e competências instrumentais que o sujeito pode ou não adquirir” uma vez pressuposto o inconsciente, a angústia, o sujeito e, mais ainda, o gozo (p. 47).

O capítulo “A função do outro na educação do bebê” tenta dar conta do ato educativo tradicionalmente atribuído à maternagem. Se por um lado resgata a mãe da boa díade, ou a “multidão a dois” descrita por Spitz, e aquela sem a qual o bebê não existe, teorizada por Winnicott, introduz, em mirada lacaniana, o portador da estrangeiridade, do simbólico, da linguagem: a “paternagem” como posição discursiva. A função paterna aparece na sugestiva designação do programa que acontece na creche da PUCPR: PROPAI. O prolongado *status nascendi* daquele que não fala requer uma “base de sustentação do processo de montagem do humano”. Para delinear os contornos iniciais da subjetividade, Mariotto utiliza-se do modelo do nó *borromeano* de Lacan para entrelaçar corpo (desenvolvimento), organismo (maturação) e linguagem (subjetivação) conforme lógica que vale conferir no texto (p. 75). Nascer não é o bastante, a humanização pressupõe anterioridades. Somos seres de linguagem. Do Outro, de outros.

Quando, no seu exercício profissional, o educador abdica da riqueza de seu olhar em função de excessos pedagógicos, ocorrem riscos para o bebê “tanto na inserção deste ser na cultura quanto na montagem de sua realidade psíquica” (p. 96). A partir dos quatro discursos propostos por Lacan, Mariotto analisa suas especificidades na educação, com um refinamento que tende a dificultar a leitura daqueles menos familiarizados com a teoria. Aposta no discurso que pressupõe o sujeito cindido, o impossível saber, aquele do analista, na tentativa de “subjetivar” a creche. Ou seja, oferece ferramentas ao educador para que possa escapar da armadilha de um plane-

jamento asséptico, para render-se à “permeabilidade subjetiva” que interroga seu dia a dia junto aos pequenos.

No trabalho que realizo junto a grupos de homens e mulheres, com o objetivo de que se tornem protagonistas do processo de nascimento de seu filho, muitas vezes deparo com a onipotência do discurso médico, em especial da obstetrícia. A gestação desse bebê, esperado em toda a sua majestade contemporânea, tem seu tempo cirurgicamente abreviado; e depois ele é precocemente encaminhado à creche. No Brasil a cesariana alcança níveis de incidência extremamente elevados (80% na rede particular), superiores aos de qualquer outro país e ao recomendado pela Organização Mundial da Saúde (15%). Ou seja, a modernidade não tem mais tempo, não dá o devido tempo para que haja um nascimento sem intervenção desnecessária. Se as consequências desse posicionamento já se fazem sentir nas crescentes UTIs neonatais, que desdobramentos psíquicos podem advir desse cenário? O gestar, o parir, o nascer, o olhar, o brincar, fios condutores do humano, requerem tempo. Tempos próprios.

A interlocução da psicanálise com a educação e a medicina, nos tempos precoces do humano, adquire caráter de urgência. Mesmo assim precisamos investir no tempo necessário às construções consistentes. Oferecer espaços de escuta e de formação, “longe de ter objetivos funcionais ou adaptativos, aposta na possibilidade de transmissão de princípios gerais da psicanálise a não psicanalistas, em que a produção de conhecimento seja simultânea à própria intervenção, já que é capaz de modificar o campo na medida em que o pesquisa” (p. 136).

O olhar para o enlace que favorece o nascimento subjetivo do bebê é um alento para aqueles que, permanentemente, se posicionam como educadores em gestação. De resto, um permanente desafio na formação do psicanalista e na transmissão de sua disciplina.

Por um fio de esperança

a psicanálise dos avessos

Maria Angélica Braga
de Oliveira e Alves ✦
Rosemary de Fátima Bulgarão ✦
Tereza Elizete Gonçalves

Resenha de Fátima Flório Cesar,
*Asas presas no sótão: psicanálise
dos casos intratáveis*, Aparecida, SP,
Ideias & Letras, 2009, 262 p.

208

PERCURSO 45 : dezembro de 2010

De um extenso e tenso percurso clínico e teórico resultou, poeticamente, cada página deste livro que se propõe a tecer considerações sobre a clínica dos pacientes “intratáveis”, ou da clínica dos excessos (de ausência ou de presença), como facilmente podemos nomeá-la.

Se, em tempos idos, Freud retirou as neuroses do campo do incompreensível para a medicina da época, e se coube a Melanie Klein ampliar a abordagem terapêutica dos pacientes psicóticos, restamos, analistas pós-modernos que somos, tentar compreender e propor formas de tratamento para os pacientes que hoje são considerados intratáveis.

São pacientes em que a mudança não é possível por meio de interpretações ou *insights* e onde há um predomínio de comunicação via *enactments*. Esbarramos nos quadros *borderlines*, nas organizações patológicas da personalidade que exigem esforços do psicanalista para desbravar caminhos de compreensão e interação.

Essa é a proposta do livro da Fátima Flório Cesar: *Asas presas no sótão: psicanálise dos casos intratáveis*. É uma obra que nos permite percorrer veredas abertas desde seus estudos anteriores sobre a elasticidade da técnica psicanalítica.

Ai daqueles iniciantes no atendimento desse tipo de sofrimento, ou dos mais desavisados em

busca de roteiros de recomendações ou assertivas para tratar destes sujeitos tecidos à revelia da amorosidade e que só alcançaram a necessária coesão do *self* através do ódio. Um ódio furioso/amoroso que garante a ligação com os objetos internos ou externos, e que só pode se expressar pelo negativo, como apregoa a autora.

Somos brindados, logo de início, com uma rica e bem articulada relação de autores que também depararam com esse tipo de desafio clínico, tais como: Mannoni, Penot, Pontalis, Bollas, Green, Searles, Figueiredo e, especialmente, Winnicott, além do resgate da tradição kleiniana no estudo da reação terapêutica negativa, percorrendo Joan Riviere e Betty Joseph. Esses pensadores construíram possibilidades de compreender algo dessa difícil condição humana.

Fátima Flório Cesar vai mais além e nos propõe uma questão paradoxal: como tratar de pacientes que nos procuram em sofrimento, mas cujo sofrimento resiste, insiste e investe contra a cura analítica? Como reconhecer e acolher o ausente, assentir com os processos de negação sem abortar o *modus operandi* do paciente que, ao abolir todas as formas de ligação, ainda está lá, à (des)espera por alguém?

É na medida em que a pesquisa da autora avança e se aprofunda que surge uma compreensão desse posicionamento – nesses pacientes a cura parece ameaçar, em sua essência, não a um prazer substituto ou a um ganho secundário (neurose) e sim a algo da identidade, reverenciado como o que de mais verdadeiro e derradeiro há em si mesmo.

As vinhetas clínicas utilizadas pela autora são pródigas em demonstrar a lógica de sobrevivência pelo Não. Os polos de reação negativa obstruem ao mesmo tempo que sediam a afirmação pela vida: “reajo, logo existo” é o imperativo dos pacientes que assim ganha voz.

Maria Angélica Braga de Oliveira e Alves é psicanalista, membro associado da SBPSP.

Rosemary de Fátima Bulgarão é psicanalista, membro associado da SBPSP.

Tereza Elizete Gonçalves é psicanalista pelo Instituto Sedes Sapientiae, mestre e doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professora e supervisora da Universidade de Taubaté (UNITAU).

No ambiente pós-moderno, a constatação de problemas de identidade torna-se evidente. Apelos de viver ou morrer, se for necessário, aferidos à não mudança.

Recuados a uma *queixa-ladainha* repetida feito um bordão identitário, esses pacientes cumprem uma tragédia anunciada da qual nem sempre é possível sequestrar uma parte para construir um drama analisável.

Ao analista pós-moderno resta, portanto, tolerar e sobreviver ao tédio e à falta de sentido na vida que emana de forma insidiosa e violenta no percurso dessas análises. Impregnado desses afetos, cabe recolher pequenos fragmentos da história afetiva e conectá-los, tentar criar uma narrativa que desvele aquilo que, por não ter inscrição na mente, marcou-se como que por ferro em brasa no corpo do destino, feito bordão, ao qual faltou a música e o restante da letra.

A autora nos recomenda cautela e respeito às muralhas de apatia e ao descrédito/desesperança que alicerçam essas análises. É embarcando na consciência de nossa falibilidade na função de analista, sem ânsia de curá-los, de demovê-los ou ainda de lhes impor um trabalho de luto e nos *cosendo para dentro e para fora* – como disse Clarice Lispector – que encontramos alguma possibilidade de estar junto do intratável. Nessa visão de um psiquismo que se estruturou em torno da negatividade, Fátima Flórido Cesar chegou a uma elaboração pessoal sobre o negativo patológico dos pacientes que quase não se deixam tratar: – *o Não enunciado é uma reação*. Vale citá-la literalmente:

- + “Não” ao desejo do outro, pelo terror de captura do desejo do outro, inclusive do analista (em contrapartida, podemos pensar em uma rendição do sujeito ao seu próprio não desejo).
- + “Não” à análise e ao analista. Necessidade de se aproximar da construção de si pelo terror de delegar ao

outro o cuidado e repetir a subjugação, o assassinato psíquico.

- + “Não” à própria cura. Não há como curar-se sem curar a “mãe enlouquecida dentro de si”.
- + A partir daqui o “não”, a reação, define-se e ganha força obstinada porque se firma de uma vez por todas como luta dentro do campo das relações objetais.
- + O “não” é recusa a perder o objeto e ser perdedor.
- + O “não” é “não” à separação.
- + O mau objeto é garantia de posseção recíproca. O ódio assegura um pacto eterno. Existe uma dimensão de luta obstinada por não perder, e de não ser perdedor; porque outrora este outro fora e é predador, latifundiário de suas parcas terras em constante desapropriação; proprietário que arbitra leis e despeja seu inquilino na imprevisão das horas. (p. 72).

Se ao longo do trabalho de Fátima Flórido Cesar deparamos com um vasto e rico recurso literário e poético, isso se deve não somente por sua afinidade com a linguagem poética ou por essa linguagem lhe proporcionar um método figurativo. Trata-se, isso sim, de uma exigência do seu pensamento enquanto psicanalista. Os poetas que a acompanham, mesclados aos psicanalistas célebres, são imprescindíveis na medida mesma em que tanto a autora como os poetas são vítimas e algozes da linguagem, como muito bem apontou P. Leminsky¹.

É nesse território que poderá ou não se dar a análise. Se ao paciente cabe falar, ao analista cabe narrar, pois o falar repara e o narrar constrói. Mesmo que de início construa apenas uma ferida, na esperança de que, como pensou Camus, “a ferida que se coça com tanta solicitude acaba dando prazer”².

E, se como nos ensina a autora – *o não engendra um sim* – podemos nos alinhar novamente com Camus, e agora também com Melville, escritor por ela citado, e considerar o paciente intratável da psicanálise como um análogo tanto do homem revoltado – esse homem que diz não, que recusa, mas não renuncia e que é, portanto, um homem que também, desde seu primeiro movimento, diz sim – como do perso-

1 P. Leminsky, “Poesia: a paixão da linguagem”. In: *Os sentidos da Paixão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 283-306.

2 A. Camus (1913-1960), *O homem revoltado*, Rio de Janeiro, Record, 2005.

nagem literário tão ao gosto de Fátima Flório Cesar, o Bartleby, imerso em sua fala renitente: “Prefiro, não”.

O paciente intratável da psicanálise – aquele que recusa a cura, mas procura análise – encontra-se com o homem revoltado de Camus, aquele que sempre diz não, que recusa, mas não

renuncia, e ainda com Bartleby e seu enigmático não.

Propomos essa analogia que nos permite, por fim, lançar uma pergunta: é o homem revoltado o paradigma do paciente pós-moderno que, do divã do analista, migrou para as páginas desse delicado e poético livro?

Enfrentando paradoxos na construção freudiana

o complexo de Édipo e a
multiplicidade pulsional

Miriam Chnaiderman

Resenha de Chaim Samuel Katz,
*Complexo de Édipo, Freud e a
multiplicidade edípica*, Rio de Janeiro,
Civilização Brasileira, 2009, 163 p.

Nossa revista *Percurso* costuma promover um debate entre autores e leitores cada vez que é publicada uma nova edição. No debate em torno do número 22, no qual Chaim S. Katz fora o psicanalista entrevistado, Maria Auxiliadora Arantes, aproveitando sua presença entre nós, comentou a posição por ele defendida frente à noção de pulsão.

Disse Katz naquela entrevista: “[...] se não se constituem sujeitos sem representações da pulsão, também não há sujeitos sem raízes instintuais”. E, quando fala em raízes instintuais, Chaim está falando em incorporais que se fazem de muitos lugares. Não existe, para Katz, um aparelho psíquico unitário. Aqui Chaim S. Katz adota Deleuze: “Todos os corpos são causas uns para os outros de coisas de uma natureza completamente diferente. Estes efeitos não são corpos, mas, propriamente falando, ‘incorporais’. Não são qualidades e propriedades físicas, mas atributos lógicos ou dialéticos. [...] Não se pode dizer que existam, mas, antes, que subsistem ou insistem, tendo este mínimo de ser que convém ao que não é uma coisa...” (p. 5)¹.

Miriam Chnaiderman é psicanalista, documentarista e ensaísta, doutora em Artes pela ECA-USP, membro do Departamento de Psicanálise.

1 G. Deleuze, *A lógica do sentido*, São Paulo, Perspectiva, 1974.

Na entrevista, Chaim S. Katz afirma: “Penso que disse que devemos contar com a psicanálise sexualizada que não procura atingir a constituição do psiquismo inconsciente unicamente através do complexo de Édipo...”, não por acaso, “fabricando temporalidade unitária resultante do modo espacial”. Katz diz ainda que Freud, ao postular a castração enquanto princípio único da diferença sexual, uma profantasia original universal elaborada no modo complexo, chegou à elevação de uma única categoria e do primado unitário da significação. Chaim S. Katz busca o sentido, aquilo que transcende a diferenciação entre significante e significado.

Por tudo isso, surpreende que Katz tenha se disposto a escrever um livro sobre o Complexo de Édipo, construção bastante universalizante em Freud. Ainda mais numa coleção como “Paralé Freud”, ou seja, uma coleção que pretende iniciar leitores interessados em Freud.

Como que para alertar, Katz coloca o subtítulo “Freud e a multiplicidade edípica”. Desta forma, explicita sua original leitura do Complexo de Édipo – a multiplicidade edípica é de Chaim S. Katz e não de Sigmund Freud. Mas, diz ele, assim se dá em qualquer leitura do texto freudiano conforme já alerta na frase de abertura deste instigante livro: “...as interpretações são infinitas e múltiplas”. Na já referida entrevista a *Percurso*, Katz afirma que não quer se distanciar de Freud e toma os textos “O mal-estar da cultura” e “O futuro de uma ilusão” para afirmar a inexistência de um complexo totalizante. Fala então em “pequenos édipos” sem “complexo totalizador”.

Já nas primeiras páginas, o paradoxo entre o universal e o singular, entre o a-histórico e a história é colocado: “o instrumental psicanalítico não depende apenas da época de sua enunciação”. O próprio Édipo traz em si esse paradoxo: diz respeito ao universal da constituição das subjetividades, mas respeita o que é singular em cada um.

Para Katz, o saber proposto por Freud é “transdiscursivo” ultrapassando “épocas e marcações culturais”. Sempre foram questões para

Freud não apenas os sentimentos e afetos do indivíduo isoladamente, mas o “humano” de modo generalizado. É a partir de sua própria experiência, de sua autoanálise, que Freud vai afirmar que os humanos se organizam psiquicamente através de um complexo nuclear. Haveria, portanto, “uma estrutura constituinte do psiquismo [...] enunciada como o complexo nuclear do ser humano” (p. 22). Nas páginas seguintes, veremos Katz se desdobrar para dar conta do que vai movendo Freud em sua imponente construção do Complexo de Édipo.

Inicialmente, Katz enraíza no pensamento médico psiquiátrico a noção de “complexo”. Assim é que faz ampla pesquisa histórica, mostrando que, já naqueles momentos, os psiquiatras e neurologistas pensavam que “os efeitos das doenças mentais estão fora do alcance do ‘Eu’ que produz os delírios”. Postulava-se um “conjunto de representações psíquicas” cuja função principal era “manter sua unidade e integridade...”. Essa concepção do que é um “complexo” norteará toda a leitura que Katz faz desse primeiro Freud. As experiências psíquicas se organizam em “sistema”. Ou seja, na “forma de representações que irão se conjuntar”. Afirma o autor: “Um sistema psíquico, para se manter unido, deve ser representado, erigido através de representações que tenham ligações necessárias entre si” (p. 36). A partir daí, é possível afirmar que o complexo “tem uma lei inconsciente própria que é de ter sempre seus termos relacionados entre si, não podendo deixar ou suportar vazios”. Seria a busca de coerência que organizaria o complexo. O Complexo de Édipo integral “não suporta o vazio, ou seja, a inexistência de alguma representação. Mas, a representação que se instala ‘no lugar de outra’ [...] se encaixa no complexo inconsciente pois participa do seu mecanismo de complementação”. Só que a complementação não é semântica, mas sistêmica” (p. 57). Parece que uma lógica vai se constituindo, as representações ordenam-se para não deixar vazios, movidas por uma necessidade inerente ao sistema inconsciente. Buscando evitar, na sua leitura de Freud, um inconsciente

conteudístico, Katz faz pensar em um conjunto quase que algébrico. Não deixa de ser uma rica leitura, pois elimina a ideia de um homúnculo/censura selecionando conteúdos representacionais, ou de um inconsciente pensante nos moldes da consciência. Foi buscando lidar com estas grandes questões freudianas que Lacan pensou em um inconsciente que se estruturaria como linguagem. Parece haver um Freud que autoriza a leitura lacaniana.

Mas Katz é ferrenho crítico ao lacanismo. Na citada entrevista, refere-se a uma “certa noção contemporânea de pulsão que desliga um dos seus componentes ou movimentos – a emergência somática – de sua constituição”, desconhecendo a imanência dos processos pulsionais. No decorrer do livro também é possível destacar vários momentos em que, mesmo sem nomear, critica a psicanálise lacaniana. Por exemplo, quando afirma, à p. 52: “Não há seleção, regulação, organização e distribuição dos elementos da discursividade, não há atração ou determinação de regras estritas que fundariam os lugares onde os indivíduos deverão se tornar subjetividades passivamente”. Há, aqui, uma clara crítica a uma certa concepção da sexualidade e às fórmulas da sexualização tal como Lacan as propôs.

Chaim S. Katz pensa no sujeito como tendo raízes instintuais. Há uma luta entre as pulsões e a forma de funcionamento do complexo. Afirma o autor: “... a substituição de representações se dá desde sua afirmação corporal, pois corpos são sempre regimes sensíveis, a libido é sempre sexual e corporal, ‘inicialmente’ na busca de satisfação”. (p. 37). E, condizente com sua leitura da psicanálise, o prazer é expansão. Aqui, a partir da leitura que Deleuze faz de Nietzsche, Katz pensa como buscar as forças de uma vida mais afirmativa.

Mas, nesse Freud, o prazer é dado a partir de um complexo representacional. Ou seja, há uma restrição na expansão. O Complexo de Édipo vai produzir uma ruptura na onipotência das pulsões pois, sendo um complexo de representações, tem regras próprias que não se submetem à satisfação imediata das pulsões libidinais.

Mas a libido só se manifesta edipicamente, eis o paradoxo sobre o qual Katz se debruça.

Freud pensou o “Eu” como sendo, sobretudo, corporal, e esta será a afirmação-guia para Katz. Mais uma vez, a crítica às linhas contemporâneas da psicanálise que imaginam o desejo “apenas da cintura para cima”. Pensar o desejo como existindo apenas da cabeça para cima tem a ver com a psicanálise que estabelece o Complexo de Édipo como uma “meta prévia, algum objetivo que seria a direção única” (p. 50). Assim como não há meta prévia, não existe um depois. Não há uma escala cronológica.

Katz não nega a importância do discurso, ao qual só acedemos através do Complexo de Édipo. Se o fluxo é sexual, “ele entra em relação pelas regras estabelecidas pela teoria da Associação...”, pensa Freud seguindo os empiristas ingleses. Mas, afirma Katz: “tais relações têm uma regra prévia e própria que é o Édipo” (p. 44). A ordem do desejo não se desvincula das mutações do corpo. Se a libido quer satisfação a qualquer custo, ela sempre desafiará um sistema universal de representações. Ao mesmo tempo, foi um sistema universal de representações que permitiu a emergência dos humanos, “a transformação de indivíduos em assujeitados, em indivíduos que se colocassem sob o complexo”. No mito, Édipo obteve satisfação, mas a peste assolou Tebas. Indaga-se Katz: “O que não se suporta individualmente e em grupo?” (p. 37). Mais uma vez, o autor se mostra pensador da intersecção entre o político e o singular, traço que o caracterizou como pensador desde a década de 1970, em plena ditadura militar. O Complexo de Édipo tem a ver com a passagem da individualidade ao modo de se fazer sujeito, “de subjazer a um conjunto de regras, conjunto este que é também uma produção corporal” (p. 55).

É a noção freudiana de “representações-limite” que vai permitir a Katz fazer a ponte com o corporal. Para introduzir esse conceito em Freud, cita a carta 98 para Fliess, em que reflete sobre a inscrição (impossível) do corpo no registro das representações. Na entrevista, Katz vai ao Manuscrito K, onde Freud elaborou a noção

de representação-limite. Lembra que Freud afirmou que elas emergem entre afeto e representação, situadas entre o eu consciente e ‘uma parte não distorcida da lembrança traumática’ (Freud *apud* Katz). Essas representações não chegam ao grande complexo unitário que as organizaria retrospectivamente, “pois sua emergência *devém*”. No livro, o autor cita o grande linguista Jakobson, que mostrou que a linguagem da criança é determinada por sua relação com seu primeiro corpo expressivo. Essas relações estariam na base de qualquer linguagem. É o que Jakobson denominará como “presença do icônico no simbólico”, em seu artigo “A procura da essência da linguagem”. Essa é a passagem para Katz nos dizer que o Complexo de Édipo “não se restringe à figuração” (p. 55) pois é preciso considerar os afetos com seus efeitos não intelectuais.

Chaim S. Katz, na entrevista supracitada, reconhece sua dívida para com Foucault. Citando: “Com Foucault eu soube que não existe esta perenidade estrutural da representação ou dos significantes...” a partir de uma articulação universal. Sempre remetendo à filosofia, Katz reafirma que não existe um conceito unitário de representação. Chega a Schopenhauer, que distinguiu entre vontade e representação. É a vontade que impõe à representação uma elaboração trágica, passando a dilacerá-la através de forças desconhecidas. A vontade, segundo Katz, também estará presente em Freud: “quando aparece uma representação incompatível”, haveria “um esforço da vontade para se livrar delas” (p. 41). Katz afirma a presença de vontades e contravontades visando a não deixar o sistema psíquico vazio. Diz ele: “...haverá esta outra dimensão da psicanálise freudiana, de uma vontade que não está na presença do sujeito, mas que o obriga a seguir adiante, na busca incessante de outra e mais outras representações diferenciadas” (p. 41). Será que Freud fala em “vontade” ou esta seria uma interpretação shoppenhauriana que Katz faz? Muitas vezes, a ausência das referências ao texto freudiano nos coloca essa dúvida em relação a algumas interpretações que percorrem o livro.

A partir do conceito de vontade, Katz vai nos apresentar, já pela página 80, um Freud em que não há o “primado da Associação e do sistema de representações”: “trata-se da vontade do inconsciente” (p. 84). A sexualidade passa a ser manifestação da vontade que se faz independentemente das representações: “a satisfação se expressa desde os órgãos corporais e produções incorporais e de experiências características, e não obedece à ordem das representações” (p. 84). Agora, Chaim S. Katz está em casa, em um Freud que é o seu Freud, e que lhe permite passear com Schopenhauer e Nietzsche.

Ao analisar em Freud a questão da memória, Katz discorre sobre a noção de aparelho psíquico. Cita a carta 112 de Freud a Fliess, mostrando como os signos da percepção se organizam por associações de simultaneidade (associações sincrônicas): surge “uma memória inconsciente que não obedece à organização representacional edípica. Analisando as três inscrições que Freud propõe (sabemos que sistematizadas no “Projeto de uma psicologia para neurólogos”), Katz acentua: “Sabemos que as inscrições são etapas psíquicas de diferentes fases da vida, mas que se fazem incidindo umas nas outras, sem chegar a algum cume que as organize” (p. 108). O aparelho psíquico se faz de restos e descontinuidade. Surge então em Freud um outro estatuto para o corpo, “diferente

daquele que imagina os corpos como meras reproduções ou palcos reprodutivos de um sistema representacional” (p. 113). As ações corporais são expressões de movimentos afetivos e não se encaixam em nenhum esquema prévio.

É a partir daí que Katz pôde afirmar, naquela entrevista: “o fazer psicanalítico se estabelece na relação incorporal inconsciente do corpo do indivíduo com suas experiências de sentido, e se constitui também numa história significacional onde se expressa o registro trágico do sujeito. É assim que postulo a possibilidade e também os limites do complexo de Édipo”.

Chaim S. Katz, em um ato político, encerra o livro tentando pensar a questão judaica, o estado de Israel, a partir do que discutiu em relação ao Complexo de Édipo. Retoma, então, a afirmação que já fizera anteriormente, relativa aos sentimentos de culpa e vergonha como fundamentos do inconsciente. Penso que um outro livro seria necessário para que o autor pudesse melhor desenvolver aquilo que apenas se delineia nessas palavras finais. Mas, depois de viajar por meio de Kant, Levi-Strauss, Vernant, Gesa-Roheim, Derrida, entre tantos outros, depois de descobrir tantos Freuds e tantos Complexos de Édipo, só nos resta agradecer a Chaim S. Katz essa possível abertura para pensar o contemporâneo.

O ofício do psicanalista

Richard Couto

Resenha de S. Alberti, W. Amendoeira, E. Lannes, A. Lopes, A. e E. Rocha (orgs.), *Ofício do psicanalista: formação vs. regulamentação*, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009, 197 p.

O presente livro resulta de um trabalho inédito das instituições psicanalíticas brasileiras: Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras. Um fato novo ocorreu nos últimos dez anos no Brasil – pela primeira vez entidades psicanalíticas de diferentes orientações uniram-se em prol da causa analítica. Se as orientações são diferentes, a origem é comum a todas, a saber, a descoberta do inconsciente e a invenção da psicanálise por Freud. Qual a razão de se criar um movimento de articulação entre entidades psicanalíticas? Bem, nos últimos anos houve uma série de cursos para uma suposta formação psicanalítica oferecidos por instituições desconhecidas do meio analítico. Tais cursos eram de curta duração, apostilados, sem exigência de análise ou supervisão e, o mais grave, vinculados a movimentos evangélicos. Além disso, a formação psicanalítica era atestada por um diploma que, supostamente, concedia ao aluno o direito de psicanalisar! A pedido de uma dessas sociedades que pretendem formar assim psicanalistas de última hora, o deputado Eber Silva, do PDT do Rio de Janeiro, apresentou um

Richard Couto é psicanalista, mestre em Pesquisa e Clínica em Psicanálise pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, doutorando do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio Janeiro.

Projeto de Lei na Câmara Federal cujo objetivo era a regulamentação da profissão de psicanalista e, posteriormente, a criação de Conselho Federal de Psicanálise. Até aí, nenhuma novidade, pois não foi a primeira vez que se apresentou um Projeto de Lei de regulamentação da psicanálise. Na década de 1970 houve dois projetos e no início da década de 1980 um projeto que foram arquivados ou retirados dos trâmites da Câmara Federal, como deixa claro a primeira parte do livro que situa a questão na história.

A novidade agora é que tal tentativa de regulamentação partia de um meio que guarda pouca proximidade com a psicanálise e que, ao contrário dos projetos anteriores, possuía um *lobismo político* forte. Logo, os psicanalistas, ao terem notícias de tal projeto, lançaram-se para não só impedir a aprovação do projeto, mas também para defender o lugar da psicanálise no mundo – tarefa que os psicanalistas cumprem desde a invenção da psicanálise. Mais do que impedir, defender e esclarecer os deputados buscados para apoiar o movimento dos psicanalistas, foi preciso retomar os fundamentos da formação psicanalítica: análise pessoal, estudo contínuo dos textos fundamentais de Freud e de outros psicanalistas e a supervisão clínica com um psicanalista de maior percurso. Denominamos os fundamentos de formação de tripé da formação analítica, que se sustenta nos conceitos fundamentais da psicanálise: inconsciente, pulsão, transferência, repetição. Como regular um ofício que se alicerça na experiência de cada analista como analisando? Mas temos de lembrar que nem sempre uma análise vai produzir um analista, o que põe em questão a demanda de ser psicanalistas, na medida em que tal demanda mascara, muitas vezes, a busca de uma formação profissional. Somente quando se maneja na transferência a demanda de ser analista para uma questão do sujeito, fazendo com que surja um sintoma analítico, é que se surgirá a possibilidade, no percurso de análise, do desejo do analista. Assim, um analista não é aquele que demanda ser analista, pois esse apenas julga saber o que é um analista quando, na realidade, é

um leigo, não analista. O analista como produto de uma formação psicanalítica surge desta, o que é bem diferente.

Além de defender a psicanálise de desvios, o livro trata de esclarecer a razão de falarmos em formação e não em regulamentação da psicanálise. O principal norteador da formação psicanalítica é a análise pessoal, é o percurso de análise de cada um que vai autorizar alguém a praticar a psicanálise, a sustentar o lugar de analista. Desse modo, a formação não parte de um saber prévio, cabível de ser aplicado, mas de um saber construído no percurso de uma análise, um saber do inconsciente. Como regular o inconsciente? Como regular a transferência? O inconsciente não se presta à regulação ou regulamentação, ele segue seus princípios, suas próprias leis. A transferência não se regula, se maneja, se opera com ela, posto que, como já indicava Freud, a transferência é um motor do tratamento psicanalítico. Assim, temos um ponto importante do livro, isto é, o estatuto leigo da psicanálise. Como se trata de coletânea de textos, não se pode esperar do livro uma passagem linear de capítulo para capítulo, mas podemos afirmar que há um norteador: o texto de Freud *A questão da análise leiga*, de 1926. Sabemos que Freud escreve o referido texto para defender o psicanalista Theodor Reik de um processo no qual o acusavam de charlatanismo, dado que Reik não tinha formação médica. Antes, voltemos à questão da psicanálise ser leiga e, como diz Elia no livro, leiga por rigor.

O que faz a psicanálise ser leiga é o fato de a psicanálise engendrar um saber que não segue os padrões científicos, teórico-filosóficos, mas um saber que é tecido da vida comum, cotidiana, é um saber leigo. Tanto que Freud afirma no livro *A interpretação dos sonhos* (1900) que seus postulados sobre os sonhos estão muito mais próximos da cultura popular do que do saber médico-científico sobre os sonhos. Daí a diferença da psicanálise em relação à medicina, à formação universitária e às psicoterapias, a saber, não há uma posição de mestria na psicanálise, pois, se o saber está para ser construído, a posição do psica-

nalista é de não saber. Porém, é um não saber que não se confunde com o horror ao saber, nem com o não querer saber, é um não saber que se sustenta pela não identificação com a suposição de saber feita pelo analisando ao psicanalista. É um não saber que viabiliza uma produção de saber inédita. Adentramos, com isso, noutra discussão presente no livro: a demarcação das diferenças entre a psicanálise e as psicoterapias. Os motivos de trazer tal questão também se localizam na tentativa de regulamentação das psicoterapias e há entre os que propõem a referida regulamentação aqueles que querem incluir, no ramo das psicoterapias, a psicanálise. Apesar de a psicanálise ter influenciado a criação de vertentes de psicoterapias, ela nunca se confundiu com as psicoterapias; assim sendo, a psicanálise não pode ser posta no mesmo conjunto. As psicoterapias são marcadas por um saber prévio, muitas pela sugestão e pela tomada de direcionamentos das vidas dos sujeitos. Resumindo: o psicoterapeuta se coloca numa posição de saber, ele sabe o que é melhor para o seu paciente, ele quer curar seu paciente, mesmo sem saber o que ele deve curar! O que permeia as psicoterapias é a ideia de bem-estar. Já a psicanálise não se pauta pela ideia de bem-estar e sim que há um mal-estar inerente aos sujeitos e que não pode ser curado por ser mesmo inerente à civilização, afirmando através de sua clínica que todo sujeito é dividido e que o desejo não pode ser completamente satisfeito. Não é a visada de uma psicanálise eliminar o mal-estar, muito menos a fenda que divide o sujeito do inconsciente, mas sim possibilitar que se sustente a posição de sujeito diante do mal-estar, sustentar que o sujeito assuma a responsabilidade por sua posição.

Diante da constatação do mal-estar pela psicanálise, como aceitar uma tentativa de regulamentação advinda do campo religioso que objetiva eliminar, através de uma promessa de bem-estar, o mal-estar? Freud sempre manteve reservas quanto às religiões, nunca se furtou ao diálogo com elas, mas sempre demarcou as fronteiras entre psicanálise e religião. Isso não quer

dizer que ser religioso implique a impossibilidade de ser analista; porém, da mesma forma que o analista se desprende de qualquer ideia de bem-estar, da tentativa de curar, ele tem de se desprender de suas crenças e fazer operar a regra fundamental da associação livre que se desdobra em outra regra, a saber, o analista deve se abster como sujeito. A terceira parte do livro debate esta questão, além de fazer referência ao debate da psicanálise com a ciência, tendo em vista que hoje há um casamento entre ciência, religião e capitalismo.

A quarta parte discute a entrada da psicanálise na Universidade. Como estamos falando de um livro que versa sobre a formação do psicanalista, o debate com a universidade, instituição formadora não de cientista, mas também de profissionais, se faz preciso. Desde Freud se debate o ensino da psicanálise na universidade. Freud chegou mesmo a cotejar que a psicanálise viesse a ocupar um certo lugar na universidade, podendo até mesmo servir a campos do conhecimento, como, por exemplo, a medicina. Isso não quer dizer que Freud em algum momento vislumbrou que a formação do psicanalista se desse na universidade. A universidade não forma psicanalistas, mas pode ser o lugar no qual uma primeira centelha de um interesse pela psicanálise pode se efetivar. Muitos analistas são até hoje contrários aos cursos de pós-graduação que se pautam na psicanálise, mas tais cursos nunca tiveram a pretensão de formar psicanalistas, talvez, como indica Alberti na apresentação do livro, uma função que poderíamos atribuir à psicanálise na universidade é a relativização dos saberes presentes na academia.

A última parte do livro traz um apêndice composto pelo *Manifesto de Entidades Brasileiras de Psicanálise* publicado em 2001, mas que se faz de suma importância para esclarecer a posição dos psicanalistas brasileiros quanto à regulamentação do exercício da psicanálise hoje. Há também uma entrevista concedida por alguns membros da articulação ao psicanalista francês Marie-Jean Sauret, que ficou muito surpreso com o movi-

mento da Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras, pois é um movimento composto, como já dissemos, por diferentes orientações psicanalíticas, mas que se uniram em prol da causa analítica, coisa que não aconteceu na França. A entrevista foi primeiramente publicada em uma revista francesa *Psychanalyse* (2006, n. 6) e traduzida para a publicação no referido livro. Entre o manifesto e a entrevista se encontra um texto de Freud de grande relevância, é o *Pós-escrito de A psicanálise leiga* (1927), traduzido aqui direto do alemão por Eduardo Vidal. Além de comentar a recepção e os efeitos que o trabalho *A questão da análise leiga* (1926) teve ao ser publicado, Freud volta a afirmar que não importa tanto que o analista tenha o diploma de médico e sim que possa sustentar a posição singular de analista, ao mesmo tempo que observa que o molde de ensino da universidade não é o mais adequado para ensinar a psicanálise. Para Freud, o plano de ensino para se formar um analista ainda deve ser criado, mas poderíamos dizer que se trata de um *work in progress*, para retomar uma expressão de James Joyce usada por Lacan. Mesmo assim, Freud lista algumas disciplinas que podem fazer parte de tal plano de ensino: “matérias de ciências do espírito psicológicas, socioculturais, sociológicas assim como também anatômicas, biológicas e de história da evolução” (Freud, 1927 [2009], p. 169). Parte do texto já é familiar para muitos psicanalistas e estudiosos da psicanálise, mas a versão mais conhecida é extirpada da crítica que Freud faz ao modelo de vida norte-americano. No livro a versão é completa e indicada por colchetes. Freud critica ou põe em xeque o que hoje conhecemos como *american way of life*, ou seja, a *public opinion*, a *open mindedness*, a *efficiency*, o *time is money*. A tudo isso, Freud contrapõe o próprio inconsciente, postulando que “os decorridos psíquicos entre consciente e inconsciente têm, pois, suas condições temporais particulares, que afinam mal com a demanda americana” (*Idem*, p. 179). Freud ainda fala da impossibilidade de se formar em três ou quatro meses um homem que, até então, não tinha notícias do que seria

uma análise, em analista. Seguindo Freud, como formar analistas com apostilas ou com uma mera certificação de conclusão de curso?

A questão que fez surgir o livro foi como fazer com que o debate, que se constituiu a partir de mais uma tentativa de regulamentação da

psicanálise, chegasse à *pólis*, ou seja, aos psicanalistas, estudantes, profissionais de outras áreas e áreas afins e tal tarefa o livro cumpre. Mas, possivelmente, ele se tornará uma referência para todos os que se interessam pela psicanálise e pela formação do psicanalista.

Autismo e psicanálise: uma contradição?

Izelinda Garcia de Barros

Resenha de Luciana Pires, *Do silêncio ao eco. Autismo e clínica psicanalítica*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2007, 120 p.

Se o tratamento psicanalítico se desenvolve dentro da relação entre analista e analisando, será mesmo possível usar seus recursos para o atendimento clínico do autismo, exemplo máximo de evitação de contacto?

É o amadurecimento decorrente da própria longevidade da relação de oitenta anos de convívio ininterrupto dos psicanalistas de crianças com o espectro autístico que nos oferece um caminho para pensar sobre esse paradoxo.

Desde a apresentação do caso Dick, por Melanie Klein, em 1930, repete-se, na sala de análise, uma situação limite entre o reconhecimento, por parte do analista, de demandas sutilíssimas e idiossincrásicas de busca de objeto por parte da criança autista e a insuficiência de equipamento técnico para ir ao encontro desses fiapos de vida psíquica, oferecendo-lhes a hospitalidade de uma

outra mente psicanaliticamente instruída para que possam ter uma nova oportunidade de restaurar ou mesmo formar seu tecido psíquico.

No trabalho com Dick, Klein explica que: “Em geral não interpreto o material até ele ter sido expresso em várias representações. Contudo, em um caso em que a capacidade de representação era quase inexistente, fui obrigada a basear minhas interpretações no meu conhecimento geral...”¹.

A partir dessa fonte de inspiração, incorporada e alargada por tantas gerações de talentosos psicanalistas, tratando e investigando o autismo, surgiu um movimento espiral em que ajustes técnicos levam a novas descobertas clínicas, que, por sua vez, vão demandar ampliações da técnica.

Um exemplo dessa expansão nos levará hoje em dia a incluir a acima citada estratégia empregada por Klein na abordagem do pequeno Dick dentro de conceitos como “reclamação” de Alvarez², e “investimento desejante do analista”³. Conceitos que “[...] coincidem na atribuição de um lugar de maior presença e robustez ao analista, de uma atitude mais ativa [...]. Atribuir sentido, supor um sujeito, antecipar linguagem” (p. 54) como aliás fazemos todos nós diante das manifestações de um bebê.

Foi Tustin⁴, outra pioneira na psicanálise do autismo, quem apontou, já em seus primeiros registros, o valor da convergência entre as hipóteses geradas na clínica psicanalítica e os dados obtidos por outras ciências da mente que igualmente investigam os primórdios da delicada tessitura comunicativa que se estabelece na díade mãe-bebê.

Criou-se assim uma corrente de pensamento psicanalítico sobre autismo informada pelos conhecimentos vindos da psicologia do desenvolvimento, da neuroembriologia e da etologia.

Melhor instrumentados teórica e tecnicamente, muitos psicanalistas vêm se dedicando a trabalhar com crianças autistas que, no passado, devido à extrema inacessibilidade, não se enquadravam nas possibilidades de ajuda psicanalítica.

No presente volume, *Do silêncio ao eco*, Luciana Pires apoia-se na vasta bibliografia disponível

Izelinda Garcia de Barros é psicanalista. Membro efetivo, analista de crianças e analista didata da SBPSP (Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo).

1 M. Klein, *Amor, culpa e reparação*, p. 260.

2 A. Alvarez, *Companhia viva*.

3 M. M. Almeida, “La investidura deseante del analista frente a movimientos de alejamiento y aproximación en el trabajo con los trastornos autísticos: Impasses y matices”. *Revista Latinoamericana de Psicanálise* 2008; 8:169-84.

4 F. Tustin, *Autismo e psicose infantil*.

para levar adiante a pesquisa sobre a abordagem psicanalítica da criança autista.

Pode-se dizer que a pergunta *como se dá o contato com a criança autista?* Será o fio condutor de seu discurso. Para esta análise a autora circunscreve seu campo de investigação em torno de dois polos: a clínica da reclamação (com os autistas inacessíveis) e a clínica da ecolalia com aquelas crianças, que, tendo sido autistas, trazem como marca pós-autista o fenômeno da ecolalia, que será examinado aqui a partir do seu sentido médico original, isto é, a repetição mecânica de palavras ou frases recolhidas no ambiente.

A inacessibilidade é a forma extrema de evitação de contacto, da qual decorre a tríade primária que qualifica, na primeira infância, os distúrbios do espectro autístico: dificuldades de desenvolvimento nas áreas de interação social, da comunicação e das atividades simbólicas do brincar. São classificadas como autistas inacessíveis aquelas crianças que, diferentemente de uma oposição ativa a estabelecer relações afetivas, parecem passivamente mergulhadas em profundo estado de alheamento e desconexão social.

Quanto à ecolalia, a autora defende e justifica a tese de que, sendo um dos recursos de autoestimulação que substituem e impedem o contacto com o analista, pode indicar também a presença de uma brecha na carapaça autística autoengendrada, sinalizando movimentos de identificação adesiva, que, compreendidos e acolhidos pelo terapeuta, abrem caminho para a constituição ou reparação da pele psíquica, ponto de partida para trocas projetivas comunicativas que conduzem, em última instância, ao estabelecimento da alteridade e da plena inserção social dessas crianças na comunidade humana.

Assim entendida, a ecolalia passa a ser observada não só como a cristalização de um dano, mas uma porta de entrada para a platitude do mundo autístico.

Na introdução de seu livro, Luciana Pires explicita: “Afirmamos a possibilidade da clínica com crianças autistas. E essa afirmação decorre de nossa implicação nesse campo clínico” (p. 15).

Sua trajetória profissional justifica essa escolha categórica.

De fato, abundante ilustração clínica compõe a urdidura que sustentará a trama teórica e técnica que vai sendo tecida ao longo de todo o texto. Sabemos de seu envolvimento progressivo com o assunto ao longo de quase dez anos, desde sua atividade na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, passando pelo exercício de acompanhante terapêutico escolar, psicoterapeuta, orientadora em escola especializada. Dedicou-se atualmente ao atendimento em consultório particular.

Como parte de sua formação na Tavistock Clinic em Londres, escreveu a monografia *The inevitability of communication – questions raised by the work with pre-verbal autistic and mentally delayed patients*, premiada pelo *British Journal of Psychotherapy* como a melhor monografia do Reino Unido em 1999, na área de psicoterapia clínica⁵.

Este trabalho foi o ponto de partida para sua tese de mestrado, que recebeu “a mais entusiasmada aprovação da banca examinadora”⁶ na Universidade de São Paulo em 2007 e deu origem ao presente volume.

Como já enfatizado, nesta obra, a clínica ancora e conduz discussões teóricas e técnicas entre diferentes escolas atuais do pensamento psicanalítico sobre autismo. A este diálogo intrapsicanalítico soma-se também a contribuição de hipóteses geradas pelos recursos investigativos próprios da psicologia do desenvolvimento, da neuroembriologia e da etologia.

No primeiro capítulo, baseado na monografia acima citada, tece um diálogo entre as pesquisas realizadas nessas outras áreas de competência com os conhecimentos psicanalíticos em torno da existência de um aparato comunicativo inato nos bebês, aparato que depende da presença de um objeto que atribui sentido às suas manifestações, modula estímulos internos e externos e também convoca o bebê à interação.

Em outras palavras, já em 1976, Tustin, uma das mais criativas pensadoras psicanalíticas sobre

5 *British Journal of Psychotherapy*, vol.16, n. 4.

6 L. C. Figueiredo, *Do silêncio ao eco*, Apresentação.

o autismo, ilustrava em supervisões seu ponto de vista de que uma trágica disjunção entre o bebê e seus objetos primários está no cerne da síndrome autista. Dizia: “estas crianças não fizeram a transferência primária para seus pais; cabe ao analista oferecer-se como objeto adequado para esta experiência inaugural, e então transferi-la para os pais”⁷.

Nesta linha de pensamento, Luciana Pires concorda que as crianças autistas inacessíveis sofreram graves interferências no desenvolvimento da relação com esses objetos estimulantes no decorrer do seu crescimento, mas que, ainda que de modo muito peculiar, mantêm algum interesse pelo ambiente humano que as cerca. Valendo-se de raciocínios provenientes da leitura de vários autores, constrói um modelo da microscopia das interações na sala de análise, quando o analista pode “oferecer-se como objeto adequado para esta experiência inaugural”⁸.

Já no segundo capítulo, “Acerca da inacessibilidade”, relembra o fracasso da aplicação da técnica do jogo, referida por Klein na descrição de seu trabalho com Dick, primeiro atendimento psicanalítico a uma criança com o quadro de autismo infantil precoce.

Ao longo de anos o exercício clínico mostrou que, de fato, os extratos da mente ativos na constelação autística pertencem a uma área de experiência aquém daquelas equacionadas pela teoria psicanalítica clássica e demandam recursos técnicos sob medida, por assim dizer, para reconhecer e reforçar os frágeis intentos comunicativos das crianças autistas e reclamá-los com firme delicadeza quando são substituídos pelo afastamento.

Entre um extremo e outro, é preciso levar em conta também a necessidade natural da alternância sadia entre “estar em contato” e “recuperar-se do contacto”, movimento reconhecido como característica natural dos turnos dialógicos.

O sucesso em atender essa exigência depende da capacidade do analista para proceder ao exame minucioso de suas intensas reações afetivas face à ausência, no autismo, da “atmosfera de comunicabilidade dos primeiros tempos” e o contínuo confronto com a irredutibilidade das manobras de evitação de contacto.

Para os que vivenciam ou vivenciaram essa experiência na sala de análise, a leitura desse capítulo atualiza memórias de grande sofrimento, seja pela experiência de sentir negada sua existência, seja pela identificação com o desamparo superlativo do seu pequeno paciente.

E no seu último capítulo, “Diálogos com o campo psicanalítico”, a autora preocupa-se em apresentar a clínica específica do autismo aos colegas que praticam a clínica psicanalítica em sua maior amplitude. Conclui que “o autismo pede a construção de novos paradigmas e tem um efeito renovador da clínica e da prática psicanalítica. A clínica do autismo trabalha não apenas com o que é da ordem dos fenômenos narcísicos, pré-edípicos, pré-triangulares, como também com o que é *ainda anterior*, o que é bidimensional” (p. 109).

Ao terminar enfatizo, ao lado do valor científico do texto, suas qualidades literárias, que o levaram a ser finalista do prêmio Jabuti de 2008 na categoria de Melhor Livro de Educação, Psicologia e Psicanálise.

7 a 1976 de uma supervisão por escrito enviada para a resenhista.

8 b 1976 de uma supervisão por escrito enviada para a resenhista.

Colaboradores deste número

Alcimar Alves de Souza Lima

Rua Atlântica, 776
04013-000 São Paulo SP
Tel.: 3082.4986
alcimarlima1@hotmail.com

Aline Camargo Gurfinkel

Rua Maranhão, 620
01240-000 São Paulo SP
alinegurf@terra.com.br

Ana Maria Sigal

Rua Tupi 397 cj. 32
01233-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3667.7469
anasigal@terra.com.br

Andréa Carvalho

Rua do Livramento, 67
04019-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3889.9406
andrea@construnet.com.br

Anna Mehoudar

Rua Prof. Carlos de Carvalho, 164 cj. 72
04531-080 São Paulo SP
Tel.: (11) 3079.6642
anna_mehoudar@gampcursos.com.br

Bela M. Sister

Rua Maranhão, 584, cj. 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 38245.3470
belasister@terra.com.br

Carlos Henrique Kessler

Rua Cel. Corte Real, 457/403
90630-080 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 9985.0115
kessler@portoweb.com.br

Cláudia Monti Schönberger

Rua Haddock Lobo, 846 cj 604 alfa
01414-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3061.1747
claudiamonti@ajato.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan de Cardoso

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
deborah@santacruz.g12.br

Decio Gurfinkel

Rua Maranhão 620/64
01240-000 - São Paulo SP
Tel.: (11) 3825.9794

Eva Wongtschowski

Rua Prof. Carlos de Carvalho, 164 cj.72
04531-080 São Paulo SP
Tel.: (11) 3079.6642
evawong@terra.com.br

Flávio Carvalho Ferraz

Rua João Moura, 647 cj. 121
05412-911 São Paulo SP
Tel.: (11) 3088.9606
ferrazfc@uol.com.br

Gisela Haddad

Rua Honduras, 365
01428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3887.3557
gishaddad@yahoo.com

Izelinda Garcia de Barros

Rua Monte Alegre, 1623
05014-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3864.7671 / Fax: 3873.4428
izebarros@uol.com.br

Lia Fernandes

Rua Maranhão 620 cj. 121
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.3154
liafernandes@uol.com.br

Luiz Meyer

Rua Santa Cristina, 217
01443-020 São Paulo SP
luimeyer@uol.com.br

Maria Angélica Braga
de Oliveira e Alves

Rua Pio XII, 388
12242-750 São Jose dos Campos SP
Tel.: (12) 3922.9105
m.angelica.alves@uol.com.br

Maria do Carmo Vidigal
Meyer Dittmar (Lila)

R. Jericó, 255 cj. 93
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032.2108
lilavidigal@terra.com.br

Maria Helena Dias Alves

Rua Maranhão, 554 cj. 34
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3828.3489
helenacaffe@uol.com.br

Miriam Chnaiderman

Rua Maranhão 620 cj. 62
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.4537
chnaide@uol.com.br

Noemi Moritz Kon

Rua Augusta 2445, cj. 2
01413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3083.6193
kononi@aclnet.com.br

Osvaldo De Vitto

Alameda Ministro Rocha Azevedo,
882 cj. 82
01410-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3083.7941
odevitto@gmail.com

Radmila Zygouris

32, Boulevard Richard Lenoir
75011 Paris França

Renata Udler Cromberg

Rua Atlântica, 776
01440-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3816.2184
renatauc@uol.com.br

Richard Couto

Rua do Bispo, 281 ap. 705
20261-067. Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 9933.2320 (21) 8003.2185
richardmoz@gmail.com
e richardmoz@yahoo.com.br

Rita Cardeal

Rua Capote Valente, 1394
05409-003 São Paulo SP
Tel.: (11) 3868.1296
ritacardeal@ig.com.br

Rodrigo Godoy Fonseca

Rua Almirante Pereira Guimarães, 72/604
22440-005 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 2529-2732

Rosie Mehoudar

Alameda Campinas 956, ap. 81
01404-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3884.5729
rmehoudar@uol.com.br

Rosemary de Fátima Bulgarão

Rua Socorro, 140
12243-240 São José dos Campos SP
Fone/fax: (12) 3941.5556
rosebulgarao@uol.com.br

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560 cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283.5767
setelles@uol.com.br

Silvia Leonor Alonso

Rua Maranhão 584 cj. 73
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666.2045
silviaalonso@uol.com.br

Silvio Hotimsky

Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.7743
silviohotimsky@hotmail.com

Soraia Bento Gorgati

Rua Antônio Felício, 85
04530-060 São Paulo SP
soraibento@uol.com.br

Susan Markuszower

Rua Cristiano Viana, 441, cj. 65
05411-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Tatiana Inglez-Mazzarella

Rua João Moura, 1096.
05412-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3891.0837
timazza@uol.com.br

Tereza Elizete Gonçalves

Rua Atibaia, 80
12243-210 São José dos Campos SP
Tel.: (12) 3923.1973
telizete@gmail.com

Urania Tourinho Peres

Rua Alfredo Magalhães, 96 1. andar
40140-140 Salvador BA
Tel.: (71) 3264-3569
colpsiba@terra.com.br

Vera Blondina Zimmermann

Rua Joazeiro, 175
01253-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3673-6104
vera@tekowam.com

Vilma Florêncio da Silva

Rua Conselheiro Saraiva, 418
02037-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 2959.5730
vilmafflorencio@ig.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os trabalhos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por uma página de rosto contendo:

- + o título e o nome do autor
- + sua qualificação
- + endereço (incluir CEP)
- + telefone (incluir DDD)
- + e-mail
- + um resumo de cinco linhas em português e inglês
- + até seis palavras-chave em português e inglês
- + número exato de caracteres do texto, com espaços
- + data de remessa.

2. A página de rosto é destacada quando o trabalho é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido na primeira página do texto.

3. Os trabalhos deverão ser entregues em seis cópias, pessoalmente ou por correio (sem SEDEX), à Coordenação Editorial de *Percurso*: Rua Amália de Noronha, 198, 05410-010 São Paulo. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. Todos os trabalhos são analisados em detalhe pelo plenário da Comissão Editorial ou da Comissão Editorial de Resenhas, que poderão solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito, um membro destas transmite ao autor eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, em particular – mas não só – a fim de o adequar aos padrões gráficos da revista.

5. Recomenda-se que os artigos enviados tenham até, no máximo, 35.000 caracteres, e as resenhas até 15.000 caracteres (em ambos, incluídos os espaços).

6. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

- + o que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- + colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- + palavras estrangeiras e títulos de livros mencionados no texto: estilo itálico, sem aspas.

- + títulos de artigos mencionados no texto: estilo normal, com aspas;
- + citações: entre aspas, com chamada de nota.

7. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

a. **Nome do autor:** em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

b. **Artigos e capítulos de livros:** título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada, precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Caso se trate de uma revista ou periódico, colocar em itálico o nome da revista, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, “O olhar selvagem”, *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa in antes do nome de um periódico).

c. **Livros:** título em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página(s) citada(s). Exemplo: J. Greenberg e S. Mitchell, “Object Relations”, in *Psychoanalytic Theory*, Cambridge, Harvard University Press, 1993, p. 377 (ou: p. 377-378).

d. **Textos citados mais de uma vez:** a partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder Bacha, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder Bacha, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 1009, p. 70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; quinta citação, Bacha, *A arte...*, p. 136; e assim sucessivamente.

e. **Referências bibliográficas:** Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo:

Companhia das Letras, 2002; Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

8. **Para resenhas:** título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Uma vez atendidas as recomendações das Comissões Editoriais, os trabalhos serão entregues no endereço acima, em CD, no formato Word (.doc), acompanhados de uma cópia impressa.

10. O autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos; o *copyright* dos aceitos pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na revista *Percurso*. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista, www.uol.com.br/percurso.

Percurso 44 – Errata

Ao revisar minha resenha do livro de David Cohen, *The Escape of Sigmund Freud* (Percurso 44, p. 216), não percebi que no final do texto havia omitido algumas palavras cruciais.

Na versão publicada, lê-se que “costumamos desancar Jones pelo aspecto hagiográfico de sua biografia de Freud, esquecendo que em tudo ele teve plena anuência do biografado.” Ou seja, o próprio Freud teria concordado com o tom de uma obra escrita na década de cinquenta, bem depois do seu falecimento! O original dizia: “Costumamos desancar Jones pelo aspecto hagiográfico de sua biografia de Freud, esquecendo

que em tudo ele teve plena anuência do **grupo de familiares e discípulos que conviviam com seu biografado** [...]”.

A observação visava a reforçar a crítica desenvolvida na resenha quanto à deletéria idealização de Freud promovida pelas instituições psicanalíticas, que a meu ver se encontra refletida na biografia de Jones. Meu ato falho na revisão, porém, deixa transparecer algo que vai além disso: de fato, penso que sem a efetiva anuência dele dificilmente o grupo criado por Freud teria desenvolvido tamanha idealização da sua pessoa.

Sérgio Telles

Onde encontrar *Percurso*

Belém

Lúcia Helena Silva Alves
Travessa Teófilo Conduru
Passagem 2 Américas, 16
Tel.: (91) 259.2431

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Rua Cuverlo, 132 Loja 27
Tel.: (32) 3273.5808

Campinas

Livros Neli
Rua Dr. Pelégio Lobo, 131
Guanabara
Fone/Fax: (19) 3243.7649

Fortaleza

Livraria da Lua
Av. Carapinima, 2200 Loja 121 B
Tel.: (85) 223.4336

Goiânia

Dimensão Editorial e Distribuidora
R. 1121, nº 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 281.4135

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

São Paulo

Casa do Psicólogo
Rua Mourato Coelho, 1059
Tel.: (11) 3034.3600
FNAC Brasil – Paulista
Av. Paulista, 901
Tel.: (11) 2123-2000
FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271

Livraria Cortez
Rua Bartira, 317
Tel.: (11) 3873.7111

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777 loja 245
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902 Loja 222
Tel.: (11) 3024-3599
ehnunez@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Tel.: (11) 3814-5811

Maura Books
Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro de Godoy, 1484
Tel.: (11) 3873.2314 ramal 734

Livraria Moisés Limonad
Pós-Graduação PUC/SP
Rua Monte Alegre, 984
Tel.: 3871.2023

Livraria Pulsional
Rua Dr. Homem de Mello, 351
Telefax: (11) 3865.8950 /
(11) 3675.1190

Maura Book's
Rua José Gonçalves Gomide, 545
Tel.: (11) 6909.1959

Oriana Livros e Periódicos
Instituto de Psicologia USP
Av. Prof. Mello de Moraes, 1721 Bl. B
Tel.: (11) 3037.0874
orionalivros@hotmail.com

Resposta Editorial
R. Texas, 658
Tel.: (11) 5044-7565

Sorocaba

Veronika Martins Hoffmann
Av. Presidente Kennedy, 316
Jd Paulistano
Tel.: (15) 3417-2014
wmhoffmann@terra.com.br

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
Rua Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 110,00 (dois números)
- Por telefone:** ligue para (011) 3816-3780, das 8:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3816-3780, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Revista Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	___/___/___
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
ESTADO:	_____		
TELEFONE	RES.: () _____	COM.:	() _____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
Visa:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
AmEx:	nº <input type="text"/>	val.:	<input type="text"/> / <input type="text"/>
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Paulistânia, 593
05440-000 São Paulo
Tel.: (11) 3816-3780/3816-1137

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em Aparecida SP, em fevereiro de 2011
no parque gráfico da Editora Santuário